Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Pedro Gustavo Morgado Clerot

Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural

Rio de Janeiro
2019

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Pedro Gustavo Morgado Clerot

Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientação: Daniel Reis
Supervisão: Ivana Cavalcante

Rio de Janeiro
2019

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional na Coordenação de Identificação - COIDE/CGIR-DPI.

Clerot, Pedro Gustavo Morgado
C633r Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural / Pedro Gustavo Morgado Clerot. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.

243 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Daniel Reis.

1. Patrimônio Cultural. 2. Referência Cultural. 3. Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC. 4. Brasil - Política Cultural I. Reis, Daniel. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. III. Título

CDD 306

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Pedro Gustavo Morgado Clerot

Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

Banca examinadora

_____
Professor Dr. Daniel Reis (orientador) – MP/CLC IPHAN

_____
Professora Dra. Lia Motta – MP/CLC IPHAN

_____
Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal – MP/CLC IPHAN

_____
Professora Dra. Lia Calabre de Azevedo - Fundação Getúlio Vargas - FGV

Agradecimentos

Se fosse fazer os agradecimentos como uma espécie de "Ficha Técnica" para essa dissertação - dessas em que se faz em livros e publicações institucionais, como uma grande lista de pessoas que merecem créditos pela realização daquele trabalho - creio que, para minha alegria, seriam muitas as pessoas a quem creditaria alguma coisa que possibilitou a realização dessa pesquisa. Talvez, em ordem cronológica, fosse algo assim como:

- Pelo incentivo inicial e primeiras inspirações para o querer pesquisar: Sara ("bora, Pedro, você vai se inscrever de novo no PEP, e a gente vai pensar um projeto de pesquisa pra você!") e Mavi (que, no atravessar juntos a jornada dela pela memória arquivada do CNRC, me fez ver, ainda que sem querer, que havia outras trilhas de um "consagrado desconhecido" a serem exploradas e remexidas);

- Pela experiência do estar um turista-estudante no Rio (segundo o que aprendemos da aula de turismo e patrimônio do professor Marcelo Sotratti): toda a equipe de velhos e novos amigos que são os colegas do corpo docente, técnico e administrativo do Mestrado. Claudia, Ju, Lia, Luana, Katia, Bia, Wallace, Felipe, Oscar e demais colaboradores. A todos vocês devemos a luta para manter o programa existindo apesar de todas as adversidades, com todos os desafios desde o início de estarmos nesse "meio do caminho", entre a autarquia que faz política de patrimônio, e a defesa de um espaço institucional reconhecido para a reflexão sobre o nosso ofício de salvaguardar patrimônios;

- Pela experiência do estar um turista-morador no Rio: minha família carioca, Xepa - não tenho palavras pra dizer do amor que tenho por vocês. Saibam, Dani, Babi, Ed, JP, Fer, Debinha, Gigi, e os agregados, xepistas para todos os fins: Luana e Iuri, vocês fizeram de duas temporadas de estadia no Rio uma vida inteira pra mim ("uma vida inteira e mais 100 anos" - aroeira!). A partir desse lar fora de casa, estendo a todos os colegas da turma minhas saudades e agradecimentos pelos afetos que tanto nos uniram nesse espírito de turma, de comunidade mesmo;

- Pela compreensão dos sumiços e incentivo da autoestima do funcionário-pesquisador, quando tive quase que me mudar para o Arquivo Central: Deyvesson - nosso insuperável "Chefe Gusmão" (por aclamação carnavalesca, o "melhor chefe") e Juju, que segurou a marimba junto comigo quando estivemos solitários na Coordenação e precisei deixar o SEI quase todo nas mãos dela;

- Pela supervisão ("todinho, de cima a baixo"): Ivana - que como poucas, sabe as agruras do processo de dissertar e não poupou esforços, com direito a revisões de texto, propostas de melhoria, depoimentos e correções, para que eu não enfrentasse quase nada das dores que ela enfrentou;

- Pelo acesso livre e pelas conversas e aprendizados conjuntos sobre a arquivística, o acervo do Iphan e do CNRC, dicas de digitalização e tantas outras coisas que tive no Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília: Kleber, Carlos, Giovanna e Fabi (que por alguns meses, tiveram que me aturar diariamente, feito colega de trabalho, ocupando baia e tudo);

- Pelos pontos de vista nativos: Cecília (com direito a aula de teoria da linguística); Clara (que me entrevistou tanto quanto eu a entrevistei); Tadeu (que, desde o meu início, no Iphan, me falava daqueles tempos, do Aloísio, do Fausto e do pessoal da Referência Cultural, atiçando minha curiosidade); Lia (que foi, a um só tempo, contraponto e referência sobre as Referências Culturais); Mônia e Ivana (que foram tudo, menos maçantes);

- Pela orientação desafiadora, de um amigo e colega (também, como eu, "assistente de si mesmo"): Daniel - que, tal qual o Mestre dos Magos na Caverna do Dragão, deu espaço para que eu vivesse minha própria aventura, mas apareceu com a resposta certa e os *insights* geniais nos momentos em que achei que tudo estivesse perdido e a inspiração já me faltava (uma orientação *sui generis*, pois baseada em amizade, ao invés de distanciamento científico, incluindo importantes conversas na mesa dos bares cariocas e candangos para ajudar a trazer inspiração);

- Pela generosidade e disponibilidade para contribuir nos fechamentos dos ciclos de escrita: minhas arguidoras, Claudia Leal, Lia Motta, Lia Calabre e Lais Lavinas, que me incentivaram a ver o bom no já feito, e os potenciais no que fazer e corrigir – ainda nessa dissertação, ou em outros trabalhos, a partir das inevitáveis lacunas;

- Pela inspiração na prática profissional que gerou tantos insumos para minhas reflexões e problemas de pesquisa: colegas do GT-INRC, que permitiram que minha prática profissional e minhas questões teóricas e conceituais andassem em um compasso de integração e numa sinergia que sei serem raras no Mestrado Profissional do Iphan;

- Pela generosidade e incentivo em ajudar um amigo tão despreparado para as coisas acadêmicas: Diana Dianovsky – que me deu dicas, me emprestou entrevistas de outras pesquisas, me incentivou a participar de eventos e dialogar com mais gente, debateu comigo documentos e referências em comum a dois pós-graduandos que éramos nesses mais de dois anos que se passaram;

- Pelo companheirismo, incentivo, revisão de texto, mas sobretudo o amor (primeiro e, acima de tudo, de melhor amiga, mas depois também de namorada) e carinho em feriados, longas noites e finais de semana dedicados à escrita: Déborah Gouthier, que já era uma das minhas maiores apoiadoras no início e que se tornou pilar no final, quando achei que não estava mais dando conta de produzir nada mais que fosse digno de ser lido e me ajudou a me convencer do contrário - amo, amo, amo!

Por fim, afirmo que levarei desses quase três anos de mestrado, saudades e memórias para a vida toda. De tudo, esse aprendizado das trocas, da convivência e dos afetos terá sido, certamente, o de maior importância para mim.

Resumo

A noção de Referência Cultural é uma invenção brasileira. Pode ser considerada uma chave para a compreensão de uma mudança geral de contexto social e político que se deu a partir dos anos 1970, época da chamada virada antropológica das ciências sociais e humanidades, e que teve seus reflexos na política cultural do Brasil, sobretudo com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, por Aloísio Magalhães. A noção também está no título do principal instrumento de inventário do Iphan: o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que identificou milhares de bens culturais nos últimos 20 anos e passa, a partir de 2019, por seu primeiro processo de revisão e modernização. Apesar de sua ampla utilização e integração ao vocabulário institucional, a Referência Cultural é muito pouco refletida ao longo desses mais de 40 anos de sua história nas políticas culturais. Essa dissertação busca, a partir da trajetória histórica e de um esforço de análise de sua aplicação prática no INRC, compreender a noção de Referência Cultural de forma a dar maior clareza aos seus significados e potenciais, mirando a eficácia das políticas de patrimônio cultural.

Palavras-chave: referência cultural; patrimônio cultural; inventários; INRC; Iphan.

Abstract

The notion of Cultural Reference is a Brazilian invention. It can be considered the key to a general change of social and political context that occurred from the 1970's, the time of the so-called anthropological turn of the social sciences and humanities, and which had its reflexes in the cultural politics of Brazil, especially with the creation of the Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, by Aloísio Magalhães. The notion is also in the title of Iphan's main inventory instrument: Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, which has identified thousands of cultural elements in the last 20 years and is undergoing its first revision and modernization process, starting from 2019. Despite its widespread use and integration into Iphan's institutional vocabulary, the Cultural Reference is poorly reflected over these more than 40 years of its history in cultural politics. From the historical trajectory and an analysis of its practical use in the INRC, this dissertation seeks to understand the notion of Cultural Reference to clarify its meanings and potentials, aiming at the effectiveness of cultural heritage policies.

Keywords: cultural reference; cultural heritage; inventory; INRC; Iphan.

Lista de Siglas

ARDC - Área de Dinâmica da Referência Cultural (1988-1990)

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (desde 2003)

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

Coide – Coordenação de Identificação do DPI (desde 2009)

CGIR – Coordenação-geral de Identificação e Registro do DPI (desde 2006)

CRC – Coordenadoria de Referência Cultural (1990-2003)

CRD – Coordenação de Registro e Documentação (Sphan, 1986-1990)

Depam – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (desde 2003)

DID – Departamento de Identificação e Documentação (1990-2003)

DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial (desde 2004)

DPID - Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação (2003-2004)

DPROM – Departamento de Promoção (1990-2003)

DPROT – Departamento de Proteção e Fiscalização (1990-2003)

GT-INRC – Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais

IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (1990-1994)

INBMI – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados

INBI – Inventário Nacional de Bens Imóveis

IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos

INCEU – Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

MEC – Ministério da Educação e Cultura (1946-1985)

MinC – Ministério da Cultura (1985-1990 e 1993-2019)

SEAC – Secretaria de Assuntos Culturais (1978-1981)

DEAC – Departamento de Assuntos Culturais (1970-1978)

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SINRC – Sistema do Inventário Nacional de Referências Culturais

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979 e a partir de 1994)

Sphan – Serviço (1937-1946), Secretaria (1979-1981, 1985-1990) e Subsecretaria (1981-1985) de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990)

Dphan – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970)

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PRODOC – Documento de Projeto (*Project Document*, no original, em inglês) do instrumento de cooperação entre Unesco e Iphan.

próMemória – Fundação Nacional pró-Memória (1979-1990)

Funarte – Fundação Nacional de Artes

Unesco – The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Sumário

Introdução: Referência Cultural - aquilo que não se discute 11

Capítulo 1: as origens da Referência Cultural - da Biblioteconomia à Antropologia 27

1.1 Referência Cultural como "índice" e "recurso" - bases para a compreensão da dinâmica cultural brasileira, bases para um outro desenvolvimento 29

1.1.1 A saída pelo patrimônio - transição e fusão 43

1.2 Referência Cultural como "trincheira" e "valor" - bases para uma ampliação da ação, bases para um patrimônio inclusivo 49

Capítulo 2: Referências Culturais e inventários - do caçador de monumentos ao explorador de novos territórios 74

2.1 Políticas de identificação e inventários no Iphan e no CNRC: uma contextualização ... 75

2.2 Referência Cultural nos anos 1990: entre o isolamento, a integração e a identificação do patrimônio cultural 89

2.2.1 Um inventário (de quem?) para as Referências Culturais 95

2.3 INRC, PNPI e a virada imaterial das Referências Culturais 103

Capítulo 3: Referência Cultural em tempo de repensar - novos instrumentos para um patrimônio cultural integrado 121

3.1 Apropriações criativas, usos irrefletidos e a busca por uma síntese 125

3.2 Bens Culturais e Referências Culturais - onde nasce o patrimônio? 133

3.2.1 Bem cultural: o balaio do patrimônio cultural 137

3.2.2 Referência Cultural: o patrimônio em contexto 143

3.3 Por uma "axiologia desde o ponto de vista da sociedade" - conciliando a razão técnica e o ponto de vista nativo 148

3.3.1 Razões técnicas e demandas sociais: promovendo interações e criando relações . 151

3.4 Referência Cultural como antídoto para o Discurso Autorizado de Patrimônio 158

Considerações finais - Referências Culturais para uma retórica da descoberta 164

Referências bibliográficas 172

Anexos 180

Introdução: Referência Cultural - aquilo que não se discute

"Eu gosto tanto de você
Que até prefiro esconder
Deixo assim ficar
Subentendido
Como uma ideia que existe na cabeça
E não tem a menor pretensão de acontecer"
(**Lulu Santos** - Apenas Mais Uma de Amor)

A noção de Referência Cultural é genuinamente brasileira e já está imbricada nas políticas nacionais de patrimônio cultural, sendo particularmente importante para o desenvolvimento da parte voltada ao patrimônio cultural de natureza imaterial. Ela se consolidou no vocabulário institucional do Iphan ao longo das quatro últimas décadas, nomeando setores e programas, aparecendo no texto da Constituição de 1988, e qualificando um dos principais instrumentos de identificação de bens culturais do Iphan, o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC[1]. Este é, por assim dizer, o carro-chefe do setor no qual atuo desde 2014: a Coordenação de Identificação - Coide, do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan - DPI. Desde o lançamento do Inventário, em 2000, já se contam cerca de 160 projetos que, por sua vez, identificaram milhares de bens culturais qualificados justamente pelo fato de serem Referências Culturais. O que significava isso, porém, era, pelo menos para mim, algo ainda confuso naquele momento, de chegada ao DPI.

De início, eu sabia que o termo Referência Cultural, antes de batizar e qualificar o INRC, também nomeara o Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, criado em 1975, a partir das inquietações e do ímpeto de Aloísio Magalhães, figura que aparecia em memórias saudosas dos antigos funcionários que conheci desde quando entrei no Iphan, em 2006, especialmente de meu primeiro chefe, hoje aposentado, João Tadeu Gonçalves, então Coordenador de Educação Patrimonial. Egresso do CNRC, ele jamais deixou de se referir ao Aloísio e sua equipe nos "tempos bons do CNRC e do próMemória" (dos quais falarei mais no capítulo 1).

Coincidentemente, em 2014, ano em que deixei a Coordenação de Educação Patrimonial e assumi uma função nova no DPI, foi iniciado um esforço, na forma de reuniões e grupos preliminares de estudo, focados na avaliação e revisão do INRC. Aquele foi um momento *sui generis* na Coordenação, já que ela era formada por três servidores novatos no assunto: as colegas Sara Santos Morais e Juliana Izete Bezerra, e eu havíamos chegado na Coide em 2013, 2015 e 2014, respectivamente, havendo os três que se apropriar do instrumento que era o carro-chefe do setor. Era um desafio compreender o que o Inventário significava para a

[1] O INRC será abordado de forma pormenorizada nesta dissertação no Capítulo 2.

política de patrimônio cultural, quais informações havia acumulado durante seus primeiros anos e quais eram as perspectivas para sua continuidade. Ao mesmo tempo, não éramos, por assim dizer, apegados às práticas de gestão ou pessoalmente envolvidos com a forma como o INRC fora sistematizado e apropriado pelo Iphan e por tantos parceiros institucionais que o utilizaram ao longo daqueles anos todos. Nenhum de nós "estava lá" quando da criação e início da política de realização de inventários com base no INRC, nem mesmo ao longo dos processos de avaliação que já haviam ocorrido até então. Havia, portanto, uma disposição geral para a renovação na Coordenação.

Assim, entre outubro e novembro de 2015, Sara iniciou, enquanto coordenadora do setor, um processo de reorganização da área, com a intenção de revisar o INRC. O primeiro passo foi a organização de um grupo de estudos semanal para discutir temas como: política pública de patrimônio imaterial e identificação; metodologia e documentação; modelos de inventário; o inventário na política pública; e, aquele que terminou por se tornar meu tema nessa pesquisa, a noção de Referências Culturais. Tais encontros foram baseados em leituras indicadas previamente e na livre discussão dos textos, mas já com foco em determinar algum caminho para um processo de revisão do INRC.

Ao final dos trabalhos nesse grupo informal, chegamos à conclusão que o INRC necessitaria de um processo mais amplo de discussões, que envolvesse também os técnicos das superintendências que tivessem experiência na realização de inventários. Da mesma forma, seria necessário ouvir agentes importantes na criação e na gestão do INRC ao longo daqueles anos no Iphan, além de envolver outros setores da instituição que fossem potencialmente interessados nas políticas de identificação e em sua relação com a noção de Referência Cultural.

Em junho de 2016 iniciamos os trabalhos com uma reunião entre os técnicos das superintendências do Iphan selecionados e os indicados pelos departamentos da sede do Iphan. O Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais (GT-INRC[2]) foi, enfim, criado pela Portaria nº 283, de 15 de julho de 2016, publicada no Diário

[2] Pelas Superintendências do Iphan, compuseram o GT-INRC: Beatriz Muniz Freire – Iphan-RS; Cyro Holando de Almeida Lins – Iphan-PA; Deyvesson Israel Alves Gusmão – Iphan-AC (que depois veio a integrar a equipe do DPI); Emanuel Oliveira Braga – Iphan-PB; Giorge Patrick Bessoni e Silva - Iphan-PE; Itala Byanca Morais da Silva – Iphan-CE; Juliana da Mata Cunha – Iphan-PE; Lívia Moraes e Silva – Iphan-AM; Marcos Monteiro Rabelo – Iphan-SP. Também participaram, pelo próprio DPI, Natália Brayner, representando a Coordenação-Geral de Salvaguarda (atual Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade); Marina Lacerda e Juliana Silva, representando a Coordenação de Registro; além de Carolina Di Lello e Mônica Mongelli, representando o Depam; Sônia Florêncio e Fernanda Bittencourt Vieira, representando o Decof; Maíra Torres Corrêa e Kleber de Sousa Mateus representando o Centro de Documentação do Patrimônio; Daniel Reis e Maria Elisabeth de Andrade Costa representando o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. A coordenação dos trabalhos coube à Coide, coordenação vinculada ao DPI, inicialmente sob coordenação de Sara Santos Morais (até janeiro de 2017) e posteriormente coordenado por Ivana Pacheco Cavalcante (até julho de 2018), Juliana Izete Bezerra (entre julho e

Oficial da União em 09 de setembro de 2016. Seu processo se encerra em março de 2019, com o encaminhamento do Relatório Final do GT ao então diretor do DPI, Hermano Guanais Queiroz.

Por alguma ironia do destino, ao longo dos últimos meses de trabalhos do GT, atuei como seu coordenador, enquanto assumi interinamente a Coordenação de Identificação em período que coincide com os encaminhamentos finais de minha pesquisa. Nesse sentido, cabe destacar que há um claro caráter simbiótico com o que foi debatido sobre a noção de Referência Cultural no GT e esta pesquisa. Coube a mim, por exemplo, a tarefa de criar um primeiro documento sobre essa noção, como parte de minha participação em um dos subgrupos de trabalho do GT (de teoria e conceitos[3]), mas também como meu primeiro produto das práticas supervisionadas no âmbito do Mestrado Profissional. De forma alguma isso quer dizer que as definições presentes no documento final do GT são minhas, já que elas se constroem a partir das colaborações de todos os participantes do grupo, que debateram a questão durante esses anos. Antes o contrário, há um evidente progresso e diversas melhorias nos entendimentos apresentados no referido produto do Mestrado (datado de setembro de 2017) e as definições que aparecem no Relatório Final do GT (de março de 2019). Assim, o contexto absolutamente integrado entre minha participação no GT-INRC e a presente pesquisa terminou por determinar meu próprio entendimento acerca da noção de Referência Cultural e as coincidências de abordagens e tratamento do tema que o leitor poderá encontrar nos dois trabalhos se dão pelo fato de que muito de meu trabalho está ali, mas também muitíssimas das contribuições dos colegas e convidados do GT estão aqui, ao longo de toda a dissertação.

Paralelamente à construção do GT, uma pesquisa inicial acerca das origens do INRC vinha sendo empreendida pela equipe da Coordenação de Identificação do DPI, capitaneada, principalmente por minha colega e coordenadora naquele primeiro período, Sara Santos Morais[4]. Como veremos de forma mais aprofundada no Capítulo 2, as primeiras ações com o

---

setembro de 2018) e por mim (de outubro de 2018 até seu encerramento, em março de 2019). Contribuíram ainda com os trabalhos de revisão, debates e análises, os colegas Mônia Silvestrin (CGIR/DPI), Diana Dianovisky (COREG/CGIR/DPI), Rodrigo Ramassote (DPI), Marcus Vinícius Garcia (INDL/DPI), Eduardo D'Albergaria Freitas (DPI), Paulo Peters (DECOF), Ana Gabriela Mendonça (COIDE/DPI), Gilmara Gabriela Cristo (COIDE/DPI), Humberto Mattos Carvalho (CGTI) e Mario Balthar (ASCOM/gabinete Presidência).

[3] O GT-INRC decidiu, a partir de sua primeira reunião presencial, criar subgrupos responsáveis por gerar estudos e pesquisas que dessem subsídios às propostas concernentes ao INRC. Um deles era o citado de "Teoria e conceitos", para o qual, cada membro se comprometeu a produzir sínteses teóricas a partir das demandas identificadas nas reuniões presenciais. Dentre os temas, estava a questão do desenvolvimento histórico da noção de Referência Cultural, para a qual fui designado, até mesmo em função da pesquisa aqui apresentada. Naquele momento, já sabíamos da ausência de debates teóricos e conceituais conhecidos acerca do tema.

[4] MORAIS, Sara Santos. *Alguns aspectos relativos ao INRC: Documento de referência*. Coordenação de Identificação/DPI. Brasília, julho de 2016.

Inventário remontam a meados dos anos 1990, quando um grupo de servidores passou a desenhar a ideia de um inventário que fosse capaz de apreender as Referências Culturais de moradores de centros históricos tombados pelo Iphan, buscando qualificar a gestão daqueles núcleos urbanos. Foi a partir desse esforço inicial, de compreensão dos fundamentos teóricos, metodológicos e conceituais do INRC, que me senti impelido a retroceder mais ainda no tempo, para buscar as raízes do próprio termo "Referência Cultural", desde seu surgimento no CNRC, em 1975. Comecei a fazê-lo de forma mais sistemática, já com o objeto de minha pesquisa definido, entre os meses de setembro e dezembro de 2017. Nesse período estive imerso em pesquisas no Arquivo Central do Iphan - seção Brasília, em busca dos acervos documentais do Centro, a partir de sua concepção e fundação.

Desde o material arquivado do antigo CNRC, passando pelo período da Fundação Nacional pró-Memória, bem como nas bibliografias disponíveis a respeito do tema, descobri uma coisa tão intrigante quanto determinante para esse percurso das Referências Culturais: em mais de 40 anos, pouquíssimo se debateu, criticou ou refletiu sobre o quê, afinal, seria, ou deveria ser Referência Cultural no âmbito da política institucional. Se comparado com o conceito de "bem cultural" - centro das atenções dos novos agentes que chegaram à política de patrimônio cultural a partir da fusão do CNRC ao Iphan, em 1979 -, a ideia de Referência Cultural parece ter sido, ao longo de todos esses anos, considerada como autoexplicativa, por assim dizer. Ela foi naturalizada, ao tempo em que foi apropriada e consagrada no trato do patrimônio cultural, porém, sem ter sido alvo de uma verdadeira crítica sistemática.

Mesmo na documentação oficial do CNRC, onde tantos relatórios técnicos se debruçaram sobre temas centrais para justificar a criação e manutenção do próprio Centro, o conceito que o nomeia foi absolutamente negligenciado. Nenhum dos documentos técnicos produzidos ao longo da existência do CNRC debate especificamente isso. Os discursos e textos diversos de Aloísio Magalhães também não. Da mesma forma, Fausto Alvim Jr[5]., Bárbara

[5] **Fausto Alvim Júnior** era professor do curso de Matemática da Universidade de Brasília - UnB, tendo sido seu primeiro aluno formado no bacharelado, ainda em 1963. Segundo o depoimento de Darcy Ribeiro (1986, p. 17), então reitor da recém criada Universidade: "Formamos e doutoramos, por exemplo, em quatro anos, um rapaz de alto talento matemático que não tinha nem diploma primário. A família superprotegendo-o não havia lhe dado escola, mas ele tinha uma cabeça ótima. Aqui chegou, começou a frequentar aulas de Matemática, como aluno livre, logo saltou para o Mestrado. Os matemáticos disseram que ele era ótimo, mas não podia estudar oficialmente, porque não tinha nem o ginasial. Isso eu resolvo – respondi – dei-lhe o ginasial. Em quatro anos o rapaz Fausto Alvim era doutor, não doutor feito por mim, ele fez seu doutorado na Inglaterra, brilhantemente". No CNRC, desde sua origem, Fausto foi coordenador de ciências exatas. Durante sua permanência na Inglaterra para o pós-doutorado, quando CNRC e Iphan estavam em processo de fusão, foi o consultor responsável pelas propostas originais de estruturação da Fundação Nacional próMemória, de seu regimento interno e da Coordenadoria do CNRC dentro daquela estrutura. De volta ao Brasil, foi também coordenador das Atividades de Informática da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre 1980 e 1982. Foi coordenador de diversos programas do CNRC, tais como o Thesaurus e o Programa de Tecnologias Patrimoniais.

Freitag[6] e Felipe Serpa[7], principais colaboradores de Aloísio no CNRC[8] e que eram tão afeitos à reflexão teórica sobre tantos campos importantes para o estabelecimento das bases conceituais do Centro, também não dedicaram diretamente nenhuma atenção ao desenvolvimento acerca do que seriam as tais Referências Culturais.

Durante a década de 1980, o problema persiste, conforme aponta Lia Motta (2018):

> Para compreender o uso da ideia de referência cultural no IPHAN e na Sphan/próMemória, criada como sucessora do IPHAN após a fusão com o CNRC em 1979, as publicações oficiais da instituição foram as principais fontes documentais. Dentre essas, destacam-se as edições dos boletins IPHAN (números zero a 5) e da Sphan/próMemória (números 6 a 46), publicados a partir de 1979 e ao longo da década de 1980, veículos oficiais de comunicação de grande alcance, usados pela instituição para marcar as transformações conceituais em andamento. Todavia, tanto nesses boletins, como nas Revistas do Patrimônio, e na publicação oficial Sphan/próMemória intitulada Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, de 1980, não há o desenvolvimento de informações sobre a ideia de referência cultural. (MOTTA, 2018. p. 25)

É preciso dizer que tal constatação da ausência de debates documentados sobre o tema esteve em pleno desacordo com as esperanças em mim geradas quando li, na dissertação de Lais Lavinas (2013) sobre Aloísio Magalhães, a citação de um debate ocorrido no Seminário de Tropicologia, em Recife, ainda em 1975. Na ocasião, Aloísio é questionado sobre o significado da palavra "Referência" no contexto da criação do CNRC:

> Magalhães explica, ainda, que a palavra "referência" encontrada no nome do Centro foi **intensamente debatida** pelo grupo de trabalho do mesmo e que Edson Nery da Fonseca[9] havia contribuído muito para definição, sendo esta ligada ao sentido de **índice**. (LAVINAS, 2013. p. 129, grifos meus)

---

[6] **Bárbara Freitag Rouanet**, nascida em Obernzell (Baviera/Alemanha), veio para o Brasil em 1948, aos 7 anos. Possui graduação (1967) e mestrado (1968) em Sociologia, pela Freie Universitat Berlin. Fez doutorado em Ciências Humanas na Technische Universitat Berlin (1972) e defendeu a Livre-docência na Universidade Livre (1983). Lecionou nessas duas universidades alemãs em diferentes períodos. É Professora Emérita da UnB, onde lecionou por 30 anos, aposentando-se em 2004. Foi professora visitante da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Paraná. Sua atuação acadêmica está ligada principalmente aos seguintes temas: crítica da cultura, cultura urbana, cidades, pensamento social e filosófico. Responsável pelo setor de ciências sociais do CNRC entre os anos de 1975 e 1977, durante a fase de instalação do Centro, Freitag é autora de uma série de relatórios sobre experiências potencialmente similares à do CNRC na Alemanha.

[7] **Luiz Felipe Perret Serpa** era bacharel em Física pela Universidade do Brasil, foi bolsista do Instituto de Física Teórica na Universidade de São Paulo - USP, em 1960, com especialização em Métodos de Ensino de Física – UNESCO, Bariloche (Argentina) e pós-graduação em Estudos em Desenvolvimento pelo Instituto Internacional de Recherche et de Formation en Vue du Developpement Harmonisé, Paris (França). Colaborador e grande amigo de Aloísio Magalhães, foi requisitado pelo MEC em 1977 para servir no CNRC, onde foi coordenador de alguns projetos, como o Museu Vivo de Orleans/SC, e depois coordenador do Programa Cultural de Ouro Preto, como assessor cultural da Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP. Foi, durante anos, professor da Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde foi Reitor no período de 1993 a 1998.

[8] As notas que apresento aqui, sobre os principais colaboradores e gestores do CNRC ao longo dos anos são fruto de pesquisas em pastas funcionais e antigos currículos encontrados no Arquivo Central do Iphan, bem como em fontes bibliográficas tais como teses e dissertações variadas, além de documentos encontrados na internet.

[9] **Edson Nery da Fonseca** é figura de grande importância para o campo da biblioteconomia e da ciência da informação, trago aqui um trecho de seu verbete na Wikipedia: "Edson Nery da Fonseca (Recife, 6 de dezembro de 1921 - Olinda, 22 de junho de 2014) foi um bibliotecário e professor universitário brasileiro. A vida de Edson Nery da Fonseca se confunde com a história da biblioteconomia brasileira. Foi fundador de cursos de biblioteconomia de graduação e pós-graduação; participou também da fundação da Universidade de Brasília

Também integrante do grupo que compunha o CNRC, Maria Cecília Londres Fonseca[10] (que daqui por diante, chamarei apenas por Cecília, forma como é tratada na documentação, bem como pelos colegas de Iphan) reitera o discurso de Aloísio ao afirmar, em uma palestra realizada em outubro de 1995, no Encontro de Inventários de Conhecimento do Iphan, que:

> Nos anos 1970, em função das pesquisas que eram desenvolvidas no CNRC, onde **a noção de referência cultural era corrente, e constantemente debatida, interna e externamente**, costumava-se entender referência cultural como sinônimo do tipo de bem que aquelas pesquisas priorizavam (...). (FONSECA in MOTTA, SILVA, 1995. p.33)

Ao contrário do que Aloísio e Cecília indicam, no entanto, aparentemente, a palavra "referência", se foi, de fato, "intensamente, constantemente debatida", "interna e externamente", não o teria sido por escrito, ou mesmo em qualquer tipo de registro fonográfico ou audiovisual. Pelo menos não algum que tenha sido guardado nos fundos arquivísticos do CNRC, no Iphan, aos quais tive acesso em minha pesquisa quase obsessiva no Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília, entre finais de 2017 e 2018.

Verifiquei a mesma ausência nos arquivos do período que se segue ao CNRC, ao menos no que indica a documentação encontrada na pesquisa do acervo documental do Programa de Referência Cultural da Sphan/próMemória (1979-1990). Ainda que o CNRC tenha se mantido ao longo das transformações na estrutura administrativa da instituição com diferentes nomenclaturas,[11] e que sempre tenha carregado no nome a "Referência Cultural", praticamente não há memória documentada acerca do que se compreendia, então, por esta noção.

Isso não quer dizer que o termo Referência Cultural não tenha estado profundamente presente na vida institucional ao longo de todo o período - e posteriormente. A documentação e as conversas com os funcionários daquela época demonstram, inclusive, que o termo foi se

---

(UnB), onde foi responsável pela implantação da Biblioteca Central, e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Em 1995, pela UnB, foi-lhe concedido o título de professor emérito, por ter alcançado uma posição eminente em atividades universitárias, ou seja, se destacou sobremaneira em sua área de atuação". (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Edson_Nery_da_Fonseca - acesso em maio de 2018).

[10] **Maria Cecília Londres Fonseca** é licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutora em Sociologia pela UnB. Foi professora de Teoria da Literatura na PUC-RJ. Pesquisadora do CNRC entre 1976 e 1979, foi também coordenadora de diversos projetos na próMemória, de 1979 a 1990), estando à frente de projetos como o Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro e o Museu Vivo de Orleans/SC. Foi assessora do Ministro da Cultura (1995-1998) e coordenadora de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do então Ministério da Cultura (1999-2001). Foi membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e representante do Brasil nas reuniões de peritos internacionais, na Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Desde 2004, é Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

[11] Após a fusão com o Iphan, a estrutura do CNRC migrou para o Programa Nacional de Referência Cultural, que possuía uma Coordenadoria Nacional de Referência Cultural, posteriormente chamada também de Coordenadoria de Dinâmica da Referência Cultural.

tornando um distintivo interno, conforme veremos nos capítulos I e II. De um lado, as pessoas que estavam vinculadas ao trabalho na coordenadoria descendente do CNRC na próMemória eram identificadas a partir do qualificativo "pessoal da Referência Cultural", em uma contraposição ao "pessoal da pedra-e-cal", termo referente aos funcionários remanescentes do antigo Iphan, normalmente arquitetos sediados no setor responsável pelos tombamentos e fiscalização[12], no Rio de Janeiro, e que eram considerados resistentes às visões mais amplas dos bens culturais, que incluíam a consequente pretensão de ampliação dos conceitos de cultura e patrimônio cultural, presentes nas propostas e ações herdadas do CNRC.

Além disso, ao final dos anos 1980, a palavra "referência" foi incluída no texto constitucional, no *caput* do Art. 216, ao qualificar o que seriam os bens culturais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e muitos dos funcionários daquele período, como veremos no capítulo 1, são taxativos em afirmar que o termo reflete o forte *lobby* feito por eles na época da Assembleia Constituinte (MOTTA, 2018; CAMPOS, 2015).

Ainda assim, apesar do uso e da reafirmação do termo naquela década, no que diz respeito ao seu aprofundamento conceitual quase nada encontrei na documentação do Sphan/próMemória. Algumas poucas pistas dadas por alguns agentes da antiga Fundação ficaram registradas, sobretudo, em dois documentos: um de 1986, produzido para um evento em que se debateu a reformulação do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural; e outro de 1988, em um momento de forte desmonte da área que mantinha em seu nome a Referência Cultural.

Por fim, em meados dos anos 1990, já após os processos traumáticos de extinção e posterior recriação do Iphan[13], a temática das Referências Culturais vem a ser, de fato, tratada de maneira mais aprofundada no artigo seminal de Cecília, intitulado "Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio":

> (...) parto do pressuposto de que ocorreu no Brasil, nos anos setenta, uma reorientação de uma prática implementada pelo Estado desde 1937 – a preservação de bens culturais – reorientação que, embora estivesse em consonância com mudanças nos diferentes campos das ciências sociais – a história, e sobretudo a antropologia – partiu de agentes vinculados a outras áreas (o design, a indústria, a informática) e no

[12] Coordenadoria de Proteção, que possuiu também algumas variações na nomenclatura, mas que era, fundamentalmente, o setor responsável pelos tombamentos e fiscalização dos bens tombados.

[13] Em 1990, o governo Collor, como parte de seu programa neoliberal de redução do Estado, extingue uma série de pastas e instituições do Governo Federal. Dentre elas estaria o Ministério da Cultura e o sistema Sphan/próMemória. Em seu lugar são criadas a Secretaria de Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC, que sucederia as competências legais do antigo Sphan/próMemória. Boa parte dos funcionários foi demitida naquele momento, o orçamento reduzido a quase nada além do necessário ao custeio básico, causando uma precarização ainda maior das ações do instituto. Apenas em 1994 o MinC é recriado pelo governo de Itamar Franco, e o IBPC tem seu nome modificado novamente para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nome que se mantém até os dias de hoje e que remete, simbolicamente, ao período anterior a 1979, quando o CNRC foi integrado a seus quadros.

> exercício de uma prática institucional e política. A **noção de "referência cultural"**, entre outras, foi incorporada por esses agentes a seu discurso, como um dos emblemas de sua proposta. **Pouco explorada enquanto conceito**, tornou-se porém a marca de uma postura inovadora em relação à noção de "patrimônio histórico e artístico", na medida em que, naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado. A noção de "referência cultural", e as inúmeras experiências que, em seu nome, foram realizadas, serviram de base, juntamente com a releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura, para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de "bens culturais de natureza material e imaterial" (FONSECA in, IPHAN, 2000, pg. 12, grifos meus).

Assim, mesmo considerando o desenvolvimento dado ao termo "Referência Cultural" no artigo acima citado, vemos que um conceito do que seriam as tais referências ainda não foi desenvolvido. Minhas próprias pesquisas no Arquivo e na bibliografia disponível, ambos tão escassos de, bem… "referências", corroboram a percepção da ex-servidora do Iphan e pesquisadora do CNRC, tornando ainda mais digno de nota que uma "nova política de patrimônio cultural", como aponta o título do artigo de Cecília, possa estar calcada em uma noção pouco ou nada desenvolvida do ponto de vista conceitual.

Na verdade, esse mesmo artigo vem sendo incluído em diversas revistas e materiais institucionais como base para a compreensão das Referências Culturais. Originalmente produzido como comunicação feita no seminário Preservação e Desenvolvimento, promovido pelo Centro de Referência Ambiental de Joaquim Igídio, realizado em Campinas/SP, entre 11 e 18 de fevereiro de 1995, ele veio a ser publicado também, posteriormente, no próprio *Manual de Aplicação do INRC* (Iphan, 2000. p. 11); no *Boletim de Políticas Sociais do IPEA* (2001. p. 111); e no livro *O Registro do Patrimônio Imaterial* (Iphan, 2006. p. 83).

Além do artigo supracitado, outro texto que percebo ter se tornado base para a definição de Referência Cultural é o que consta do *Manual de Aplicação do INRC*, logo após a Introdução, intitulado "Como Ler o INRC" e que tem um subitem todo dedicado à questão da relação entre referências e bens culturais:

> Referências são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura" (IPHAN. 2000. p. 29).

Esse parágrafo do Manual do INRC, cuja autoria pode ser atribuída ao antropólogo Antônio Augusto Arantes e sua equipe (contratada para a criação do material), vem sendo apropriado e citado de diversas formas em outros tantos materiais informativos e oficiais do

Iphan nos últimos anos. Ele consta, por exemplo, das principais publicações de divulgação da política de patrimônio imaterial do Instituto, como na cartilha **Patrimônio Imaterial: para saber mais** (BRAYNER, 2012, p. 20) e na publicação que sintetiza os primeiros anos da política: **Os Sambas, As Rodas, Os Bumbas, Os Meus e os Bois** (2007 e 2012. p. 18) bem como em publicações do setor de Educação Patrimonial como: **Inventários Participativos** (2016. p. 8). Em todos eles destaca-se a presença da definição do texto do Manual, inclusive na portaria 200, publicada em 2016, que regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e busca definir em seu Art. V:

> V - Referência Cultural – São os sentidos e valores, de importância diferenciada, atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social (festas, saberes, modos de fazer, lugares e formas de expressão, etc.) e que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidade e memória para determinado grupo social. (Manual de Aplicação do INRC, 2000). (IPHAN, 2016).

Outro instrumento legal de recente criação no Iphan, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL traz a noção de Referência Cultural como um título de reconhecimento das línguas existentes no país:

> § 2º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o instrumento legal de reconhecimento de valor patrimonial para línguas faladas no Brasil, conforme disposto no Decreto 7.387/2010. Tem como objetivo o reconhecimento e valorização da diversidade linguística brasileira, através da identificação, diagnóstico e documentação das línguas existentes no país e que, por solicitação de suas comunidades linguísticas, sejam incluídas no Inventário Nacional, recebendo o **título de Referência Cultural do Brasil** (idem, p. 30).

Sendo os textos acima citados relativamente recentes na política do Iphan (todos das duas últimas décadas), onde estariam os possíveis documentos dos outros 20 anos desde a criação do CNRC que dessem um panorama de como era definida a noção de Referência Cultural daquela época?

Por isso, a pesquisa a que me propus acerca da história da noção de Referência Cultural foi, inicialmente, uma pesquisa documental. Tal escolha me parecia tão promissora quanto lógica, uma vez eu estando na sede do Iphan em Brasília, local onde estão justamente os fundos arquivísticos do antigo CNRC e da sua sucessora, a Coordenadoria de Referência Cultural da próMemória. As duas instâncias foram, por sua vez, antecessoras da Coordenação de Referência Cultural do Departamento de Identificação e Documentação - DID do Iphan nos anos 1990, de onde surgiu o INRC. Acerca desse acervo documental, creio ser importante indicar alguns elementos dos bastidores da pesquisa antes de, efetivamente, adentrarmos a historiografia que proponho para o termo, no Capítulo I.

O Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília nasceu do arquivo do CNRC. Assim sendo, ele nasce enquanto um arquivo autônomo e específico antes mesmo de se tornar, propriamente,

um arquivo do Iphan. Vale lembrar que, até 1979, toda a gestão documental do Iphan era realizada em sua sede no Rio de Janeiro, já que em Brasília não havia mais do que um escritório pequeno do Instituto, com número mínimo de funcionários e que não possuía um arquivo central. Desvendamos essa primeira parte da compreensão do acervo ainda no processo inicial de pesquisa juntamente com a amiga e colega de mestrado Maria Vitória Dutra[14], à época bolsista desse mesmo programa de mestrado, lotada no Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília, e que encerrava suas pesquisas quando eu mesmo iniciava as minhas (entre o final de 2016 e início de 2017).

Naquele momento notamos que havia uma dificuldade inicial no trabalho no Arquivo, quando se trata de tentar, por exemplo, separar o que é documentação do CNRC e o que seria já do período Sphan/próMemória[15]. As ações e projetos foram simplesmente continuados de maneira orgânica e fluida, sem grandes preocupações em diferenciar administrativamente as ações dentro desses dois contextos institucionais. Levei algum tempo para compreender que, para além de questões que envolvessem os tratamentos feitos no acervo nos anos subsequentes, os antigos pesquisadores do CNRC, mesmo após a fusão com o antigo Iphan, continuaram a considerar que trabalhavam no CNRC - em um novo arranjo, apenas. Isso indica, por um lado, a pouca atenção dada pelos egressos do Centro às questões burocráticas e administrativas e, por conseguinte, suas consequências para a constituição dos acervos arquivísticos, ao tempo em que indica também a busca por uma continuidade de seus projetos e ações, apesar de quaisquer rearranjos institucionais a que estivessem submetidos. A documentação, assim, reflete um certo posicionamento político dos egressos do CNRC, que mantinham um tipo de trabalho totalmente novo para o que se desenvolvia no campo das políticas federais de patrimônio cultural à época, porém, que se apresentavam estrategicamente como uma continuidade e evolução quase que natural para essa política, conforme será abordado no capítulo I.

Por outro lado, percebi rapidamente que a intenção de criar um grande sistema de indexação da cultura brasileira que povoava as mentes dos criadores do CNRC não se refletia, em absoluto, numa organização adequada nem numa priorização dos processos de documentação do próprio trabalho do Centro. Nas entrevistas que realizei com os egressos do CNRC isso ficou patente. Tanto quando Tadeu Gonçalves afirmou com tons de orgulho que se

---

[14] DUTRA, M. Vitória. *Centro Nacional de Referências Culturais: o desconhecido acervo consagrado*. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional do Iphan - PEP-MP. 2017.

[15] Inicialmente, imaginávamos, eu e Maria Vitória, que haveria algum tipo de registro da transposição do arquivo do CNRC, de sua sede na UnB, por exemplo, para a sede do Sphan/próMemória. Por fim, nos demos conta que não havia tal documento, nem registros formais do tal momento no qual o Iphan recebeu o acervo do Centro. Pelo contrário: era o Sphan/próMemória, em Brasília, enquanto sede institucional, que havia surgido a partir do CNRC, sua sede, seu corpo de funcionários e, consequentemente, seu Arquivo.

irritava com a exigência de relatórios sobre os trabalhos realizados em campo (ocasiões em que fazia questão de escrever de forma manuscrita e mal-educada, direcionando aos gestores do MEC os dissabores e desgostos do campo, quase como um desafio), quanto com Clara Alvim[16], que foi categórica em me afirmar: "Agora essa preocupação do Arquivo começou quando? Porque até eu sair de lá, não havia essa preocupação de auto arquivamento. Então deve ter se perdido muita coisa nessa história". Assim, é possível dizer que minhas expectativas originais de encontrar ali um retrato de uma instituição organizada, coesa e única, rapidamente se frustraram - ao tempo em que se abriam diversas portas no sentido da possibilidade de encontrar, no caráter mais informal e descompromissado com ditames burocráticos, informações mais espontâneas e reveladoras.

Para chegar à compreensão desse lugar da documentação do CNRC (em suas fases pré e pós fusão com o Iphan) tive que, inicialmente, tentar decifrar a lógica da organização do próprio acervo do Arquivo Central como está disposto atualmente. Como nunca havia pesquisado em arquivos antes, essa não foi tarefa fácil, mas algum entendimento foi surgindo a partir da já citada incursão inicial junto à amiga e colega de mestrado, Maria Vitória Dutra. Também aí foi preciso tempo para me adaptar e paciência dos demais colegas do Arquivo Central que me acolheram diariamente em seu ambiente de trabalho a revirar as caixas-arquivo com autonomia e liberdade ímpar, digitalizando documentos e perguntando todo o tempo sobre eles.

Para saber por onde começar, foi necessário desenvolver uma estratégia pouco ortodoxa. Eu buscava qualquer tipo de informação ou debate acerca de um conceito/noção que fundava o CNRC, de modo que esse tipo de registro poderia estar em documentos classificados em várias tipologias. Cabe aqui uma nota importante: existe sim um conjunto de itens do acervo CNRC/próMemória classificados como "política". De forma geral, estão lá documentos que debatem a política institucional, diretrizes e conceitos. Exatamente aquilo que me interessaria mais no que diz respeito aos objetivos iniciais da incursão ao Arquivo. Imaginava eu que, como método inicial, bastaria buscar documentos referentes ao GT de criação do CNRC, por exemplo, para ter acesso aos esperados debates que justificassem, por exemplo, a escolha do nome do

[16] **Clara de Andrade Alvim** nasceu no Rio de Janeiro, em 1936, filha de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro presidente do Iphan. É diplomada em Letras Neolatinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Lecionou nesta universidade, assim como UFRJ e na PUC-RJ, onde cursou a fez o concurso para Livre-Docência com uma tese sobre Guimarães Rosa. Foi ali que se tornou amiga e colega de Maria Cecília Londres Fonseca, com quem veio a trabalhar, anos mais tarde, sucessivamente no Centro Nacional de Referência Cultural e na Fundação Nacional Pró-Memória, sendo uma das principais colaboradoras pessoais de Aloísio Magalhães. Era também cunhada de Fausto Alvim Jr., seu colega de CNRC. Após esse período trabalhou na Universidade de Brasília de 1986 até sua aposentadoria.

Centro, qualificando-o, justamente, a partir do termo Referência Cultural. No entanto, isso não ocorreu, pois, conforme expliquei acima, não há praticamente nada documentado nesse sentido, além dos relatórios técnicos do Centro, produtos mais bem-acabados e consolidados e que o CNRC produzia a partir das ações e consultorias de seus colaboradores. Esses documentos, no entanto, dedicaram, quando muito, algumas poucas linhas à questão da Referência Cultural, como veremos no capítulo I.

Isso ocorre, em primeiro lugar, por não haver, de fato, nenhum debate diretamente ligado a essa questão, anterior à criação daquele GT, nem à escolha do nome daquela instituição, que esteja documentado no acervo. Essa conclusão foi, por um lado, uma frustração e, por outro, certamente, um dado fundamental para a construção do argumento e da estratégia de pesquisa.

Em segundo lugar, notei que uma imensa quantidade de documentos muito interessantes e informativos acerca da política institucional daqueles primeiros anos do CNRC e da Coordenadoria que o sucedeu no próMemória não estão classificados nas caixas referentes à Política, mas sim, muito comumente, agrupados na categoria pouco explicativa de Generalidades. Lá encontrei boa parte do que ajudou de alguma maneira nessa busca por pistas sobre a formulação dos conceitos à época do CNRC. Ainda outros documentos surgiram das pastas classificadas como "Administrativo", o que me pareceu ainda mais curioso, do ponto de vista da classificação documental. Por fim, vários documentos interessantes estavam também em conjuntos documentais específicos de ações ou projetos do Centro.

Os documentos são classificados dentro da seguinte lógica, que consiste na utilização de duas sequências de números, como na sequência 0100.0001[17] (primeira caixa do acervo), que informa: na primeira sequência de números, a área e a segunda, a subárea, grosso modo. As Áreas podem se remeter aos macroprojetos do CNRC ou da próMemória, mas também a documentação classificada como "Administrativa", ou ainda "Generalidades". Há também muitas fotocópias nas caixas. Da mesma forma, há um sem-número de documentos sem informações de origem, assinatura, autoria etc. Também notei confusões na classificação de alguns conjuntos de itens, que incluem a categorização de textos que me pareciam informar sobre a política, mas que estavam em "Administrativo" ou "Generalidades", por exemplo.

Os desafios de pesquisar no acervo do Arquivo Central em Brasília são, em grande medida, resultado do acúmulo de sistemas de classificação, desde uma organização pouco

[17] Parece tratar-se de um sistema duplex que, segundo Mariano (2016), é um componente do "Método ideográfico ou temático, por sua vez, método de ordenação que tem por eixo os assuntos presentes, explicitamente ou não, nos documentos. Método duplex: utilizado com o estabelecimento de um código numérico para os diversos títulos e subtítulos de assuntos principais e correlatos" (idem. 2016. p. 6 e 7).

cuidadosa na origem dos arquivamentos pelos responsáveis por sua produção, ainda no CNRC, passando pelas tentativas posteriores de seleção e reorganização, culminando na falta de priorização de investimentos nessa organização ao longo de tantos anos desde o fim do Centro. Noutros termos, para além da carência de recursos para a instituição de forma geral, percebi também a falta de prioridade dada ao tratamento adequado da documentação, que foi, segundo depoimentos de antigos funcionários, bastante impactada pelo processo de extinção do sistema MinC/Sphan/próMemória, em 1990. Aparentemente, segundo me foi contado pelos próprios arquivistas, houve uma tentativa não muito bem-sucedida de tratar o acervo em algum momento, em meados da década de 1990, sem que os atuais servidores tenham maiores informações acerca de que problemas ou limitações tenham ocorrido à época. Desde então, segundo os mesmos interlocutores, não houve orçamento nem equipe técnica suficientes para o desejado tratamento completo do acervo.

Como resultado, temos uma grande confusão de documentos sobre coisas semelhantes separados em caixas diversas; uma imensa quantidade de cópias; lacunas de informações na documentação que indicam que certa parte das informações foi ou perdida ou separada no ato de arquivar; uma presença massiva de manuscritos pessoais, muitos sem identificação de autoria, contendo rascunhos, anotações descontextualizadas etc. Foi no meio desse universo complexo que defini um dado que poderia ser mais confiável na forma como se encontram organizadas as anotações contidas nas caixas arquivo: as datas referentes ao tempo, demarcando sempre o intervalo em anos, da data mais antiga à mais recente de produção dos documentos ali contidos. A partir dessas informações, passei a buscar em caixas de diversos tipos de classificação (Política, Administrativo, Generalidades e outros) aquelas com os documentos, preferencialmente, de 1975, ano da instalação do GT do CNRC (ou até anterior a isso), até 1979 (ano de sua fusão ao Iphan).

Imaginei que, buscando documentos mais antigos, teria, por fim, acesso aos debates e discussões referentes à própria fundação do Centro. Dessa forma, encontraria, quiçá, as primeiras formas de utilização ou qualificação do termo Referência Cultural e, com alguma sorte, algum debate (talvez algum discurso direto do criador, Aloísio Magalhães) acerca dos motivos por trás da escolha do termo na época da criação do Centro. No entanto, o pouco encontrado, paradoxalmente, terminou por me dizer muito. Era como se o termo não necessitasse de qualquer explicação. Referência Cultural era um termo “dado”? Autoexplicativo? Tal dúvida foi a base para a compreensão do que inicialmente significou o trabalho do CNRC.

Ao final dos mais de quatro meses de pesquisa no Arquivo, já desapegado das origens na década de 1970 e pesquisando também os documentos das duas décadas seguintes, me convenci de que o trabalho a partir das Referências Culturais no Iphan deveria ser analisado menos pelo que restou documentado sobre o termo em si, e mais pelo que se pudesse inferir de diversos tipos de documentos ligados a ele dentro do grande universo de ações e reflexões institucionais nas últimas quatro décadas.

Nos últimos anos, entre o já citado artigo de Cecília, publicado no Manual do INRC (IPHAN, 2000) e a criação do GT-INRC, não houve, praticamente, nenhum outro grande esforço de debate acerca do termo. A documentação que me serviu de base para o período pós-IBPC foi, basicamente, aquela produzida pelo antigo Departamento de Identificação e Documentação - DID, entre os anos de 1990 e 2003, onde, no mesmo período, ficou abrigada a Coordenadoria de Referência Cultural e foi desenvolvido o atual instrumento de identificação com o qual ainda trabalhamos, o INRC.

Na literatura acadêmica identificamos um conjunto de autoras que nos oferecem algumas pistas sobre o contexto de produção e disseminação das Referências Culturais ao longo da história das políticas de preservação, ainda que o foco de suas análises não seja, respectivamente, o assunto. Para os fins desta dissertação, me apoiarei também nas dissertações de Lais Lavinas (2013), Zoy Anastassakis (2007) e Luiza Ferreira (2015) sobre a figura de Aloísio Magalhães e sua atuação no campo das políticas culturais, sobretudo no CNRC, bem como na tese de doutoramento da colega de Iphan, Lia Motta (2018), que foca suas atenções, precisamente, no (não) uso do conceito de Referência Cultural nos tombamentos de núcleos urbanos pelo Iphan.

Por fim, notamos que na própria bibliografia deixada por Aloísio Magalhães, a questão do termo ou noção de Referência Cultural aparecerá apenas indiretamente – e que ainda assim, é essencial a esta dissertação e será sempre aqui retomada. As únicas obras publicadas que se referem ao seu pensamento acerca da política cultural são o célebre **E Triunfo?: a Questão dos Bens Culturais no Brasil** (1985) e o recém-lançado **Bens Culturais do Brasil - Um Desenho Projetivo Para a Nação** (2017), organizado pelo antigo colaborador dos tempos de CNRC João de Souza Leite. Na verdade, tratam-se, ambos, de obras póstumas que reúnem discursos, conferências, entrevistas e outros escritos do idealizador do Centro e que foram editadas após sua morte prematura, em 1982, aos 54 anos, em Pádua, Itália, durante um encontro internacional de secretários de cultura dos países latinos[18]. Conforme os próprios títulos

[18] A maior parte dos textos originais de Aloísio que estão nos livros (me arriscaria mesmo a dizer que todos) estão em suas versões originais ou em cópias e recortes de jornais e revistas no Arquivo Central do Iphan em Brasília.

indicam, as obras são centradas na questão do Bem Cultural e a reconhecida luta política do designer pela ampliação daquele conceito no campo das políticas culturais.

A divisão de capítulos da dissertação segue uma lógica diacrônica, já que busquei discernir e analisar as distintas camadas de construção de discursos que se sobrepõem, no decurso desses 44 anos, acionando a noção de Referência Cultural em diferentes contextos da política institucional. Por fim, proporei, eu mesmo, um discurso sobre o termo, sugerindo possibilidades de desenvolvimento para esse que tem sido solo fértil de potências para a política do patrimônio cultural, a partir das demandas profissionais que minha atuação na Coordenação de Identificação do DPI/Iphan enseja.

Assim, os capítulos I e II que se seguirão a essa apresentação terão caráter mais diretamente ligado à minha exploração do Arquivo Central do Iphan em Brasília, já que buscam analisar a forma com a qual os agentes do CNRC acionaram a noção de Referência Cultural em suas práticas institucionais, tentando, a partir daí, gerar uma compreensão acerca de seus significados. No caso do capítulo I, no período de gênese do termo, quando designou inicialmente um novo modo de compreender a cultura em sua dinâmica, passando pela sua transposição para a política pública de patrimônio cultural num ambiente de tensões com as velhas práticas institucionais, no qual a ideia do que seriam as Referências Culturais passa a se referir também a um certo grupo dentro da Instituição. Já no caso do capítulo II, nos anos 90, a Referência Cultural passa a estar associada ao instrumento do Inventário e das políticas de identificação levadas a cabo pela instituição, sendo também o momento em que se torna foco de um primeiro esforço objetivo de reflexão, por parte de Cecília (FONSECA, 1998 e 2000).

O capítulo III, por fim, é uma análise mais diretamente vinculada aos trabalhos profissionais que venho desenvolvendo na Coordenação de Identificação do DPI, lidando diretamente com o INRC. Sobretudo a partir das práticas profissionais do Mestrado, que me proporcionaram um maior contato com os trabalhos desenvolvidos por diversos consultores e gestores da área que avaliaram os inventários produzidos nos últimos 20 anos, pude também recorrer às poucas, porém interessantes avaliações acerca dos usos do termo Referência Cultural no INRC. Esse mergulho se aprofunda no exato ponto em que se encontra o trabalho desenvolvido pelo GT-INRC, culminando em seu relatório final, conforme relatado no início do texto.

Por fim, partindo desse longo percurso analítico e buscando trazer uma contribuição ao tema, trago a questão da Referência Cultural para uma perspectiva de futuro: como pensar um

---

Há, inclusive, uma caixa com um conjunto desses documentos e recortes que parece ser uma "boneca" da publicação **E Triunfo?.**

eventual desenvolvimento, até mesmo do ponto de vista conceitual, que dê conta dos desafios contemporâneos da salvaguarda do patrimônio cultural?

Sem pretensão de dar respostas definitivas, essa pesquisa pretende abrir um caminho de potencialidades para o debate sobre o que a Referência Cultural pode significar diante da rápida evolução das críticas acerca das velhas práticas de preservação e das pressões por democratização e participação na gestão e salvaguarda dos patrimônios culturais, num contexto de cobranças sociais por participação e compartilhamento da política com a sociedade.

É assim, portanto, que passo a essa história construída com mais silêncios do que enunciados. Mais pistas do que provas documentais. Mais discursos e usos indiretos do que reflexões e debates objetivos acerca de um tema que é hoje tão fundamental na construção das políticas de patrimônio cultural, mas que é, a meu ver, mais um "desconhecido consagrado" (DUTRA, 2017), ou seja, trata-se de uma noção valorizada e utilizada, sem ser ter sido, necessariamente, debatida e desenvolvida do ponto de vista conceitual.

Capítulo 1: as origens da Referência Cultural - da Biblioteconomia à Antropologia

> "Não pense, no entanto, Sr. M'Bow, que esta geração que assume a responsabilidade por mudanças tão radicais, venha com respostas definitivas e acabadas. Não temos estas respostas. Temos a decisão de assumir estes desafios cara a cara. Temos uma estratégia de ação. Estratégia com dois vetores principais. A dialética entre o passado e o futuro. E a dialética entre ação e reflexão."
> (**Aloísio Magalhães** - discurso de saudação ao Diretor-Geral da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow, em abril de 1981.)

O Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC nasceu da iniciativa e das inquietações de Aloísio Magalhães juntamente a um improvável grupo de colaboradores das áreas mais diversas - da matemática à sociologia; da física à ainda incipiente ciência da computação. Designer e artista plástico pernambucano, Aloísio foi um dos personagens mais importantes para o campo do Design no Brasil, sendo cocriador do primeiro curso de desenho industrial do país e sócio de um dos maiores escritórios de design dos anos 60 e 70[19]. Tendo desenvolvido importantes trabalhos para os governos daquele período (como, por exemplo, as marcas dos Correios, Petrobrás, Furnas, Universidade de Brasília, Banco Central, Prefeitura do Rio, dentre inúmeros outros trabalhos gráficos de relevância, como as cédulas de Cruzeiro Novo), tornou-se influente em alguns círculos da ala moderada e nacionalista do regime militar, principalmente a partir do governo Geisel e do processo de abertura política "lenta, gradativa e segura"[20], iniciada naquele momento. Aloísio teria ganhado um bom trânsito junto aos setores mais nacionalistas daquela gestão, como era o caso do ministro da Indústria e Comércio de Geisel, Severo Gomes, que possuiria, por sua vez, algum acesso até mesmo a setores das esquerdas mais nacionalistas de seu tempo (LAVINAS, 2014. p. 126).

Assim, sobretudo a partir das experiências com a criação das cédulas do Cruzeiro Novo[21] e com a grande repercussão do trabalho com a identidade visual das comemorações dos

---

[19] Para saber mais sobre a biografia de Aloísio Magalhães: http://www.aloisiomagalhaes.org/ (acesso em julho de 2019).

[20] Ao assumir a Presidência da República, após as eleições indiretas em 1974, o general Ernesto Geisel, em 29 de agosto daquele ano, durante entrevista coletiva, anunciou o projeto político que seria a marca de seu governo: a distensão lenta, segura e gradual do regime militar: "Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe de promover para toda a nação o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável. E deseja, mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se. Erram os que pensam que podem apressar este processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública (…). Tais pressões só servem para provocar contrapressões (…) invertendo-se o processo de lenta, gradativa e segura distensão, desejado pelo Executivo." Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730#ixzz5h7xrjHm7

[21] As cédulas produzidas por Aloísio Magalhães foram as primeiras a serem produzidas no Brasil, combinando alta tecnologia gráfica e referências à história e à diversidade racial e cultural do país. Segundo o designer: "Depois

400 anos do Rio de Janeiro, Aloísio passa a desenvolver uma visão crítica das políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e social brasileiro e sua (falta de) relação com a diversidade cultural presente no país. A ideia seminal para a criação do Centro Nacional de Referência Cultural surgiu dessas inquietações, que levaram a reuniões informais, ocorridas semanalmente em Brasília, entre Severo Gomes, Aloísio Magalhães e o embaixador Wladimir Murtinho - amigo de Aloísio há uma década e secretário de cultura do Distrito Federal à época.

Brasília era uma síntese modernista e monumental do esforço pela criação de um projeto renovado de Brasil, com o qual Aloísio já estivera ligado quando da edição de um livro sobre a cidade que ainda nascia em 1959[22], bem como nas relações que desenvolveu com a Universidade de Brasília e muitos de seus pesquisadores. Por outro lado, quando travou contato, por intermédio de Murtinho, com o ministro Severo Gomes, Aloísio teria sido instado a desenvolver uma visão mais política acerca do que poderia ser uma contribuição do campo cultural para um dito "produto brasileiro", dando-lhe feição própria e propiciando condições para que concorresse com o produto estrangeiro. Desse modo, um projeto de desenvolvimento mais autônomo e enraizado na criatividade das soluções encontradas nas tradições culturais brasileiras mais "autênticas" e desconhecidas, identificadas, sobretudo nas culturas populares seria o caminho que aquele pequeno grupo, inicialmente propôs.

> É interessante destacar que Severo Gomes leva as ideias sobre a necessidade do conhecimento do produto cultural brasileiro diretamente a Golbery do Couto e Silva, João dos Reis Velloso e a Ney Braga, pedindo apoio político para o projeto do CNRC. Todos apoiam a iniciativa, sendo que Ney Braga já havia sido abordado por Wladimir Murtinho por conta do plano de criar uma infraestrutura cultural na cidade de Brasília de caráter nacional-regional. (LAVINAS, 2014. p. 127)

A ideia do Centro seria, também, defendida perante certos grupos de pesquisadores e intelectuais da época, com ênfase para o círculo mais próximo de Aloísio, formado por pesquisadores da Universidade de Brasília - onde se encontravam o matemático Fausto Alvim Júnior, o biblioteconomista Edson Nery da Fonseca, a socióloga Bárbara Freitag, dentre outros. Além deles, quiçá em função do foco na cultura popular e nordestina que Aloísio trazia em suas próprias raízes e em seus anseios para a política que antevia, aproximam-se também daqueles pesquisadores que se reuniam em torno do grupo de Gilberto Freyre, na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife. Uma das edições do Seminário de Tropicologia, promovido pelo eminente

---

do dinheiro, do desenho do dinheiro, de observar aquele extremado fenômeno de comunicação, não poderia mais me satisfazer exclusivamente com o design". Disponível em: https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/203/aloisio-magalhaes (acesso em julho de 2019).

[22] MAGALHÃES, A. FELDMAN, E. Doorway to Brasilia. Philadelphia: The Falcon Press, 1959.

sociólogo, no ano de 1975, teve três de suas reuniões dedicadas ao CNRC, com participação de Aloísio Magalhães, Severo Gomes e Fausto Alvim Jr[23] (ocasião, inclusive, na qual a já citada explicação de Aloísio acerca da utilização do termo referência no sentido de índice teria ocorrido).

1.1 Referência Cultural como "índice" e "recurso" - bases para a compreensão da dinâmica cultural brasileira, bases para um outro desenvolvimento

No ano de 1975, as costuras institucionais já haviam sido feitas e o início dos trabalhos do Centro já estavam garantidos pelo convênio firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio, a Universidade de Brasília (que também cedeu seus pesquisadores e uma sede provisória para o CNRC) e o Governo do Distrito Federal (representado pela sua Secretaria de Cultura). Em princípio, o CNRC surge na forma de um Grupo de Trabalho, que se encarregaria de lançar as bases conceituais e metodológicas que possibilitassem seu funcionamento enquanto instituição autônoma e dinâmica, conforme as expectativas de seus criadores, expressas no Relatório nº1[24] do Centro. O documento apresenta:

> O Centro Nacional de Referência Cultural definir-se-ia, em termos amplos, como um instituto dedicado à coordenação sistemática de conhecimentos, manipulação flexível de situações problemas e informações pertinentes à cultura brasileira. São claras, porém, as dificuldades para o entendimento desta definição: o que se deseja significar por cultura brasileira e informações e problemas que lhe são pertinentes? E por manipulação sistemática e flexível? Tais questões apresentam não só interesse intrínseco como também pragmático, pois é necessário estabelecer um primeiro esboço da área de atuação do Centro e da metodologia que a norteará (...).
> Dentro do espírito que, em traços gerais, foi indicado acima, pretende o GT desenvolver uma metodologia básica para a aproximação ao fenômeno cultural. (CNRC, 1975. p. 1)

[23] A programação completa do seminário pode ser conferida à página 18 do documento seguinte: http://www.fundaj.gov.br/images/stories/banners/EM_TORNO_DO_SEMINARIO_HISTORIA_E_BIBLIOGRAFIA.pdf

[24] Os relatórios do CNRC eram uma espécie de série documental que trazia tipos diversos de textos produzidos no âmbito daquela instituição. Entre os anos em que existiu como instituição autônoma, 1975 e 1979, o CNRC produziu cerca de 25 relatórios desse tipo, havendo no Arquivo Central de Brasília muitas cópias e versões/minutas de todos eles. Não necessariamente escritos pela equipe diretamente responsável pela coordenação do Centro, vários desses documentos são de autoria de pesquisadores e consultores externos, chamados a contribuir com temas de interesse do CNRC e que não fossem do domínio de seus membros. Desde relatórios de viagens, a recomendações sobre produção e guarda de acervos fotográficos, passando por avaliações e excertos de cunho conceitual, há sempre, na última página de todos eles, uma ressalva ao leitor: "Os Relatórios Técnicos do CNRC, sobre trabalhos de sua equipe ou de consultores especializados, não refletem necessariamente posições oficiais do órgão. São para circulação restrita e pede-se que não sejam citados sem prévia autorização dos autores e do CNRC". Uma coletânea completa dos mesmos pode ser encontrada naquele fundo arquivístico.

Sendo o "fenômeno cultural" aqui entendido como o universo da cultura como um todo, mais adiante, no mesmo relatório, nos são apresentadas as concepções desta cultura, com a qual seus idealizadores pretendiam trabalhar, assim como aquela da qual desejavam fugir, pinçando desse todo o que poderia ser então entendido como referência. Nesse sentido é que o conceito de cultura abordado ali ganha inspirações antropológicas, no sentido de sua compreensão dinâmica e vinculada à vida cotidiana dos grupos sociais, principalmente aqueles reconhecidos como representantes da dita "cultura popular". Ao mesmo tempo, há um cuidado em afastar a abordagem desse tipo de fenômeno cultural das meras descrições reificadas de características e repertórios (como o movimento folclorista era acusado de fazer naquele momento[25]):

> (...) cultura, qualquer seja ela, não pode ser entendida como fenômeno isolado devendo ser considerada em sua interação com outras áreas da atividade humana. Essa interação deverá se refletir, de modo adequado, no ato de abordagem ao fato cultural. Em segundo lugar, também elidiremos definições estáticas de cultura (por exemplo, através do mero levantamento e classificação de repertórios), que inevitavelmente se revelariam insatisfatórias e incompletas. Optaremos, antes, pela alternativa de enfatizar os **aspectos dinâmicos do processo cultural**, distinguindo não só seus fatores dominantes no presente e no passado, como também suas eventuais **projeções no futuro**. Focalizando assim a cultura como um organismo em contínuo desenvolvimento, é nossa terceira suposição a de que seus componentes se explicitarão de modo espontâneo (**tal como num exame do trabalho do garimpeiro o minério procurado é afinal descoberto como peça viva de uma estrutura dinâmica**) (idem, p. 01 e 02, grifos meus)

Destaco aqui a imagem do pesquisador da cultura como a de um garimpeiro, que compreende que os minérios mais valiosos são encontrados a partir de um criterioso trabalho técnico, e que este deve levar em consideração suas interações num sistema dinâmico e em constante ligação com outros componentes e contextos ambientais. Essa definição é interessante, pois destaca a verdadeira obsessão que o CNRC e seus egressos tiveram, ao longo de sua atuação, pela afirmação da cultura como sendo dinâmica, composta por processos em

[25] Segundo Vilhena (1997), naquele momento, já havia um claro esgotamento do modelo proposto pelo chamado movimento folclorista que, desde finais da década de 1960, já vinha diminuindo bastante sua capacidade e mobilização de agentes e, consequentemente, sua importância política e acadêmica, ainda que nunca tenha deixado de existir ou atuar. Apesar de uma série de pontos em comum com as propostas de Aloísio Magalhães e seu grupo (vale destacar aqui a crença na necessidade de estudar e preservar traços das culturas populares que ainda não eram considerados plenamente desenvolvidos e que apontariam para uma identidade nacional em formação a partir da diversidade regional e cultural) o pensamento folclorista e a proposta dos egressos do CNRC se diferiam, sobretudo, pela finalidade de sua atuação: enquanto os primeiros acreditavam numa institucionalização do Folclore por meio da criação de um campo específico de conhecimento e da inserção do tema nas políticas educacionais, o segundo acreditava na capacidade de influenciar todas as políticas de desenvolvimento socioeconômico do país por meio da atuação junto às comunidades a serem estudadas e conhecidas e desenvolvidas. Também a percepção da necessidade de superação da situação de pobreza, dos problemas sociais e do subdesenvolvimento eram temas importantes e focos da agenda do grupo do CNRC, ao contrário do movimento folclorista, que à época, continuava se colocando ao largo dos debates desse tipo, focando sua atuação no elogio da mestiçagem e na coleta de dados.

constante transformação e pelo entendimento de que é preciso discernir os caminhos para seu desenvolvimento.

Por outro lado, a cultura também aparece nesses primeiros documentos associada à ideia de matéria-prima a ser empregada em projetos de dinamização da economia, quando, por exemplo, os responsáveis pelo Centro se perguntam: "diante da aceleração do processo de desenvolvimento e do crescimento dos meios de comunicação em massa, o que é feito para a preservação e **capitalização** de recursos culturais típicos do Brasil?" (idem, p. 3, grifos meus).

De toda forma, nenhuma explicação direta acerca do nome escolhido para o Centro nos é apresentada nesse documento, bem como em nenhum dos demais relatórios desse período de sua estruturação, entre 1975 e 1976. Entretanto, a certa altura, o relatório apresenta um projeto de Banco de Dados para o Centro, na qual é possível se ter uma ideia de qual era a proposta conceitual naquele momento inaugural:

> Para citar apenas um exemplo, mencionemos que se pretende um registro significante (fotográfico, discursivamente descritivo etc.) de peças de interesse artesanal ou museológico. Deverá ser implantado, então, um **sistema de indexação flexível** o suficiente para a **referência a combinações das diferentes dimensões do objeto considerado** (v.g., formal, funcional, simbólica, econômica etc.).
> Esclareça-se que entre as tarefas do CNRC, a da conservação do **objeto** interessante não se constituirá como principal, mas sim a da **referência a este**, tão completa quanto factível. Para a execução desse trabalho, supõe-se que técnicas especiais de arquivamento serão criadas, **abordando não só o reconhecimento de formas por computador, mas também a identificação (tão exaustiva quanto possível) do objeto sob exame**. (idem, p. 6, grifos meus)

Nesse sentido, a ideia de "referência" apresentada ali está de acordo tanto com a ideia de flexibilidade que a percepção dinâmica da cultura ensejava de um sistema de indexação, quanto com a própria assertiva de Aloísio de que a palavra estaria ligada à ideia de "índice" e que tal sentido seria advindo do universo da biblioteconomia, de onde provinha Edson Nery da Fonseca, que sugeriu o termo.

Alguns dos relatórios oficiais desse período são de autoria de consultores externos que foram instados a produzir análises e avaliações acerca da proposta para o Centro à época de seu GT de instalação. Um deles, responsável pelo Relatório nº 2, David G. Hays, da Universidade de Buffalo, Nova York (EUA)[26], nos traz em sua análise muito do que seria a pretensão, o sonho inicial do CNRC, com sua estrutura física, metodológica e conceitual ainda amorfa, navegando entre uma visão antropológica da cultura (com ênfase no trabalho de campo, no método

[26] **David Glenn Hays** era linguista, cientista da computação e cientista social, mais conhecido por seus primeiros trabalhos em tradução automática e linguística computacional. À época da consultoria prestada ao CNRC, Hays era professor da Universidade do Estado de Nova York, na cidade de Buffalo, onde ajudou a fundar o departamento de Linguística, Ciência da Computação, Informação e Biblioteconomia. (maiores informações podem ser encontradas em: https://en.wikipedia.org/wiki/David_G._Hays acesso em 03/03/2019)

etnográfico) e uma abordagem também muito voltada àquilo que hoje poderia ser classificado como Ciência da Informação. Por exemplo:

> O trabalho de campo abrangerá estudos botânicos, zoológicos, geológicos, geográficos e, especialmente, etnográficos. O levantamento em bibliotecas e museus poderá, presumivelmente, ser concluído em um prazo fixo, mas o trabalho de campo será uma das funções permanentes do Centro (...) **O objetivo da indexação é tornar o material armazenado acessível aos usuários**. Um sistema eficiente de indexação ampliará a classe de usuários que podem dele tirar proveito, aumentará a faixa de material que chega à atenção do usuário com finalidade específica, e reduzirá a quantidade de material irrelevante que é examinado e abandonado no decorrer de uma pesquisa. Com um **sistema de indexação eficiente,** as necessidades de diversos usuários poderão ser **satisfeitas pelo próprio índice**; ao invés de lhes dar a possível localização de uma resposta a uma pergunta, o sistema poderá fornecer a resposta imediatamente. (HAYS, 1975. p. 3, grifos meus)

Vemos aí uma grande atenção dada à figura do usuário do futuro Centro. É nesse sentido que os índices e o trabalho de sistematização de dados e indexação surgem no sentido de classificar, ordenar e tornar útil o dado coletado pela miríade de estudos de diferentes campos técnico-acadêmicos. Podemos, portanto, pensar que referenciar a cultura, nesse sentido, é um trabalho que está diretamente vinculado à ideia de **devolução**, tão cara ao Centro, e que significava, começava a se construir ali, a partir da ideia de submeter resultados das pesquisas à apreciação das comunidades para que pudessem servir à promoção de projetos diversos de interesse delas.

Interessante notar que, nesse relatório de Hays em especial, muita ênfase é dada na proposta original do CNRC, não apenas pensado enquanto instituição promovente de pesquisas junto às comunidades onde se encontravam os tais índices da cultura, mas também como mantenedor de um espaço físico, que se caracterizaria por ser uma espécie inovadora e dinâmica de "Museu de Cultura Brasileira" (assim nomeado no já citado Relatório Técnico nº 1). Esse era um dos itens da proposta original que estava vinculado ao convênio com a Fundação de Cultura do Distrito Federal que pretendia estabelecer, por meio do CNRC, as estruturas culturais da nova Capital Federal:

> O Museu de Cultura Brasileira deverá contar com uma localização e estrutura administrativa própria, embora permaneça subordinado decisoriamente ao CNRC. Será um espelho deste: com as exposições no Museu, o CNRC exibirá ao público aspectos de suas pesquisas. (CNRC, 1975. p. 7)

Assim, o Centro teria também um lócus de difusão de seus trabalhos. Destes, com o tempo, imaginava-se que fossem capazes de gerar, para além das exposições temporárias, um acervo permanente que representasse o que foi chamado no relatório de "espinha dorsal da cultura pátria" (idem, p. 7). No que me soou como um suspiro autoritário, os responsáveis pelo citado Relatório ainda falavam na possibilidade do Museu "ser dotado de poderes para requerer

compulsoriamente o empréstimo de peças de outras instituições quando necessárias aos seus trabalhos" (idem).

Segundo a sequência lógica proposta no Relatório de Hays, as informações produzidas em campo sobre as comunidades pesquisadas seriam coletadas, armazenadas, indexadas, analisadas, divulgadas e expostas (HAYS, 1975). O consultor chega mesmo a sugerir que, dada a complexidade tecnológica que as pretensões originais para o CNRC apontavam, os coordenadores do projeto visitassem e buscassem inspiração em outras experiências já existentes e que compartilhassem o caráter dinâmico e inovador pretendido pelo Centro:

> (...) **o museu deve ser um lugar de vida não uma natureza morta**. Entre as diversas coisas do mundo, os seres humanos são extremamente atraentes. Entre qualidades, o movimento chama atenção e indica vida. O movimento humano é, portanto, inigualável em seu efeito sobre o observador. Alguns **museus folclóricos** (como o de Old Williamsburg, no estado norte-americano da Virgínia; um museu na Bulgária; parte do museu de cerâmica em Niagara Falls alcançam este efeito! Porém o mais bem sucedido é a **Disneylândia**. O seu objetivo é a fantasia, seu tema a felicidade. Seu objetivo e seu tema não são apropriados a um museu nacional, mas **a tecnologia poderia ser aplicada ao objetivo da realidade e ao tema da compreensão**. O custo da tecnologia da Disneylândia tornaria possível sua aplicação a apenas um setor do museu, àquele essencialmente permanente. Mas, se utilizada em áreas apropriadas, tal tecnologia daria **vida** a todo o museu (idem, p. 4, grifos meus).

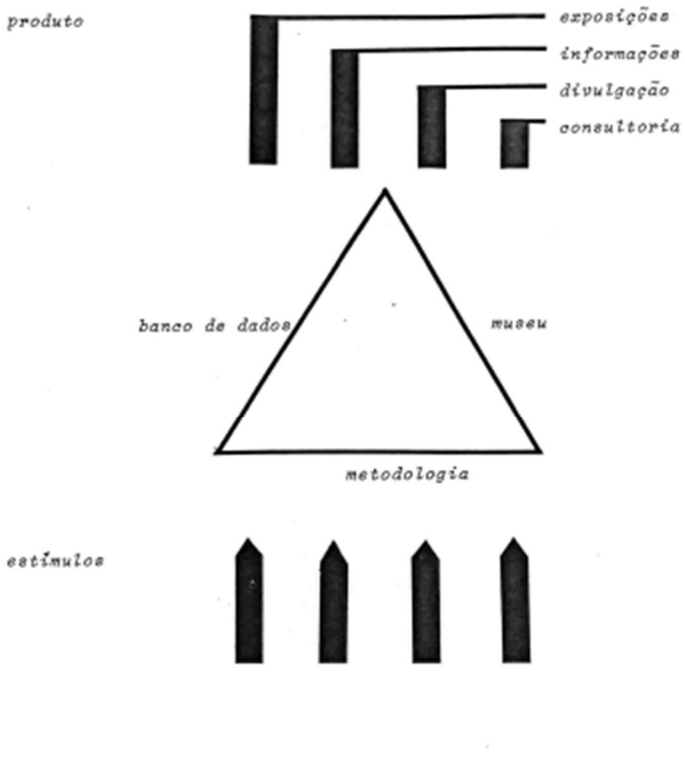
Neste caso, a intenção de ter um local onde o trabalho de campo do CNRC fosse armazenado, trabalhado segundo metodologias inovadoras e exposto/divulgado ao público de forma geral também nos traz uma ideia de algo como um museu/parque nacional de Referências Culturais, como uma espécie de evolução do que seria um acervo museológico tradicional e que em muito se assemelha ao que hoje se entende pelos conceitos de museus vivos ou ecomuseus. A pista dada para diferenciar a proposta dos museus tradicionais pode ser compreendida quando se pensa na recomendação acima, de Hays, para que o foco do museu fosse dado no elemento humano, vivo, em movimento, como se faz, por exemplo, na Disneylândia - mesmo com fins tão diversos, mas com efeitos possíveis de serem alcançados para os objetivos do CNRC. Claramente pensando em uma situação ideal, Hays imaginava que "sendo único, ao que eu saiba, o conceito de um centro nacional de referência cultural, suponho que o CNRC se instalará com os melhores elementos e padrões humanamente possíveis no século vinte" (idem, p.5). Sabemos que, nesse sentido, assim como em alguns outros dentre os originalmente imaginados, os sonhos dos criadores do CNRC não se concretizaram.

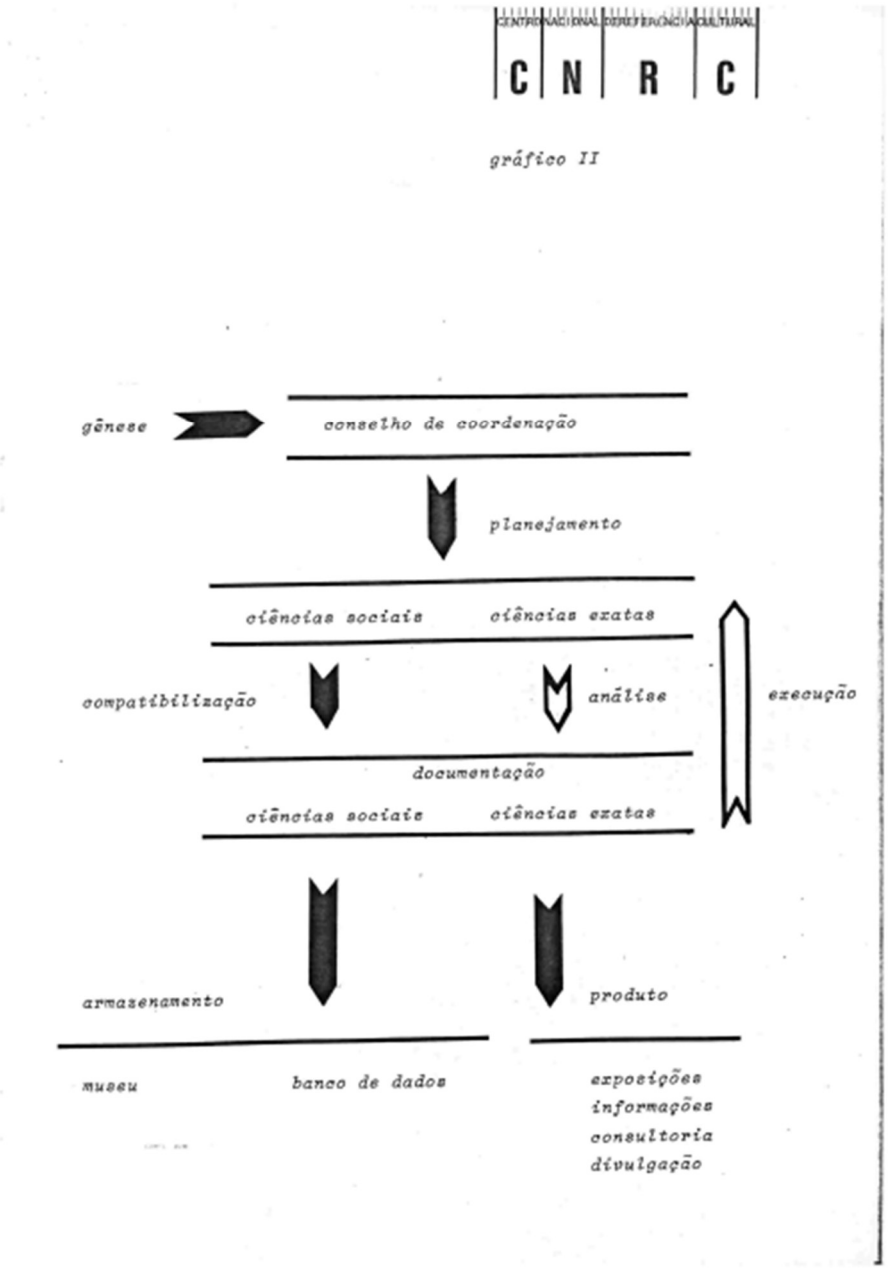
Hays também apresenta alguns gráficos que buscavam representar os fluxos e lógicas de trabalho possíveis para o Centro, organizando visualmente as interações entre os diversos fins esperados para ele, o tratamento dado aos dados produzidos a partir das pesquisas junto às comunidades e os possíveis produtos desses trabalhos e processos:

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL

C N R C

gráfico I





Esse tipo de informação visual, que busca transformar em gráficos e organogramas os trabalhos desenvolvidos ou planejados ao longo dos projetos do CNRC, é bastante comum na documentação produzida pelo Centro. Creio que isso indique, para além do fascínio com equipamentos de informática que surgiam à época: o cuidado com a produção de indicadores para a cultura; um vínculo contínuo e importante com o campo do design, de onde Aloísio provinha; bem como demonstra a dificuldade em explicar uma proposta de instituição e de trabalho que eram, a um só tempo, inéditas e bastante complexas. Sendo um designer, Aloísio tinha plena noção do que se diz no dito popular, sobre ser preciso desenhar para se fazer

compreender e isso fica evidente nos esforços em transformar os estudos de referenciamento da cultura do CNRC em sínteses gráficas.

> A minha visão não é especializada; é oriunda de uma outra área de percepção e está mais familiarizada com **problemas de natureza visual**, em que a apreciação dos fenômenos é feita de forma global, através da **percepção do todo e não da percepção linear**, que é própria da linguagem verbal. Talvez seja uma vantagem a incursão de alguém com esse tipo de formação na área específica do documento, na área específica do bem cultural registrado em livro, papel ou outra espécie de suporte, para que possa sentir o todo, numa visão abrangente, e **situar o problema no contexto da trajetória de uma cultura**. (MAGALHÃES, 2017. p. 174, grifos meus).

De toda maneira, a intenção por trás do termo Referência Cultural estava, ao que gráficos e textos indicam, muito ligada ao sentido mais técnico da palavra, de *produzir, classificar e sistematizar dados*, indexando-os num sistema lógico que possibilitasse uma visão global da cultura brasileira, a partir da diversidade da qual ela se constitui. No caso do CNRC, o diferencial estaria na abordagem por meio da noção de cultura mais moderna e que se refere aos modos de vida dos grupos sociais e não à produção de formas consagradas de arte e conhecimento intelectual. Surgem, aos poucos (nesse momento inicial, como agentes a serem descobertos e estudados) aqueles setores sociais populares, indígenas, populações rurais, moradores de periferias, a partir dos quais se poderiam pensar projetos de desenvolvimento e dinamização econômica fundamentada na cultura. Para isso, o CNRC fugia tanto da abordagem meramente colecionista, recorrentemente atribuída aos folcloristas, quanto das práticas tradicionais da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, excessivamente ligada a grandes marcos, monumentos e da arte consagrada, e que era, à época, o foco da ação do Iphan. Da mesma forma, não se tratava também da cultura abordada do ponto de vista da produção cultural (teatro, música, cinema) como fomento de uma indústria cultural a partir de linguagens artísticas contemporâneas ou acadêmicas e já inseridas no mercado.

Assim, um sistema de indicadores dinâmicos que em seu conjunto gerassem uma interpretação do todo - um desenho, uma projeção da nação, a partir do qual se pudessem direcionar caminhos - era mais próxima ao projeto que povoava as mentes de Aloísio e seus colaboradores. A preservação não era, ainda, o conceito necessariamente prioritário, ainda que lá estivesse desde o início, já que a proposta do Centro estava também profundamente marcada, como veremos logo adiante, pela "retórica da perda", que, segundo José Reginaldo Gonçalves (2002), marca os discursos preservacionistas.

Estabelecer tal sistema de leitura geral e mais ampla da cultura no Brasil era uma saída para uma urgência percebida pelos ideólogos do Centro diante de um quadro de iminente ruína e desaparecimento. Encontrava-se o país diante de uma crise econômica que se iniciava naquele momento, mas que se seguia ao período do chamado "milagre brasileiro", onde grandes

empreendimentos foram levados a cabo pelos governos militares, acelerando processos de êxodo rural, migração massiva para grandes centros, integração rápida e desorganizada de populações tradicionais antes isoladas. Nesse contexto, a cultura vista pelos idealizadores do CNRC como mais autêntica e que se expressava nos pequenos povoados, aldeias e periferias era também vista como estando em perigo de empobrecimento e desaparecimento diante dos processos acelerados de transformação socioeconômica e da consequente adoção, tanto de soluções políticas e econômicas, quanto de produtos culturais de inspiração estrangeira. No Relatório nº 3 do CNRC, a então consultora do setor de ciências humanas do Centro, Bárbara Freitag (1976), afirmava que:

> O CNRC se propõe, por um lado, ser a "memória" da cultura brasileira em processo de descaracterização; por outro, divulgar o saber compilado, tornando-o acessível a grupos interessados. A criação do CNRC justifica-se pela diagnose geral, previamente feita, de que o meio cultural brasileiro está ameaçado em sua sobrevivência. O acelerado processo de desenvolvimento socioeconômico penetra com radicalidade cada vez maior esse meio cultural. (...) É nesse sentido que se deve entender a proposição do Centro de ser ao mesmo tempo "memória nacional" e agente de divulgação das informações memorizadas. Mas a função do Centro vai ainda além: tendo a consciência de que a melhor forma de **preservar** os diferentes conteúdos e formas culturais consiste em sua **revitalização**, o Centro se propõe mobilizar as informações especialmente para grupos interessados em um consumo produtivo. O **objeto cultural não deve ser visto como peça de museu**, mas como **fonte de inspiração para novas produções culturais ou industriais**, que possam ser **consumidas num contexto mais amplo que o objeto original** (FREITAG, 1976, p. 01 e 02, grifos meus)

De alguma maneira, a aparente contradição entre o discurso de perda e a ausência de um forte discurso de proteção pode ser explicada pela visão dos idealizadores do CNRC de que os traços culturais que se perdiam sequer eram conhecidos, para que então, pudessem ser preservados. Descobrir e referenciar esses bens culturais seria a ação prioritária do Centro, portanto. Lavinas (2014) sintetiza esse momento de operacionalização debaixo da noção original de Referência Cultural da seguinte forma:

> A questão é que esta perspectiva determinou todo o modo de operacionalização do Centro, sendo este visto como inédito e moderno justamente por se propor a ser um espelho de uma dinâmica sociocultural "desconhecida" pela própria população. Ao se portar como espelho, o CNRC promoveria a possibilidade do autoconhecimento, o que facilitaria a identificação de problemas, permitindo que as culturas locais e regionais busquem soluções próprias para as suas realidades. **A Referência Cultural era vista como um caminho para o desenvolvimento autêntico e autônomo**. (LAVINAS, 2014. p. 133, grifos meus)

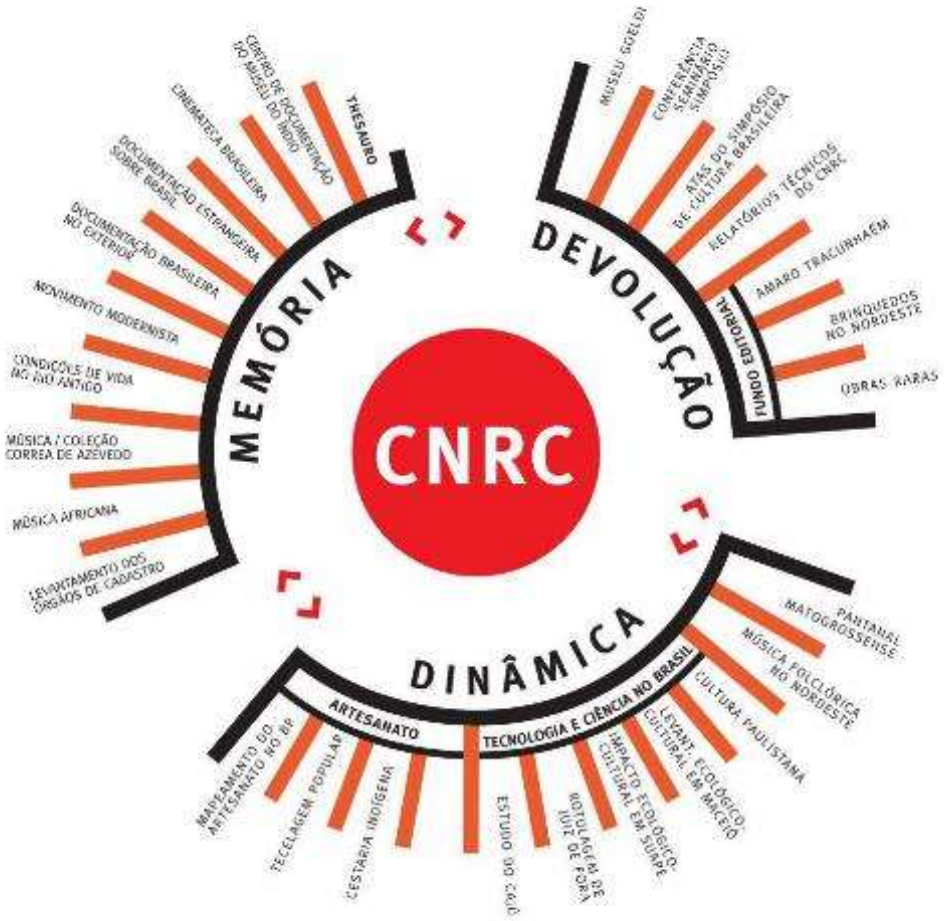
Corroborando essa ideia de ineditismo das atividades desenvolvidas debaixo do termo Referência Cultural no âmbito do CNRC, Cecília, em seu livro **Patrimônio em Processo** (FONSECA, 2005), apresenta uma boa síntese do que o Centro pretendia para a cultura brasileira, no sentido da ponte entre a dinâmica, a diversidade e a tradição:

> À diferença das instituições já existentes voltadas para o conhecimento e a proteção da cultura brasileira, o CNRC não se propunha a coletar bens, e sim a **produzir referências** - com o recurso às ciências sociais, à documentação e à informática - que pudessem ser utilizadas no planejamento econômico e social (...) O problema que serviu de ponto de partida à criação do CNRC - a falta de um caráter nacional no produto brasileiro - remetia, como ocorrera nos anos 20 com os modernistas em relação à produção cultural brasileira, à questão da tradição. Em 1975, o grupo inicial do CNRC considerava que o que faltava para conferir caráter ao produto e à nação brasileiros era uma tradição que estivesse, não apenas cristalizada, internalizada, mas, sobretudo, viva, que fosse **apreendida em sua dinâmica e em sua pluralidade**. Acreditava-se que era nessas características que residia seu potencial criativo. (FONSECA, 2005. p. 150 e 151, grifos meus).

Em meio a esses fundamentos e encerrada a etapa de instalação do Centro, em agosto de 1976 é assinado o Convênio que institui e consolida o CNRC como instituição autônoma e intergovernamental, não vinculado diretamente a nenhum ministério em específico, e do qual participavam, além dos agentes originais (Ministério da Indústria e Comércio e Governo do Distrito Federal), também a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Interior, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação de Cultura do Distrito Federal. O Convênio seria novamente renovado em 1978 com a adesão ainda do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Ministério da Educação e Cultura e do Banco do Brasil.

Articulando trabalhos no âmbito de tantos agentes públicos, o CNRC pôde desenvolver ou patrocinar o desenvolvimento de uma gama muito diversificada de estudos e ações. A partir de quatro programas - "Artesanato"; "Levantamentos Sócio-Culturais"; "História da Tecnologia e da Ciência no Brasil" e; "Levantamentos de Documentação Sobre o Brasil", uma grande variedade de projetos foram propostos por organizações públicas e privadas de todo o Brasil, cujas ações eram avaliadas e, caso aprovadas, financiadas e acompanhadas pelo Centro. No diagrama abaixo, elaborado a partir do "risco original de Aloísio Magalhães", pela equipe da Ocupação Aloísio Magalhães, organizada em 2014 pelo Instituto Itaú Cultural[27], é possível ter uma ideia do universo de ações que o CNRC, em apenas 4 anos de atuação, abarcou:

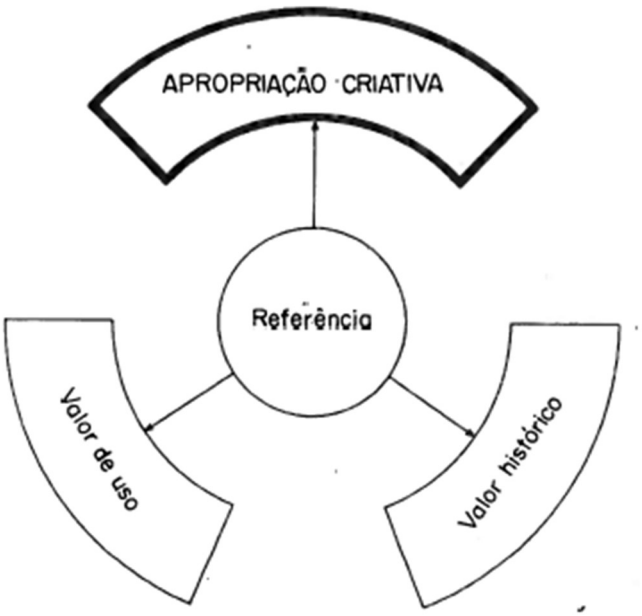
[27] O site da ocupação está disponível no link: http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/aloisio-magalhaes/o-gestor-cultural/?content_link=2 (acesso em maio de 2018).



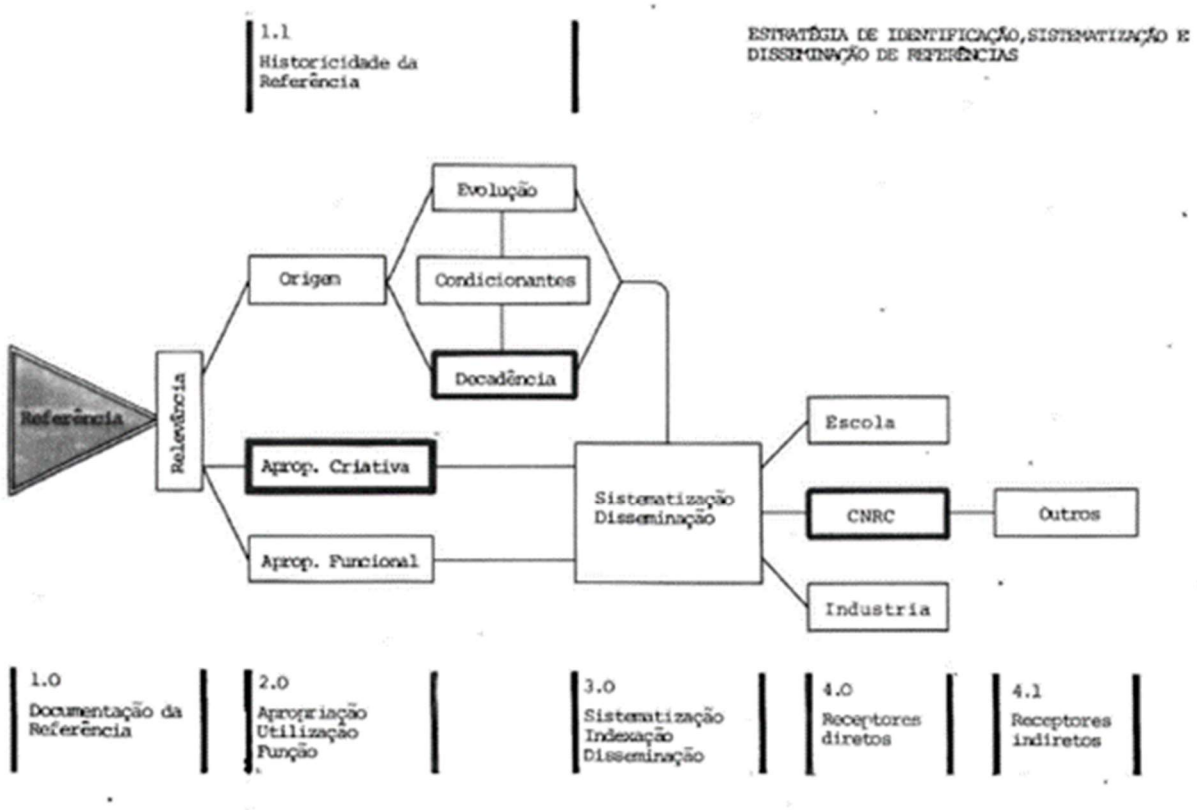
Em apenas um dos projetos fomentados ou diretamente executados pelo Centro encontrei alguma discussão ou tentativa de definição acerca do que estaria sendo considerado Referência Cultural. Trata-se do projeto chamado Educação Tecnológica: Apropriação Criativa de Recursos, apresentado pelo Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - CETEC/UFMG, que tinha como objetivo a "amostragem de apropriação criativa de recursos e sua transposição como recurso tecnológico" (CNRC, 1978, p. 2). No projeto, os proponentes pretendiam analisar padrões decorativos presentes em muros em contextos urbanos, transpondo os desenhos formados naquelas estruturas para um sistema que possibilitasse sua apropriação em outros campos como, por exemplo, estamparia de tecidos. Em sua proposta, eles buscam, por meio do seguinte diagrama e de um texto bastante sucinto, descrever o entendimento acerca do que seriam e como trabalhar com a noção de Referência Cultural:

APROPRIAÇÃO CRIATIVA DE RECURSOS

MATRIZ METODOLÓGICA E CONCEITUAL



Esta proposta de projeto enfoca prioritariamente a apropriação criativa de recursos/referências, desviando de maneira estratégica a atenção sobre o valor de uso tradicional da referência, e ou seu valor histórico e estético



Projeto: Apropriação Criativa de Referências Culturais

O quadro acima tem uma abordagem muito suscinta da "referência", objeto de atenção do projeto e do CNRC, naturalmente. Ainda assim, não possui maiores aprofundamentos ou legendas que ajudem a descrever o esquema apresentado. Apesar disso, é interessante que os proponentes esperavam desenvolver uma proposta que identificaria três diferentes componentes ou mesmo qualidades decorrentes da Referência Cultural: valor histórico; valor de uso e; apropriação criativa, sendo que – o "valor de uso" estaria mais diretamente relacionado aos produtores ou "detentores das caraterísticas culturais"; o "valor histórico" teria a ver com uma leitura externa e que levasse em conta sua continuidade histórica, as gerações envolvidas e seu valor enquanto narrativa de um certo grupo ou comunidade e; a "apropriação criativa" também remeteria a outros grupos, que teria acesso ao bem cultural por meio da referência disponibilizada em outro contexto (museológico, banco de dados, publicação). Dessa forma, descrever um fenômeno cultural pelo viés da Referência significaria, neste caso, buscar integrar valores. Estes, por sua vez, estariam ligados à historicidade, ou tradição da qual deriva (o vínculo mais diretamente associável às políticas patrimoniais), mas também, e sobretudo, ao

uso atual e as funcionalidades daquele fenômeno, bem como os potenciais para uma expansão desses usos, como num trabalho de fomento criativo às transformações e reapropriações da tradição para a criação de novas possibilidades com potenciais econômicos, inclusive.

Infelizmente, apesar de se apresentar bastante consonante com o vocabulário institucional e a visualidade do Centro, talvez pelo fato de que não parece ter se desenvolvido para além da proposta presente no Arquivo aqui referido, tal projeto de sistematização e esquematização de uma metodologia de apreensão de Referências Culturais não gerou desdobramentos ou avaliações por parte da equipe do Centro que me fossem possíveis de encontrar na documentação. Tampouco pude encontrar esforços avaliativos ou analíticos semelhantes, diretamente voltados à noção de Referência Cultural, em outros documentos, propostas ou textos oficiais dos membros da equipe do Centro.

Na medida em que o Centro se institucionalizava e amadurecia nas experiências advindas dos projetos específicos, o termo "referenciamento" aparece nos documentos oficiais como uma fase do trabalho esperado em cada projeto, a partir de uma matriz com quatro fases, conforme o Relatório final do CNRC, de autoria de sua equipe de coordenadores nos informa:

> (...) definem as linhas de atuação do CNRC: a da **captação** de vertentes culturais no atual quadro sociocultural do Brasil; a da **memorização** do acervo de dados captados, a ser usado como fonte de aprendizado, de reflexão e de referência; a do **referenciamento** adequado à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas do CNRC e aos modos de documentação experimentados para um mais apropriado registro dos fatos e processos captados; e, finalmente, a da **devolução** dos trabalhos e reflexões ao público. (CNRC. 1979. p. 5, 1979, grifos meus).

Tendo a interpretar, nos termos apresentados pelo excerto acima, que o "referenciamento" desenvolveu-se para se consolidar como aquele momento do trabalho realizado junto aos diversos contextos culturais no qual os dados produzidos em campo sofreriam, de fato, uma ação especializada mais direta dos agentes do Centro - de forma bastante condizente com o que era considerado por Hays no Relatório nº2, acima citado, como indexação. Ou seja, é o momento que justifica a existência dos projetos a partir da intenção, sempre reafirmada, de intervenção positiva nas dinâmicas culturais em que atuava, possibilitando, posteriormente, uma ação devolutiva, capaz de criar algum tipo de melhoria nas condições sociais do grupo. Também seria o referenciamento que proporcionaria ao próprio Estado brasileiro, os tais índices, indicadores ou fundamentos a partir dos quais novos processos de desenvolvimento econômico deveriam ser planejados e levados a cabo.

Referenciar era, portanto, uma ação ativa da pesquisa cultural, uma ação direta do trabalho dos pesquisadores especialistas. Dito de outra forma, uma Referência Cultural era um dado a ser produzido tecnicamente pelos especialistas do Centro a partir das realidades

socioculturais das comunidades com as quais se desenvolviam as ações, e não um tipo de dado básico, relacionado aos significados e valores associados aos bens culturais produzidos no âmbito das comunidades e pronto para ser coletado ou identificado por equipes especializadas em métodos etnográficos - como me parece ser o caso da forma como hoje as Referências Culturais são tratadas no INRC, conforme aprofundarei mais à frente.

1.1.1 A saída pelo patrimônio - transição e fusão

> "Ele não fazia coisas por acaso. Eu tenho a impressão de que, no fundo da cabeça de Aloisio, estava a ideia do Iphan."
> (**Clara de Andrade Alvim** - em entrevista realizada em março de 2019)

Entre 1978 e 1979, com a perspectiva de finalização do convênio que sustentava o CNRC, era necessário tomar decisões acerca de como se daria a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Centro. Ocorria então também uma sucessão presidencial - que trouxe o general João Figueiredo ao Palácio do Planalto, com missão dada por seu antecessor de promover a passagem do poder aos civis e consolidando a abertura política. Aloísio e seus colaboradores mais próximos se viram no dilema sobre as formas de, finalmente, institucionalizar o CNRC no âmbito do Governo Federal, garantindo, assim, a continuidade de seus trabalhos, porém, dentro de um novo contexto de desafios.

Naquele período, o Iphan já havia sido também um "cliente" do CNRC - que desenvolveu o projeto de Documentação do Patrimônio Cultural Brasileiro, voltado para o "levantamento e classificação dos acervos dos museus brasileiros e dos organismos que cuidam do registro de bens; subsídios para a definição do bem cultural no Brasil" (MAGALHÃES, 1997, p. 69). O trabalho foi desenvolvido a partir do ano de 1977, de forma a gerar subsídios ao Iphan, que recorreu, naquele momento, a um perito da Unesco capaz de prestar consultoria aos responsáveis pelos museus a cargo do Instituto. Aqui, penso ser importante verificar duas coisas simbolicamente apresentadas na descrição dos objetivos deste projeto: de um lado, o termo utilizado em seu título é Patrimônio Cultural Brasileiro e não Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como se via no nome do Instituto e na política federal de preservação à época; por outro lado, na descrição dos objetivos já aparece a ideia de geração de subsídios para a redefinição do objeto da política de preservação, na menção do termo "bem cultural" no lugar

de “bens móveis e imóveis”, com a qual o Iphan e o Decreto-Lei nº25/37[28] trabalhavam para preservar os monumentos, núcleos históricos e obras de arte que compunham o acervo preservado em nível federal até então. Me parece, portanto, que as reflexões da equipe do CNRC no sentido de viabilizar o Iphan como um pivô para a renovação do trato para com as políticas culturais, na forma de um conceito ampliado do bem cultural, possam até ter se iniciado a partir dali.

Vale salientar também que, conforme bem nos apresenta Lia Calabre (2009), havia, paralelamente ao trabalho desenvolvido pelo grupo de Aloísio no CNRC, uma reformulação das políticas culturais federais que, sobretudo na gestão de Ney Braga à frente do MEC, buscava restabelecer as relações do Estado com o campo cultural sobre uma nova lógica, também bastante ligada ao fomento de indústrias culturais (com a do Cinema, com a criação da Embrafilme e a do teatro, com a criação da Funarte), além de uma busca por reatar laços com os setores ligados às culturas populares que, até então, ainda eram associados com as esquerdas combatidas ao longo dos anos de chumbo do regime:

> após um período de forte perseguição política, com intensa ação repressiva – que resultou em prisões, assassinatos e fugas para o exílio –, o governo do presidente Geisel marca o início da distensão política, da abertura lenta e gradual, no qual o governo busca se reaproximar, obter a simpatia e mesmo o apoio da classe artística e da intelectualidade. Para isso acena para novas modalidades de auxílios e financiamentos, com a ampliação da área de abrangência das ações ministeriais (CALABRE, 2009, p. 81).

Assim, podemos dizer que o cenário encontrado por Aloísio naquele momento era propício a seus intentos de incorporação do CNRC ao aparato federal de cultura. Ainda assim, foram muitas e rápidas as mudanças que se seguiram àquele período. Em março de 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado presidente do Iphan. Alguns meses depois, ocorre um seminário de alinhamento entre gestores e funcionários da Instituição, assim como do CNRC e do Programa das Cidades Históricas - PCH, que, desde 1973, era vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e buscava investir recursos vultosos (para os padrões do antigo Iphan) e oriundos dos Bancos Estatais (Banco do Nordeste e, posteriormente, também da Caixa Econômica Federal) para a recuperação de áreas urbanas e monumentos nos núcleos urbanos tombados. Buscando a sustentabilidade econômica da preservação daqueles núcleos, o PCH restaurava os monumentos dando-lhes finalidade, prioritariamente, turística, a partir de técnicas e metodologias oferecidas pelo Iphan.

---

[28] O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Foi o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e seus preceitos se mantêm em uso ainda hoje, como base da política de Patrimônio Cultural Material.

Em novembro de 1979, foi então criada a Fundação Nacional pró-Memória[29]. A partir daí, o Iphan se torna uma secretaria, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, e Aloísio passa a acumular os dois cargos: de Coordenador Geral do CNRC e Diretor Geral do Iphan, podendo, por fim, dar andamento à iminente fusão:

> Aliás, sobre isso eu queria fazer uma observação, isto é, que seria mais fácil provavelmente criar uma instituição **nova, livre, ágil**, sem se preocupar com nenhuma anterioridade, com nenhum passado
> (...) não, não é que fosse melhor. É que talvez fosse mais fácil na medida em que você não teria nenhum peso no sentido de estrutura institucional. Porque veja bem: o IPHAN, quando a gente fala nessa revitalização do IPHAN não está pensando só no que a gente pode trazer como aporte, como metodologia, dinâmica. **Pensa também na própria estrutura do IPHAN que precisa ser revista**, entende? O IPHAN não pode continuar como **órgão tão fechado**, no sentido bastante precário em termos de recursos, em termos de estrutura salarial, em termos de funcionamento. O IPHAN funciona ainda como um grande ideal
> (...) Então, nesse sentido é muito mais difícil. Mas fazer outra instituição seria ilógico e incoerente em termos de processo histórico, em termos de trajetória cultural. (MAGALHÃES, 1997. p. 122-124, grifos meus)

Por meio desse redesenho, o MEC passou a contar com uma Secretaria de Cultura, tendo a ela submetida uma outra Secretaria (depois, Subsecretaria), voltada para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e responsável pela parte normativa e de gestão superior da política de preservação, cujo braço executivo era a Fundação Nacional pró-Memória[30]. A estrutura da próMemória era, naquela época, muito mais ágil para o desenvolvimento de projetos do que os órgãos da administração direta (como as secretarias dos ministérios) e do que o antigo Iphan, além de possuir autonomia orçamentária, de contratações de pessoas e serviços, e contando com quadro próprio de funcionários. Desfrutando de prestígio político, Aloísio conseguiu para a próMemória uma estrutura de cargos e salários muito boa à época - o que os servidores que viveram aquele momento não deixam de lembrar. Dessa forma, tanto a equipe do CNRC, quanto os funcionários do antigo Iphan migraram para a nova instituição, passando a estar oficialmente vinculados à próMemória, em regime celetista (pois vinculado à CLT).

Além do CNRC e do Iphan, o PCH também passou a fazer parte do que veio a ser conhecido como Sphan/próMemória. Com isso, passou a ser possível a execução das ações do

---

[29] Para saber mais sobre a Fundação Nacional pró-Memória, recomendo o artigo constante do Dicionário do Patrimônio Cultural, de autoria de colegas servidores do Mestrado Profissional, disponível no portal do Iphan: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990 (acesso em maio de 2018).

[30] Há uma edição entre as publicações do Iphan que explica e ilustra a série de mudanças nos arranjos administrativos e as diversas nomenclaturas dentro do que hoje é o Iphan: THOMPSON, Analucia. *Campo cultural e contexto histórico: nomes do IPHAN*. In: MOTTA, Lia (Org.). Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural. Caderno de Estudos do PEP/MP n. 9. Rio de Janeiro: COPEDOC/DAF/IPHAN, 2015.

Programa de forma diretamente vinculada às diretrizes políticas e burocráticas da Sphan, via próMemória.

Nesse complexo institucional, de um lado, arquitetos e historiadores da arte, já com longa trajetória institucional, lideravam a estrutura responsável pelos processos longamente estabelecidos da gestão dos bens tombados a partir da antiga capital no Rio de Janeiro, onde se localizava a estrutura da recém-criada Sphan (seus cargos, a maior parte dos funcionários, a sede no Palácio Gustavo Capanema etc.,). De outro lado, na Capital Federal, surge outra estrutura, de onde emana um novo poder no órgão federal de Patrimônio. Para essa nova frente de trabalho, apresenta-se então uma equipe, que origina o chamado "pessoal da Referência Cultural", conduzida pela batuta de um designer (Aloísio Magalhães), mas composta por pesquisadores egressos dos mais diversos ramos e, na maior parte das vezes, com atuações marcadamente interdisciplinares: Cecília Londres e Clara Alvim vinham das Letras, sendo que Cecília doutorou-se em Sociologia; Fausto Alvim Jr. e Newton Horta eram egressos da Matemática, mas Alvim Jr. doutorou-se em Filosofia e ambos estiveram empenhados em desenvolver sistemas de computação; Roberto Sabato Moreira é sociólogo com mestrado em Comunicação; José da Silva Quintas e Felippe Serpa vêm da Física, mas dedicaram boa parte de suas carreiras à Educação; da Biblioteconomia vinham Ana Tapajós e Cordélia Robalinho Cavalcanti; João Tadeu Gonçalves era formado em Jornalismo com especialização em Sociologia; como antropólogos havia Olympio Serra, Ana Gita de Oliveira e sua irmã, Iara Pietricowski de Oliveira, sendo que esta última tornou-se também fotógrafa e atriz; Jorge Vinhas e Rogério Dias são formados em Economia, mas ambos dedicaram sua carreira à diversas áreas, desde Arqueologia até a Assessoria Parlamentar; Ana Claudia Lima e Têca Paiva Chaves são historiadoras, com forte atuação na política de patrimônio imaterial; Xavier Maureau era graduado em Direito, mestre em Etnografia, além de cineasta e fotógrafo. Interessante perceber que eram igualmente contratados como pesquisadores, pessoas como Altino Benedet, colono de origem italiana e conhecedor das técnicas tradicionais de construção e manutenção dos engenhos de tradição italiana, e Nalva Santos, fotógrafa, sambadeira do Recôncavo Baiano e, atualmente, técnica do setor de Patrimônio Imaterial do Iphan-BA. Apesar de não possuírem formação superior acadêmica, eles foram figuras de destaque na consolidação de diversos projetos importantes para o CNRC, como o Museu Vivo de Orleans, em Santa Catarina, e o Projeto Ouro Preto, em Minas Gerais. Nenhum arquiteto, nem historiador da arte, nem conservador ou restaurador figurava, portanto, na equipe do CNRC em seus primeiros anos, período em que teve maior influência na gestão do Sphan/próMemória.

Assim, Aloísio Magalhães e seus colaboradores mais próximos (com destaque para Fausto Alvim Jr., que elaborou, como consultor, as propostas iniciais de estruturação e a minuta de Portaria para estabelecimento da estrutura da próMemória) agora tinham como desafio o estabelecimento de pontes entre funcionários, suas práticas, projetos e conceitos distintos e que, como veremos adiante, parece ter sido marcada tanto por um sentimento quase que de uma "invasão bárbara" por parte dos antigos funcionários do Iphan, quanto pela grande dificuldade de adequação às estruturas da Administração Pública por parte dos egressos do CNRC.

Fausto Alvim confirma essa diferença de culturas organizacionais no documento inicial com as sugestões para organização dos trabalhos do CNRC na próMemória:

> Uma aproximação do CNRC ao IPHAN, e do Programa das Cidades Históricas da SEPLAN/PR, se ajusta no momento e é favorecida com a ocupação dos cargos de Coordenador Geral do CNRC e Diretor-Geral do IPHAN pelo Prof. Aloisio Magalhães. Cada uma dessas organizações conta, entretanto, com história, vocações e propósitos que, embora comunicantes, não são totalmente coincidentes. Assim, parece natural que, numa coordenação hábil de esforços, procure-se estimular não apenas o trabalho conjunto nas áreas de competência comum, mas também as empresas que surjam como de particular oportunidade e interesse para qualquer dos três grupos.
> Sem dúvida, **o CNRC se encontra em situação delicada, ao lado do IPHAN** e do PCH-SEPLAN/PR. A missão bem definida do IPHAN, o peso institucional da entidade e sua tradição de respeito e dignidade, ganha em mais de quarenta anos de trabalhos e sucessos, **podem facilmente ofuscar as qualidades e a valia de um organismo novo**, ainda desprovido de posição institucional estável e **com uma trajetória determinada de modo abstrato e peculiar**. (ALVIM JR. 1979, p.12, grifos meus)

Se o relatório de Fausto Alvim (1979) demonstra as inseguranças vividas pelo CNRC com a fusão, de outro lado, a situação do Iphan também não era exatamente confortável.

Em 1981, com a criação da Secretaria de Assuntos Culturais - Seac do MEC, também sob a gestão de Aloísio Magalhães, ficava consolidado esse conjunto de acontecimentos e redirecionamentos que pode ser considerado desnorteador, para uma instituição que, até então, só havia mudado seu principal dirigente uma única vez em 43 anos de existência, quando, em 1967, o arquiteto Renato Soeiro[31] substitui Rodrigo Melo Franco de Andrade na presidência do órgão.

Em entrevista a mim concedida, Clara Alvim, que naquele período era coordenadora-geral do CNRC, afirma ter sido um momento de frustrações por parte da antiga gestão do Iphan.

---

[31] **Renato de Azevedo Duarte Soeiro** nasceu em dezembro de 1911, em Belém (PA). Formou-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, em 1937. No ano seguinte, ingressou no Iphan onde trabalhou por 41 anos. Foi diretor da Divisão de Conservação e Restauro de 1946 até 1967, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o indicou então, como seu substituto à frente da Instituição. Ocupou a presidência do Instituto de 1967 até 1979. Depois de sua saída do Iphan, continuou seus trabalhos com o patrimônio cultural, tendo ocupado também a direção executiva da Fundação Casa de Rui Barbosa. Mais informações podem ser conferidas na dissertação de mestrado sobre sua gestão no Iphan (SAPORETTI, 2017), disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6485 (acesso em outubro de 2019).

Segundo ela, Renato Soeiro não gozava de grande prestígio político, apesar de carregar consigo o prestígio técnico e moral do instituto que o pai da entrevistada fundara mais de 40 anos antes.

> Quando se dá a fusão, (...) do ponto de vista do Iphan [no Rio de Janeiro], houve um entendimento de que o Aloísio tinha mesmo dado um salto, um golpe (...). Ele [Renato Soeiro, então presidente do Iphan] interpretou como um golpe. Aloisio acho que não fez propriamente como golpe. Para Aloisio, acho que ele continuaria. Mas para o Soeiro foi considerado como golpe e, de alguma forma, o pessoal daqui [de Brasília, do CNRC] não estava a fim, e nem o Aloísio fez esse exercício, de ter um pouco mais de delicadeza, de percepção - e eu me incluo nisso - com a situação lá. Então foi como que um golpe. O que não significaria que mais tarde Aloisio iria desprestigiar os fundamentos do Iphan. Longe dele! (ALVIM, 2018).

Há, no Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília, uma documentação muito interessante relacionada às tensões, dilemas e estratégias para a fusão entre o CNRC, Iphan e PCH, composta por atas de reuniões entre integrantes das três esferas para debater os termos da fusão, relatórios sobre números e quantitativos de recursos humanos e financeiros etc. Entre eles, me ative à alguns dos documentos que poderiam informar melhor sobre a forma como o termo Referência Cultural se tornou um distintivo entre dois grupos de funcionários da próMemória: o primeiro, dos que vieram do CNRC e foram acomodados em uma coordenadoria que manteria o nome do Centro, a Coordenadoria Geral do Centro Nacional de Referência Cultural, à qual correspondia um programa a ser executado, chamado Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural; e o segundo grupo, o dos funcionários do antigo Iphan, que continuaram atuando a partir da estruturação do órgão de onde vieram, agora transformado em Subsecretaria do Ministério da Educação e Cultura, subordinada diretamente à Secretaria de Assuntos Culturais, e mantendo suas divisões e unidades regionais, com sua capacidade normativa e fiscalizatória contando, porém, com a estrutura executiva da próMemória, que dava condições de abarcar também atividades de intervenção, obras de restauro e requalificação de bens tombados, unificando, debaixo da gestão da Sphan, as ações antes realizadas pelo PCH.

O ponto que defendo aqui é que o termo Referência Cultural, ainda que não perdendo suas significações originais, ganharia outras: uma de marcador identitário do grupo que passa a ser identificado como o "pessoal da Referência Cultural", e outro, como termo associado ao movimento político interno ao Sphan/próMemória de identificar bens culturais anteriormente não contemplados a partir dos valores sociais nativos (para usar o termo antropológico) e, consequentemente, incluí-los no rol de patrimônios culturais com os quais a política deveria trabalhar.

1.2 Referência Cultural como “trincheira” e “valor” - bases para uma ampliação da ação, bases para um patrimônio inclusivo

> **“**fica claro que o bem a preservar não é exclusivo da cultura de um grupo ou de uma classe social - de uma elite eventualmente dominante. Ontem, Sr. M'Bow nos falou da necessidade da UNESCO escapar à visão greco-romana do planeta. Que divide o mundo em um mundo civilizado e um mundo bárbaro. Hoje, fica claro, que cumpre afastar de dentro de nosso próprio país esta mesma visão, que dividiria o Brasil em dois, na cultura civilizada a preservar e na cultura bárbara a esquecer.”
> (**Joaquim Falcão** - Conselheiro da próMemória em discurso de saudação ao Diretor Geral da Unesco, em abril de 1981.)

Em seu pronunciamento no I Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura das regiões Centro-Oeste e Norte, realizado em 26 de maio de 1982, na cidade de Goiânia (GO), já como Secretário de Assuntos Culturais do MEC e Diretor da Fundação Nacional pró-Memória, Aloísio Magalhães questionava:

> Que referenciais? Quais são esses referenciais? Qual a importância desses referenciais? Onde estão, como se dividem, como se compõem **os referenciais importantes para o desenvolvimento da cultura brasileira**? Essas questões nos preocupam a todos, e sobre elas gostaria de me deter um pouco. Quais os **componentes fundamentais da cultura brasileira**? Quais os **indicadores** básicos de uma personalidade, de um perfil, de uma fisionomia que pudesse **significar** a cultura brasileira, na medida em que o processo de desenvolvimento, a dinâmica da trajetória natural de qualquer nação, sobretudo no mundo contemporâneo, rápida e aceleradamente perde, esquece esses componentes fundamentais, e em que os componentes novos agregados à cultura, numa absorção na maior parte das vezes indiscriminada e sem avaliação do peso das suas repercussões futuras, atingem, pelos meios de comunicação tecnológica de hoje, o **âmago, o cerne de uma cultura**, e sobre ela atuam de uma maneira muitas vezes devastadora? (MAGALHÃES. 1997. Pg. 45, grifos meus).

No trecho acima, pode-se dizer que pouco haveria mudado na concepção original de Referência com que o CNRC trabalhou em seus quatro anos de existência autônoma. Estão na fala de Aloísio a ideia de indicadores, a ideia de desenvolvimento a partir da cultura, a ideia de urgência diante da avassaladora contemporaneidade homogeneizante, achatando culturas.

Assim, é possível perceber um trabalho processual no sentido de desenvolver as instituições do complexo Sphan/próMemória, tanto no campo político, quanto no conceitual. Neste último, ao mesmo tempo em que ocorre uma virada patrimonial dos discursos e da atuação do CNRC, também se propõe a criação de vínculos e paralelos entre as ações e princípios do Centro com as das políticas de patrimônio cultural do antigo Iphan. Vale destacar que esse processo acontecia com o agravante de um distanciamento geográfico. De um lado, o Programa Nacional de Referência Cultural era executado pela Coordenação Geral do Centro Nacional de Referência Cultural (que os funcionários continuavam chamando por CNRC), a partir da sua sede em Brasília, enquanto, por outro lado, o Programa de Preservação de Bens

Culturais e Naturais[32] era executado pela Sphan, do Rio de Janeiro (segundo as diretrizes operacionais da instituição, publicadas em 1985[33]).

O arranjo institucional que Aloísio Magalhães conseguiu construir junto ao então governo Figueiredo e ao ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, praticamente dava, ao idealizador do CNRC, plenos poderes sobre todos os setores da política cultural, como já vimos anteriormente. A partir da nomeação de Aloísio como Secretário de Cultura do MEC, em 1981, vale lembrar que todo o sistema federal de cultura passa a estar sob sua governabilidade, inclusive setores como: a Fundação Nacional das Artes - Funarte, com o então Instituto Nacional de Folclore (atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP, vinculado ao DPI/Iphan), a ela vinculado; a Biblioteca Nacional; a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco. Dessa forma, seria possível iniciar uma série de ações que, no espírito do antigo CNRC, articulavam atuações diversas das políticas voltadas para a cultura, para além da preservação do patrimônio.

A ampliação dessa ação, contudo, gerou a necessidade de dar início a um segundo processo de integração de setores alheios ao projeto de Aloísio e do CNRC. Nesse sentido é que o documento denominado Definições e Diretrizes Para a Operacionalização da Política Cultural, de 1981 (ANEXO I), é enviado a todos os setores vinculados à nova Secretaria de Cultura do MEC. Ele sintetiza a visão do grupo egresso do CNRC acerca da cultura, conforme apresentado nas seções anteriores desta dissertação. Minha referência a tal documento se dá aqui para mostrar que, também nesse contexto de busca por uma expansão do projeto de Aloísio para além das políticas de preservação, há resistências também nos outros espectros da ação cultural do MEC. Um exemplo disso que encontrei no acervo documental do Arquivo Central do Iphan em Brasília, com resposta da Funarte às referidas diretrizes, com críticas bastante contundentes acerca de toda a fundamentação conceitual proposta pelo grupo de Aloísio na SEC/MEC, dessa vez, a partir, justamente, do questionamento de aspectos tão caros a eles, como sua pretensão democrática, dinâmica e moderna de cultura:

> O documento é extremamente coerente para que se possa criticá-lo ou emendá-lo parcialmente; a forma como foi posto em discussão cria considerável pessimismo diante da possibilidade de propostas alternativas; e o curto prazo em que se exige uma resposta tolhe qualquer possibilidade de estabelecimento de um processo de discussão dentro das instituições que permitisse um maior aprofundamento e uma crítica mais

[32] Pelo que me foi possível inferir pela análise da documentação administrativa da próMemória, seu organograma era composto por "Programas", ou "Áreas de Programação" - centrados nas ações. Assim, os programas existentes na maior parte da década de 80 eram os seguintes: "Acervos Museológicos; Preservação de Bens Culturais e Naturais; Acervos Bibliográficos e Arquivísticos; Referência da Dinâmica Cultural; Direção e Administração da próMemória.

[33] Essas diretrizes foram publicadas como anexo à Determinação nº 138 de 20/12/1985 do Ministério da Cultura.

> elaborada ao documento. Isso sem mencionar a total ausência dos reais produtores de cultura nesse processo decisório dos caminhos da produção cultural no Brasil. (...)
> Nossas anotações não pretendem, portanto, ser mais que hipóteses, mera suposição o que de início as diferencia das Diretrizes, que são uma posição.
> A primeira questão - a mais geral - que nos colocamos é a seguinte: o texto oficial faz pensar que uma cultura é possível a partir de um discurso dotado de sentido prático e por se apresentar como única síntese possível, dotada de sentido prático, a diretriz é uma afirmação dogmática de si mesma. Isso traz consequências políticas precisas: na medida em que não se apresenta como hipótese - isto é, como possibilidade da negação - o discurso sobre a cultura não permite aqui, outros possíveis discursos que não sejam diretrizes. O que equivale a dizer que, da mesma maneira que só existe um discurso sobre a cultura - esse discurso -, da mesma maneira só existe também uma cultura, apesar do "reconhecimento" escrito de diversas manifestações (de uma mesma cultura, é bem verdade). (...)
> Típico do pensamento tecnocrático, a separação cultura/realidade não é mais que a fórmula já consagrada de se encobrir as condições reais onde se dá a produção cultural numa tentativa de retirar o sentido de contestação dos valores vigentes presente nas manifestações culturais. É esse duplo negar valores vigentes e afirmar valores minoritários e atualizados que imprime o vigor da dinâmica do processo cultural. E é essa dinâmica que o pensamento tecnocrático busca ofuscar ao supervalorizar os "bens culturais permanentes", os "valores da nação", ao afirmar que "os bens culturais são os únicos valores estáveis com que a Nação pode contar" e ao privilegiar os "valores do passado".
> A mitificação do passado nega a atualização crítica, sob o mito da Nação se camufla a oposição regional, minoritária e de classe; a permanência e estabilidade da cultura busca esconder seu caráter dinâmico. (...)
> O vigor que ainda se pode encontrar hoje na cultura brasileira está na contestação da nacionalização do regional, da opressão das minorias, do autoritarismo da cultura dominante, da massificação provocada pela indústria cultural. Os anos 68-78 foram marcados por formas violentas de combate a esse vigor da cultura, e é inegável que foram obtidos resultados consideráveis. A atual proposta de política cultural busca dar continuidade a esse processo sob formas menos violentas (FUNARTE, 1981, págs.. 01 a 04, grifos no original).

Ainda no mesmo documento, os autores acusam a visão de cultura apresentada pela SEC como sendo de um "nacionalismo estreito e xenófobo" (idem, p. 06). Eles chegam a acusar o documento enviado de fazer um verdadeiro elogio à pobreza, afirmando que a proteção da diversidade, da maneira apresentada pela direção da SEC, estava diretamente vinculada ao isolamento e manutenção das populações em contextos de pobreza que as obrigavam a manter a autenticidade de seus aspectos culturais. Enfim, toda a argumentação mostra, por um lado, a descrença dos agentes públicos com relação às políticas e planejamentos propostos pela gestão daquela equipe advinda do CNRC, bem como um espírito crítico direcionado de um ponto de vista que é, ao menos para mim, inesperado, já que traz um discurso de esquerda carregado, com críticas aos ditos "anos de chumbo" da ditadura militar, vindas de um órgão do próprio governo federal, num período de tensões políticas ainda fortes derivadas do processo de abertura política.

Imagino que o tom das críticas houvesse tido certo impacto para um grupo que, de alguma forma, pudesse acreditar estar mais próximo a esse campo ideológico da política cultural, desde sempre mais ligado ao novo, ao fomento, e menos ao campo da preservação do

patrimônio - então, compreendido como elitista e reativo. De fato, o tom da resposta da Funarte às propostas do grupo do CNRC na SEC parece indicar também uma disputa nesse campo da ação cultural.

O documento final[34], publicado ainda no mesmo ano, com a consolidação das diretrizes parece ter levado em consideração algumas das críticas recebidas, não apenas pela Funarte, como no exemplo acima, mas também pelos demais setores que formavam a SEC. Um seminário foi realizado com participação de todas as instituições envolvidas, a fim de agregar diversas áreas, não apenas da Secretaria, mas do MEC como um todo, confirmando que a proposta de integração continuou sendo uma questão importante para o grupo de Aloísio e do CNRC.

Nesse sentido, ainda naquele momento surge, por exemplo, o Projeto Interação Entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais, que além de todas as instituições da área cultural do MEC, também conseguiu, por alguns anos, incorporar agentes e recursos financeiros das áreas ligadas à Educação do ministério, a partir do projeto iniciado ainda no CNRC[35]. No universo das ações de promoção, por exemplo, surge no Instituto Nacional do Folclore, em 1983, a Sala do Artista Popular - programa que persiste até os dias de hoje e que absorve muito da perspectiva dos trabalhos com artesanato do CNRC, ao propor processos de pesquisa, documentação e difusão dos processos artesanais sempre associados à dinamização de sua comercialização e inserção no mercado, pelos próprios artesãos em parceria com a instituição[36]. Ao mesmo tempo, projetos continuados do CNRC buscam formas de adaptação às políticas de preservação do patrimônio cultural - é o caso do macroprojeto História da Ciência e Tecnologia no Brasil, que passa a ser chamado Tecnologias Patrimoniais.

Ainda assim, percebo que havia um sentimento de excessivo distanciamento e inadequação do CNRC com relação aos demais setores, já consolidados no campo das políticas de preservação. Em 1980, mais uma vez, Fausto Alvim explicita a situação:

> Refiro-me ao problema da organização dos trabalhos técnicos do nosso interesse, de forma que as atuações antes representadas pelos segmentos hoje unidos - IPHAN, PCH e CNRC - passem a se realizar num fértil e inovador clima de integração plurissetorial.

---

[34] Uma versão digitalizada online do documento pode ser encontrada no seguinte endereço: http://sites.funarte.gov.br/vozessp/wp-content/uploads/2017/09/Diretrizes-pol%C3%ADticas-culturais-do-MEC-1981.pdf (acesso em setembro de 2019).

[35] Para mais informações sobre o projeto, ver: BRANDÃO, C. R. et al. *O difícil espelho*: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e de educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. Além disso, é possível compreender mais sobre as vinculações do projeto com a atual política de Educação Patrimonial na publicação: "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos", p. 9. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf (acesso em maio de 2018).

[36] Para saber mais: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=46 (acesso em maio de 2018)

> Cada um desses três segmentos exibia, antes da fusão no complexo SPHAN/próMemória, formas específicas de conduzir suas correspondentes atividades, assim como diferentes estruturas organizacionais. Destas, as do IPHAN e do PCH, pelas próprias condições históricas em que surgiram, seguem padrões bem definidos da administração pública que - embora com todas as modernas características de regimes descentralizados - podem ainda ser classificados como clássicos. E, ademais, deve-se reparar que o **entrosamento do IPHAN com o PCH** - e destes com as demais entidades vinculadas à área - sempre foi igualmente bem definido.
> Quanto ao antigo CNRC, todavia, o quadro é distinto. Criado com vistas a uma apreciação totalmente nova do universo cultural brasileiro, e estabelecendo-se como um prometo interministerial, **o grupo consiste hoje basicamente num conjunto de equipes, dedicadas a estudos e pesquisas que se distribuem segundo vasto leque de especificidades**. A coordenação dessas equipes **não se acha codificada**, entretanto, **nem há explicitada qualquer rotina ou metodologia de funcionamento do sistema** – este opera, em realidade, segundo processualísticas internas que **se firmaram e se mantêm por consenso** (ALVIM JR. 1980, p. 01 e 02, grifos meus).

Luiz Felippe Serpa, em um documento com contribuições a um processo avaliativo do desempenho dos funcionários do CNRC na próMemória entre os anos de 1980 e 1982, também traz dados que corroboram as dificuldades de adaptação das estruturas do antigo Centro e sua integração ao Iphan. Segundo ele, havia escassez de recursos próprios, sendo que os projetos que continuavam a acontecer com maior fôlego eram aqueles desenvolvidos com recursos externos. Ao mesmo tempo, essas "Várias tentativas de integração das atividades do CNRC com a estrutura do patrimônio (diretorias regionais) mostraram-se precárias e, em alguns casos, inviáveis" (Serpa, 1982, p. 01).

De um lado, havia o ideal de uma instituição como o CNRC, focada na inovação dos métodos e conceitos com que a cultura era tratada nas políticas públicas, com perspectivas de futuro e na dinamização dos processos culturais. De outro lado, o próprio Iphan, que, além de viver um momento difícil de sua história, com escassez de prestígio político e de recursos humanos e financeiros, ainda sofria as fortes pressões ligadas à relação conflituosa entre a preservação dos sítios urbanos tombados e o setor imobiliário. Naquele ponto, a Instituição já contava suas quatro décadas de atuação com uma forte tradição de trabalho e, até certo ponto, rígida cultura institucional, mas que ainda assim, era bem estabelecida e respeitada. A instituição era sem dúvida, reconhecida nos meios mais eruditos da sociedade brasileira pela atuação em defesa da preservação dos monumentos e obras artísticas a partir de critérios muito técnicos e estabelecidos a partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937.

> A conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha, porém, um limite em relação ao anteprojeto: para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se a coisas ("bens móveis e imóveis"), o que marcava a inadequação do instrumento proposto - o tombamento - para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas etc. (FONSECA, 2005, p. 104 e 105).

O “anteprojeto” a que Cecília se refere na citação acima é o Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, produzido por Mário de Andrade em 1936, a partir de um pedido do então ministro Gustavo Capanema para a criação de um instrumento de proteção do patrimônio nacional. Hoje altamente discutido e analisado nos estudos sobre o patrimônio cultural e, pode-se dizer, consagrado enquanto fundamento para a constituição da política nacional de preservação, o documento foi resgatado naquele momento de fusão CNRC-Iphan, em um claro esforço narrativo que justifica e embasa as ações do Centro.

Trazer a figura e o esforço seminal de Mário de Andrade à tona foi uma estratégia sagaz do grupo de Aloísio Magalhães. Isso porque os conceitos e princípios que norteavam os trabalhos no CNRC não possuíam respaldo na ação institucional do Iphan até então, nem correspondiam aos seus instrumentos administrativos e legais, muito menos à sua cultura institucional, que ainda eram focadas nos bens culturais arquitetônicos e nas obras de arte erudita. O Iphan, na década de 1970, continuava a trabalhar a partir de um conceito de cultura compatível com o momento de sua criação em 1937 que, como bem define Calabre (2017):

> De uma maneira geral (...) estava muito vinculada à de educação, ao conhecimento erudito e aos “hábitos culturais cultivados”, tais como ler clássicos da literatura canônica, conhecer a dramaturgia universal (ocidental e especialmente europeia), ouvir música erudita, enfim, o projeto era o de aumentar o nível “civilizatório” do país. Ainda que houvesse correntes intelectuais trabalhando na consolidação da ideia da valorização de uma cultural nacional, enaltecendo saberes e fazeres populares (CALABRE, 2017, p. 33 e 34).

Assim, a saída encontrada pelo grupo de Aloísio foi consolidar uma nova narrativa institucional que incluiu, pela primeira vez, o CNRC na linha evolutiva das políticas de patrimônio cultural. Essa estratégia se encontra consolidada no nº 31 da Série Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em um primeiro esforço oficial da instituição em contar uma história da preservação no Brasil, no texto intitulado **Proteção e Revitalização do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil: uma trajetória**[37], datado de agosto de 1980. Sem autoria individual indicada[38], ele traz um apanhado das ações empreendidas em prol da preservação mesmo antes da criação do Iphan, retomando uma coletânea de legislações e esforços com tal fim desde o período colonial. Na cronologia

[37] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf (acesso em maio de 2018)

[38] O sociólogo Roberto Sabato Moreira incluiu o texto em seu currículo, como sendo de sua autoria em parceria com Fausto Alvim Jr. As colegas e arguidoras, Claudia Baeta Leal e Lia Motta dão conta de que o texto é, de fato, um esforço de compilação, interpretação e sistematização, já que há uma série de trechos completos e não referenciados de uma outra publicação de 1952, de autoria de Rodrigo M. Franco de Andrade com um histórico de sua atuação ao longo daqueles primeiros anos à frente do Sphan/Dphan, intitulado **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos** de 1952, além da repetição de trechos de relatórios técnicos do próprio CNRC.

proposta, buscou-se prestar uma grande reverência ao esforço empreendido pelo antigo Sphan de Rodrigo Melo Franco de Andrade, inclusive consolidando o título dado ao período correspondente aos trinta anos em que esteve à frente da instituição, desde sua fundação até 1967, como A Fase Heroica (p. 16), onde se entendia necessário concentrar esforços para assegurar a permanência dos grandes monumentos da história e da arte nacional, que corriam risco de desaparecer. A publicação traz, inclusive, trechos inteiros do livro de 1952, **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**, de autoria do próprio Rodrigo M. F. de Andrade, o que demonstra a pesquisa profunda dos autores na bibliografia institucional do Iphan. O documento segue pelos anos em que o Dphan se torna Iphan (1970 a 1979) e é dirigido por Renato Soeiro, nomeado ali com o humilde epíteto de A Segunda Fase, na qual se mostram as dificuldades encontradas pela instituição diante dos problemas apresentados pelo desenvolvimento das cidades, pela crescente urbanização e especulação imobiliária e, por fim, demonstra como as soluções iam sendo encontradas mais fora do que dentro do Iphan - sendo o Programa das Cidades Históricas e o CNRC incorporados à narrativa justamente como sinais de fortalecimento e modernização, capazes de trazer soluções novas para a velha política.

Tal modernização, contudo, não estaria desamparada de raízes profundas, pois, na retomada do Anteprojeto de Mário de Andrade, apresenta-se o CNRC como experiência capaz de reviver conceitos ampliados e deixados de lado à época da criação do Sphan. Com essa manobra simbólica e partindo do conceito de Bem Cultural, o grupo de Aloísio justificava seu papel na evolução natural da política de preservação:

> O conceito de bem cultural, isto é, de bem a ser incluído no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - é bastante mais amplo no Anteprojeto de Mário de Andrade (Capítulo II) do que o conceito, afinal, codificado no Decreto-Lei nº 25 (Capítulo I), e o trabalho do Iphan concentrou-se, também naturalmente, no cuidado específico de um gênero específico desses bens - isto é, na conservação e restauração dos **monumentos de pedra-e-cal** (...) Embora tendo sido criado independentemente do complexo Iphan-PCH, o estabelecimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) pode ser considerado como **canônica sequência aos eventos acima descritos**. Pois o "traçado de um sistema referencial básico, a ser aplicado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira" - meta principal do convênio de consolidação do CNRC - seria de óbvia importância para a coordenação entre os marcos monumentais, e a história que os envolve, **conduzindo o significado que lhes são atribuídos pelas correspondentes comunidades**. (idem, p. 23, grifos meus).

A questão que se associava ao termo Referência Cultural, nesse momento, vai acrescendo ao projeto original de indexação de padrões culturais com a finalidade de criar condições de desenvolvimento em nível local e nacional, um esforço em modificar a lógica de atribuição de **valores** aos bens culturais com foco nas políticas de patrimônio (aqui também já identificadas, em seu aspecto tradicional, pelo epíteto "pedra-e-cal"). Resta claro no trecho acima a exposição do porquê o referenciamento era importante para a política de patrimônio:

porque ele poderia conduzir os significados atribuídos aos bens culturais reconhecidos como patrimônio pelas próprias comunidades que os usufruem. Creio ser a partir desse esforço de inclusão que o sentido de Referência Cultural vai incorporando a ideia da comunidade como guardiã dos valores e significados que tornam fenômenos da cultura, patrimônios culturais. E se a evolução da história da preservação no Brasil havia, pela força das circunstâncias, se iniciado pelo desenvolvimento de expertise voltada para a preservação de edificações e obras de arte de um tipo monumental ou excepcional, o CNRC traria, nesse momento histórico, a expertise capaz de identificar e reconhecer os bens culturais enraizados no cotidiano das camadas mais populares da sociedade nacional que, até então, não eram foco das políticas patrimoniais. E fazia isso justamente por meio do "traçado de um sistema referencial básico" da cultura brasileira (como explicitado em tantos documentos explicativos do CNRC).

Essa era a encarnação da disputa narrativa acerca do patrimônio nacional, para a qual atenta Gonçalves (2002). Segundo o autor, é a partir de uma mesma retórica de risco iminente da perda da identidade nacional que Aloísio Magalhães propõe um contraponto ao projeto implementado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que buscava a Nação a partir da unidade. Para Aloísio e seus companheiros de CNRC, a Nação emana da diversidade - uma diversidade ainda desconhecida, em sua maior parte. Dessa forma, ao invés de uma prática preservacionista calcada na seleção de um conjunto coeso de bens que falam de uma narrativa já pré-determinada de um passado imaginado, bem desenvolvida e para a qual os técnicos especialistas já possuíam um bem experimentado fluxo administrativo e burocrático, além do instrumento do tombamento, o CNRC propunha que o caráter da Nação só seria verdadeiramente conhecido após um grande processo de referenciamento dos diversos contextos culturais brasileiros, em sua dinâmica permanente, e para qual não havia ainda metodologias, abordagens ou instrumentos consolidados. Me arrisco a sugerir que o ato de referenciar a dinâmica cultural era um caminho, ainda pouco refletido e difuso, rumo a um contraponto instrumental ao tombamento do dito patrimônio histórico e artístico nacional.

Contudo, alguns documentos e depoimentos de antigos funcionários indicam, como vimos, a intenção do grupo chegado do CNRC ao órgão de patrimônio em interferir também na forma com a qual a política do "pessoal da pedra-e-cal" era levada a cabo à época, o que não foi recebido com tranquilidade. Vindos de um contexto em que o saber técnico especializado era entendido como soberano e suficiente para o trabalho de reconhecimento dos patrimônios culturais por meio do tombamento, os funcionários do antigo Iphan receberam com certa resistência e descrença as pretensões do "pessoal da Referência Cultural" em incluir, nas políticas, valores buscados junto às culturas populares, indígenas e aos seus processos

dinâmicos. Essa postura buscava ampliar o campo de ação institucional e, ao mesmo tempo, se distanciar das antigas práticas de preservação, percebidas pelos egressos do CNRC e por Aloísio Magalhães como sendo excessivamente distantes, não apenas das pessoas que conviviam em seus cotidianos com os monumentos e conjuntos urbanos tombados, mas também dos setores políticos capazes de trazer recursos e prestígio para as políticas. Conforme me disse em seu depoimento, Clara Alvim afirma que havia uma percepção de Aloísio acerca da necessidade de tirar o Iphan de um espaço de ostracismo político no qual, se pensava, a gestão de Renato Soeiro o havia mantido, tanto por falta do prestígio político e cultural de que gozou Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu pai, nos primeiros anos da instituição, mas também como estratégia para se manter imune aos ditames de políticas espúrias dentro do Estado brasileiro. Dessa forma, no processo de transição foram gerados desentendimentos e desconfianças de parte a parte, que ajudaram a definir, por tempos após os fatos originais, as redes de alianças e dissensos na instituição.

> Houve um período muito bobo nesse sentido, de muita animosidade mesmo. E com muito mal-entendido. Essa é uma expressão que eu não gosto, mas que ela foi muito usada, e que a autoria dela é de Aloisio, que é essa da "pedra-e-cal". Que ficou como se fosse uma espécie de burrice, de as pessoas ficarem diminuindo tudo à coisa, e não ao imaterial. E nunca se tratou disso, isso é bobagem. Mas se você pega, por outro lado, como começou isso que acabou em animosidade, é tudo uma bobagem - como sempre, né? (ALVIM, 2018).

Havia ainda, segundo Clara, a dificuldade em equalizar a necessidade de prestigiar a história e o trabalho pretérito do Iphan, ao mesmo tempo em que se tentava trazer as mudanças de paradigma pretendidas pelo CNRC, o que, por vezes, esbarrava na pouca paciência que os próprios egressos do Centro tinham com o pessoal do antigo Iphan no momento da fusão:

> O que não significaria que mais tarde Aloisio iria desprestigiar os fundamentos do Iphan. Longe dele! (...) Eu acho que, cada vez mais, ele iria com toda a fortaleza que ele estava construindo, inclusive na Unesco (...), ele imediatamente se voltou para Ouro Preto e Congonhas, essa coisa toda. Mas foi, do lado de lá [do antigo Iphan, no Rio], tomado de mau jeito; e o pessoal de cá [do CNRC, em Brasília], nessa pouca paciência. Também eles de lá eram difíceis de serem evangelizados. Você tem que entender também, uma coisa que é importante do ponto de vista do Iphan, é que meu pai [Rodrigo M. F. de Andrade] sempre - não sei que armas usou para isso -, mas na medida do que era possível para ele, ele conservou o Iphan como que longe de qualquer interferência política. Essas mudanças de governo não iriam, em princípio, afetar aquele funcionamento. Ele considerava essencial isso, para que não houvesse um tipo de descontinuidade em uma coisa que ele considerava que deveria se desenvolver, mas não com descontinuidade de conceito. O que, sem dúvida nenhuma, é uma coisa extremamente autoritária e que se desenvolvia autoritariamente. Se você começa a estudar o Iphan, vai ver que muitos dos conceitos eram conceitos do Lucio e que eram verdadeiras leis (...) Mas estou dizendo isso, porque Aloisio tomou a atitude absolutamente inversa. Ele achava que se você não abrisse a política, você não se desenvolvia conforme os tempos. (ALVIM, 2018).

Se os anos e o distanciamento dão essa percepção da falta de razões profundas para o crescimento das animosidades, o fato é que eles determinaram muito dos caminhos

institucionais à época, obrigando Aloísio Magalhães a exercer de forma bastante intensa suas qualidades de mediador e negociador político. Numa entrevista concedida a Zuenir Ventura para a Revista IstoÉ, em dezembro de 1981, Aloísio deixa nítida a tensão e a dificuldade existentes no ambiente do sistema Sphan/próMemória quando de sua chegada à direção da política de patrimônio cultural:

> Você falou em eu ser o único interlocutor. Eu diria melhor o intermediador, porque mesmo não contando com a adesão completa, e eu não conto, ao contrário, eu acho que tem muita gente não percebendo, e com razão resistindo. Eu acho que se pudessem me derrubar agora, me derrubavam rapidamente. Mas isso sempre existe. (MAGALHÃES, 1997. p. 113)

Entre as estratégias para levar uma nova forma de atuação também para o campo da gestão dos bens tombados destaca-se a introdução de eventos de envolvimento das populações dos núcleos tombados para forçar uma aproximação entre comunidades e o Sphan; mas também a valorização de uma nova geração de funcionários, no Rio de Janeiro. Segundo depoimento de Lia Motta[39], concedido a mim em julho de 2018, havia empolgação com a nova proposta e com as perspectivas: ganhava-se bem, havia recursos e possibilidades de projetos e contratações. Lia era, naquele momento, uma das representantes de uma geração de jovens que, chegando ao Iphan entre finais dos anos 1970 e inícios dos 1980, possuíam críticas e problemas geracionais com os mais antigos funcionários, e que viam em Aloísio um mediador capaz de fazer as pontes entre os "dois mundos" que se encontravam no novo Sphan/próMemória, de quebrar resistências e gerar novos trabalhos e enfoques para a política. Essa geração, que mais tarde compôs a equipe do Departamento de Identificação e Documentação - DID e da Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa - Copedoc do Rio de Janeiro, era fruto da contratação de jovens arquitetos, historiadores e sociólogos (ela me citou os exemplos da historiadora Márcia Chuva e do sociólogo Sidney Solis). Segundo Lia, houve, por parte dessa equipe, boa vontade na aproximação com os trabalhos do CNRC no início, mas que, sobretudo após a morte de Aloísio, as tensões teriam crescido demais, tornando os dois setores verdadeiras trincheiras dentro da instituição.

Ainda assim, muito foi feito nos primeiros anos da próMemória, ajudando a mostrar a expansão dos repertórios abarcados pela política: tanto no que tange à área da Referência Cultural, incluindo a criação do Museu Vivo de Orleans/SC, a finalização do projeto voltado à

[39] **Lia Motta**, nascida no Rio de Janeiro, formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ em 1975. É especialista em Conservação e Restauração de Sítios e Monumentos Históricos pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre em Memória Social e doutora em Urbanismo, ambos pela UFRJ. Desde 1977 é servidora do Iphan. Entre 2004 e 2016 foi coordenadora-geral de Pesquisa e Documentação da Instituição. É parte do corpo docente permanente do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, que coordenou desde sua criação até este ano, de 2019.

Tecelagem no Triângulo Mineiro, o Projeto Interação (que reunia também as demais instituições do MEC) e a criação do próMemória Vídeos; quanto na área da "pedra-e-cal", cuja militância passou a se dar, também segundo o depoimento de Lia, na questão da resistência à especulação imobiliária, em resposta para demandas que chegavam de alguns setores sociais (como associações de moradores) e que buscavam o tombamento como forma de impedir a destruição das cidades na forma em que representavam suas memórias. Foi este o caso, por exemplo, da proteção de núcleos urbanos com origens e características bastante distintas das antigas práticas do Iphan, como os de Laguna/SC, Antônio Prado/RS, dentre outros. Aloísio também utilizou seu prestígio político naquele momento para mostrar resultados no campo afeito à Sphan, com as inscrições de Ouro Preto e Olinda na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, e a expansão das Diretorias Regionais no Norte e Nordeste do país.

Também são desse período algumas realizações que buscaram aplicar o instrumento do tombamento a bens culturais identificados a partir de novas perspectivas trazidas pela fusão das instituições, como o tombamento da Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva[40], em João Pessoa/PB, que buscava preservar, não o edifício, mas os modos de produção e que era fruto dos Estudos Multidisciplinares do Caju, projeto do CNRC que, segundo vários depoimentos de funcionários da época, era a "menina dos olhos de Aloísio". Dessa época constam ainda o polêmico tombamento do Terreiro *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, conhecido como Casa Branca, em Salvador, realizado em consequência do Projeto Mamnba (Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia), realizado entre os anos de 1982 e 1987, totalizou cerca de duas mil sedes de cultos afro-brasileiros (terreiros de candomblé) somente na cidade de Salvador[41], e o tombamento da Serra da Barriga[42], realizado a partir das mobilizações dos movimentos negros que reivindicavam o sítio como memória do antigo Quilombo dos Palmares.

Nesse ponto creio ser necessário fazer um apontamento muito importante. Conforme já indicado na introdução (p. 22), no dia 13 de junho de 1982, Aloísio Magalhães morre subitamente, em Pádua, na Itália, aos 54 anos, vítima de um derrame cerebral (sofrido ainda durante seu discurso de posse como Presidente da Reunião dos Ministros da Cultura dos Países Latinos). Compreendendo a força de sua atuação política enquanto "intermediador", para usar seus próprios termos, não é difícil imaginar o impacto negativo que o falecimento de Aloísio teria para o "pessoal da Referência Cultural" na próMemória. Ele é então sucedido por seu

[40] Processo T-1054, aberto em 1982, tombamento em 1986.
[41] Processo T-1067, aberto em 1982, tombamento em 1986.
[42] Processo T-1069, aberto em 1982, tombamento em 1984.

conterrâneo Marcos Vinícios Vilaça[43] que, segundo Cecília (FONSECA, 2005, p. 156), propunha a continuidade do trabalho de seu antecessor. Ainda assim, também conforme a análise da autora, que, à época, era coordenadora de área no CNRC/próMemória, a morte precoce de Aloísio intensificou o clima de disputas e tensões, de modo que o cenário interno no órgão de preservação se manteve desfavorável, em decorrência das críticas feitas pela antiga equipe do CNRC ao trabalho do antigo Iphan, frequentemente associado às elites:

> Além disso, é inegável que essa crítica era também expressão de uma luta de poder dentro da instituição recém-criada. E, em vez de se resolver no contato e no debate, esse conflito se radicalizou, provocando nos funcionários do Iphan, receosos e refratários a mudanças, ressentimentos e, consequentemente, um enrijecimento em suas posições e em seus mitos. (FONSECA, 2005, p. 173)

A autora também destaca o isolamento da área de Referência Cultural na próMemória, sediada em Brasília e afastada, portanto, do restante da administração da Sphan, no Rio de Janeiro, e salienta, por fim, a instabilidade política e administrativa na direção da próMemória a partir de 1985, quando da criação do Ministério da Cultura - MinC, para o qual foi transferido o complexo Sphan/próMemória. Dali em diante, os relatos dos funcionários passam a retratar um cenário de escassez de recursos, falta de apoio político institucional e debandada das equipes da área da Referência Cultural.

Ainda assim, mantendo o espírito geral de sua atuação, a área de Referência Cultural continuaria a existir na nova estrutura administrativa do Ministério da Cultura. Logo que é criada a sua estrutura, há uma mobilização dos diferentes setores da nova pasta no sentido de estabelecer diretrizes e organizar as funções de cada área. Em um documento de 20 de dezembro de 1985 são encaminhadas as Diretrizes Para a Operacionalização da Política de Atuação da Fundação Nacional pró-Memória. Ali, além dos diversos apelos à participação das comunidades e dos demais agentes públicos nas três esferas, para a tarefa de preservar o patrimônio cultural, temos também uma definição de objetivos e linhas de atuação para cada uma das cinco áreas programáticas da Fundação. Destaco aqui o caso específico do programa de Referência da Dinâmica Cultural, para o qual apresentou-se como objetivos:

> Apreensão de referências que permitam a compreensão dos diferentes contextos culturais, de sua complexidade sócio-econômica e das respectivas **formas de auto referenciamento**, para o reconhecimento de seu patrimônio, garantia de suas **condições de produção e reprodução cultural** e para o incentivo ao processo cultural brasileiro em sua dinâmica (próMemória, 1985, p. 18, grifos meus).

---

[43] **Marcos Vinicios Vilaça** nasceu em Nazaré da Mata (PE) e tornou-se advogado, jornalista, professor e escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasiliense de Letras, também é ex-ministro e presidente do Tribunal de Contas da União. Ocupou diversos cargos na área da Cultura, como a presidência da Funarte, da Fundação Nacional pró-Memória e a Secretaria da Cultura do MEC. Publicou inúmeros livros e compôs vários conselhos institucionais e comissões vinculadas aos países de Língua Portuguesa.

Pela primeira vez aparecem, nas definições da área de Referência Cultural, a ideia de autonomia das comunidades para criar suas formas de autorreferenciamento. Passa-se a utilizar termos que remetem ainda mais a ação de referenciar à questão da participação das comunidades em suas dinâmicas culturais e valorizando a diversidade e pluralidade socioculturais. Nas linhas de ação aparecem questões de controle social em diversos níveis, desde a busca de mecanismos de participação em todas as fases da escolarização, até a busca por atender a demandas das comunidades atingidas por grandes empreendimentos exógenos a seus contextos culturais e que falavam, já àquela época, na ideia de "impacto social, cultural e/ou ambiental" e do "registro das línguas e falares brasileiros" (ibidem, p. 20).

Um ano após a publicação dessas diretrizes, o recém-empossado coordenador do Programa de Referenciamento da Dinâmica Cultural, Paulo Sérgio Duarte[44], tenta reorganizar o setor a partir de um seminário ocorrido na cidade de Goiás (GO), em finais de 1986. No documento intitulado Minha Contribuição (ANEXO III), o coordenador, primeiramente, constata a situação de dispersão em que já se encontravam os trabalhos do setor naquele momento. Chega mesmo a afirmar que "ficou claro que aquilo que Aloísio Magalhães esboçou como um Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) não mais existia enquanto um programa organicamente estruturado" (DUARTE, 1986, p.1). Contudo, após retomar as linhas de trabalho originais do CNRC, Duarte afirma a permanência e a disseminação da "maioria das ideias do CNRC" (ibidem, p. 4), fazendo, contudo, a ressalva de que algumas delas estavam "até diluídas, sob forma de discurso, mas dificilmente incorporadas numa prática" (idem). É em face dessa constatação que surge a necessidade de compreender, afinal:

> o que quer dizer "referência da dinâmica cultural, traçar um referencial básico, a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira?". Arrisco uma resposta. Estas definições são basicamente o produto do encontro de três fatores, sendo que dois deles são personagens e o terceiro um dado histórico. Essa linguagem é o resultado do **encontro de um designer e de um matemático** num momento histórico onde falar claramente não era apenas difícil, mas extremamente arriscado, sobretudo para quem quisesse **começar um trabalho sério e consequente envolvendo o Estado**. Não se trata de exigir **simplificações populistas** ou rebaixamento de idéias, ao contrário, delas estamos bem fartos, mas compreender que **certas formas de abstração nem sempre estão exclusivamente ditadas por exigências teóricas, mas também condicionadas por conjunturas históricas**, sobretudo em ações com espírito democrático relacionadas com um Estado autoritário. (ibidem, p. 7, grifos meus).

[44] **Paulo Sérgio Duarte** é crítico, professor de história da arte e pesquisador do Centro de Estudos Sociais Aplicados - Cesap da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Leciona Teoria e História da Arte na Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro – Parque Lage. Era amigo de Fausto Alvim Jr. e, após rápida passagem na coordenação do CNRC na PróMemória, foi o primeiro diretor geral do Paço Imperial, de 1986 a 1990, responsável pela sua implantação como um centro cultural.

Pela primeira vez encontro aqui um discurso que associa claramente a noção de Referência Cultural e referenciamento da dinâmica cultural a um discurso que poderia ser considerado subversivo em suas origens, não fosse encoberto pelos termos "referência/referenciamento". Nas entrevistas a mim concedidas, tanto Cecília quanto Clara concordaram com tal interpretação. Clara me falou em um caráter que deveria ser necessariamente dúbio, para disfarçar uma postura, no fundo, mais alinhada às esquerdas: "Então, o que é que Aloísio tinha que fazer? 'Caminhar entre as frestas', que era uma expressão dele" (ALVIM, 2018). Seja como for, mais importante que tentar adivinhar as inclinações socialistas de Aloísio, é perceber que seus sucessores e colaboradores empreendiam uma espécie de releitura da gênese do CNRC e do termo Referência Cultural, buscando aproximá-la de uma perspectiva para a qual havia cada vez mais espaços abertos, a partir da redemocratização. Isso se refletia na forma como, cada vez mais, esses agentes se aproximavam dos movimentos sociais que ressurgiam naquele momento, trazendo o trabalho do referenciamento da dinâmica cultural menos para a determinação de um caráter para a cultura nacional e sim para um universo da participação social - inclusive passando a tratar no plural o termo "culturas".

Duarte (1986) continua sua contribuição assumindo o uso da terminologia a partir também do que ele chama de "pioneiro interesse pela aplicação da informática à cultura" (ibidem, p. 5), ou mais ainda, enquanto "compreensão da informatização como fenômeno cultural" (idem), levando a discussão para uma interpretação mais profunda da abordagem pioneira do Centro, ao expor a capacidade de incluir a perspectiva antropológica, inclusiva e ampla ao reconhecimento de bens culturais. A partir daí ele recoloca o trabalho com Referências Culturais no campo de uma alternativa, tanto aos discursos marxistas revolucionários quanto do capitalismo conservador, ao tratar a cultura como componente essencial da estrutura social, e não como mero reflexo de condicionantes econômicos:

> A cultura não é uma superestrutura, epifenômeno da vida sócio-económica, mas uma infra-estrutura jogando papel determinante. Dessa visão depreende-se que para o Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural, **as culturas** de nosso povo, sua única real riqueza, deve ser posta a serviço das políticas e processos de desenvolvimento. O componente cultural como participante ativo da elaboração de uma política de desenvolvimento representa, para mim e para muitos técnicos do Programa, a condição de **uma real mudança no modelo econômico**. Equacionando-se o **problema cultural** equaciona-se necessariamente o econômico-social para a maior parte da população brasileira, o inverso não é verdadeiro. Embora satisfeitos, em casas novas e de barrigas cheias, podem ter sido transformados em mutantes dos planejadores e economistas. Zumbis, sem rosto próprio, de uma suposta sociedade de consumo (?).
>
> Mas como, numa sociedade industrial que conta com poderosos instrumentos de sedução como os modernos meios de comunicação, como agir numa ação complementar às grandes ações interministeriais?

> São estas respostas que o Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural não pode dar, mas pode colaborar na luta pela sua procura, através da reunião de sua experiência e se redimensionando para uma nova etapa de sua vida. (idem, p.7 e 8).

Era um período de forte politização nos setores culturais. Muitos documentos da época dão conta das intensas relações que eram então estabelecidas entre os técnicos do setor de Referência Cultural e representantes de movimentos que surgiam naquele momento. Como exemplos, vale lembrar a articulação com os movimentos negros que, sobretudo na relação com Olympio Serra - pesquisador do CNRC desde antes da fusão - iniciaram as ações para o já citado tombamento da Serra da Barriga, em Alagoas, em 1985; bem como as articulações de vários técnicos da época com movimentos ambientalistas e de ecologia, que renderam trabalhos dentro do próMemória, mas também levaram pessoas que debandavam da Fundação para o nascente Ministério do Meio Ambiente - caso, por exemplo, de José Silva Quintas[45], físico e educador que coordenou o Projeto Interação desde sua origem, em 1981, até seu encerramento, em 1986, quando a pasta da Cultura separou-se do MEC.

No documento de sugestões finais do Seminário da Área de Referência da Dinâmica Cultural (ANEXO IV), preparado a partir das contribuições dos grupos de funcionários ali reunidos, esse teor político do novo momento, de reconstrução de um governo civil e da criação do Ministério da Cultura, já aparece logo em suas primeiras linhas. O texto inicia-se afirmando que a renovação do setor seria menos uma questão de novas estruturas do que uma renovação das práticas, "o que supõe também colocar sobre a mesa a questão do poder" (próMemória, 1986, p. 02). Há um entendimento de que o grupo não conseguiu, nos 10 anos desde que se iniciaram os trabalhos do CNRC, renovar e consolidar suas práticas e metodologias de trabalho na mesma medida em que teria conseguido renovar os conceitos de cultura com os quais se trabalhava a política. Sobretudo no item 2 do documento, dedicado à especificidade da Área de Referência da Dinâmica Cultural, se não o termo Referência Cultural, mas o "trabalho de referenciamento" aparece nas reflexões do grupo:

> - A Área se volta para a **identificação e tratamento de referenciais culturais** diferenciados, **historicamente legitimados e recriados cotidianamente**, tendo em vista seu fortalecimento e sua preservação;
> - Esse tratamento resulta num **trabalho de referenciamento**, construído a partir de metodologias de abordagem da questão cultural que permitam **identificar as consequências sociais e culturais das políticas governamentais sobre as populações**; nesse sentido, objetiva-se que o conhecimento produzido na Área seja utilizado tanto como subsídio para formulação das **políticas setoriais de**

[45] **José Silva Quintas**, licenciado em Física pela UFBA, também é mestre em Física pela UnB. Foi professor na Escola Técnica Federal da Bahia, no Centro Integrado de Ensino Médio da UnB, na Fundação Educacional do Distrito Federal e na UnB. Entre outras funções, com foco especialmente nas áreas de Educação e Gestão Ambiental, coordenou diversos projetos na PróMemória entre os anos de 1980 e 1990, entre eles o projeto Interação entre Educação Básica e Diferentes Contextos Culturais Existentes no País. Em atuação mais recente, foi coordenador pedagógico e docente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

> **desenvolvimento**, quanto para a **instrumentalização da sociedade na defesa de seus interesses**.
> - Essas metodologias se fundamentam no **compromisso ético de solidariedade** com essas populações - enquanto **sujeitos de sua história** - no fortalecimento dos seus caminhos próprios na busca da melhoria de sua qualidade de vida tendo como pressuposto da Área o **reconhecimento da heterogeneidade e diversidade de interesses** - por parte dos vários setores e segmentos da sociedade e do Estado - a **identificação e tratamento dos bens culturais e seus significados**, cabe à Área propor e desenvolver metodologias de trabalho que permitam a **explicitação das relações** (que frequentemente implicam em **conflitos e rupturas**) em que se produzem os **repertórios de significados desses bens culturais**. (idem, p. 02, grifos meus)

No documento final de avaliação da atuação, portanto, atento para a associação, cada vez mais direta, entre o referenciamento e os trabalhos daquilo que, atualmente, consideraríamos como de identificação. Mais importante ainda, é a vinculação do setor e de sua atuação com a ideia de heterogeneidade dos interesses e os conflitos gerados a partir dessa constatação. Nesse ponto, também os trabalhos de referenciamento ficariam associados aos significados e interesses das populações a partir das quais se quer renovar e ampliar o trabalho de promoção e preservação dos bens culturais.

Além disso, ao tempo em que discernem claramente a necessidade de aprimorar as metodologias e as estratégias de suas próprias ações e projetos, há um reconhecimento de que seria imprescindível levar a ideia do referenciamento também para as demais áreas do sistema Sphan/próMemória e mesmo para outras pastas no contexto do Estado:

> (...) acreditamos que se deva investir num leque de atividades que, trabalhando junto com as outras três áreas programáticas - Acervos Museológicos, Acervos Bibliográficos e Arquivísticos, Preservação do Patrimônio Cultural e Natural - consiga repassar-lhes e apreender com elas **as referências básicas de seus objetos de interesse**.
> Assim privilegia-se uma atuação voltada para interação entre as áreas onde a Memória do Patrimônio, do Acervo Museológico ou Bibliográfico além de inventariar o passado, contribua para a compreensão do modo pelo qual esse passado se inscreve no presente e se projeta no futuro. Memória como história, como síntese presente do passado, **onde referenciar implica considerar as forças sociais, as relações de poder e os valores em jogo no processo de produção e reprodução (e/ou transformação) da ordem social**. (idem, p. 02, grifos meus).

Há um ponto interessante na formulação acima apresentada, no sentido de que, pela primeira vez, há uma constatação de que haveria referências básicas associadas aos objetos tratados pelos demais campos de atuação da próMemória (museus, arquivos e patrimônio cultural e natural). A intenção de desenvolver ações em conjunto continua a aparecer, porém a partir daí, não apenas na vontade de influir nos processos de trabalho das demais áreas, mas também num expresso desejo de compreender melhor os valores e significados que essas áreas atribuíam a seus objetos de trabalho.

Novamente, a ideia de identificar referências aparece de maneira um tanto diferente das origens do CNRC e mais politizadas, provavelmente em função das forças sociais em ascensão naquele período, de disputa por voz e pelos espaços de poder que surgiam a partir da reestruturação da República e de uma perspectiva de abertura de novas frentes de influência dos grupos sociais nos rumos das políticas públicas a serem construídas por esse Estado em transformação. Ainda assim, em consonância com o que fora, uma década antes, o motivador da criação do CNRC, percebo também uma insistência na ideia de colocar o trabalho de referenciamento da cultura em função da necessidade de influenciar outras políticas, para além daquelas do âmbito da recém-criada pasta da Cultura.

> Por outro lado, reestruturar a Área de Referência Cultural dentro da próMemória e do MinC colocando-a em consonância com o momento político do país hoje, implica aprofundar a abordagem das grandes questões nacionais, assumindo sua função de Órgão federal e influindo no traçado das Políticas Públicas. Isto supõe uma tarefa de articulação junto a outros setores da administração pública de modo que o plano de atuação/elenco de projetos da Área trate - do ângulo da política cultural - de questões tais como; Terra, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho, Urbanização, Meio Ambiente, Informática, Ciência e Tecnologia, entre outros. (idem, p 02).

No entanto, as esperanças de reestruturação, ampliação de quadros, construção de instrumentos específicos, aproximação entre os setores internos e expansão das articulações com outros ministérios e políticas foi frustrado pelo contexto político e econômico, e mesmo administrativo, daquele momento. Houve sucessivas trocas de ministros, secretários da Sphan e presidentes da próMemória. Uma simples passada de olhos pela cronologia presente ao final da obra de Cecília (FONSECA, 2005, p. 241 e 242) mostra que em todos os anos, de 1985 a 1994, houve, pelo menos, uma ou duas trocas de gestores nos altos cargos do complexo Sphan/próMemória. Neste contexto, creio que as práticas e a cultura de trabalho muito mais antiga da Sphan, no Rio de Janeiro, que refletia uma estrutura mais consolidada - fruto das quatro décadas de atuação desde sua criação - conseguiu manter-se mais estável e, como consequência, avançou politicamente sobre a gestão da próMemória. Para ilustrar esse momento, trago aqui, a transcrição da íntegra de um documento absolutamente revelador, ao tempo que belamente apaixonado e informal. Assinado pelo então coordenador-geral do CNRC B. de Paiva[46], datado de abril de 1988, pode ser considerado uma síntese da situação que o setor vivia, em finais da década:

[46] **B. de Paiva** é o nome artístico pelo qual ficou conhecido José Maria Bezerra de Paiva, ator, diretor e dramaturgo nascido em Fortaleza/CE. Foi professor da UnB, é doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Ceará e além de sua forte produção no cinema, rádio, TV e no teatro, também foi coordenador da Funarte e participou ativamente da fundação do Ministério da Cultura, após a separação da pasta do MEC. Também coordenou instituições de cultura no Rio de Janeiro e em Brasília, onde foi um dos fundadores da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e presidiu a Fundação Brasileira de Teatro. Para saber mais sobre B. de Paiva:

Relatório impreciso e informal das ações da Coordenadoria Geral do Centro Nacional de Referência Cultural, durante a administração do Professor José Maria Bezerra de Paiva, entre meados de fevereiro e quinze de agosto de 1988, isto é: seis meses.
- O primeiro fato importante, nos inícios de 1988: mudança do nome da instituição, a partir de Seminário promovido pelo Presidente Oswaldo de Campos Mello, que **transformando o título criado por Aloísio Magalhães, passou a denominar-se: Área de Referência da Dinâmica Cultural**;
- Após quase seis meses de idas e vindas, reduções e complementações, foi finalmente definido o "Plano de Trabalho/PT" para o exercício de 1988. O que significou, pelo processo inflacionário, um desgaste de mais de 50% dos recursos.
- O ato de exoneração da servidora Ana Regina Machado Carneiro, exigiu também a transferência da sede da CNRC/ARDC do Rio para Brasília, o que demorou aproximadamente dois meses.
- Os projetos propostos pelos técnicos do CNRC/ARDC, discutidos e aprovados (em tese) pela Presidência da PróMemória, foram, em parte, postos em ação.
- O Coordenador Geral, após sua posse, em março do ano de 1988 viajou pelos estados onde as **DRs acomodavam técnicos do CNRC/ARDC**. Durante mais de três meses os técnicos procurariam realizar um seminário para reformular diretrizes e metodologias, reconciliando o núcleo criado por Aloísio na UNB e no MEC; nada ocorreu, **a Presidência teve receios**;
- Na Bahia, Minas, Espírito Santo, Rio, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte, **técnicos esperaram, sonharam e castraram seus sonhos**.
- E**m meados de julho iniciou-se, lenta e inexoravelmente, a debandada**.
- A decisão da descentralização, repassando ao universo das DRs a missão funcional e conceitual de programas e projetos, **numa instituição que não entendera, totalmente o que era "referência"**, **mais e mais desviou o caminho do CNRC**, com raras exceções.
- A **moderna referência**, para documentar e transformar o documento como meio e processo de reflexão conceitual e obrigatória devolução à comunidade da pesquisa realizada, teria, efetivamente, no computador e na televisão, os seus recursos e veículos de guarda, agilização e objetividade no universo da cultura. Por isso a Pró-Memória Vídeo, criada pelo CNRC/ARDC durante o período do Projeto Interação. Equipamentos, acervos videográficos e pesquisadores/técnicos treinados na área da televisão esperavam o momento do vídeo tornar-se, no processo de ações, o grande instrumento da devolução. (Engraçado: **técnicos da Presidência da PróMemória, ao examinar o PT do CNRC/ARDC não sabiam o que era "devolução"**).

Vários projetos foram, assim mesmo, desenvolvidos. Os técnicos e pesquisadores buscavam transformar a pesquisa em material videográfico.
- Assim mesmo, aconteceu o acidente prejudicial ao trabalho do CNRC/ARDC: além de reduzirem os recursos da CNRC/ARDC, retiraram-se duas funções de chefia do núcleo de referência para manterem-se técnicos de TV na PróMemória Vídeo.

Sem nenhum ato administrativo, sem discussão, sem entender-se o objetivo do ato decisório, transferiu-se a PróMemória Vídeo para o Rio, encerrando-se o processo de entendimento de que **a linguagem era, antes de mais nada, registro das ocorrências referenciais**.
- Quanto ao que se atendeu administrativa e financeiramente no PT/88, o então administrador da PRÓMEMÓRIA em Brasília poderá informar melhor.
- Chama-se atenção para o estado de abandono dos acervos documentais das várias áreas conceituais do CNRC/ARDC, visto que além de tudo, o Presidente autorizou a desocupação de espaços que guardavam arquivos, para... para o quê? Não sei.

É mesmo uma pena! O CNRC foi a antecipação da República Adjetivada de Nova, para que não fosse inventado o MinC ("é preferível uma Secretaria forte do que um ministério fraco"). **Hoje é uma memória do que foi o sonho de Aloísio**. Um dia, certas pessoas aparecidas depois, terão que prestar contas perante a memória do país.

Brasília, 05 de abril de 1988.
José Maria Bezerra de Paiva.

---

https://www.metropoles.com/colunas-blogs/tipo-assim/com-70-anos-de-palcos-b-de-paiva-e-um-pilar-do-teatro-brasiliense (acesso em maio de 2018).

(PAIVA, 1988. grifos meus)

No relatório de B. de Paiva nos é apresentado um quadro desalentador das condições de trabalho, do desprestígio político-institucional da Área de Dinâmica da Referência Cultural - ARDC, que agora apresentava nova nomenclatura (claramente à revelia da vontade de seu coordenador). Ao mesmo tempo, vemos a renitente incorporação da antiga sigla, CNRC, em todas as citações à nova área, ali chamada de CNRC/ARDC. O autor também traz a figura e o dito sonho de Aloísio Magalhães, invocados ali para salientar a importância da área em detrimento do que representavam os gestores daquele momento ("que deverão prestar contas perante a memória do país"). Vemos ainda ações de descaso com o próprio coordenador da área quando da tomada de decisões sobre as principais estruturas do setor, como no caso da Pró-Memória Vídeos, instalada a partir dos trabalhos desenvolvidos no Projeto Interação e pensada como estratégia de "devolução", nos termos da metodologia de trabalho desenvolvida pelo CNRC, e que, segundo Paiva, era desconhecida enquanto conceito pela Presidência da próMemória, que ainda "não entendera totalmente o que era referência" (idem).

Nesse trecho, especificamente, temos uma assertiva ainda mais interessante para o tema trabalhado na presente dissertação. A "moderna referência", nos termos de Paiva (idem), estaria, portanto, vinculada aos mais modernos meios de "devolução" - o computador e a televisão -, o que justificaria, não apenas a gestão da área de audiovisual da instituição estar vinculada ao setor das Referências Culturais, mas também associa o referenciamento ao processo de devolução às comunidades, assim como aos processos de identificação e documentação.

De toda forma, em que pesem as fragilidades institucionais do setor cultural, de forma geral, e da Área das Referências Culturais na próMemória em específico, essa politização dos discursos que ocorria em paralelo à ascensão dos movimentos sociais, era estimulado pela mobilização destes em torno do estabelecimento da nova Constituição Federal, cujo processo democrático de elaboração se dava por meio de Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal em 1987. O termo "referência" entrou sutilmente no texto do Artigo 216, que estabelece na Lei Magna o que é o patrimônio cultural do Brasil, juntamente com outros termos caros à área de Referência Cultural do Sphan/próMemória, como "comunidade" e, "criações científicas e tecnológicas", todos associados à ideia de diversidade, temos um novo potencial para a noção de Referência Cultural:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de **referência** à **identidade**, à ação, à memória dos **diferentes grupos** formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º O poder público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL. Constituição Federal. Art. 216)

Em sua tese de doutorado, Lia Motta (2018) faz um estudo detalhado da construção do que, por fim, se conformou nos artigos 215 e, sobretudo, 216 e aborda a questão da (não) utilização do conceito de Referência Cultural na preservação de sítios urbanos. Conforme a autora defende em sua própria reconstituição histórica da noção de Referência Cultural, enquanto personagem já atuante no Sphan/próMemória naquele momento, o termo "referência" que aparece ao final do artigo 216 é, de fato, fruto do forte lobby exercido no Congresso Nacional pelos técnicos da instituição, principalmente alguns dos diretamente vinculados à área de Referência Cultural, como Ana Cláudia Lima[47]. Então funcionária do CNRC/próMemória, ela foi uma das entrevistadas por Lia Motta na intenção de reconstituir a memória daqueles tempos em que, ao que me parece, diante da falta de apoio institucional interno, perdendo espaço e recursos para as ações tradicionais de preservação de bens tombados, o "pessoal da Referência Cultural" busca centrar esforços no que era ainda sua trincheira: o campo conceitual e politizado da noção ampliada do patrimônio cultural e dos bens culturais que o formavam, ou deveriam formar.

> No que concerne aos bastidores foi importante para esta tese o relato da servidora aposentada do IPHAN, Ana Cláudia Lima e Alves, na entrevista que me concedeu no dia 1º de setembro de 2015, em Brasília, a respeito de sua participação durante a Constituinte, junto com duas colegas: a educadora Teresa Maria Cotrim de Paiva Chaves e a arquiteta Claudia Vaz. A análise das principais redações tem interesse para esta tese porque, entre outras coisas, demonstra o quanto o entendimento de patrimônio desenvolvido historicamente pelo IPHAN estava naturalizado, o quanto novos bens de natureza imaterial já estavam sendo reconhecidos como constituidores do patrimônio cultural brasileiro, assim como é notória a influência do Anteprojeto Constitucional, da Comissão nomeada em 1985, do CNRC e da SPHAN/próMemória na redação final (Motta, 2018, pg. 110).

[47] **Ana Cláudia Lima e Alves** é historiadora e servidora aposentada do Iphan. Concluiu seu mestrado em História pela UnB em 2004. Ingressou no Iphan ainda na década de 1980 no antigo Programa de Referência Cultural da próMemória. Entre as funções que ocupou na instituição, foi coordenadora de Registro do DPI.

Esse mesmo esforço é confirmado pelo antropólogo Antônio Arantes[48], representante da Associação Brasileira de Antropologia - ABA na Constituinte, em entrevista concedida para a pesquisa de Yussef Daibert Campos (2015). Segundo Arantes (apud CAMPOS, 2015), as questões sobre o patrimônio foram amadurecidas ao lado dos colegas, "companheiros da Fundação Nacional Pró-Memória" (idem, p.115).

> "**Portadores de referência**" ... esse foi outro conceito, "referência"... outro conceito pelo qual nós lutamos muito. Nós estávamos tentando incluir, não excluir... incluir a ideia de cultura como trabalho cumulativo de gerações sucessivas, entendida como realidade dinâmica; ou seja, projetando, inclusive o excepcional, em um plano social e antropologicamente mais profundo, que é o das "referências culturais"... **referência à identidade, porque essa ideia é que dá o gancho para as questões levantadas pelos movimentos sociais**. O critério definido pelo Decreto-lei 25, baseado na ideia de excepcionalidade e dos valores histórico e estético, academicamente reconhecidos, considera apenas um aspecto parcial da cultura (ARANTES *in* CAMPOS, 2015. p. 117, grifos meus).

No entanto, as conquistas conceituais e políticas advindas da Constituinte não foram capazes de reverter o caminho de desprestígio da área de Referência Cultural, e mesmo das demais áreas ligadas à política cultural. A culminância desse processo de fragilização chegou ao ápice quando, em 1990, o recém-eleito governo Collor extinguiu o MinC, incluindo o complexo Sphan/próMemória. Em setembro do mesmo ano, um corpo técnico que se auto identifica como equipe técnica do CNRC publica um interessante documento chamado *Proposta de Ação Emergencial para a Área de Referência Cultural,* que apresenta uma possibilidade de continuidade para o setor e faz um apanhado dos 15 anos de trabalho, tanto no CNRC quanto na próMemória. Entre esses trabalhos, destaca-se a contribuição para a consolidação do artigo 216:

> É importante ressaltar que a inscrição na Constituição desta concepção, dinâmica e abrangente, de patrimônio cultural é uma resultante direta dos subsídios proporcionados por esta Casa a partir dos marcos conceituais e das experiências desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo de sua história. Com efeito, a consolidação do Sistema SPHAN/próMemória, referenciando-se em abordagem antropológica e sociológica para a compreensão do processo cultural, vem constituir o grande marco inovador na concepção das diretrizes orientadoras das políticas públicas com o trato da promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. (IBPC, 1990, p. 03)

[48] **Antônio Augusto Arantes Neto** é doutor em Antropologia pela Universidade de Cambridge, da Inglaterra, professor titular da Unicamp e vice-presidente do Comitê Científico do ICOMOS sobre Patrimônio Cultural Intangível. Foi um dos criadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA e secretário-geral da Associação Latino-Americana de Antropologia. Presidiu o Iphan nos anos de 2004 e 2005. Foi também presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Condephaat. É consultor de políticas culturais, em especial sobre temas relativos ao patrimônio cultural. Entre seus trabalhos de consultoria, está a criação do Manual do INRC e seu primeiro piloto, do qual falaremos mais à frente.

Percebe-se o conflito de visões e práticas que tomou conta da política de patrimônio nesse momento institucional, quando o mesmo documento traz um interessante discurso acerca de como as Referências Culturais eram acionadas como termo que marcava e diferenciava as "duas vertentes da Casa":

> Preocupado com a pluralidade cultural brasileira, o corpo técnico do CNRC desenvolveu e realizou grande número de projetos nos quais buscou apreender as **referências básicas** da cultura brasileira - vista como um **conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo**. Passou então a buscar as referências culturais através dos seus recortes étnicos, regionais e sociais que configuram múltiplas identidades culturais.
> Diferentemente da outra vertente de atuação da Casa - a vertente patrimonial - a **área de referência cultural** buscava - e busca - assim, captar significações e usos diferenciados que os brasileiros atribuem a seus espaços de trabalhos, lazer e devoção' (IBPC, 1990. pg. 08).

Para ajudar a compreender o que significou a defesa dessa trincheira política e conceitual a partir da área e da noção de Referência Cultural, trago ao debate o teórico do patrimônio cultural Ulpiano B. Meneses[49]. Em seu já clássico artigo intitulado "O Campo do Patrimônio: uma revisão de premissas", fruto de uma Conferência Magna apresentada em 2009, por ocasião do Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio, Meneses nos dá uma boa chave de leitura acerca desse momento de esforços de transformação dentro da "Casa" e das políticas que eram implementadas, ao acionar o discurso constitucional:

> Entre os profissionais, costuma-se considerar que a grande novidade oferecida por esse artigo [216] é a inclusão dos bens de natureza imaterial. Na verdade, o que é radicalmente novo não é uma extensão do horizonte do patrimônio, mas um **deslocamento da matriz**. Para melhor aferir a amplitude dessa rotação de 180º convém confrontá-la com a legislação anterior. O Decreto-Lei 25/1937 (que organizou o patrimônio no Brasil e ainda serve de guia) estatui:
>
> Art.1º Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da **história do Brasil**, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
>
> E o parágrafo 1º completa:
>
> Os bens a que se refere o presente artigo **só** serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos 4 Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei.
>
> Em outras palavras, era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, **a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade.** O patrimônio é antes de mais nada um fato social – essa afirmação, nos órgãos de

[49] **Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses** é licenciado em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo - USP e doutor em Arqueologia Clássica pela Universidade de Sorbonne (França). Professor emérito da USP, foi diretor do Museu Paulista e membro de diversos conselhos como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat e o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, vinculado ao Iphan, do qual participa ainda hoje. Recebeu em 2002 a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico.

> preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalo e alimentava mal-entendidos. (MENESES, 2009, pg. 34, grifos meus)

Se o emérito professor e conselheiro do Iphan estiver correto (e creio que esteja) o texto constitucional, de fato, cria uma espécie de inflexão conceitual nas políticas de patrimônio cultural. O que me parece, a partir dos excertos aqui colocados, é que, ao longo da década de 1980, o termo Referência Cultural passa a ganhar claros contornos políticos, associando-se a um certo tipo de visão sobre o patrimônio cultural, que se relaciona a valores que vêm "de baixo" - das comunidades -, em contrapartida ao patrimônio cultural que vem "de cima". Essa mudança desconstrói a força do poder estatal, como o do antigo Sphan da fase heroica, e mesmo o poder técnico especializado dos pesquisadores do antigo CNRC, utilizado para referenciar a cultura. Assim, uma nova autoridade surge a partir da ideia de que referências são valores e estes existem nas e para as comunidades, diretamente.

O problema é o fato de que entre a promulgação da Constituição e as primeiras ações que buscavam responder a esse novo marco conceitual e legal houve, no Iphan, um hiato de alguns anos, como veremos no próximo capítulo, até a criação do Inventário Nacional de Referências Culturais, gestado conjuntamente com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, na segunda metade da década de 1990.

Os anos decorridos entre a extinção do complexo Sphan/próMemória, em 1990, e a reestruturação do Ministério da Cultura e do próprio instituto, novamente com o nome Iphan (mesma nomenclatura usada antes da fusão com o CNRC), em 1994, aparentemente foram marcados pela ausência de condições institucionais para inovações. Nesse meio tempo, foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural - IBPC[50], vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República. Tanto o documento da equipe do CNRC, de 1990, anteriormente citado, quanto os depoimentos de funcionários da época, demonstram que, com os cortes drásticos de pessoal e recursos financeiros, as atividades desse período se resumiam à gestão do que já havia de reconhecido pelos tombamentos federais. Na agenda dos tempos de crise, a tendência dominante era de priorização dos trabalhos voltados para a gestão de monumentos e sítios tombados - processos de trabalho já consolidados, necessários e, em muitos casos, guiados por situações emergenciais ou impositivas, tais como desabamentos, obras urgentes etc. Assim, uma era de execução de projetos com maior liberdade e facilidade,

[50] Para um resumo do período em que vigorou a denominação IBPC na instituição, sugiro o verbete respectivo no Dicionário do Patrimônio do Iphan, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/54/instituto-brasileiro-do-patrimonio-cultural-ibpc-1990-1994 (acesso em julho de 2018).

inclusive do ponto de vista das burocracias estatais, chegava ao fim de forma abrupta naquele início de década.

Se o desprestígio e o escasseamento de recursos já se anunciavam, a extinção da estrutura executiva e flexível representada pela Fundação Nacional pró-Memória coloca um novo ponto de inflexão à política com a qual o setor de Referência Cultural estava mais identificado. O IBPC, apesar de manter em sua estrutura um setor que acolheu os remanescentes do CNRC, estava agora amarrado pela estrutura de uma autarquia federal, sem pessoal suficiente e sem prática na atuação a partir dessa nova condição administrativa.

Creio que vale ainda abordar de forma mais detida um aspecto apresentado anteriormente: para mim, é notável que tenha havido uma mobilização política para a simples mudança de nome da instituição, como aconteceu com a Medida Provisória nº 610, de 08 de setembro de 1994, que, em meio a uma série de outros assuntos concernentes ao gabinete da Presidência da República, em seu Art. 6º determina que:

> O Instituto do Patrimônio Cultural – IBPC – e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC – passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e Fundação Nacional de Artes – Funarte, mantidas suas competências e naturezas jurídicas. (BRASIL, 1994)

Assim, nos termos acima, sem que houvesse outra modificação em estrutura, vínculo administrativo ou qualquer outra coisa, a Medida Provisória provoca apenas um retorno à uma nomenclatura que remetia ao antigo Iphan de Rodrigo Melo Franco, ao qual o termo "Histórico e Artístico Nacional" era associado, e que parecia, para muitos dos antigos funcionários, uma espécie de marca de uma prática institucional já reconhecida pelo público. Vale perguntar, ainda que não venha ao caso divagar longamente sobre a questão, que público era esse?

> Foram inúmeros os protestos e manifestações de intelectuais contrários a essa e outras mudanças na estrutura e nas atribuições do órgão, como por exemplo, a supressão do Conselho Consultivo e a diminuição da ação executiva da instituição. Esses críticos alegavam que o novo nome acarretava a perda da "marca" Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ganhou legitimidade e notoriedade ao longo dos mais de cinquenta anos de sua atuação. Por outro lado, os defensores da nova denominação – IBPC – consideravam a mudança de nome mais adequada à ampliação do conceito de patrimônio cultural enunciado na Constituição de 1988, que transcendia os valores histórico e artístico atribuídos aos bens culturais. (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015)

No depoimento que me concedeu, Lia Motta (2018) destacou a questão do nome IBPC e a forma com que foi concebido. Ela afirma que houve uma resistência muito grande de boa parte dos funcionários, inclusive pela associação com os processos de tomada de decisão muito autocráticos de pessoas do antigo próMemória em Brasília, que "participavam das famosas reuniões no Bolo de Noiva" (referência ao anexo 2 do edifício do Itamaraty, de onde,

aparentemente, partiam as decisões em relação às reformas administrativas ocorridas no início do governo Collor).

A decisão pela mudança de nomenclatura, apesar de resolver um problema conceitual, adaptando para o novo, ampliado e moderno conceito de patrimônio cultural trazido pela Constituição, abandona, portanto, a marca que o "Histórico e Artístico Nacional" representava, sobretudo para certos grupos de intelectuais, inclusive alguns membros do Conselho Consultivo, que não descansaram até conseguirem retroagir o nome do instituto para o antigo, já em 1994. Lia aciona também a figura de Aloísio ao afirmar que ele próprio, ao criar o sistema Sphan/próMemória, manteve a referida marca. Ela lembra que Aloísio, como designer que era, afirmava a vantagem estratégica em manter um nome/marca que já era conhecido e gerava identificação com a população, acerca de um serviço público com certo capital simbólico para muitos setores da intelectualidade nacional.

Percebo, assim, que o fato de que a transformação do complexo Sphan/próMemória tenha ocorrido durante a era Collor - um período conturbado e de memórias traumáticas para quem trabalhava com as políticas culturais, de crise institucional, reformas de cunho neoliberal, marcado por demissões, cortes de verbas e desprestígio da própria política -, pode e deve ser considerado na avaliação da rejeição do nome atribuído ao instituto em 1990. Ainda assim, é importante considerar a escolha a respeito do que foi retomado e resgatado como marca de tempos passados (entendidos então como de maior bonança e prestígio). É notável que a escolha da marca que caracterizou a chamada fase heroica, para usar o termo recorrente, associada ao "Histórico e Artístico Nacional", poderia também ter dado lugar a outros termos e denominações, como "próMemória" e, até mesmo, "Referência Cultural" - vinculados ao momento imediatamente anterior de crescimento do capital político da instituição, nos anos 70 e 80. A proeminência do primeiro em detrimento dos demais termos e qualificativos me ajuda, no mínimo, a entender a dificuldade contínua dos setores que haviam buscado estabelecer políticas ampliadas no campo do patrimônio, entre 1975 e 1990, mas que não conseguiram, por todo o contexto aqui exposto, afirmar e consolidar perante a sociedade, suas práticas e, por conseguinte, uma nova marca.

Capítulo 2: Referências Culturais e inventários - do caçador de monumentos ao explorador de novos territórios

> "O serviço do Inventário é como uma quimera de três cabeças: a estética, a científica e a administrativa." (**Nathalie Heinich**, 2015. p. 192)

O ímpeto de se inventariar o patrimônio cultural é tão antigo quanto a própria ideia de sua preservação. Em várias políticas nacionais e internacionais, a inclusão ou inscrição de bens culturais num inventário é sinônima de sua proteção legal. Lembremos que o conceito de patrimônio histórico, ou cultural, é advindo da ideia de patrimônio familiar (herança) e, se o que determina legalmente o que constitui o patrimônio de uma pessoa é o inventário do conjunto de seus bens, então, num exercício de espelhamento dessa imagem, o patrimônio reconhecido de um país, de um estado ou município, da mesma forma, pode ser constituído pelo conjunto dos bens culturais inventariados de seu território.

Carolina Di Lello J. Silva (2014), também colega servidora do Iphan, atenta em sua pesquisa de mestrado para as mudanças pelas quais os inventários de patrimônio vinham passando no contexto internacional nesse momento em que a noção de Referência Cultural surge e vai se estabelecendo na política patrimonial do Brasil. Há, a partir de meados da década de 1960, uma clara expansão dos inventários pelo mundo, em parte como resultante das recomendações internacionais, mas também como resultado das experiências europeias nesse campo, com especial influência do caso do Inventário Geral francês, criado em 1964 por André Chastel e André Malraux e que tornou-se "referência no debate sobre a regulamentação desse instrumento para bens materiais, inclusive no Brasil" (SILVA, 2014. p. 22). Originalmente focado na "constituição de uma documentação homogênea sobre arquitetura e obra de arte nacional" (idem, p. 23), o inventário vai se constituindo como campo de ampliação dos repertórios patrimoniais sobretudo na medida em que se distancia dos instrumentos acautelatórios, como a "classificação", no caso francês, ou o tombamento, no caso brasileiro, nos quais, tradicionalmente, havia critérios de seleção e valoração altamente seletivos.

No Brasil, apesar de não haver coincidência entre os bens que são oficialmente reconhecidos como patrimônios acautelados pelo poder público e aqueles que são inventariados pelas instituições de preservação do patrimônio cultural, a preocupação com a questão dos inventários de patrimônio cultural acompanha a história da política federal de preservação desde seus primórdios, conforme procurarei apresentar a seguir.

2.1 Políticas de identificação e inventários no Iphan e no CNRC: uma contextualização

No Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural, em artigo[51] de autoria de Lia Motta e Maria Beatriz Rezende que busca definir o termo "inventário", podemos ter uma ideia de sua trajetória na história da preservação. Em resumo, as autoras identificam que, no início da política do Sphan - em que o reconhecimento era feito a partir de critérios pré-estabelecidos pelos intelectuais e funcionários de inspiração modernista que ali trabalhavam, e onde os bens tombados estavam geralmente relacionados à arquitetura colonial e as ditas belas artes -, a ideia de um inventário nacional era considerada essencial para se encontrar os bens dignos daquilo que Lucio Costa[52] chamou de "privilégio do tombamento" (ibidem. pg. 19). Lembram as autoras também, o fato de que a política federal de patrimônio começou em 1937 sem a preocupação em desenvolver uma metodologia específica de inventariação. Ali, o que se fazia era reconhecer bens móveis e imóveis a partir de valores do que fora previamente estabelecido como importante para a construção da memória nacional, mas também e a partir de uma certa compreensão de urgência, diante da perspectiva de iminente perda daqueles bens (GONÇALVES, 2002).

Ainda assim, Lucio Costa, quando faz, em 1949, seu apelo para a necessidade de realização de inventários por todo território nacional, diferencia a abordagem do inventariante entre aquele com o espírito "do caçador, [que] diferente da ideia do explorador, já parte para a aventura sabendo o que deseja encontrar" (ibidem). Em suma, conforme ratificam Motta e Silva:

> a preocupação em legitimar um determinado período histórico – o colonial –, como aquele que inaugurou o modo genuinamente brasileiro de edificar e de fazer arte, promoveu o recorte de estudos e da produção de saber necessários às ações para a conservação de bens desse período, determinando também os trabalhos de identificação desse patrimônio escolhido. O universo de bens a serem protegidos estava sujeito então a um processo de identificação de atributos e características já conhecidos e valorados pelos intelectuais modernistas que os qualificavam como excepcionais, íntegros e autênticos, ou, de outro modo, como exemplares que atendiam às exigências da concepção de patrimônio naquele momento. Era preciso apenas identificar esses bens no território nacional, por meio de um olhar técnico, e inventariá-los. (MOTTA e SILVA, 1998, pg. 20)

[51] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf (acesso em setembro de 2018).

[52] **Lucio Costa** (1902-1998) é um dos mais reconhecidos arquitetos e urbanistas brasileiros, autor de diversos projetos de renome, como o Plano Piloto de Brasília e o edifício Palácio Capanema, concebido como sede do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, tendo se tornado assim um dos principais nomes da arquitetura modernista em todo o mundo. Em 1937, com a criação do Iphan, assumiu a direção da Divisão de Estudos e Tombamentos do instituto.

De toda maneira, pela leitura do apanhado histórico desenvolvido pelas colegas acima citadas, não se conseguiu, naquele momento, desenvolver nem uma política, nem uma metodologia para se realizar, sequer, o "inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento", conforme Rodrigo Mello Franco de Andrade definia nas primeiras avaliações da política recém-criada (ibidem, pg. 16). As autoras salientam que não houve recursos financeiros nem humanos para fazer o inventário, nem mesmo da forma como Lucio Costa imaginou inicialmente - apelando a estudantes em férias e a "intelectuais de várias categorias necessitados de amparo" (ibidem). A maior parte dos tombamentos continuou sendo efetivada com base em relatos sumários e centrados em narrativas fotográficas (SOUZA, 2014) que atestassem a adesão estética e estilística dos bens arquitetônicos e das obras de arte aos critérios da repartição naquele período.

A partir dos anos 1970, o interesse em inventários nacionais e regionais renasce, tanto pela associação entre preservação do patrimônio e desenvolvimento econômico por meio do turismo, estabelecida pelos governos militares e pela Unesco à época, quanto pela necessidade de identificação dos já numerosos acervos de bens móveis e integrados a edificações e monumentos tombados pelo Iphan, e que jamais haviam passado por trabalhos de identificação sistemáticos e exaustivos desse tipo. Acrescenta-se ainda a preocupação dos técnicos da instituição em incluir na política de forma geral, e consequentemente, também nos inventários (a partir da década seguinte), a questão do urbanismo como integrador da gestão dos bens imóveis, sobretudo dos núcleos urbanos tombados em conjunto. Naquele momento a grande preocupação passava a ser a questão da especulação imobiliária, que ameaçava a integridade dos centros históricos das cidades. Tal enfoque se aprofunda com os tombamentos de diversos núcleos urbanos na década de 1980, que se voltavam ainda para aspectos arquitetônicos e estilísticos, porém de outras tradições, como a arquitetura de imigração europeia no Sul do país, além da ideia de arquitetura e urbanismo como documento histórico, a partir da noção de núcleos urbanos valorados como "cidades documento" (SANT'ANNA, 2015). De toda maneira, durante aquele período, eram ainda inventários que ensejavam saberes marcadamente técnicos dos campos da arquitetura e das belas artes, apenas acrescentando a estes valores ainda predominantes, a visão do urbanismo, a justificativa e os valores daquilo que me parece um certo tipo de historiografia aplicada à gestão urbana, ou ainda, da história do urbanismo.

Ainda nesse esforço de localizar o papel dos inventários na história da preservação no Brasil, faço aqui um recorte de dois momentos institucionais que ajudam a perceber as abordagens acerca dos inventários na política: o primeiro, de princípios dos anos 1980; e o

intervalo decorrido entre os anos de 1986 e 1988, período no qual a perda de capital político do setor de Referência Cultural já era claro, como vimos no capítulo anterior.

O que encontrei nos arquivos do Iphan no sentido de apresentar o aporte do CNRC para a política de inventários nesse primeiro recorte temporal foram frutos de dois eventos que debateram o assunto à época: o *I Encontro Sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural*[53], no qual destaco o artigo Bens Móveis e Inventários Culturais, de Clara Alvim, e a fala introdutória de Aloísio Magalhães no mesmo evento[54], intitulada Instrumentos Para a Preservação dos Bens Culturais. Além desses, também trago para o debate o artigo de Xavier Maureau[55], apresentado em evento internacional no ano de 1984, intitulado Por uma Política Sistemática de Inventários Tecnológicos[56]. Esses textos apresentam avaliações focadas em assuntos e momentos distintos da instituição e, dessa forma, ajudam a perceber diferentes formulações do que o "pessoal da Referência Cultural" pensava no tocante aos inventários de bens culturais e que não estava sendo levado em consideração nas articulações e projetos anteriormente apresentados.

Em sua fala inaugural no Encontro realizado em 1980, Aloísio busca abordar o dilema da inevitável redução dos bens culturais que se quer conhecer quando sistematizados em inventários. Em suma, a questão colocada por ele é a de que:

> (...) a redução é inevitável quando se categoriza, quando se tenta indexar ou inventariar o bem cultural; a redução é, entretanto, perigosa na medida em que pode empobrecer demasiadamente a informação. Trata-se da relação entre o assunto que se quer reduzir e a redução que deve ser capaz de dar uma quantidade eficiente de informações. É um problema complexo e muito grave nos inventários do bem cultural. (MAGALHÃES, 2017, p. 349)

Aloísio introduz seu problema central com um exemplo caro aos novos paradigmas que trazia para as políticas patrimoniais: a perspectiva do design, da antropologia e o estreitamento

---

[53] O evento, realizado em agosto de 1980, em Salvador, foi promovido pela Sphan e o Governo da Bahia, com apoio da Fundação Roberto Marinho. O editorial presente na documentação do Arquivo sobre o Seminário aponta que o tema do evento é "da mais alta importância para os trabalhos de preservação do bem cultural e reveste-se de grande complexidade, pelo que, acreditamos que deva se ampliar o seu debate". Assim, foram publicadas as recomendações e a proposta aprovadas pelos participantes do Encontro, bem como o artigo originado da fala introdutória de Clara de Andrade Alvim na abertura do evento.

[54] Discurso publicado na coletânea Bens Culturais do Brasil: Um Desenho Projetivo Para a Nação (2017). O organizador da publicação, João de Souza Leite, atribui a fala à data provável de 1981, porém, como pude constatar pelo documento encontrado no Arquivo Central do Iphan, o evento ocorreu, de fato, em agosto de 1980.

[55] **Xavier Maureau**, formado em Direito, com mestrado em Etnografia e especialização em cinema, era fotógrafo e pesquisador do CNRC e da Fundação Nacional pró-Memória. Junto a Mª. Cecília Londres Fonseca, foi pesquisador principal do projeto de pesquisa sobre a Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro realizado pelo Centro.

[56] O texto, inicialmente apresentado em francês como comunicação ao Seminário Internacional sobre a Preservação e o Desenvolvimento do Artesanato organizado pela UNESCO na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, de 27 a 31 de agosto de 1984, foi traduzido por Marilu de Seixas Corrêa, e revisto e adaptado por Maria Cecília Londres Fonseca.

com os organismos internacionais. Ele cita um trabalho realizado pela antropóloga estadunidense Margaret Mead, por encomenda da ONU, nos anos seguintes ao pós-guerra, e focado nas dificuldades de estabelecer sistemas de comunicação visual - os chamados glifos - universalmente compreensíveis para uma população mundial que, cada vez mais, se deslocava por diferentes países do mundo e demandava formas não verbais de comunicação que ajudassem a superar as barreiras linguísticas[57]. O exemplo me parece especialmente significativo na medida em que fala muito daquilo que uma parte importante da experiência do CNRC buscava trazer para as políticas de cultura e patrimônio cultural: identificar e sistematizar dados culturais para tornar compreensíveis, em nível nacional, os contextos e dinâmicas diversos presentes no Brasil.

No caso dos instrumentos avaliados na fala de Aloísio o desafio é exatamente o de propor formas de inventariação dos bens culturais que não reduzissem sua riqueza simbólica, mas que pudessem se dirigir a um conjunto muito heterogêneo de interlocutores para além das correspondentes comunidades - já que se trata de uma política pública voltada para o conjunto da população brasileira, disposta a cobrir um imenso território, com uma diversidade cultural igualmente grande, fora toda a dinâmica intensa de transformações destes bens culturais. Codificar tamanha diversidade num inventário demandaria um amadurecimento por meio de experiências adaptáveis às circunstâncias locais, mas que caminhassem, na medida do desenvolvimento de seus resultados, para um sistema que abarcasse as informações sobre um conjunto dos bens culturais. Ainda segundo Aloísio:

> Esta é uma visão que tem sido para mim, muito complexa. Na verdade, a gente parte da ideia de ser possível um sistema nacional para enriquecer o conhecimento do bem cultural no Brasil e chega à conclusão de que é provável que o conhecimento da grande riqueza cultural do país seja muito maior e muito mais verdadeiro na medida em que ele for o resultado de uma permuta, de uma rica fermentação ao longo do tempo (...) É por isso que não é perder tempo - e sim, na verdade, usar o tempo corretamente - a ideia de que o verdadeiro inventário não é obra pra ser feita correndo, é uma coisa que merece que experiências, vivências, sejam tidas e observadas (idem, p. 352)

Essa ideia de que um sistema com as informações sobre a cultura e que o método para inventariar seus bens era um processo que necessitaria de tempo e amadurecimento por meio de experiências também é bastante indicativa da forma por meio da qual o CNRC conduziu suas ações - por meio de projetos muito diferentes entre si e com poucas tentativas de síntese entre eles, sem a proposição, por exemplo, de instrumentos específicos para os bens culturais aos quais se dedicavam.

---

[57] Uma versão digitalizada de artigo publicado em novembro de 1964 na revista Time sobre a pesquisa pode ser encontrado no seguinte link: https://www.nytimes.com/1964/11/22/archives/toward-a-universal-nonlanguage.html (acesso em junho de 2019).

Por fim, há um debate também transcrito no texto (idem, pg. 353 e 354), no qual Ulpiano Bezerra de Meneses, que estava na plateia, atenta Aloísio para a necessidade de separação entre aquilo que a ideia de glifo indicava, no sentido da redução a um elemento mínimo, de uma realidade que não poderia ser reduzida, e o que era apenas a linguagem sobre aquela realidade. Desse ponto de vista, os inventários seriam uma linguagem sobre os bens e, portanto, reduções - mas não se confundem com os bens propriamente ditos. Assim, a linguagem sobre eles sendo equivalente aos inventários, seria, em alguma medida, universalizável. O que não seria interessante nem desejável de se reduzir seriam os próprios bens culturais, enquanto realidades sociais concretas, já que é em seu caráter diverso que reside a sua riqueza e esta deveria ser preservada e fomentada. "Então eu poderia propor o catolicismo do inventário e o ecumenismo do bem cultural", conclui Meneses (idem, pg. 353). Aloísio responde com as ferramentas de um bom designer, trazendo o discurso da visualidade, ao afirmar o potencial de síntese (gestáltico) da informação visual presente no exemplo extremo do glifo - inclusive fazendo uma exortação para que se leve em consideração, na concepção dos inventários, da importância das fotografias, já que o tipo de conhecimento que elas possibilitam seriam de um tipo, por vezes, mais completo do que a informação escrita.

Por sua vez, o artigo de Clara Alvim (1980), apresentado no mesmo evento, está marcado tanto pelo processo de mudanças ensejadas pela chegada do CNRC ao campo da política federal de patrimônio cultural, quanto pelo momento em que também se iniciava um movimento integrado de instituições de guarda de acervos móveis, museus, órgãos municipais, estaduais e do próprio Sphan para dar conta de um antigo anseio e desafio de se desenvolver um inventário integrado para os bens móveis do país, inclusive com a pactuação entre essas instituições. Clara faz questão de atentar para a busca de envolvimento da população na identificação e preservação desses bens, apresentada desde os tempos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que segundo a autora (Alvim, 1980), já considerava a população como corresponsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, ao contrário da postura unilateral e até mesmo autoritária que tal chamamento da população ao dever de contribuir na preservação dos bens culturais costumava ter no contexto do antigo Sphan, Clara faz o caminho inverso e propõe um chamamento aos órgãos de patrimônio para o olhar para os valores acerca dos bens culturais presentes na própria sociedade e passíveis de serem identificados pelos inventários:

> Apreender qual seja o interesse dessa população pelos seus bens culturais, compreender qual seja sua espontânea noção de patrimônio cultural parece-nos um encaminhamento fértil para que sejam abalados alguns dos obstáculos que se opõem à existência de uma solidariedade entre a atitude institucional e o comportamento espontâneo da população brasileira, relativamente à questão de preservar-se o

> Patrimônio Cultural. Foi nesse sentido que constituímos o Contexto Cultural como referência destas considerações sobre Bens Móveis e Inventários. (ALVIM, 1980. p. 08)

A pesquisadora e representante do Sphan/PróMemória no evento faz um apelo para que houvesse um esforço de contextualização daqueles bens identificados a partir da perspectiva de quem os valora. Segundo Clara, seria "oportuno permear as discussões diretamente relacionadas aos inventários de bens móveis e imóveis com uma reflexão sobre o sentido ou os sentidos atribuídos ao objeto dos inventários" (idem, p. 9).

A partir dessa visão inovadora, Clara buscava relativizar a atuação institucional em seus instrumentos e em objetos de atuação já consagrados por meio do Decreto-Lei 25/37 quando fala nos bens móveis. Propondo possibilidades de um olhar mais amplo do que o aplicado no início da política, os inventários poderiam ter como foco, não a busca de bens culturais que se adequassem aos valores previamente estabelecidos pelos especialistas e autoridades da instituição de patrimônio, mas sim, os bens que a própria instituição inicialmente não conhecesse, mas que tivessem valor em contextos socioculturais diversos. De certa forma, o que Clara Alvim propunha ali, e que é reflexo do que vinha se desenvolvendo pela equipe do antigo CNRC, era uma virada na visão acerca dos inventários apresentada por Lucio Costa, chamando as instituições responsáveis pelo patrimônio cultural a experienciar de forma mais aberta um olhar de "explorador" e menos aquele olhar excessivamente focado do "caçador".

Defendia a autora que, ao olharmos para acervos e museus locais, constituídos fora do campo de atuação do Iphan, era possível conhecer outros patrimônios, cuja seleção e proteção falavam de outros tipos de valor excepcional atribuído e que valiam a pena de se conhecer, uma vez que se quisesse engajar a população na tarefa de preservar valores que não fossem alheios a ela, mas sim os seus próprios.

> Ora, parece-nos que no conjunto dos acervos de bens móveis dos museus brasileiros e das coleções particulares está contida a afirmação de que no Patrimônio Cultural deste país, isto é, no conjunto de bens culturais valorizados de acordo com os sentidos acima referidos - inclui-se seja o que é considerado como tal, de um ponto de vista erudito, seja o que as comunidades elegem como bem cultural, a partir de uma atribuição de valor específica, geralmente desconsiderada pela primeira perspectiva. (idem, p. 13)

Reconhecendo uma contradição essencial na realidade das práticas de inventariação de bens culturais - de um lado, bens ditos de valor erudito; de outro, aqueles de valor local - Clara ensaia um debate que o Iphan continuaria fazendo por mais uma década e meia antes de conseguir propor, de fato, um inventário que partisse da questão dos valores atribuídos pelas próprias comunidades (ou, por assim dizer, suas Referências Culturais):

> **O bem cultural não existe em si e por si. Ele só se define dentro de uma relação** ou relações que, em círculos concêntricos, partem da que se estabelece entre o

> produtor e a matéria sobre a qual se debruça, até a relação mais ampla com o contexto social em que se insere o bem, carregado de valores que lhe são atribuídos nesse percurso. Assim, **o mesmo objeto poderá ser apreendido sob diversos ângulos**, desde a sua materialidade (determinada matéria com características específicas, sobre a qual incide trabalho humano também com características específicas), passando-pelo seu uso pela comunidade para a qual foi criado e chegando à sua transformação em um bem representativo de certa cultura ou ao qual é atribuído valor que justifica seu recolhimento, proteção e exposição pública (em outras palavras, sua consagração como bem cultural). Em todas essas etapas a **questão do valor rege a relação sujeito-objeto** podendo aparecer de modo mais ou menos explícito. (idem, pg. 24. grifos meus)

Me pareceu interessante notar a diferença na percepção que Clara nos traz acerca do bem cultural - diversa do que aparece nas falas de Aloísio e Ulpiano acima citadas. Aqui eles próprios são, não uma realidade concreta, mas uma construção que, para existir, depende do olhar de quem o observa, qualifica e valoriza. Dessa forma, uma mesma realidade cultural pode ser apreendida de maneira diversa por sujeitos diversos.

Contudo, ainda que chamando a atenção para a inconveniência de se inventariar bens culturais (móveis, nesse caso específico) apenas com base nos critérios de erudição com os quais se costumava fazer esse tipo de trabalho à época, não vemos até 1995 o desenvolvimento de alguma metodologia de inventário de bens móveis que atacasse, de fato, essa amplitude de bens culturais, ainda que, no documento de diretrizes (ANEXO II) resultantes do Encontro em que Clara apresentou o artigo aqui citado, pareça haver grande aderência às propostas por ela colocadas em seu artigo. As ações, no entanto, parecem ter andado mais no sentido das experiências autônomas e livres, que Aloísio sugeriu em sua própria fala, e conforme me foi confirmado por Clara na entrevista que realizamos (Alvim, 2019), quando ela aponta para uma execução dos projetos de forma orgânica e com pouca sistematização e documentação. Assim, apesar das diretrizes e debates ocorridos naquele evento de 1980, não houve a estruturação de uma política sistemática de inventários de bens móveis ou de qualquer outro tipo de bem cultural. Tanto menos uma que integrasse as ações de inventário no Iphan com as demais instituições responsáveis pelos patrimônios culturais nos estados e municípios. Do mesmo modo, cada setor do Iphan e cada agente da política continuou a realizar inventários a partir de seus próprios paradigmas e a partir de valores estilísticos e arquitetônicos já consagrados.

Por fim, trago também a menção ao artigo de Xavier Maureau (1984), apresentado quatro anos depois do Encontro anteriormente citado, um momento marcado pela morte de Aloísio e pela eleição indireta do primeiro presidente civil depois de duas décadas de período militar. Percebo ali um tom mais diretamente crítico e um apelo mais direto ao desenvolvimento de respostas institucionais para os problemas sociais, diante do diagnóstico da ausência de

instrumentos capazes de aproximar as políticas de patrimônio dos reais anseios e valores dos grupos sociais acerca de seus patrimônios.

A experiência de inventariamento da tecelagem manual do Triângulo Mineiro[58] é apresentada no artigo de Maureau (1984) como caso concreto de utilização de inventários como instrumentos de aferimento e compreensão de bens culturais a partir dos valores e sentidos atribuídos, não pelos especialistas do campo patrimonial, mas pelas pessoas que vivenciam tais manifestações. Retomando o espírito do CNRC, Maureau (idem) se esforça também por explicitar o vínculo dos inventários com a geração de indicadores para a gestão governamental. Ele inicia seu argumento em tons dramáticos, focando na necessidade de se instituir uma política sistemática nesse campo.

> A progressiva destruição de nosso patrimônio natural, o deslocamento indiscriminado de grupos que assistem, impotentes, ao aniquilamento dos traços de sua história, a implantação de planos de fomento elaborados em gabinetes, sem levar em conta as tradições e os interesses das populações locais, são exemplos de situações criadas em nome de um modelo de desenvolvimento autoritário e uniformizante, cuja falência será evidenciada, ainda que a longo prazo por suas consequências.
> Com o objetivo de fornecer indicadores que possam contribuir para a elaboração de planos de desenvolvimento compatíveis com nossa pluralidade cultural, a Fundação Nacional pró-Memória tem realizado diversas experiências de trabalho, buscando apreender as manifestações culturais em sua dinâmica, enquanto processos imersos no quotidiano das comunidades, para as quais se revestem de sentidos e valores específicos.
> Uma dessas experiências constitui-se no longo e minucioso trabalho de inventário da tecelagem manual no Triângulo Mineiro, que nos parece oportuno divulgar na medida em que pode oferecer subsídios para uma revisão das políticas de preservação do patrimônio cultural - por uma série de motivos tradicionalmente voltadas para a proteção de bens móveis e imóveis, sobretudo aqueles de valor consagrado no sentido de orientá-las para se colocarem realmente a serviço da população brasileira em seus diferentes contextos. (MAUREAU, 1984. p. 01)

Ainda em relação ao projeto da tecelagem manual, Maureau (idem) apresenta, ao longo de seu texto, as dificuldades, desafios e a amplitude que um inventário daquele tipo ensejava, com longas temporadas em campo, aventuras e desventuras na busca de soluções criativas para a lida com as tecnologias de pesquisa e documentação disponíveis à época e que, mesmo com todas as limitações ao trabalho de apreensão das realidades e contextos culturais específicos,

[58] "(...) a pesquisa da Tecelagem no Triângulo Mineiro foi iniciada em 1976 e realizou o levantamento e descrição das técnicas de fiar, tingir e tecer em teares de quatro pedais. Decodificou e documentou o instrumento de trabalho (tear), a partir dos saberes do tecer detidos pelas tecedeiras. O interesse inicial pelo assunto decorreu do fato de que se trata de uma tecnologia tradicional – introduzida no Brasil pelos portugueses, ainda no período colonial – que, por diversas razões, se manteve praticamente inalterada na região referida. Voltada, no passado, para o suprimento de produtos tecidos em unidades de produção dispersas, a tecelagem manual no Triângulo Mineiro esteve diretamente ligada a um fator de identidade cultural (...) O trabalho realizado, em termos de abordagem de uma tecnologia tradicional, não esteve voltado apenas para a descrição, mas para a busca de uma forma de documentação que pudesse efetivamente subsidiar a atuação das instituições direta ou indiretamente envolvidas com a questão, e que estivesse, sobretudo, a serviço das próprias tecedeiras". (DUTRA, 2017. pg. 94)

terminavam promovendo um relacionamento profundo entre pesquisadores e tecelãs. O processo de identificação dos processos que levavam mulheres a tecer com técnicas consideradas primitivas para a época informava algo acerca das possibilidades reais de desenvolvimento de políticas públicas que não ignorassem os valores e potenciais presentes naqueles contextos específicos e que teriam, por consequência, mais chances de logro, quando comparados às soluções de desenvolvimento e preservação estranhas às comunidades e seus contextos socioculturais. Segundo o autor (idem), conhecer tais potenciais, anseios e valores locais era, justamente, o desafio de uma política de inventários:

> Eis porque, se tivéssemos que fazer uma recomendação, esta seria a de implantar, sem demora, uma política sistemática de inventário tecnológico dos conhecimentos técnicos transmitidos de maneira informal, "a priori" suscetíveis de inserir-se em ações de desenvolvimento - contando, para isso, não apenas com equipes locais, compostas de etnógrafos, historiadores , economistas, mas também de técnicos especializados na tecnologia inventariada e dispostos a trabalhar em estreita colaboração com os detentores desse "know-how" Quanto aos poderes públicos, limitar-se-iam, por um lado, a fornecer a assistência técnica necessária para coletar as informações e para o aperfeiçoamento contínuo dos métodos de inventário - se possível com a ajuda do vídeo - e, por outro lado, a centralizar essas informações por intermédio de um banco de dados, de forma a colocar à disposição do público os resultados desse inventário e evitar a multiplicação inútil de esforços paralelos.
> Em resumo, um projeto cuja finalidade seria remediar as falhas das políticas tradicionais de proteção do património cultural, que se limitam inexplicavelmente à valorização de objetos.
> Um projeto destinado a preservar a experiência técnica acumulada pelas gerações precedentes e a facilitar sua reapropriação, a fim de restaurar uma confiança perdida em grupos cada vez mais marginalizados em relação aos centros de decisão tecnológica. Um projeto dedicado a promover a mudança em função de necessidades e de meios claramente definidos e não apenas vagamente estimados. (idem, p. 31)

O trabalho com a tecelagem é considerado como tendo sido um dos poucos que conseguiu fechar o ciclo esperado na proposta do CNRC, já que realizou: uma ampla pesquisa e produção de dados a partir do campo junto às comunidades de tecelãs; o tratamento e sistematização desses dados com utilização de alta tecnologia (as padronagens possíveis para os tecidos artesanais foram calculadas por meio do processamento de dados em computadores da época); e, por fim; a devolução desses resultados às tecelãs para proporcionar uma maior diversificação e dinamização dos produtos de seu trabalho, além da publicação em formato de livro, visando a sua ampla divulgação (Sphan/próMemória, 1984). O inventário e sua metodologia, contudo, não se tornaram um modelo, nem foram replicados em outros trabalhos de forma sistemática - como Maureau instiga por meio do título dado ao seu artigo (Por uma Política Sistemática de Inventários Tecnológico).

O caso foi que as recomendações de Maureau (1984), assim como as de Clara Alvim (1980), não se fizeram realidade no cotidiano da próMemória. Mesmo quando se começou a ensaiar a criação de uma estrutura de gestão das políticas de inventário no Sphan, a partir de

1986, nenhuma das propostas focava as técnicas e conhecimentos tradicionais ou, nos termos do programa do CNRC à época, as "Tecnologias Patrimoniais". Nem tampouco o foco dos inventários passou dos objetos para os valores, demandas ou potenciais socioculturais aferidos juntamente com as comunidades.

Todavia, a reestruturação do complexo Sphan/próMemória a partir da criação do Ministério da Cultura, pelo governo Sarney, em 1985, gerou mudanças importantes para a política de inventários na instituição. No âmbito da Sphan, a Coordenação de Registro e Documentação (CRD) passou a contar com um espaço institucional para o desenvolvimento de inventários e projetos de documentação de bens culturais de forma mais sistemática, com um setor voltado aos bens imóveis e outro aos bens móveis e integrados. A consulta aos Boletins Sphan/próMemória nº 38 e 39, respectivamente de novembro/dezembro de 1987 e janeiro/fevereiro de 1988, em que Sidney Solis e Lia Motta são entrevistados na condição de, respectivamente, coordenador da CRD e técnica do Setor de Inventários de Bens Imóveis da mesma Coordenação, confirmam que já havia, naquele período, a intenção de se consolidar um setor de inventários e um trabalho de documentação a ele associado. O entrevistador salienta o fato de que "a Direção da Sphan/próMemória, após a realização de encontros que envolveram, no final de 1987, todos os segmentos da Instituição, determinou que 1988 será o Ano Nacional do Inventário" (Sphan/próMemória, 1988). Na entrevista, vemos que o inventário com o qual se trabalhava, naquele momento, era pensado como peça fundamental para o desenvolvimento da política institucional. Segundo Solis:

> Eu acho que a tarefa de inventariar o patrimônio cultural brasileiro é, indiscutivelmente, uma das principais atribuições da SPHAN/próMemória, por isso a Coordenadoria de Registro e Documentação está implantando as Coordenações Nacionais, tanto de inventário de bens imóveis, quanto de bens móveis e integrados, desde fevereiro de 87. Apesar das dificuldades de recursos, entre outras, temos muita esperança que este ano traga um novo alento para esse tipo de atividade e desperte a casa para essa necessidade, não apenas na área de **bens móveis** ou **imóveis**, mas também nas de **sítios arqueológicos**, **acervos documentais**, **acervos museológicos**, enfim **todos os bens culturais de interesse da instituição e do Brasil**. (idem, p. 12, grifos meus)

Ao citar os bens móveis e imóveis, acervos documentais e acervos museológicos como sendo equivalente a "todos os bens de interesse da instituição e do Brasil" temos uma clara diferença de visão acerca do que deveria ser o foco dos inventários e das próprias práticas de reconhecimento e preservação do bem cultural. Mais adiante, na mesma entrevista, Lia (idem, p. 11) também cita a necessidade de ampliação do acervo de bens culturais reconhecidos, porém, sem nenhuma menção a bens culturais do tipo que o CNRC vinha inventariando, como no caso especificado pelo artigo de Maureau (1984).

Quando levantada a questão da participação da comunidade nos inventários, Lia fala da dificuldade de acessar os interiores das casas e da desconfiança da população em abrir suas portas a um agente do Estado. Por fim, a arquiteta é diretamente perguntada acerca da possibilidade de participação das comunidades:

> - *Muito se fala em participação comunitária nos diversos segmentos da sociedade. No inventário isso também é importante?*
> Lia Motta: Parece que se tem a expectativa de que a comunidade venha a realizar por si mesma, espontaneamente, tarefas que cabem ao Estado realizar. Acho difícil que isso ocorra nessa extensão, principalmente no Brasil, onde a sociedade civil foi desencorajada de participar nas questões de Estado pelos sucessivos períodos autoritários que tivemos. A participação comunitária é desejável, mas creio que a primeira contribuição que podemos esperar é a cooperação com o nosso trabalho, facilitando-o, a partir de uma boa divulgação do mesmo. O grande ganho comunitário do Inventário está na sua capacidade de gerar nas comunidades a consciência sobre o lugar onde vivem, funcionando assim, como elemento promotor e reforçador da cidadania. A partir daí a comunidade poderia engajar-se e até propor novos trabalhos. (idem. p. 13).

Percebo que a visão de inventário que o setor tinha era essencialmente diverso do que propunha, poucos anos antes, Clara Alvim (1980), em sua fala acerca da necessidade de considerar os valores e prioridades das próprias comunidades na definição do que inventariar. Na verdade, a entrevista publicada no Boletim apresenta uma visão de inventários como instrumentos essencialmente técnicos e especializados, nos quais espera-se um aporte mais amplo do que os saberes dos arquitetos, incluindo os saberes de historiadores, geógrafos e outros profissionais, porém, ainda se apresenta como instrumento técnico, onde os saberes dos especialistas determinam o que é de importância para a política de patrimônio cultural. As comunidades aparecem como polo passivo, que receberá esses técnicos em suas casas, depois acessará produtos resultantes dos inventários para, então, passar a ter consciência sobre o lugar onde vivem.

Encontrei, no Arquivo Central do Iphan, uma proposta de Inventário do Patrimônio Cultural, desenvolvida por João Guy de Oliveira Lima, datada de 1987 (ano em que teriam ocorrido os encontros que definiram o ano seguinte como Ano Nacional do Inventário). Por alguma razão que a documentação não deixa transparecer, tal proposta não foi implementada. Nem mesmo em minha entrevista com Lia Motta (2018), ela se recordou em que contexto tal proposta teria sido construída e abandonada. Creio que, provavelmente, pela coincidência com o esforço institucional de desenvolvimento do que viria a ser o Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos - INBI-SU, entre 1987 e 1989[59]. De toda forma, vale avaliar a forma

[59] O Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) surgiu a partir da "preocupação com a proteção de bens já tombados – não só no sentido de conhecê-los em profundidade para permitir sua melhor gestão com vistas a sua preservação, mas de conservar em outros suportes as informações

como ainda em finais dos anos 1980, os conceitos de patrimônio cultural e de bem cultural são apresentados no projeto de inventário de Lima (1987). A proposta do autor "consiste no recenseamento, estudo e divulgação de forma exaustiva, precisa e homogênea, de toda obra que, por seu caráter **artístico**, **histórico** ou **arqueológico**, constitui um elemento do patrimônio nacional." (LIMA, 1987, p. 1, grifos meus).

O que se lê, ao longo de toda a proposta do inventário condiz com o anunciado e grifado neste trecho: uma visão de patrimônio cultural restrita e associada ao artístico, histórico e arqueológico e a manutenção da visão do bem cultural apenas por esses mesmos aspectos. O texto ainda utiliza as categorias de "monumento" e "artefato" para se referir aos bens culturais, mantendo seu foco no que o Decreto-Lei 25/37 define como bens móveis e imóveis e o que, em termos da atual política, seria chamado patrimônio material. Contudo, já há uma importante evolução na concepção de que o inventário fosse um instrumento não apenas voltado à descrição e sistematização de informações técnicas sobre os bens, mas que compusesse, de fato, uma matriz da cultura, calcado em tecnologias da informática, e que influísse nas decisões políticas e pautasse as ações institucionais. Da mesma forma, a proposta também pensa o instrumento para além do simples uso dos especialistas do próprio Sphan, mas como um instrumento público que deveria ser construído de forma participativa com a sociedade, porém, a partir de um discurso grandiloquente que enxerga no inventário um instrumento capaz de refletir a cultura brasileira e uma identidade nacional, lançando mão de conceitos próprios como "valores permanentes de nossa cultura" e "elaboração erudita da matriz cultural brasileira":

> A elaboração da matriz cultural brasileira é a tarefa básica de uma política de cultura e o seu **instrumento fundamental é o Inventário do Patrimônio Cultural**. (...)
> A organização do Inventário do Patrimônio Cultural, elaborando uma síntese do acervo cultural e a **identificação dos valores atribuídos ao mesmo pela sociedade**, promoverá nos diversos segmentos sociais, atitudes de cooperação para o conhecimento e difusão deste acervo. Sua execução é um empreendimento coletivo e descentralizado que compete ao Estado e aos diversos segmentos da sociedade.
> O Inventário do Patrimônio Cultural -- componente principal da Matriz Cultural Brasileira -- apresenta como características básicas: a exaustividade, a previsão e a homogeneidade conceptuais, a interdisciplinaridade. A utilização dos métodos modernos da análise documental e a **participação dos diversos segmentos sócio-culturais.**
> (...)
> Sua execução envolve a integração dos diversos níveis institucionais e segmentos da política cultural e a **sua organização não é uma atitude nova de organização do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo**.

---

contidas nos sítios tombados. Desse modo, independentemente de transformação urbanas, os registros poderiam possibilitar a "leitura" dos sítios e dos grupos sociais que ali viveram e viviam no momento da realização do inventário, ou seja, sobre aqueles que produziram a forma urbana e aqueles que faziam, então, uso dela. Com base nesse conhecimento atento aos significados que a forma urbana assumia diante das perspectivas histórica, antropológica e social propostas pelo método, o inventário também tinha como função subsidiar planos de preservação e de desenvolvimento das cidades, sendo capaz de propor novas alternativas aos desafios encontrados, exatamente por meio desse conhecimento produzido de forma integrada" (MOTTA e REZENDE, 2016, p.23).

> O Inventário do Patrimônio Cultural sugere uma reflexão sobre nossa própria identidade e sua fundamentação ética e epistemológica fundamenta-se no **reencontro da Sociedade com os valores permanentes de nossa cultura**. Objetivando elaborar informações não fragmentadas para o conhecimento da nossa cultura e considerando a contemporaneidade **trágica da questão "QUE SOMOS?"**, o **Inventário do Patrimônio Cultural pretende constituir uma aventura do espírito**.
> (...)
> A reflexão sobre a nossa identidade e a nossa **cultura material** demanda montagens conceptuais com certos graus de universalidade, organicidade e globalidade e que não comprometem as especificidades estéticas e culturais da sociedade e que não sejam uma compreensão fragmentada da nossa cultura.
> A preservação de nossa identidade e a competência para responder a questão QUE SOMOS? estação inicial de uma política cultural, fundamenta-se na **inventariação de nossa cultura, isto é, a elaboração erudita de sua matriz**.
> A elaboração erudita da matriz cultural da sociedade brasileira é uma tarefa **democrática e participativa**, que não se identifica como uma acumulação de fatos conhecidos, incapaz de um aprofundamento correspondente da arquitetônica científica do conhecimento de nossa cultura, nem como uma erudição de curiosidades ou uma compreensão fragmentada do acervo cultural. (idem. p. 1 a 4, grifos meus).

Em que pesem as aparentes contradições dessa proposta, como a ideia de uma construção participativa e democrática que, ao mesmo tempo, se propõe a elaborar de maneira erudita a matriz cultural brasileira, não impedem a percepção de que já há um acúmulo de avanços nas concepções de inventário que surgem naquele momento, como a menção à consideração de valores atribuídos aos bens pela sociedade quando de sua identificação.

Pelos trechos grifados, tanto na entrevista dos funcionários do CRD/Sphan, quanto na proposta de inventário de Lima (1987), fica claro que o conjunto de "todos os bens culturais de interesse da instituição e do Brasil", que formariam um patrimônio cultural a ser inventariado, ainda era caracterizado pelos acervos de bens de natureza material, identificados com as práticas mais antigas da instituição e, aparentemente, sem qualquer participação ou aporte dos setores advindos do CNRC, à época, reunidos no Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural, conforme apresentado no capítulo anterior.

Ainda assim, a partir do final dos anos 1980 a política de inventários e as possibilidades de ampliação de seu escopo e abrangência semântica e conceitual ganham força no Sphan/próMemória. No já mencionado artigo sobre inventários do Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural (MOTTA e SILVA, s/d.), as autoras acionam a promulgação da Constituição de 1988 como fundamento para a virada nessa concepção hegemônica dos inventários voltados a saberes eruditos, quando apontam não apenas os inventários como forma de acautelamento[60], mas também a necessidade de que os bens considerados como patrimônio

[60] Por meio do § 1º do Art. 216, a Constituição Federal assevera que o "poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação." (BRASIL, 1988, grifos meus)

cultural devam ser considerados a partir de sua natureza imaterial, além da material, bem como ter valor de referência para os diversos grupos sociais.

> O novo enfoque sobre o universo de bens a ser identificado e valorado vem se somar à abordagem baseada em valores artísticos e históricos, tradicionalmente utilizada no acautelamento dos bens de natureza material desde 1937. Assim, de uma só vez, a Constituição trouxe para a cena das práticas de preservação novos sujeitos, objetos e referências que devem estar presentes nos processos de identificação e de atribuição de valor aos bens como patrimônio cultural. Tais processos passaram assim a requerer procedimentos e metodologias de **inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural.** (idem, pg. 3, grifos meus).

Contudo, as aproximações tardias entre as bases conceituais ampliadas pelo texto constitucional a partir das experiências e conceitos do CNRC e as propostas de inventários no Iphan podem ser explicadas também a partir do contexto político catastrófico que se deu com o desmonte do setor de cultura promovido pelo governo Collor, em 1990, já abordado por mim no capítulo I. É apenas a partir de meados daquela década, após o impeachment de Collor em 1992, quando Itamar Franco assume a Presidência da República, que o Iphan reinicia sua reestruturação, de maneira mais efetiva, já contando com uma situação administrativa um pouco mais estável, a partir da sua constituição como autarquia federal vinculada a um novo Ministério da Cultura e, inclusive, restaurando seu antigo nome.

Em termos de recursos humanos, a maior parte dos funcionários que haviam sido demitidos, na extinção do complexo Sphan/próMemória, foram readmitidos entre 1993 e 1994. Esse aporte de pessoal (ainda que os recursos financeiros continuassem escassos) possibilitou uma retomada de projetos, ações e programas, pelo que a documentação da época indica. O organograma da instituição naquele momento fora herdado do IBPC, e dava uma solução interessante ao novo órgão, autarquia federal que não contaria mais com uma estrutura executiva dinâmica e autônoma como a da antiga Fundação Nacional pró-Memória. No caso do novo instituto, foi implantada uma divisão em quatro departamentos, sendo um dedicado à área meio (Departamento de Planejamento e Administração) e os demais divididos a partir de uma lógica que privilegiou uma espécie de ciclo ideal nos processos de preservação do patrimônio cultural: identificação e documentação (DID); proteção (DEPROT) e; promoção (DEPROM).

> Art. 9° Ao **Departamento de Identificação e Documentação** compete:
> I - estabelecer diretrizes, gerenciar programas e incentivar ações de prospecção, estudos e **referenciamento**, voltados para a identificação do patrimônio cultural objetivando o **registro**, a **documentação** e a **proteção** de bens culturais;
> II - prestar orientação e assistência técnica aos órgãos descentralizados no âmbito de suas competências.
> Art. 10. Ao Departamento de Proteção compete:
> I - formular diretrizes, elaborar e coordenar programas e projetos nas áreas de **conservação e proteção** de bens de interesse cultural;

> II - estabelecer critérios, métodos e procedimentos que orientem a abordagem de questões referentes à **proteção e conservação dos bens móveis e imóveis**, nos termos da legislação pertinente.
> Art. 11. Ao Departamento de Promoção compete formular diretrizes, gerenciar programas, propor e implementar ações, visando à **promoção**, organização e circulação de **informações** do patrimônio cultural (BRASIL, 1990).[61]

Como o único instrumento de efetivo reconhecimento de que dispunha o Iphan, à época, era o tombamento, e uma vez que sua gestão ainda era um assunto, em grande medida, para arquitetos e historiadores da arte, identificados pela pecha da pedra-e-cal, as pessoas que antes compunham a antiga Sphan dos anos 80, formaram, grosso modo, a equipe do Deprot, ficando esse departamento responsável pela gestão dos bens tombados, debaixo ainda dos velhos conceitos de conservação e proteção dos bens móveis e imóveis, nos termos do Decreto-Lei 25/37. Como vimos no capítulo anterior, num ambiente ainda bastante marcado pelo entrincheiramento daqueles profissionais ligados ao dito patrimônio de pedra-e-cal e as equipes multidisciplinares que formavam o antigo CNRC (em suas diversas denominações, inclusive pós-1979), teria sido o DID, onde foi criada uma nova Coordenadoria de Referências Culturais, o lócus para absorver o que restava das ações e do "pessoal da Referência Cultural", junto a outras atividades não diretamente vinculadas ao tombamento. Era o caso, por exemplo, da Coordenadoria de Identificação, herdeira do CRD e responsável oficialmente pelos inventários e pesquisas voltadas ao campo do patrimônio, e que possuía em sua equipe arquitetos, sociólogos e historiadores advindos da antiga Coordenação de Registro e Documentação da Sphan.

O resumo que apresento acima, relativo à nova estrutura institucional do Iphan nos anos 90, vem reforçar o fato de que a integração do "pessoal da Referência Cultural" a uma coordenadoria dentro de um departamento que tinha como finalidade a identificação e documentação do patrimônio cultural, formado por profissionais de perfil mais interdisciplinar e menos afeitos às velhas práticas institucionais, ajudou a determinar o desenvolvimento do que veio a se tornar o Inventário Nacional de Referências Culturais, como buscarei mostrar a seguir.

2.2 Referência Cultural nos anos 1990: entre o isolamento, a integração e a identificação do patrimônio cultural

[61] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99602.htm (acesso em julho de 2018). Grifos meus.

Produzir e sistematizar documentação sobre bens culturais parece, diante do histórico do campo nas décadas de 70 e 80, um tipo de trabalho, de fato, mais afeito ao que o CNRC executou ao longo daqueles anos. Não apenas pela questão do distanciamento desses métodos em relação às velhas práticas de preservação utilizadas nos tombamentos no Iphan mas, sobretudo, por ser a "identificação e documentação" - fazendo aqui uma clara referência ao próprio DID - um tipo de trabalho geralmente voltado a uma primeira aproximação ao campo para, então, se iniciar, de fato, uma gestão da política. Possibilitando uma fuga dos cânones pré-determinados acerca do que é artístico, monumental, nacional, os inventários se abrem ao campo do patrimônio:

> Inventário opera bem uma ampliação da noção de patrimônio, mas pelo deslocamento do valor estético (sob a forma tradicional da "beleza esteta"), ao de significação (às vezes mesclado de estética com a "beleza científica"), tendo como pano de fundo a produção permanente do valor de autenticidade. Não é, portanto, a arte que se estende a novos objetos, por meio da função de patrimonialização, mas a noção de patrimônio que se estende para além da arte, seu núcleo inicial. (HEINICH, 2015, p.193)

Assim, por sua natureza, a produção inicial de conhecimento sobre os bens culturais é mais permeável à experimentação, à descoberta e, por consequência, à inclusão daqueles bens culturais não necessariamente elegíveis para tombamento, por exemplo. É o tipo de assunto para o qual as atenções do "pessoal da Referência Cultural" se dedicavam e que se costumou chamar, à época, de "patrimônio não consagrado", portanto, ainda por ser identificado. No fundo, se avaliarmos o tipo de trabalho a que se propunha o antigo CNRC, trata-se de ações essencialmente de produção de conhecimento, catalogação e documentação desses bens culturais ditos não-consagrados. Como a própria equipe das Referências Culturais admitia em diversos textos da época, poucos trabalhos desenvolvidos naqueles anos conseguiram ir além desse tipo de processo para chegar ao que se convencionou chamar "devolutiva" - aquele momento final dos processos de referenciamento, no qual os trabalhos da instituição deveriam promover ações mais propositivas, de dinamização dos processos de produção dos bens culturais das comunidades, a partir de suas próprias Referências Culturais[62]. Essa dificuldade fica marcada na entrevista que me concedeu Cecília (FONSECA, 2019), quando afirmou a dificuldade de dar retorno às comunidades a partir das ações do CNRC, com raras exceções,

[62] Faço aqui uma rápida alusão ao outro departamento criado naquele momento - o Departamento de Promoção - que, em certa medida, teria herdado a missão de desenvolver as propostas de ações "pós-identificação" e, principalmente, "pós-reconhecimento" no Iphan. No setor, ficariam também alocados alguns dos egressos do CNRC, como meu ex-chefe, João Tadeu Gonçalves, que criou e coordenou o setor de Educação Patrimonial (entre 2003 e 2011). Contudo, as demandas por editoração de impressos diversos, portal na internet e comunicação social sempre terminaram por tornar este departamento menos afeito àquilo que o CNRC e Fausto Alvim pensaram como um Programa de Devolução, e se consolidou como área de Promoção - não dos bens culturais, mas da instituição e suas ações - quase como um setor especializado da área meio: atendendo aos demais departamentos e unidades descentralizadas em demandas de publicações e comunicação social.

como o trabalho que ela coordenou junto à Xavier Maureau, da Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro, já anteriormente citado:

> E tem um problema: que dos projetos todos do CNRC, e aí eles tinham uma certa razão, o que é que resultou nesse trabalho todo? Eu tenho orgulho que o livro da tecelagem foi um dos poucos que tem os produtos, sabe, eu digo, é um projeto que completou o ciclo todo. Cumpriu todas as etapas propostas pelo CNRC, que você falou aí, que a última é devolução: tem o livro, tem a caderneta dos repasses, o folheto dos repasses. **Porque os outros, a grande maioria, parou no meio,** então, acho que isso se foi o grande desgaste, se deveu muito a isso. Eles não alcançaram **o tal retorno**. (FONSECA, 2018, grifos meus).

Por outro lado, a estrutura institucional calcada na noção de Referência Cultural ter ficado alocada nos processos de Identificação e Documentação e não nos de Reconhecimento ou Promoção, teve consequências importantes para o entendimento de como se desenvolveu a preservação do Patrimônio Cultural pelo Iphan desde então. Os bens que foram, de fato, acautelados a partir de 1990 por meio do tombamento - único instrumento para a proteção federal tal até a promulgação do Decreto 3.551 no ano 2000[63] -, o foram a partir dos mesmos critérios: técnicos, focados em estilos artísticos e arquitetônicos e, mantendo assim, em sua maior parte, os valores eruditos e elitistas com que quase sempre se tombou antes da nova conceituação do patrimônio cultural pela Constituição de 1988. Mesmo os poucos bens tombados que podem ser considerados exceções a esse quadro, tais como alguns terreiros de candomblé, por exemplo, não se fiaram na noção de Referência Cultural para a instrução técnica de seus processos, ainda que estes tenham sido, de certa forma, originados a partir do trabalho de projetos e ações iniciados pelo CNRC. Lia Motta que, desde 1987 já assumia funções ligadas justamente à pesquisa e identificação no CRD da Sphan/próMemória e posteriormente no DID, nos traz tal cenário em sua tese de doutorado (MOTTA, 2018), onde expõe que nenhum processo de tombamento de sítio urbano ocorrido entre a promulgação da Constituição e o ano de 2012 leva em consideração o valor do bem tombado enquanto uma Referência Cultural.

Dessa forma, o lugar possível para o trabalho com as Referências Culturais dentro da instituição parece ter sido, de fato, o setor de Identificação e Documentação, mesmo que não houvesse, em princípio, algum instrumento que possibilitasse o reconhecimento, enquanto patrimônio cultural, daqueles bens "não consagrados", e que agora, nos termos da Constituição, passavam a ser considerados como de natureza imaterial.

---

[63] O Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. É o instrumento que dá as bases do trabalho da política com o Patrimônio Cultural Imaterial e com o trabalho atualmente exercido no DPI.

Ainda assim, um documento que encontrei nos fundos arquivísticos do DID, no Arquivo Central do Iphan - Seção Brasília, traz uma série de atribuições à nova Coordenadoria de Referência Cultural, que ainda remetem àquilo que o setor vinha desenvolvendo nos anos anteriores. É interessante notar ali algumas mudanças terminológicas e expressões que começam a incorporar uma perspectiva de patrimônio cultural ao trabalho com as Referências Culturais, consolidando as evoluções ocorridas na década anterior (em um vínculo mais definitivo com a política); o foco nos processos dinâmicos como produtores dos bens culturais; e, por fim, a necessidade de incluir a participação da comunidade nos processos institucionais.

> INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
> DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
> **COORDENADORIA DE REFERÊNCIA CULTURAL**
> Atribuições:
> - Definir diretrizes, gerenciar programas e fomento de ações de prospecções, estudos e referenciamento voltados para o **património cultural em sua dinâmica**, objetivando o registro e a documentação dos **processos geradores de bens culturais**;
> - Coordenar o **desenvolvimento de métodos e técnicas de referenciamento** de bens e processos relativos ao patrimônio cultural brasileiro;
> - Coordenar, acompanhar, avaliar e realizar o **referenciamento dos processos geradores de bens culturais** com vistas à valorização das diferentes culturas que compõem a nacionalidade brasileira e à contextualização passada e presente desses bens;
> - Realizar, estimular e apoiar pesquisas que visem um melhor conhecimento das **formas de expressão** no território nacional;
> - Realizar, apoiar e coordenar projetos que visem a **participação da comunidade** e de **instituições educacionais** no processo de conhecimento das manifestações culturais locais;
> - Elaborar e manter atualizado um **cadastro nacional de produções documentais** nas áreas de patrimônio cultural e natural, por meio de registo videofonográfico, fotográfico e cinematográfico;
> - Assegurar a **devolução** das produções documentais nas áreas do patrimônio cultural e natural **às comunidades que participaram dessa produção**;
> - Promover intercâmbio entre órgãos congêneres visando ampliar a difusão dos acervos da área de multimeios;
> - Promover, na respectiva área de competência, estudos sobre as diretrizes e estratégias para o **referenciamento do patrimônio cultural brasileiro**, em consonância com a política nacional do sistema federal de cultura;
> - Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das ações decorrentes da implementação dessas diretrizes;
> - Buscar a integração e a **interação entre os setores que compõem IBPC** e destes com os Órgãos e instituições que atuam na área cultural;
> (IBPC, 1992 - grifos meus)

Ao analisar o documento em questão, ainda percebo uma grande tendência à autonomia (ou isolamento?) no setor, que contava, segundo o referido documento, com sua própria divisão de Ações de Pesquisa, outra de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos - aos quais correspondiam uma biblioteca (Biblioteca Aloísio Magalhães) e um arquivo próprio (que era responsável pela gestão dos acervos do extinto próMemória). Conforme a documentação sugere, toda essa estrutura permanecia em Brasília, enquanto o Arquivo Central do Iphan e sua respectiva Biblioteca (ambos, então nomeados Arquivo e Biblioteca Noronha Santos)

permaneciam no Rio de Janeiro, junto ao Departamento de Proteção e ao setor de inventários e de pesquisa do próprio DID. Na verdade, em que pese o item final das atribuições que fala em "buscar integração entre os setores que compõem o IBPC", minha percepção é de que a área de Referência Cultural permanecia, administrativamente e na prática, como uma pequena agência dentro do Iphan - algo como as atuais Unidades Especiais, que atuam de maneira autônoma, com atividades voltadas a um tema específico, ainda que vinculadas a algum dos departamentos do Iphan[64].

Em uma mesa redonda promovida em 2017 pelo GT-INRC, Célia Corsino[65], ex-diretora do DID, afirma que o próprio Departamento, em meados dos anos 90, era muito mais voltado para os trabalhos junto à área de documentação, no sentido da gestão das bibliotecas e arquivos do Iphan[66]. Segundo ela, os inventários eram feitos, naquele período, ainda de forma pouco articulada e voltada, essencialmente, para a gestão dos bens móveis e imóveis e dos sítios urbanos tombados[67]. O trabalho com os inventários e com a documentação e pesquisa acerca dos bens culturais, em si, parece também ter sido retomada apenas por volta de 1995, quando a própria Célia veio a assumir o DID. Nesse contexto e, pela forma como o campo aparece nos documentos, fica-me a impressão de que o INBI-SU era, de fato, a "menina dos olhos" do Instituto e do Departamento, configurando-se como a grande aposta do setor de inventários para dar conta do trabalho de levantar conhecimento e dados capazes de melhorar a gestão dos centros urbanos tombados pelo Iphan.

Nesse mesmo ano de 1995, em que Cecília Londres apresentou seu trabalho seminal sobre as Referências Culturais no *Seminário Preservação e Desenvolvimento*, do Centro de Referência Ambiental de Joaquim Igídio, o DID promove o *Encontro de Inventários de Conhecimento do Iphan*, entre os dias 2 e 4 de outubro. Ali, a série de palestras organizadas pelo Setor de Inventários e Pesquisa do DID é iniciada, justamente por Cecília, trazendo o tema

---

[64] Atualmente são Unidades Especiais do Iphan o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP (ligado ao DPI); o Centro Nacional de Arqueologia - CNA, o Centro Cultural Sítio Roberto Burle-Marx - SRBM (ambos ligados ao Depam); o Centro Lucio Costa - CLC, o Centro Cultural Paço Imperial - CCPI e o Centro de Documentação do Patrimônio - CDP (todos vinculados ao Decof).

[65] **Célia Maria Corsino** é graduada em Museologia pela Museu Histórico Nacional, com especialização em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá e em Administração de Projetos Culturais pelo Fundação Getúlio Vargas. Iniciou seus trabalhos no Iphan ainda na década de 1980, no Museu da República do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Museu do Folclore Edson Carneiro. Foi diretora do DID, do DPI e superintendente do Iphan em Minas Gerais, deixando o cargo em 2019.

[66] Conferência realizada no âmbito das mesas-redondas do GT-INRC, ocorrida no dia 30/06/2017, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jalFZjoVckY (acesso em julho de 2018).

[67] Sobre os inventários criados e executados pelo Iphan ao longo dos anos, há trabalhos de grande valia que podem elucidar as questões específicas de cada um deles, ou mesmo da política de inventariamento de modo geral, a exemplo do que se vê no trabalho da colega arquiteta e mestra em Preservação do Patrimônio Cultural, Carolina Di Lello J. Silva (2014), já citado nessa dissertação.

das Referências Culturais nos trabalhos de inventário, em palestra que está documentada na Série Edições do Patrimônio, intitulada *Inventários de Identificação* (MOTTA e SILVA, 1995.)[68]. No ano anterior (1994), Cecília havia também defendido sua tese de doutorado[69], que avalia a política de preservação no Brasil desde suas origens até 1990.

Acredito que seja possível pensar esse período de engajamento da autora para historiar, avaliar e enunciar uma nova versão acerca da política de patrimônio cultural como mais um indicador da forma com a qual o "pessoal da Referência Cultural" - do qual seria ela a mais notória interlocutora à época - se colocava institucionalmente num momento de crise e reconstrução. A noção de Referência Cultural funcionava como alicerce para tal empreendimento, que buscava manter viva a possibilidade de transformar as ações práticas de preservação a partir do capital simbólico acumulado pela memória de Aloísio Magalhães, mas também por meio das experiências e do aporte conceitual proveniente do CNRC e do programa que o sucedeu nos anos oitenta, dentro da próMemória. A nova definição constitucional de patrimônio possibilitava tal empreitada, legitimando-a, por mais isolado que o setor parecesse estar na nova conformação institucional do Iphan.

Na palestra proferida no encontro sobre inventários do Iphan acima citado, Cecília (1995) afirma a potencialidade da noção de Referência Cultural e sua similaridade com a modernização da prática de inventariamento promovida e analisada por André Chastel (apud FONSECA, 1994) na França a partir dos anos pós-guerra, que passou a envolver as pessoas que têm seu cotidiano ligado aos bens protegidos pelo Inventário Nacional francês. A autora também faz um paralelo entre Referência Cultural e o conceito de Lugar de Memória de Pierre Nora (1984) no sentido de que, no universo da preservação, ambos tenham se tornado "uma espécie de moeda corrente ainda que, na verdade, poucos saibam o que significa" (FONSECA, *in* MOTTA e SILVA, 1998. p. 30). Interessante notar que a fala da autora no evento de 1995 informa uma tendência que ainda hoje permanece, em igualar o termo ao objeto, ou seja: a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo CNRC com bens culturais de origens não consagradas pelas ações de tombamento, mas sim de bens de origem indígena, afro-brasileira, da cultura popular de forma geral, tratava-se Referência Cultural como sinônimo desses bens, e não como indicador, ou índice de um valor atribuído a partir das comunidades - confusão que, como apresentarei no próximo capítulo, permaneceu pelos anos que se seguiram.

---

[68] Anos mais tarde, Cecília chegou a incorporar, não apenas sua própria palestra, mas a publicação como um todo, na versão revisada do artigo publicado no Manual do INRC e no Boletim do IPEA, já citados na introdução desta dissertação.

[69] FONSECA, M. C. L. *Construções do Passado:* Concepção Sobre A Proteção do Patrimônio. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 1994.

Ainda naquele momento, em meados dos anos 1990, se buscavam subsídios para a criação de um Inventário de Patrimônio Cultural, que fosse abrangente e capaz de abarcar todas as dimensões incluídas no conceito ampliado de patrimônio que a Constituição Federal trazia. Isso é apresentado em alguns documentos e em depoimentos de servidores da época, como os de Célia Corsino e Lia Motta, já citados aqui. Em depoimento colhido em julho de 2018, Lia afirmou que a pretensão do setor de inventários do DID à época do seminário de 1995 era mesmo de eleger diretrizes para a criação de um inventário único, mas que tal ideia foi afastada por alguns dos colegas à época, sendo a representante da Coordenadoria de Referência Cultural, Ana Claudia Lima, uma das que teria se oposto à incorporação do tema das Referências Culturais num inventário desse tipo. Tal oposição, contudo, não impediu que as primeiras experiências nesse sentido fossem desenvolvidas fortalecendo-se por meio da articulação, empreendida meses antes e retomada três anos depois, entre Isolda Honnen[70], arquiteta então coordenadora de Referências Culturais do DID, Cecília Londres e outros egressos do CNRC, como veremos adiante.

2.2.1 Um inventário (de quem?) para as Referências Culturais

Aparentemente, o INBI-SU se impunha como carro-chefe da retomada da ideia de um instrumento de inventário nacional e único para o Iphan quando, já no primeiro semestre de 1995, antes ainda do *Encontro de Inventários de Conhecimento do Iphan* ocorrido em abril, no Rio de Janeiro, inicia-se uma troca de correspondências entre a coordenadora de Referência Cultural do DID, a arquiteta Isolda Honnen, e Cecília Londres Fonseca, à época assessora do Ministério da Cultura, com a intenção de instrumentalizar a noção de Referências Culturais a partir dos inventários de conhecimento que estavam sendo retomados naquele momento, integrando-os. Dessa forma, originalmente não se tratava de uma proposta para um inventário de Referências Culturais propriamente dito, mas sim um inventário que, dentre outras coisas, também identificasse essas Referências nas cidades tombadas pelo Iphan.

Isolda,

[70] **Isolda dos Anjos Honnen** é arquiteta e urbanista, especialista em Planejamento Urbano e Regional. Iniciou a carreira na Sphan/próMemória em 1981, na Diretoria de Tombamento e Conservação-DTC da Sphan, no Rio de Janeiro, ainda como estagiária, em 1981 e como Técnica em Preservação Arquitetônica entre 1983 e 1986. Entre 1987 e 1989 trabalhou na Coordenadoria do Patrimônio Natural da próMemória e, entre 1990 e 1995, na Coordenadoria de Referência Cultural, do DID, ambos em Brasília/DF, sendo a Coordenadora da área quando do início da elaboração do INRC. Retorna ao Rio de Janeiro, para o Departamento de Proteção, onde permanece até 1998, retornando ao DID, em Brasília, onde retoma o projeto do INRC, contribuindo para sua finalização.

> Li com atenção o material que você me enviou, e procurei pensar algumas sugestões tendo em vista o **objetivo do trabalho da Coordenadoria de Referência Cultural nos inventários**. Vou começar, portanto, falando sobre o que suponho sejam esses objetivos.
> Creio que o inventário do que seriam as referências da cultura de um determinado local trabalharia em dois sentidos: um, no do mapeamento das manifestações mais significativas dessa cultura local: bens móveis e imóveis, objetos, relatos, músicas, técnicas, usos e costumes, paisagens, etc. Embora implique um trabalho de seleção - do que é mais significativo - trata-se de um trabalho basicamente descritivo, e digamos, mais objetivo.
> Outro trabalho seria o de **apreender os sentidos e os valores que os habitantes atribuem, hoje, a esse universo cultural**. Como vêem o patrimônio edificado - se o acham belo, ou, ao contrário, "velho", "gasto" - **o que pensam do investimento na preservação**, quais as manifestações que mais valorizam, como elaboram a tradição, etc. Acho que só com a incorporação desse nível de pesquisa é que se pode falar em apreensão da dinâmica cultural.
> (...)
> Vejo o **questionário como forma complementar e atualizadora da pesquisa das fontes**. Assim, as pessoas entrevistadas atuariam tanto como **informantes** - pois estariam contribuindo para atualizar os dados - quanto como **intérpretes** - pois forneceriam a sua visão pessoal, subjetiva, do que consideram a cultura local. Ou seja, **teríamos acesso ao que consideram suas referências culturais**.
> (...)
> Sugiro ainda, como material complementar de pesquisa, e numa etapa posterior, a análise dos acervos dos museus e casas de cultura local, como também de eventuais coleções particulares (será que valeria a pena perguntar se o entrevistado guarda - ou conhece alguém que guarde - determinados objetos? Penso nas arcas repletas de colchas do Triângulo Mineiro, por exemplo). Nesses locais públicos, como os museus municipais, se encontrariam, em princípio, objetos significativos e valiosos em termos da história local.
> Na linha do que considero importante apreender em termos de referências, e da dinâmica cultural, vou sugerir algumas perguntas:
> - Se lhe pedissem para escolher um **local para representar sua cidade** num cartão postal (rua, praça, prédio, igreja, paisagem, etc.) qual escolheria?
> - Qual você acha que é o **futuro de sua cidade**? o que você gostaria que mudasse e o que deveria ser preservado?
> - O que você faz com os **produtos** de seu trabalho como artista ou artesão (usa, troca, vende)?
> - Porque você dedica parte de seu tempo a essa(s) atividade(s)?
> - Como você aprendeu essa atividade? Você a prática do mesmo modo desde que a aprendeu, ou alguma coisa mudou (novas matérias-primas, novos instrumentos, novos padrões, novos tipos de produtos, etc.)
> - Você sabe se os **moradores de antigamente** também praticavam essa atividade na cidade? Se afirmativo, eles o faziam como hoje? Se não, o que mudou?
> Para finalizar, acho uma boa idéia ter como uma das metas do trabalho uma pequena **publicação, que "devolva" alguns dos resultados**. Lembro, porém, que a publicação Retratos de Uma Cultura - na qual, aliás, me inspirei para fazer várias observações - tem a vantagem de ser **produzida por "nativos"**. Mas acho que o questionário está no bom caminho, e certamente será aperfeiçoado com a prática.
> Continuo a sua disposição para conversar sobre esses palpites e outros assuntos.
> Um abraço.
> Cecília
> (FONSECA, 1995a. p. 1, grifos meus).

Pelo que trata a correspondência, vemos que o que foi proposto inicialmente se resumia a um questionário com perguntas sobre o que imaginavam as pesquisadoras enquanto insumos para determinar as Referências Culturais nos sítios urbanos históricos. Assim, os moradores das cidades seriam “informantes e intérpretes” do patrimônio tombado, trazendo novos valores que

deveriam estar agregados aos valores já consagrados - de ordem técnica, especializada e acadêmica. Não resta claro de que forma isso ocorreria, mas parece que a ideia era de que esses valores, essa visão nativa, pudessem se refletir na gestão desses sítios. Pelo menos, a preocupação com alguma devolução, ainda que apenas na forma de uma publicação com resultados, era pensada como importante. Da mesma forma, estariam em pauta as perguntas sugeridas no sentido de diagnosticar expectativas de futuro, bem como situações que envolviam a geração de renda por meio de atividades tradicionais, como o artesanato. Os valores associados aos cidadãos do lugar (cidade histórica) eram, por fim, as Referências Culturais.

Quanto ao questionário em si, o que se lê no texto introdutório enviado às unidades do Iphan no ano de 1997 - dois anos mais tarde, é que estava muito focado na ideia do morador, de modo que o inventário seria uma espécie de complemento/apêndice do Inventário Nacional de Bens Imóveis - e agora também o de Bens Móveis e Integrados (INBMI)[71] -, abrindo espaço em sua metodologia para acessar sentidos atribuídos por pessoas do lugar, que fossem capazes de informar, a partir de seus valores, acerca da cidade enquanto patrimônio. Ou, dito de outra forma, que elencasse as Referências Culturais desses moradores.

> As **referências da história e da arte brasileira consagradas pelo tombamento** são selecionadas por historiadores da arte, arquitetos, historiadores, arqueólogos e antropólogos, **segundo critérios de valor, reconhecidos tecnicamente**. As referências que procuraremos identificar com este projeto, estarão relacionadas aos **valores** atribuídos pela população a **práticas sociais e a bens culturais**. Estes valores poderão se expressar não apenas em monumentos, mas em **objetos, relatos, documentos, técnicas, festas populares, usos e costumes** e **se constituirão como referências culturais quando configurarem uma identidade e um sentido simbólico da região para seus habitantes**. Tais elementos e sinais significativos da dinâmica sócio-cultural serão captados através da aplicação de um questionário, e posteriormente analisados para a elaboração de relações entre eles e a definição de **sistemas que representem o contexto cultural pesquisado**. (Iphan, 1997. pág. 01. grifos meus)

Percebemos que há uma contraposição inicial entre dois tipos de referência: uma vinculada aos conceitos de história e arte brasileira, sendo reconhecida na política pelo instrumento do tombamento, responsável por sua consagração; e outra, vinculada aos conceitos de práticas sociais, usos e costumes, entre outros valores, e que, se não podem ser consagrados por um instrumento de reconhecimento oficial, podem gerar o entendimento acerca do contexto

[71] Segundo o Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural: "Também na década de 1970, teve início o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), dedicado aos acervos que compunham os interiores da arquitetura religiosa tombada no Brasil. O trabalho contou com o financiamento da Fundação Vitae 19 e durou cerca de 30 anos, até pouco antes do encerramento das atividades da Fundação no Brasil, em 2005. Foram inventariados quase todos os acervos móveis e integrados da arquitetura religiosa brasileira, que resultou em um importante instrumento de proteção da arte sacra. O registro dos bens contava com duas etapas, uma para a produção de fotos e o levantamento de dados descritivos e a outra para o aprofundamento da pesquisa referente aos dados históricos e para a análise das características artísticas das peças, sendo considerado por alguns estudiosos como um inventário científico." (MOTTA e REZENDE, s/d, p.21)

cultural em que os bens consagrados estão imbricados, para além dos valores técnicos. Por outro lado, as primeiras referências seriam selecionadas por especialistas técnicos (historiadores da arte, arquitetos, arqueólogos, antropólogos etc.), enquanto as segundas, e para as quais o projeto se direcionava, seriam selecionadas pela população dos núcleos urbanos aos quais estavam dirigidos os questionários presentes nos inventários. Por fim, os elementos que se constituíssem como Referências Culturais desse território deveriam ser analisados de forma sistêmica, para que representassem o que se chama de "contexto cultural pesquisado" (Iphan, 1997, p.01). Sendo assim, as ideias fundamentais presentes no módulo de Referências Culturais do inventário estão, a meu ver, bastante associadas ao que sempre havia guiado o trabalho do CNRC - sistemas de análise de dados advindos de pesquisas voltadas aos valores locais, objetos e práticas, selecionados a partir da noção de Referência Cultural (agora instrumentalizada) e que poderiam gerar produtos e projetos focados, se não na dinamização da cultura local, pelo menos na valorização do patrimônio reconhecido naquelas cidades, por meio do envolvimento do Iphan com as populações e destas com os trabalhos institucionais.

> A elaboração do material de pesquisa das Referências Culturais integrado ao material do Inventário de Bens Imóveis e de Bens Móveis, definirá um "retrato" da cultura local que poderá constituir ações e produtos para a devolução, valorização e promoção do património. (HONNEN, 1995. p. 5)

Em suma, e retomando a ideia de Lucio Costa apresentada acima, na noção de inventariante caçador e inventariante explorador, a parte que cabia às Referências Culturais no inventário que se criava naquele momento trazia o olhar explorador, complementando a pesquisa técnica sobre os bens culturais já reconhecidos e para os quais se dirigia o olhar focado do caçador.

Infelizmente, a carta de Cecília para Isolda que está no Arquivo Central não está acompanhada pela primeira que lhe deu origem, da própria Isolda para Cecília, onde, provavelmente, estaria a versão original do questionário e alguma contextualização deste nas palavras de sua criadora. Contudo, para minha sorte, encontrei um memorando de 1998 no qual Isolda se dispõe a historiar o processo de criação deste Inventário. Aparentemente, alguns pontos da proposta haviam sido questionados pela então técnica do Iphan, atual professora do Departamento de História da Unirio, a historiadora Márcia Chuva. No documento, a arquiteta não apenas ajudou na compreensão do contexto no qual se desenvolveu, ainda em 1995, a proposta original do Inventário na Coordenadoria de Referência Cultural, mas também deixa bastante claras, escrevendo de forma passional, as tensões ainda vivas entre o "pessoal das Referências Culturais" e o "pessoal da pedra-e-cal", ou mesmo do "pessoal de Brasília" e o "pessoal do Rio" - onde situava-se o Setor de Inventários e Documentação, que, aparentemente,

criticava a proposta criada pelo setor coordenado por Isolda e buscava desenvolver uma proposta própria para incluir um inventariamento de Referências Culturais em seu INBI-SU.

> A proposta para um Inventário de Referências Culturais nasceu em 1995 dentro da Coordenadoria de Referências Culturais do DID, numa tentativa de trazer para o âmbito de atuação do IPHAN alguns dos principais temas trabalhados pelo Centro Nacional de Referências Culturais. Foi realizada uma primeira reunião com **Clara Alvim, Cecília Londres, Ana Gita de Oliveira, Cêssa Guimaraens**, então Diretora do DID, e comigo, enquanto Coordenadora de Referências Culturais naquela época. Foi discutida a idéia de tentarmos captar a dinâmica cultural e as referências da população através de um inventário de referências culturais que se iniciaria a partir de **entrevistas com as pessoas, pois estas atuariam como informantes e intérpretes da cultura local**. O enfoque principal do trabalho era o de **identificar os bens culturais que configurassem uma identidade e um sentido simbólico de uma região para seus habitantes**. Esse material subsidiaria ações de **preservação e promoção da cultura local**. Foi mencionado também por estas profissionais, antigas coordenadoras de Programas do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC. A necessidade de identificarmos "os grupos de interlocução e líderes da cidade" (anotações que ainda tenho desta reunião). A possibilidade de **iniciar um trabalho desse tipo nas cidades históricas** também foi bem recebida já que nestas cidades **o IPHAN é mais atuante**, possuindo em quase todas alguma **estrutura** técnica e administrativa. (HONNEN, 1998. p. 1)

No trecho acima citado, nota-se que o esforço de criação do Inventário ganha novos personagens: além de Cecília Londres, outra figura de autoridade do antigo CNRC, Clara Alvim, e a antropóloga Ana Gita de Oliveira[72], também antiga pesquisadora do CNRC e que à época era técnica da 14ª Coordenadoria Regional e foi, meses depois, a responsável pelo segundo piloto do Inventário, realizado na cidade de Goiás. A escolha pelo início dos trabalhos em cidades tombadas também é apresentada como um arranjo capaz de facilitar a ação em tempos de poucos recursos e relativo desprestígio institucional da área. Era necessário associar o trabalho com Referências Culturais a algum processo já consolidado e prioritário, como a gestão dos sítios tombados:

> Havia também uma **preocupação no DID em entrosar as duas Coordenadorias: a de Bens Imóveis e a de Referências Culturais**, e o entrosamento na prática poderia ser feito a partir da criação de um **"gancho" nas fichas 4 e 5 do Inventário Nacional de Bens Imóveis - INBI**, que remetesse a um aprofundamento da entrevista com determinadas pessoas dos núcleos históricos inventariados. Foi realizada uma reunião específica sobre esse assunto no DID Rio, em que foi solicitado à equipe do INBI a reinclusão de algumas perguntas nas fichas 4 e 5 (que haviam sido retiradas), bem como o acréscimo de mais duas ou três perguntas e do campo onde se indica o aprofundamento ou não da entrevista. Tal medida no entanto, não poderia nunca ser impeditiva de que, por outros meios, alcançássemos "os grupos de interlocução e líderes da cidade" os quais também pretendíamos entrevistar (idem, p. 2)

[72] **Ana Gita de Oliveira** possui graduação, mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília. Foi pesquisadora do CNRC, tendo atuado, sobretudo, nos projetos que envolveram populações indígenas. Também coordenou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, quando de sua criação, em 2000. Anos mais tarde, no recém-criado DPI, Ana Gita assumiria a Gerência de Identificação (2003-2009) e, depois a Coordenação-Geral de Identificação e Registro (2010-2012) e seria, assim, a responsável pela gestão do INRC no Iphan por quase uma década.

Afora a aparente polêmica que envolvia a questão dos interlocutores e lideranças das cidades onde se pretendia realizar o inventário, importa aqui destacar a forma, por assim dizer, subalterna, complementar e acessória, com que as Referências Culturais aparecem nesse contexto inicial, com relação ao trabalho junto aos bens imóveis e móveis tombados, ou a tombar.

Aparentemente, os pilotos iniciados junto ao setor de Bens Imóveis do Deprot seriam utilizados como um fato gerador para futuros aprofundamentos. Mais adiante no documento acima citado, Isolda afirma que o "detalhamento do Inventário se daria através da criação de formulários específicos para certos tipos de bens - os mais relevantes no contexto cultural pesquisado" (idem). A ideia de categorizar os bens criando fichas próprias por tipo, portanto, também já aparecia naquele momento inicial de formulação, a partir, mais uma vez, da articulação de Isolda com Cecília:

> Passei um dia em casa de Cecília Londres para ver o material de que ela dispunha - formulários de inventário de bens culturais em outros países, com fichas para cada categoria de bem. A pesquisa de fontes arquivísticas e bibliográficas, inclusive de levantamentos realizados por outras instituições também estava prevista. (idem, p.2)

Em seguida, a arquiteta defende sua escolha metodológica em relação à aplicação do piloto do Inventário de Referências Culturais na cidade de Diamantina no âmbito da produção do Dossiê de Candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial, da Unesco. O que indica, mais uma vez, a busca por inserir o trabalho a partir das Referências Culturais como apoio a ações de interesse maior do Iphan à época. Mais adiante, Isolda também menciona as experiências-piloto de inventariamento das Referências Culturais em Diamantina e no Serro, (dois municípios cujos núcleos históricos são tombados pelo Iphan desde os anos 1930) e faz questão de acionar a participação de outra figura reconhecida dentre o "pessoal das Referências Culturais", a historiadora Dôia Freire, à época técnica da Coordenadoria Regional do Iphan em Minas Gerais, que trabalhou em diversos projetos do CNRC nos anos 80.

A versão-piloto do Inventário de Referências Culturais que encontrei no Arquivo Central do Iphan, vinha antecedido por uma apresentação do histórico e das justificativas do trabalho, de autoria de Isolda Honnen, além de um memorando do Deprot, de 08 de maio de 1997, com o encaminhamento do diretor daquele departamento, Sabino Barroso, destinado à Célia Corsino, já então diretora do DID. Ao que o despacho do diretor do Deprot indica, Isolda Honnen havia deixado a Coordenadoria de Referência Cultural em Brasília e estava no Deprot, no Rio de Janeiro. Aparentemente, desde sua saída da CRC/DID, a proposta de inventário havia ficado sem continuidade, o que, segundo Lia Motta (2018) afirmou em entrevista, pode ter sido

originado na recusa da representante da área, Ana Cláudia Lima, durante os debates ocorridos no evento de 1995, em integrar o instrumento de inventário único.

> Estamos encaminhando ao DID, a proposta de Inventário de Referências Culturais em Cidades históricas, coordenada pela técnica lsolda Honnen no DID em 1995. A proposta de trabalho já é do conhecimento das Coordenadorias Regionais e demais Departamentos. A montagem das entrevistas e fotos segue agora para o seu conhecimento, já que **há interesse em aproveitar o material.**
> O Departamento de Proteção poderá participar de propostas de trabalho na área de Referência Cultural pela **necessidade de se pensar na maneira mais adequada de proteção, pelo IPHAN, do património cultural de natureza imaterial**. O próprio inventário desses bens poderá se constituir como uma das formas de proteção, se melhor detalhado numa segunda fase e se realizado dentro de uma sistemática comum pelas Coordenadorias. A partir do conhecimento e registro desses bens, outras ações poderão ser desencadeadas.
> **A arquiteta lsolda Honnen estará à disposição** para participar do trabalho junto ao DID da forma como Vossa Senhoria julgar conveniente. (BARROSO, 1997, grifos meus).

Aqui, vale destacar que o diretor do Deprot coloca a arquiteta Isolda Honnen à disposição para ajudar nesses encaminhamentos. No entanto, em seu texto de apresentação, que se segue ao memorando do diretor, Isolda fala da descontinuidade do inventário por ela criado e deixa transparecer sua inconformidade com relação ao que parece um "sequestro" da pauta das Referências Culturais por outro setor, que refinava seu próprio inventário e que, para a arquiteta, desconsiderava o trabalho desenvolvido anteriormente pela Coordenadoria de Referência Cultural:

> A falta de continuidade da proposta de Inventário de Referências Culturais deveu-se a uma mudança forçada na Coordenação que me competia. Quando posteriormente voltei para o DID, há pouco mais de um ano, vim sobretudo com o intuito de dar prosseguimento a esse trabalho, conforme expus à Vossa Senhoria. No entanto, em Brasília, temos necessidade de dar resposta a problemas urgentes (e somos criticados por isso!) e, entre outros assuntos desenvolvi o Cadastro de Bens Culturais Procurados, cobrança do Ministério da Justiça através da Polícia Internacional Brasileira, como resposta à Campanha Internacional contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais.
> Enfim, o Setor de Inventários de Bens Imóveis pretende estar desenvolvendo um Inventário de Identificação de Referências Culturais e causa-me constrangimento a falta de respeito com relação à proposta anterior da então Coordenadoria de Referências Culturais (enviada na época a todas as CRs, ao DID Rio, demais Departamentos e distribuída para os técnicos que participaram do Seminário do DID realizado em agosto de 1997). Estranho também a falta de aproveitamento do material do próprio Centro Nacional de Referências Culturais.
> Por outro lado, a experiência advinda do Seminário de Inventários de Conhecimento e o "Diagnóstico dos Inventários de Conhecimento do IPHAN" **demonstram o peso maior que sempre se deu aos bens arquitetônicos, isolados ou em conjuntos urbanos, nos inventários culturais**. Este Diagnóstico cita: "Quanto à forma de coleta, constatou-se que a grande maioria das propostas adota critérios estritamente arquitetônicos e estilísticos, na seleção dos bens a serem inventariados. Apenas 28% dos métodos incluem algum tipo de consulta ou envolvimento das comunidades para a identificação dos bens." Acho negativa para o trabalho a pressa em definir e fechar critérios pois nossa experiência me parece ainda inteiramente incipiente. A historiadora Márcia Chuva diz que o "Inventário de Identificação pretende identificar homogeneidades de contexto espaço-temporal de produção de um património cultural" mas outros técnicos poderão pensar em identificar heterogeneidades de um

> determinado processo cultural dentro desse mesmo contexto. Quando ela diz que "há, portanto nessa proposta uma **ênfase no técnico do IPHAN como sujeito desse processo de identificação**". Pode-se afirmar o contrário, pensando-se que **a ênfase deva ser a da identificação do que se constitui como valor e símbolo para os próprios agentes culturais: a comunidade local.** Certamente haverá sempre a sistematização e posterior análise do material da pesquisa pelos técnicos. Da forma como está sendo pensado pelo Setor de Bens Imóveis, o Inventário de Identificação de Referências Culturais do IPHAN estará **novamente cerceando as concepções inovadoras do trabalho do Centro Nacional de Referências Culturais e dos Programas de Referenciamento da PróMemória, nunca realmente assimilados pelo IPHAN**. (idem, pg. 3, grifos meus).

Não tenho a pretensão de fazer a defesa ou a acusação das envolvidas na celeuma apresentada no memorando acima transcrito, até porque as duas técnicas, Márcia Chuva e Isolda Honnen, aparecem posteriormente juntas na ficha técnica do Manual do INRC, compondo sua equipe de responsáveis técnicas no DID[73]. Mas o fato de a noção de Referência Cultural estar sendo disputada no Iphan por setores diferentes, inclusive aqueles que, desde a década anterior, eram constantemente acusados de jamais terem assimilado as "concepções inovadoras do trabalho do CNRC" (idem), já mostra, ironicamente, que havia uma cristalização (para utilizar mais um termo caro a Aloísio Magalhães), pelo menos no discurso, da Referência Cultural como noção importante para o desenvolvimento da política para além do que era proposto pela área de Referência Cultural.

Não apenas noto uma busca pela utilização do termo "referência cultural", mas também uma disputa simbólica pelo melhor entendimento de seus fundamentos, como a questão da identificação dos valores atribuídos aos bens culturais pela própria população e, com isso, a importância da participação das comunidades e, consequentemente, as melhores formas de se fazer isso. É ainda importante perceber que a estratégia de afirmação de legitimidade sobre o tema das Referências Culturais se dê, por parte de Isolda e, consequentemente, da Coordenadoria de Referência Cultural, em se colocarem como verdadeiros herdeiros do CNRC e seu legado. Tal filiação se daria, tanto pela proximidade com os colaboradores mais próximos de Aloísio Magalhães, como Cecília, quanto com os funcionários do antigo Centro que se mantiveram, ao longo dos anos 80, no próMemória, trabalhando na continuidade dos programas do Centro.

Mais adiante no mesmo documento, Isolda também fala do plano de desenvolver e amadurecer o Inventário num próximo piloto, na cidade de Goiás (o que, de fato, foi feito), e destaca a equipe como um dos fatores propiciadores do amadurecimento do Inventário naquele

[73] Além de Isolda Honnen e Márcia Chuva, também são apontadas como membros da equipe técnica do DID para o Manual do INRC, Márcia Sant'Anna e Ana Claudia Lima (coordenadora dos trabalhos). Também aparecem como colaboradoras Ana Gita de Oliveira – 14ª SR/IPHAN, Maria Cecília Londres Fonseca – MinC e Teresa Carolina Frota de Abreu – 6ª SR/IPHAN.

contexto, citando a participação de uma antropóloga, Ana Gita de Oliveira, com seu capital simbólico de pesquisadora colaboradora do CNRC; da "diretora da Sub Regional, estudante de história, extremamente bem entrosada com a população da cidade" (idem), Salma Saddi, superintendente do Iphan em Goiás até o ano 2019; e de Ana Cláudia Lima, "cuja experiência técnica sempre se pautou em entrosamentos com as comunidades, e que participa, no momento, do Grupo sobre Patrimônio Imaterial" (idem). Assim, pelas justificativas de Isolda, a execução de um trabalho de aprofundamento do Inventário, parecia estar melhor nas mãos de profissionais que não eram arquitetos, dando a impressão de serem, tais profissionais, mais afeitos ao trabalho junto às comunidades. A própria arquiteta parece achar importante se apoiar nesse grupo multidisciplinar para escapar a algum questionamento ao seu ponto de vista profissional. Por fim, estar vinculada ao trabalho desenvolvido em Brasília parece ter também um peso na argumentação de Isolda, contra a falta de compreensão do "pessoal do Rio".

Essa disputa pelo campo das Referências Culturais condiz com o depoimento a mim concedido por Lia Motta (2018), de que até teria havido tentativas do "pessoal do Rio" em trabalhar junto ao "pessoal das Referências Culturais". Estes, porém, os tratavam com descrédito, referindo-se ao grupo como "Silvettes"[74] ou "de direita", associando-os à forma de trato do patrimônio cultural, a qual o grupo proveniente do CNRC criticou, ao tempo em que buscou contrapor, justamente nos termos que já vimos no capítulo anterior deste trabalho. Segundo Lia, a sensação que ficava para o grupo do Rio de Janeiro era que "Referência Cultural tinha dono" (Motta, 2018).

Desse modo, vale destacar que a Referência Cultural passou, então, a ser um capital simbólico importante para ações institucionais que se propusessem a ser inovadoras e modernas, como uma contraposição ao modo tradicional e elitista da lida com o patrimônio de pedra-e-cal.

2.3 INRC, PNPI e a virada imaterial das Referências Culturais

Penso que a disputa que aparentemente se instalava teve uma solução engenhosa dada pelo DID com relação ao Inventário de Referências Culturais. Em seu depoimento ao GT-INRC, Célia Corsino (2017) afirma que a ideia inicial era de transformar em um único

[74] Em referência pejorativa a Augusto da Silva Telles, que era considerado pela nova geração de técnicos dos setores da Referência Cultural como representante maior daquilo que julgavam, à época, serem as práticas autoritárias e elitistas associadas ao trabalho da instituição.

inventário nacional os "14 inventários existentes no Iphan[75]" (idem). No entanto, diante da impossibilidade de se ter apenas um instrumento de identificação, bem como diante das diferenças existentes entre os setores de Inventários e o de Referência Cultural no Instituto, uma redução para três grandes inventários foi a solução encontrada. Além de um inventário de bens imóveis (INBI-SU) e um de bens móveis e integrados (INBMI), o INRC teria sido retomado para fazer as vezes de um mapeamento inicial, de base territorial. Nele, se retomaria a noção de Referência Cultural para trazer à tona os valores e sentidos atribuídos pelas próprias comunidades aos bens culturais, ampliando seu escopo, para, em seguida, decidir-se o que tombar (lembrando que não havia o instrumento de Registro do patrimônio imaterial, à época). Da mesma forma, diagnosticando o fato de que havia um grande descolamento entre os bens preservados pelo Iphan nos núcleos urbanos e as comunidades que habitavam aqueles sítios, o INRC poderia ser também responsável pela produção de um diagnóstico para a instituição, acerca dos valores patrimoniais daquelas populações, que pudessem ensejar aproximações na gestão dos tombamentos.

Conforme o depoimento de Célia Corsino (idem), a contratação de um novo e "definitivo" piloto de inventário ocorreria aproveitando o ensejo e interesse político do Governo Federal nas comemorações dos 500 anos da "Descoberta do Brasil", a ser celebrada ao longo de todo o ano 2000, gerando a possibilidade de investimentos do Ministério da Cultura em projetos de promoção da memória associada ao evento histórico na chamada Costa do Descobrimento. O DID conseguiu, por este meio, a contratação de uma pesquisa de um escritório de Antropologia especializado - a Andrade & Arantes, de propriedade do antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto - para o desenvolvimento autônomo de mais um inventário na região, onde já estavam sendo realizados o INBI-SU e o INBMI. Este novo instrumento seria também a base para o desenvolvimento de um formato final, um manual e uma estratégia de pesquisa baseada nas categorias de bens culturais que o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial - GTPI vinha desenvolvendo para a política do patrimônio imaterial, que se configurava na mesma época e que foi consolidada no Decreto 3.551/2000.

---

[75] De fato, algumas unidades do Iphan, nos estados, além de alguns dos Museus e Centros Culturais que estavam sob a direção do Iphan naquele período haviam realizado inventários específicos e isolados. Contudo, segundo Carolina Di Lello Silva (2014), as ferramentas de inventário que se difundiram para além dessas experiências isoladas foram: "Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados - INBMI, Inventário Nacional de Bens Imóveis - INBI, Inventário de Bens Arquitetônicos - IBA, Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos - INCEU, Inventário Nacional de Referências culturais - INRC e Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG, (...) a saber, INBMI, INBI, IBA e INCEU tratam de um patrimônio hegemonicamente urbano e colonial, de maneira segmentada por naturezas de bem. Por sua vez, o INRC e o SICG propõem uma leitura mais ampliada e integrada, com um foco nas descobertas de bens ainda não protegidos, e com vistas a articular 13 diferentes instrumentos de proteção, de acordo com a realidade específica do contexto em que esses inventários foram desenvolvidos." (SILVA, 2014. p. 12-13).

A escolha do antropólogo não foi aleatória, uma vez que Arantes já desenvolvia um projeto de pesquisa na região e já possuía história com as políticas de patrimônio cultural, conforme salientou em entrevista concedida em 2015 aos colegas técnicos do Iphan, Sara Morais e Rodrigo Ramassote, publicada na Revista CPC nº 20, sobre seu papel na criação do INRC em sua versão final:

> Foi nesse contexto que recebi o convite do Departamento de Identificação e Documentação (DID), através de Célia Corsino, para elaborar uma metodologia que pudesse ser adotada pelo inventário do patrimônio imaterial, instrumento que contribuiria para a implementação do Decreto 3551/2000. Eu já tinha escrito algumas notas para o Grupo de Trabalho que vinha elaborando os princípios que nortearam essa nova linha de atuação do Iphan. (MORAIS, RAMASSOTE & ARANTES NETO, 2015, p. 228)

O entrevistado relembra ainda que participara do esforço inaugural para a criação de uma política para a preservação do patrimônio imaterial no Iphan, durante o I Seminário de Fortaleza[76] e que também havia trabalhado com os técnicos do Iphan em outras oportunidades, como na Assembleia Nacional Constituinte.

Na entrevista, Arantes (2015) também destaca o trabalho realizado para o Centro Nacional de Referência Cultural entre os anos de 1976 e 1978, no âmbito do projeto *Levantamento Ecológico e Cultural da região das Lagoas Mundaú e Manguaba (PLEC), em Maceió (AL),* o qual considera "um dos primeiros inventários promovidos pelo Iphan" (idem), mesmo que, naquele ano, o CNRC ainda fosse uma entidade cultural autônoma e o Iphan não tivesse ainda qualquer relação com ele. O antropólogo destaca o contexto delicado em que as ações ocorreram à época, com o governo militar ainda vigorando e as condições de extrema injustiça social na região alagoana, que teriam gerado certa frustração na equipe pela impossibilidade de que o trabalho desenvolvido durante os levantamentos dos contextos culturais pudesse, de fato, diminuir os profundos impactos das ações externas que vinham sendo realizadas pela implantação de serviços da empresa Salgema Indústrias Químicas.

> Essa experiência em campo foi muito diversa da que vivenciamos na construção da metodologia do INRC. Este foi outro momento, outro contexto, que demandou outra abordagem. Mas a experiência anterior estava lá, quando iniciamos os trabalhos na Costa do Descobrimento. Foi uma experiência extremamente relevante para a criação do INRC. Fiz outros trabalhos para o Iphan antes do INRC. Tive bastante contato com técnicos dessa instituição durante a Assembleia Nacional Constituinte, em que atuei como representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na elaboração

[76] Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, realizado na ocasião dos 60 anos do Iphan, entre 10 e 14 de novembro de 1997, e que veio a ser conhecido como I Seminário de Fortaleza. É considerado um marco para a instituição das políticas de patrimônio imaterial, pois deu origem aos esforços de criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial - GTPI, a partir das diretrizes elaboradas em seu documento final, intitulado Carta de Fortaleza. (disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf - acesso em julho de 2019).

> do capítulo sobre cultura, em especial na redação dos artigos 215 e 216 (idem, pg. 231).

O entrevistado também faz questão de colocar uma diferença entre o que havia sido desenvolvido até então e sua proposta, o que me parece demonstrar uma nova disputa, agora pela criação do INRC. Arantes (idem) afirma que o que havia antes de sua contratação era uma certa "vontade de fazer" por parte dos gestores especialistas em patrimônio no Iphan, concretizada com o questionário criado pelo CRC/DID, que, de certa maneira, é diminuído pela descrição como algo restrito a informações demográficas associadas aos modos de vida e não como um instrumento metodológico de fato - o que somente teria sido produzido pela equipe da Andrade & Arantes, coordenada por ele.

> A arquiteta Isolda nos apresentou instrumentos de inventário utilizados naquela época e que, se bem me lembro, tinham sido aplicados em Goiás Velho. Esses formulários continham perguntas relativas a características demográficas da população residente em sítios inventariados e aos seus modos de vida. Mas eles não respondiam às questões decorrentes do Decreto 3551. Para integrar levantamentos relativos ao patrimônio material e imaterial **não bastava simplesmente agregar informações de natureza sociocultural aos instrumentos de inventário arquitetônico e urbanístico existentes**. (...) É bom deixar isso bem claro. Os técnicos do DID colaboraram para a criação dessa metodologia com sua experiência enquanto gestores da área, não enquanto pesquisadores. Eles forneceram parâmetros derivados de suas expectativas e necessidades; mas a construção de um instrumento que pudesse ser aplicado nacionalmente e que permitisse elaborar algum tipo de síntese dos resultados obtidos em campo, isso foi feito pela a equipe montada pela empresa de consultoria Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais. A metodologia do INRC foi construída em campo, graças à experiência, persistência e competência de um grupo de pesquisadores especialmente selecionados. Compus uma equipe heterogênea do ponto de vista de formação, que incluía de estudantes de doutorado a estudantes de graduação em Ciências Sociais (idem, pág. 233-235, grifos meus).

De toda maneira, é interessante notar como a memória narrada do antropólogo - que chegou a ser diretor do, então, Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação - DPID quando de sua criação, em 2003, e presidiu o Iphan entre 2004 e 2005 - associa quase que imediatamente o CNRC com o Iphan, mas também o INRC com o patrimônio imaterial. Vejo que, além da referida experiência prévia de Arantes, o fato do INRC e o GTPI haverem se desenvolvido ao mesmo tempo terminaram por gerar essa aproximação.

Assim, se iniciou o trabalho de desenvolvimento do inventário da região da Costa do Descobrimento e, consequentemente, do Manual do INRC, a partir de uma noção de Referência Cultural que reunia essas associações, conforme explicita Arantes na entrevista:

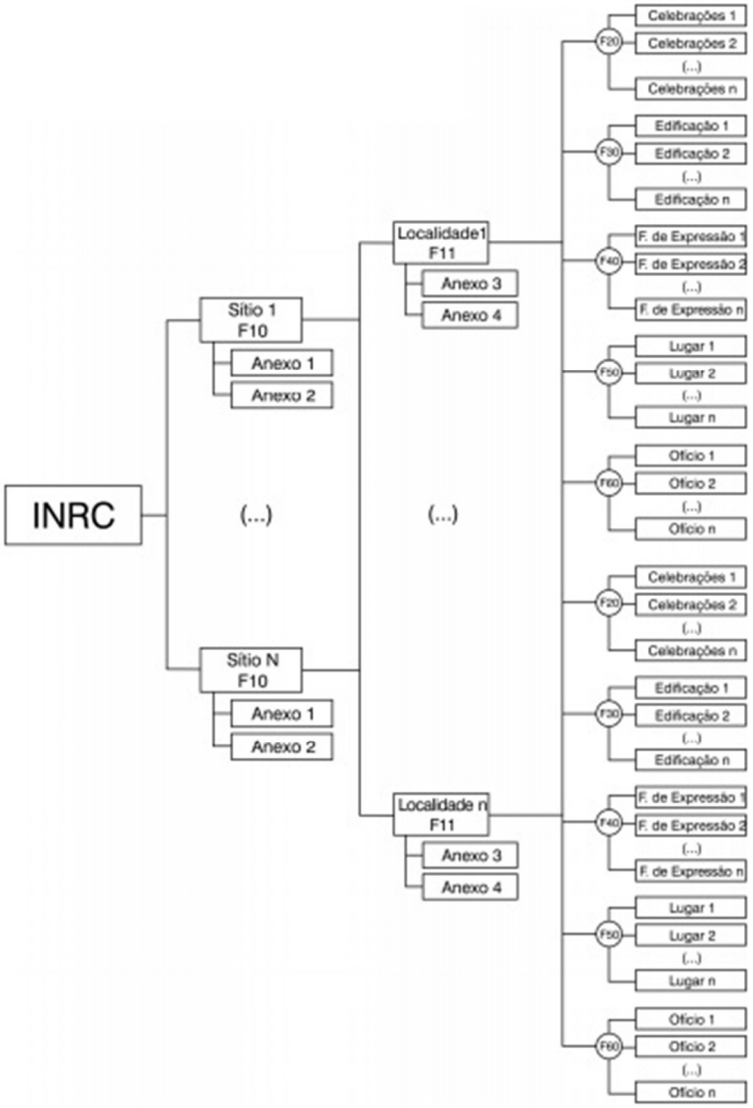
> Referência cultural era uma noção corrente no âmbito restrito do CNRC, que acredito ter migrado para os artigos 215 e 216 da Constituição em razão da participação de técnicos e pesquisadores que tinham esse background na elaboração de diversas versões de escritos que serviram de base ao texto constitucional. Passando a fazer

> parte da definição jurídica de patrimônio cultural, essa noção foi necessariamente adotada em nosso projeto, que visava, por definição, contribuir para a implementação desse dispositivo constitucional e do Decreto 3551 dele derivado. (idem p. 241)

O Manual de Aplicação do INRC traz, portanto, um Inventário pensado como ferramenta institucional capaz de instrumentalizar uma noção cara ao CNRC e ancorada na Constituição Federal, para definir o patrimônio cultural. Ele foi, por fim, estruturado a partir de conjuntos de fichas referentes a um processo de trabalho de cunho antropológico, dividido em três fases ou etapas de nível crescente de aproximação com o campo: levantamento preliminar, identificação e documentação.

> Os objetivos traçados pelo IPHAN para o INRC levaram à formulação de um procedimento de investigação que se desenvolve em planos de complexidade crescente, de modo a tornar viáveis, de um lado, os levantamentos amplos e periódicos (etapa aqui designada como de identificação) a serem realizados como atividade corrente do IPHAN e, de outro, a sua complementação com documentação etnográfica produzida por consultores especializados. (IPHAN, 2000, p. 35).

Em sua última página, o Manual do INRC traz um diagrama didático, nomeado como Montagem do Relatório, que explica graficamente essas etapas e sua hierarquização:



Cada um dos campos indicados na figura corresponde a uma ficha, inicialmente em formato digital (arquivo de texto, Word). O banco de dados digital (originalmente, em formato Acces, como o eram os outros bancos com os quais o Iphan trabalhava à época) receberia posteriormente as informações e deveria permitir uma integração e o consequente cruzamento de dados levantados pela pesquisa.

É interessante observar a centralidade da questão da territorialidade nessa proposta, que orienta claramente que a Ficha de Identificação do Sítio seja o documento de abertura do relatório de resultados, reforçando-a enquanto item fundamental para a estruturação do inventário.

Outro ponto importante, é que a fase de Documentação, também de acordo com o Manual do INRC, seria a única que prescinde das fichas, ao tempo em que daria maior abertura para o trabalho intelectual e criativo das equipes de pesquisa:

> Trata-se aqui de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica ou de obras artísticas (desenho, fotografia, vídeo, etc.) realizados por especialistas, segundo as normas de cada gênero e linguagem. Temos em mente trabalhos desenvolvidos principalmente por profissionais das áreas de história, ciências sociais e artes. Esta etapa implica criação e autoria individual do pesquisador ou artista e deve resultar necessariamente da observação direta dos bens inventariados em seu contexto de ocorrência.
> Sendo trabalho que exige formação especializada, deverá caber prioritariamente aos técnicos do patrimônio localizar e reunir os registros disponíveis em teses, dissertações, relatórios técnicos, livros, ensaios, produtos audiovisuais, assim como incentivar ou mesmo contratar a realização de pesquisas pontuais. Por serem obras constantemente produzidas, recomenda-se a atualização periódica dessas referências. Por essas características, esta etapa do inventário não será detalhada no presente manual. (idem, p. 43)

A proposta também definia que, a partir dessas categorizações e do preenchimento das fichas, os INRCs seriam, então, complementados pela inserção das informações em um grande banco de dados especialmente projetado para essa função. Assim, à época do lançamento do Manual de Aplicação, também no ano 2000, foi entregue uma versão do Banco de Dados do INRC, já com os dados do INRC do Museu Aberto do Descobrimento – MADE. Estruturado a partir do software Acces, o banco de dados apresentou problemas de gestão que impediram seu uso e desenvolvimento ao longo dos anos, conforme me foi explicado pela colega e ex-coordenadora de Identificação, Ivana Cavalcante, estagiária do DID entre 2003 e 2004, época em que tais bancos já não mais estavam funcionando a contento:

> Mas o negócio do Acces foi uma falência geral. Os outros [bancos de dados dos demais inventários] já estavam sendo alimentados, lembro de ouvir falar do INRC que estava ainda se fazendo, enquanto os outros já estavam decretados falência, porque ele era inoperável. Botava um determinado número de informação, perdia o código, e se perdeu. [CAVALCANTE, 2019 - *em entrevista*]

Por fim, se por um lado a contratação de uma empresa externa ao Iphan para o trabalho de consolidação do inventário pode ter ajudado a distensionar as relações internas ao DID, por outro, o enfoque dado ao Inventário, na prática, se afasta da estratégia inicial de olhar apenas para os núcleos históricos tombados e para a integração a algum dos instrumentos de inventário a eles associados. O enfoque antropológico do trabalho de Antônio Augusto Arantes nessa fase contribui claramente, a meu ver, para afastar o Inventário de Referências Culturais das demandas para a qualificação da gestão de centros históricos tombados, para qual ele se dirigia inicialmente, passando a dar maior protagonismo e autonomia à identificação dos bens não contemplados pelos processos de patrimonialização cobertos pelo tombamento até então. Assim, o documento final resultante da contratação do escritório Andrade & Arantes (que é uma espécie de versão preliminar do Manual de Aplicação do INRC) deixa entrever a relação

pendular do trabalho com as Referências Culturais e o patrimônio imaterial versus o patrimônio material.

Percebo ainda que essa "virada" em direção ao patrimônio imaterial já aparece consolidada desde o texto de apresentação do trabalho da Andrade & Arantes:

> O presente trabalho foi desenvolvido com base em dois pressupostos. Primeiro, que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) a ser implantado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) **tem por objetivo identificar, documentar e registrar sistematicamente o patrimônio imaterial** formador da diversidade cultural no Brasil. Segundo, que o delineamento dos **objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**, criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:
> 1 . Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
> 2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
> 3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
> 4. Espaços em que se produzem as práticas culturais. (ANDRADE & ARANTES, 2000. pg. 1. Grifos meus).

Logo em seguida, ao resgatar a noção de Referência Cultural trazida por Cecília em seu Patrimônio em Processo (FONSECA, 2005), o vínculo com o patrimônio de "pedra-e-cal" é retomado:

> (...) o uso do conceito de referência, proposto pelos consultores, remete diretamente à experiência acumulada pelo IPHAN através das atividades do Centro Nacional de Referência Cultural (de 1975 a 1979) e, posteriormente, por meio de várias atividades desenvolvidas por departamentos do órgão. Mais recentemente, essa noção foi retomada indiretamente com os estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho mencionado [GTPI] e pelos debates ocorridos no Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" (Fortaleza, de l0 a 14/11/1997). Essa trajetória -- que vem se desenvolvendo há mais de duas décadas --, resulta de um esforço no sentido de resgatar, identificar e incorporar, nas políticas de património, os múltiplos sentidos que a vida social constrói em torno e a propósito das **estruturas de pedra e cal e da paisagem natural**. E essa também a **meta e a razão de ser deste trabalho**. (ANDRADE & ARANTES, 2000. pg. 1. Grifos meus).

Já na versão final do Manual de Aplicação do INRC, há uma sutil e importante ressalva no mesmo texto introdutório, que aqui cabe ressaltar:

> (...) o uso da noção de referência, proposto pelos consultores ao IPHAN como **forma de evitar os impasses metodológicos decorrentes das imprecisões inerentes à noção de patrimônio imaterial** inicialmente utilizado, recupera a experiência acumulada pelo IPHAN através das atividades do Centro Nacional de Referência Cultural (de 1975 a 1979) e, posteriormente, por meio de levantamentos realizados pelo Departamento de Identificação e Documentação, tais como os levantamentos realizados no núcleo histórico do Serro (MG) em 1995 e, em Diamantina (MG) e Goiás (GO), em 1998. Essa trajetória – que vem se desenvolvendo portanto há mais de duas décadas –, resulta de um esforço no sentido de resgatar, identificar e incorporar, nas políticas de patrimônio, os múltiplos sentidos que a vida social constrói em torno e a propósito das estruturas de pedra e cal e da paisagem natural. É essa também a meta e a razão de ser deste trabalho (IPHAN, 2000. pág. 23. Grifos meus).

Dois aspectos me chamaram a atenção no trecho acima. Por um lado, enquanto a noção de Patrimônio Imaterial ia se tornando um centro gravitacional para o qual confluíam uma série de demandas e assuntos com os quais o "pessoal da Referência Cultural" vinha há tempos buscando endereçar e trabalhar, a noção de Referência é apresentada como menos afeita a imprecisões e impasses para fins do instrumento de identificação. Por outro lado, importa notar a adaptação/correção do texto original, escrito pelo escritório Andrade e Arantes, numa perspectiva de retomar a integração da política de patrimônio material e imaterial. Na versão revisitada para o Manual, os exemplos são vinculados, justamente, aos pilotos em núcleos históricos tombados, buscando a aproximação da metodologia aplicada com o patrimônio material e trazendo a noção de Referência Cultural para corrigir uma atuação do Iphan, que vinha sendo feita de forma descolada dos valores atribuídos pelas pessoas na gestão do patrimônio material daqueles sítios. No entanto, observa-se que essa é a única vez que a noção é tratada dessa forma. Infelizmente, os autores não desenvolveram tal percepção para contribuir, quem sabe, com uma proposta que, de fato, tratasse a Referência Cultural como definição integradora entre as características que coexistem em todo bem cultural - a materialidade e a imaterialidade.

Essa discussão é retomada no Manual do INRC por Célia Corsino que, enquanto diretora do DID, assina a introdução do documento e apresenta a questão nos seguintes termos:

> Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais **tanto imateriais quanto materiais**. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do **objeto de trabalho do IPHAN**, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:
> 1. identificar e documentar **bens culturais, de qualquer natureza**, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
> 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como **intérpretes legítimos** da cultura local e como **parceiros preferenciais de sua preservação** (CORSINO *In* IPHAN, 2000, pg. 8, grifos meus).

Me parece notável e pertinente, em relação à história da noção de Referência Cultural e ao ditame constitucional presente no Art. 216, que Célia destaque o fato de que identificar e preservar "bens culturais de qualquer natureza", apreendidos a partir dos sentidos e valores atribuídos pelas comunidades, define, não a tarefa da política de patrimônio imaterial (que seria lançada naquele mesmo momento), mas sim o "objeto de trabalho do IPHAN" (idem) como um todo. Daí não surpreender o tom otimista e assertivo da autora, ao final do texto de apresentação do Manual, quando afirma que:

> (...) por sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o

> Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para sua preservação. (ibidem. pg. 9)

Mais à frente, no trecho do Manual dedicado aos marcos teóricos e intitulado Como ler o INRC, os autores ainda fazem mais um esforço de aproximação entre os campos da Antropologia e da Arquitetura, ao trazer o potencial das duas disciplinas para dar respostas aos problemas concretos da realidade social que se estava propondo inventariar, a partir da complementaridade de suas abordagens para, justamente, questões que envolveriam valores sociais atribuídos (mais próximos à Antropologia) e a compreensão das estruturas físicas e espaciais dos territórios estudados (afeitas ao trabalho da Arquitetura):

> Tal fato impõe um esforço de criatividade e flexibilidade intelectual, assim como o trânsito entre os modelos teóricos desenvolvidos por diferentes disciplinas e especialidades. Nesse caso, entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais e, de outro, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas – como é o caso do conceito de lugar – e desenvolverem procedimentos adequados para a investigação empírica. (idem, pg. 27).

Por outro lado, mais uma vez recorrendo à entrevista cedida por Arantes aos colegas Sara Morais e Rodrigo Ramassote em 2015, vemos ali uma interpretação diferenciada sobre o que a menção Constitucional às Referências Culturais significava, dessa vez, porém, levando a sua consecução ao patrimônio imaterial. Arantes (2015) faz uma interpretação que dá sentido ao trabalho de sistematização do INRC como uma espécie de ação de instrumentalização da noção de Referência Cultural a partir da norma estabelecida, primeiramente pela Constituição, e posteriormente pelo Decreto 3.551/00:

> O nosso problema **não era questionar** [a noção de Referência Cultural], mas, por assim dizer, preencher empiricamente essa noção, dar-lhe contornos concretos e reconhecíveis. Começamos com uma certa ideia do que fosse referência cultural e terminamos com a mesma, o que não quer dizer que essa ideia não possa ou não deva vir a ser criticada e, eventualmente, abandonada ou substituída. Mas, por se tratar de um parâmetro da política pública para a qual pretendíamos contribuir, qualquer mudança no conceito implicaria na modificação das bases jurídicas dessa política no futuro. **Simplesmente adotamos a noção que fazia parte do ideário do Iphan**. Essa reflexão aponta mais uma peculiaridade desse tipo de projeto. Além das razões expostas anteriormente, ele não é um projeto acadêmico, também, por ser pautado por parâmetros normativos e gerar resultados consistentes com os princípios normativos que o geraram. Então, a ideia de referência cultural é amarrada a todo um contexto: não se tratava, nesse projeto, de criticá-la por si mesma e em si mesma, mas de adotá-la como parâmetro jurídico-administrativo da instituição, e gerar meios que permitissem o seu uso prático (MORAIS, RAMASSOTE & ARANTES NETO, 2015, p. 241).

Interessante a confusão que Arantes faz ao longo da entrevista acerca da associação direta do INRC com a implementação concreta do Decreto 3.551. Isso pelo fato de que, durante

suas pesquisas e todo o desenvolvimento do INRC em campo, em 1999, o Decreto ainda não tinha sido publicado. Na verdade, o GTPI já havia avançado bastante em seus debates, a ponto de o DID ter demandado ao antropólogo que o INRC partisse das categorias elaboradas para o Registro. Contudo, Decreto e INRC foram gestados em paralelo e não um como consequência do outro, como parece recordar Arantes (2015). Me parece que tal memória construída em retrocesso simboliza bem o caminho em direção ao patrimônio imaterial que o INRC terminou por trilhar.

Arantes (2015) também coloca sua contribuição ao campo das ações realizadas debaixo da noção de Referência Cultural, não no patamar de um aprofundamento do debate ou, eventualmente, alguma crítica ao termo e os usos dados a ele, mas sim no campo do pragmatismo. Uma vez que havia a possibilidade de instrumentalizar a Referência Cultural criando bases para outro tratamento do patrimônio cultural, para além da "pedra-e-cal", Arantes parece ter se eximido de problematizar a noção, aceitando sua enunciação nos termos do que sistematizou Cecília (FONSECA, 2005), reservando sua contribuição ao tema no sentido de, como ele diz na entrevista de 2015, "preencher empiricamente" a noção.

De toda forma, não obstante os apelos dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do Inventário no Iphan, sobretudo Célia Corsino, o que vemos a partir do lançamento do Manual do INRC, em agosto de 2000, é a inexorável apropriação deste para o desenvolvimento da política de patrimônio imaterial e seu descolamento da agenda institucional voltada para o patrimônio material.

Com a publicação do Decreto 3.551/2000, foi instituído não só o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Um exemplo da imediata apropriação do INRC para a consecução do PNPI foi o lançamento do projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP, instituição vinculada, naquele momento, à Funarte (e atualmente, uma das Unidades Especiais do Iphan, vinculada ao DPI). O Centro se propunha a utilizar o INRC como ferramenta de inventariamento de uma diversidade de bens culturais de tradição popular entre os anos de 2000 e 2004, como "uma espécie de laboratório do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial recém instituído no Ministério da Cultura" (VIANNA, 2004. pg. 5). Vários inventários foram ali realizados - desde projetos que resultaram mais tarde em processos de Registro, como o do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Jongo do Sudeste e Bumba-Meu-Boi do Maranhão, até inventários mais localizados, como o da Viola de 10 Cordas em Minas Gerais e o da Cerâmica de Candeal, no sertão Baiano. Note-se que a realização dos inventários pelo CNFCP no âmbito do PNPI inverteu uma importante premissa do Manual de Aplicação

do INRC, já que os projetos não partiram de uma base territorial para, a partir dela, buscar identificar que bens culturais seriam referenciais para as comunidades, mas sim, a partir de bens culturais pré-selecionados como referenciais, buscava-se definir territórios de ocorrência e outros bens culturais que estivessem de alguma forma associados aos bens culturais principais. Tal lógica acabou, inclusive, criando uma categoria inexistente no INRC, que é a de "bem cultural associado" (presente no Registro, contudo), o que ensejou uma série de reflexões acerca da hierarquização de bens e Referências Culturais que abordarei no capítulo III desta dissertação.

O PNPI, que nasce junto ao lançamento do INRC, parece exercer uma força gravitacional irresistível em relação ao trabalho de identificação de Referências Culturais. Por assim dizer, o momento de institucionalização do Inventário e do Programa, atrelados à criação do instrumento do Registro, simboliza essa tendência, que se consolidou nos anos que se seguiram, de associação do trabalho feito a partir das Referências Culturais às ações voltadas ao patrimônio imaterial. Por outro lado, consolidou-se também a ruptura completa entre as ações focadas no patrimônio material e a noção de Referência Cultural - aceitando, aqui, a referida tese de Lia Motta (2018). Assim, a política destinada ao patrimônio de pedra-e-cal, basicamente, se manteve impermeável aos princípios do INRC, ou da compreensão da noção de Referência Cultural presente na Constituição, no sentido da necessidade de se partir dos valores locais para a gestão dos bens tombados.

Quando, a partir de 2003, a estrutura organizacional do Iphan se refaz, com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI, o INRC foi então, regimentalmente, vinculado à política regida por este departamento, já que sua recém-criada Gerência de Identificação (atual Coordenação de Identificação) era a responsável pela gestão do Inventário, inclusive pelos processos de seção do direito de uso para parceiros externos ao Iphan. É, basicamente, o pessoal da antiga Coordenadoria de Referências Culturais do DID que forma o núcleo básico do DPI, inclusive agregando, à época, antigas colaboradoras do CNRC e dos projetos que o sucederam no próMemória nos anos 1980, como Teresa Maria - Têca - Paiva[77], Ana Cláudia Lima, Ana Gita de Oliveira. Cabe lembrar ainda que, quando de sua criação, o departamento foi dirigido

[77] **Teresa Maria Cotrim Paiva-Chaves** (Têca) possui licenciatura em Desenho e Artes Plásticas e mestrado em História, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Foi técnica da Fundação Nacional próMemória entre os anos de 1984 e 1990, tendo inicialmente atuado no Projeto Interação entre Educação Básica e Contextos Culturais Específicos, dentre outros vinculados ao CNRC. Foi cedida à UnB em 1990, onde atuou como coordenadora, docente e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória (NECOIM/CEAM). Também atuou no Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Retornou ao Iphan em 2003 como Coordenadora-Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, cargo no qual permaneceu até sua aposentadoria em 2012.

pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes que, no ano seguinte, tornou-se presidente do Iphan, ficando no cargo de direção do DPI a arquiteta responsável pela coordenação do GTPI, Márcia Sant'Anna[78].

O ano de 2003 é também ano da aprovação da Convenção da Unesco Para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. O documento consolida um trabalho longo[79] de diversos países, na maior parte da América Latina, Ásia e África que, desde a aprovação da Convenção Unesco Para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972, vinham atentando para a necessidade de inclusão de bens culturais provenientes dos saberes, modos de vida e tradições não acolhidos pelo documento de 1972. A participação do Brasil nesse esforço vinha sendo de grande monta, sendo Cecília Londres Fonseca a representante brasileira nas reuniões de peritos internacionais na Unesco para a elaboração da Convenção, consolidada em 2003). Havia, portanto, uma confluência de energias em direção da temática do patrimônio imaterial e um protagonismo do Brasil, justamente por meio do "pessoal da Referência Cultural", nesses acontecimentos.

Já em 2006, em texto da publicação *Registro do Patrimônio Imaterial,* Márcia Sant'Anna afirma, que "para a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade" (IPHAN, 2006, pg. 9). Em outros trechos do mesmo texto, Sant'Anna também recorre à noção de Referência Cultural como antecedente da política ali apresentada ao lembrar que, já desde os anos 1970, tal noção serviria ao desenvolvimento de ações e projetos calcados na compreensão de um patrimônio cultural que "deve 'fazer sentido' e 'ter valor' para outros sujeitos sociais - especialmente os que produzem ou mantém bens culturais - além dos representantes e especialistas do Estado aos quais essa Constituição sempre esteve delegada" (idem). Por fim, a autora também aciona a

[78] **Márcia Genésia de Sant'Anna** possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1980), mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1995 e 2004, respectivamente). Iniciou a trajetória na política de patrimônio cultural integrando a equipe do Projeto de Mapeamento dos Sítios e Monumentos Negros da Bahia - MAMNBA, entre 1983 e 1985 (convênio com a Prefeitura Municipal de Salvador e a Fundação Nacional Pró-Memória). De julho de 1987 até março de 2011 trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) onde exerceu diversas funções, dentre as quais o de Coordenadora Regional do Iphan no Ceará e Rio Grande do Norte (1996 e 1997), Diretora do Departamento de Proteção (1998-1999) e de Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (2004-2011). Coordenou o GTPI, que realizou os estudos para a implantação do Registro dos bens culturais de natureza imaterial (1997 a 2000). Foi Conselheira Titular e membro da Câmara do Patrimônio do Conselho de Cultura da Bahia de 2011 a 2014. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. É ainda professora permanente do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da UFBA e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio do IPHAN. Desde 2016 é também membro titular do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN.

[79] São antecedentes da Convenção, a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural e o Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, ambos de 2001.

noção de Referências Culturais para afirmar o compromisso da nova política, voltada aos patrimônios imateriais, com a participação social e a construção conjunta das ações com as comunidades detentoras dos bens culturais.

Nesse contexto, é válido pensar em uma expansão da ação institucional, a partir da criação do DPI, fortemente calcada na noção de Referência Cultural: o instrumento de identificação desenvolvido ao longo dos anos 1990 (INRC), alia-se a um instrumento de reconhecimento de bens culturais como patrimônio cultural do Brasil (Registro) e a outro instrumento, voltado às ações de apoio e fomento aos bens culturais (PNPI). No entanto, todos eles abdicam da possibilidade de intervir nas práticas e na gestão dos bens tombados e em outros tipos de bens culturais preservados a partir de sua natureza material (podendo incluir aqui o patrimônio arqueológico, o patrimônio natural e o patrimônio ferroviário, entre outros).

Mais uma vez, a fala de Cecília Londres, em outro trecho de sua palestra no Seminário de Inventários de 1995, ajuda a reconstituir historicamente os vínculos entre Referência Cultural e o que viria a ser a área de patrimônio imaterial no Iphan ao lembrar que:

> Nos anos 1970, em função das pesquisas que eram desenvolvidas no CNRC, onde a noção de referência cultural era corrente, constantemente debatida, interna e externamente, **costumava-se entender referência cultural como sinônimo do tipo de bem que aquelas pesquisas priorizavam**: as produções da cultura, os objetos híbridos compostos a partir de produtos industriais, os fazeres e saberes (o chamado patrimônio não-físico). Esse sentido que era então atribuído ao termo referência cultural ficou claro para mim a partir de uma proposta que foi feita em 1990 para transformar a Coordenadoria de Referência Cultural numa **Área de Antropologia e Folclore**. Ora, o trabalho que desenvolvíamos na área de referência cultural era um trabalho crítico em relação ao folclore. Se o trabalho priorizou determinados bens - o que Aloísio Magalhães justificou em várias ocasiões em seus discursos - a questão central não era uma questão de objeto, e sim de perspectiva, de ponto de vista. (FONSECA *In* MOTTA e SILVA, 1995, pg. 33, grifos meus).

Me parece claro que o olhar etnográfico dado para a política de patrimônio imaterial e para o INRC terminou também por aproximá-los dos temas que são, historicamente, vinculados ao campo da Antropologia, como povos indígenas, culturas populares, cultura de matriz afro-brasileira, populações rurais, música popular, dentre outras. Uma consequência disso, no caso do INRC, é a profusão de inventários de base temática e não de base territorial, como foi originalmente pensado. Os inventários no âmbito do projeto *Celebrações e Saberes*, como apontei anteriormente, deram origem a tal inversão ao serem desenvolvidos a partir da transformação dos bens culturais em eixos temáticos da pesquisa e não a partir dos territórios.

Por outro lado, os muitos inventários territoriais que se buscou iniciar naquele momento (inclusive muitos com territórios definidos a partir de núcleos tombados) tomam rumos muito distintos da proposta original de geração de subsídios para a gestão dos próprios tombamentos. Foi o caso dos INRCs de Cachoeira e Mucugê na Bahia, São Luís e Alcântara no Maranhão,

Paranaguá no Paraná e Natividade no Tocantins, dentre outros, cujos resultados em nada - ou pouco - impactam as ações de fiscalização, de restauro de imóveis ou de estabelecimento de normas para intervenções nos bens tombados. Em alguns casos, a partir da realização dos inventários, houve a mobilização das comunidades de detentores locais para o reconhecimento e salvaguarda de bens culturais imateriais, como a ourivesaria em Natividade, a Procissão de Nossa Senhora do Rosário do Rocio em Paranaguá e o Bumba-Meu-Boi do Maranhão (sendo que este último obteve o título de Patrimônio Cultural do Brasil, por meio do Registro em 2009).

O projeto **Rotas da Alforria: Trajetórias da População afro-descendente na região de Cachoeira, BAHIA**[80] é um bom exemplo da forma como, mesmo quando realizado por equipes do Iphan, de setores que não o DPI e com foco num território e num sítio urbano tombado, o INRC gerou menos aproximação com a gestão do sítio tombado de Cachoeira, do que com a política de valorização do patrimônio imaterial ou, no caso em questão, com as ações de educação patrimonial a ele relacionadas. Unindo em torno de sua realização uma equipe multidisciplinar de servidores do Iphan e pesquisadores colaboradores externos, o projeto foi realizado a partir de 2004, sob a coordenação da então recém-criada Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação - Copedoc (também herdeira dos antigos setores responsáveis pelos inventários da Sphan/próMemória e do DID/IBPC).

Apesar desse caminho do INRC para o patrimônio imaterial, as dificuldades para sua adequação a esse universo são muitas. Arantes (2015) coloca-se de forma crítica, mesmo em relação ao Inventário que ajudou a criar, quando admite que os inventários, de forma geral, não se mostram ainda bem resolvidos no sentido de sua adaptação ao que convencionou-se chamar patrimônio imaterial ou intangível - abarcando processos culturais e significados sociais. Ou seja, ainda que tenha se tornado um instrumento metodológico importante nacional e internacionalmente, o INRC padece da dificuldade advinda da transposição de um olhar acadêmico para uma política pública fundamentada em uma noção muito pouco enraizada nesse ambiente teórico, e concretizada por um tipo de instrumento que é tradicionalmente utilizado no universo dos bens culturais de natureza material:

---

[80] Conforme o seu Relatório Final: "o projeto Rotas da Alforria tornou-se uma parceria entre dois setores originários do DEPID (Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação) - o DPI (Departamento de Patrimônio Imaterial) e a Copedoc (Coordenação-geral de Pesquisa, Documentação e Referência) -, entre os quais foram divididas suas atribuições com a nova estrutura regimental do Iphan, de 2004. A coordenação do projeto, porém, permaneceu no Rio de Janeiro, com a gerência de Pesquisa da Copedoc. A 1ª etapa foi executada de janeiro a outubro de 2005. A 2ª etapa teve início em outubro de 2007 e será concluída em 2008. Seus resultados serão divulgados por meio eletrônico, no portal do Iphan".
Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_2_RotasDaAlforria_m.pdf. (Acesso em: setembro de 2019).

> São flashs [os elementos culturais imateriais] não necessariamente interligados da realidade cultural do país, que vão pululando, multiplicando-se. Ganham a cena pública e explicitam demandas de reconhecimento, consagração e salvaguarda. **Será preciso um inventário para administrar essa realidade?** Talvez sim, talvez não. Inventários são instrumentos criados pela tradição preservacionista na área dos bens móveis e arquitetônicos que migraram para salvaguarda de bens intangíveis. Sua utilização deixa muito a desejar nesta nova área das políticas de patrimônio. Mesmo a convenção da Unesco é cautelosa a esse respeito. Ela não fornece diretrizes gerais a serem seguidas pelos diversos estados-partes, mas afirma que os países devem produzir um ou mais inventários, cada um à sua maneira, mas estabelece que os elementos culturais a serem propostos para as listas devem ser selecionados a partir de inventários (idem pág. 252).

De alguma forma, retomava-se assim, com a guinada imaterial do INRC, a visão original dos trabalhos com Referências Culturais nos termos apresentado por Cecília (1995) - inclusive ao priorizar os chamados bens não consagrados, e que são referências para grupos sociais pouco representados nos Livros do Tombo, como indígenas, afro-brasileiros, comunidades periféricas e tradicionais que, não necessariamente povoam ou são representados nas políticas de gestão dos núcleos urbanos tombados, mas que agora estão aglutinados, a partir do Decreto 3.551/2000, no conceito de patrimônio imaterial.

Inclusive, reforçando essa cisão, alguns anos mais tarde se inicia um trabalho para a criação de um sistema que integrasse os demais inventários dedicados aos bens materiais tombados, conforme apresenta Silva (2014):

> (...) a partir de 2007, começou a ser desenvolvido o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG, que aos poucos vem elaborando fichas de cadastro para cada categoria de bens materiais de forma a organizá-los em uma base informatizada, acessível pela internet. Dessa forma, os inventários citados como o INBI-SU, o INBMI, o INCEU e o IBA foram substituídos, desde 2009, por essa metodologia de organização da informação" (SILVA, 2014, p. 104).

Em sua pesquisa, a colega também salienta que o SICG não traz maiores inovações conceituais para o debate da identificação do patrimônio cultural, ao menos, no sentido geral de seu módulo básico inicial, de cadastro - também calcado em fichas com informações técnicas sobre bens móveis e imóveis, apenas acrescidas do fato de estarem armazenadas num sistema informatizado e condicionado ao georreferenciamento dos bens, possibilitando sua inserção num mapa. Além disso, há uma proposta de que o Sistema seja amplo o suficiente para abarcar também, a partir do desenvolvimento futuro da sua tecnologia, bens de natureza imaterial, bem como estratégias de cruzamento e combinação de dados que favoreçam a gestão desses bens. Esse modelo esteve focado no primeiro módulo do SICG, que diz respeito ao cadastro, e que se refere, essencialmente, à inserção dos dados sobre bens já protegidos pelo Iphan, assim como dos inventários anteriormente desenvolvidos pela instituição. Os demais módulos do Sistema

que poderiam abarcar dados provenientes de outros inventários de conhecimento, como o próprio INRC, integrando suas informações e gerando bases para a ação institucional nunca foram desenvolvidos, ainda que haja, atualmente, esforços para sua retomada. Ainda segundo Silva (2014):

> Contudo, o SICG traz de **inovador a premissa de trabalhar com todos os bens**, inicialmente os de natureza material (inclusive bens móveis e integrados e o patrimônio natural) e posteriormente imaterial. Ou seja, **uma proposta que nivelaria os procedimentos de levantamento de dados para todas os bens, bem como a tecnologia disponível para isso**. Considerando a dificuldade de se pensar projetos que agreguem com isonomia as áreas, seja de patrimônio material, seja entre os Departamentos de patrimônio Material e Imaterial, **essa proposta coloca em evidência a dificuldade de integração dentro do IPHAN, refletindo a deficiência do instituto para trabalhar o patrimônio de forma integral** (idem, p. 105, grifos nossos).

Os trabalhos se apartaram de tal forma, que o DPI, quase que paralelamente ao Depam, também desenvolveu um sistema para o INRC. De acordo com Mônia Silvestrin[81] e Ivana Cavalcante[82], colegas que estiveram à frente dos trabalhos naqueles tempos, houve tentativas de criação de um banco de dados por volta de 2007 e 2008, a partir dos dados armazenados em Excel e Acces dos inventários realizados até aquele momento e que, como vimos anteriormente, já estavam sobrecarregados e colapsavam. Como o próprio setor de Tecnologia da Informação do Iphan não foi capaz de produzir tal sistema, contratou-se uma empresa que trabalhou, de 2008 a 2011, para, finalmente, criar, não apenas um novo banco de dados, mas um sistema informatizado para o INRC, batizado de SINRC.

Durante uma semana no ano de 2010, os técnicos responsáveis pelos inventários nas superintendências do Iphan, além de terem a oportunidade de conhecer e testar o novo sistema que, por fim, terminaria com o preenchimento das fichas em Word, também tiveram a oportunidade de debater questões relativas ao INRC a partir de suas experiências nos estados. Infelizmente, no entanto, o sistema apresentou problemas técnicos relacionados às debilidades

---

[81] **Mônia Luciana Silvestrin** Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (2000), mestrado em História pela Universidade de São Paulo (2003) e especialização em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (2014). Foi servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre 2006 e 2018, tendo sempre atuado no Departamento de Patrimônio Imaterial. No Instituto foi Coordenadora de Identificação (2009 a 2013), Coordenadora Geral de Identificação e Registro (2013 a 2016) e Diretora Substituta do Departamento de Patrimônio Imaterial (2016). Atualmente é servidora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNpQ/MCTIC) e cursa o Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo.

[82] **Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante** possui graduação e mestrado em História pela Universidade de Brasília. Estagiou no Iphan, entre os anos de 2003 e 2004, no Departamento de Identificação e Documentação/DID. Foi bolsista da primeira turma do Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan, entre 2005 e 2006, na Superintendência do Iphan no Piauí. No ano seguinte, ingressou no Iphan, após ser aprovada no concurso do Instituto em 2007, assumindo cargo de Técnica em História na Superintendência do IPHAN no estado de Goiás, entre fevereiro de 2007 a dezembro de 2008. Posteriormente transferiu-se para a Sede do Iphan, em Brasília, passando a atuar na Coordenação de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial, de 2009 aos dias de hoje, tendo sido Coordenadora da Área entre os anos de 2013 e 2018.

das estruturas de tecnologia da informação do Iphan, que não possibilitou seu pleno funcionamento durante a capacitação, nem tampouco sua manutenção nos servidores de dados do Iphan - que ainda sofreram um abalo causado por descargas elétricas decorrentes de uma tempestade em Brasília no ano seguinte, ocasionando a perda de todo o trabalho de construção do SINRC.

De toda forma, a cisão dos sistemas incompletos, parece espelhar a cisão institucional, que parece ter apenas se deslocado da oposição pedra-e-cal *versus* Referência Cultural, para uma nova, centrada nos termos trazidos pela Constituição, colocando os termos patrimônio material *versus* patrimônio imaterial. Em linhas gerais, é quase como se os setores que, por tantos anos, vinham disputando visões diferentes acerca da política patrimonial houvessem apenas aceitado que, uma integração não era possível.

No caso do patrimônio imaterial, a partir do instrumento do Registro dos Bens Culturais Imateriais, criou-se, três anos depois, em 2003, um Departamento, o DPI e, alocou-se ali, a gestão do INRC, que passou a ser, na prática, o Inventário do patrimônio imaterial. Do outro lado (ou, melhor dizendo, no outro andar do prédio), os responsáveis pela gestão dos bens tombados por meio do instrumento do Tombamento, passaram a estar reunidos em um Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, contando, inicialmente, com um conjunto de inventários que, alguns anos mais tarde, foi substituído por único sistema de organização dos dados sobre os bens culturais materiais, o SICG. Vale destacar que tanto INRC quanto SICG possuem pretensões de abarcar todos os campos do patrimônio, independente da natureza material ou imaterial dos bens, porém, conforme posso constatar e confirmamos no trabalho de Carolina Silva (2014), até aquele momento (meados da década de 2000), havia muito pouco espaço institucional para trabalhos conjuntos.

Capítulo 3: Referência Cultural em tempo de repensar - novos instrumentos para um patrimônio cultural integrado

> "Devemos reformular o INRC para ele servir ao patrimônio imaterial, ou pra ele servir ao patrimônio cultural? (...) É difícil dizer isso: eu acho que o INRC é maior que o patrimônio imaterial e, ao mesmo tempo, o patrimônio imaterial é maior que o INRC." **Célia Corsino**, em mesa redonda realizada no âmbito do GT-INRC, julho de 2017.

Já se vão duas décadas do lançamento oficial do Manual do INRC e da realização de cerca de 160 experiências (ANEXO V) de identificação fundamentadas na noção de Referência Cultural, sobretudo a partir do Inventário Nacional de Referência Cultural, esse instrumento que, provavelmente, tenha sido, até mesmo em função de sua longevidade, o Inventário mais difundido e importante do Iphan em termos de alcance junto à sociedade. Há, por certo, acúmulos e questões importantes que ajudam a pensar sua continuidade e a fundamentar sua renovação, sobretudo, a partir do potencial que a noção de Referência Cultural continua representando para as políticas patrimoniais.

Desde o início, mesmo durante o processo de sua formulação na segunda metade dos anos 1990, como vimos no capítulo anterior, o INRC sempre foi foco de muita reflexão e de diagnósticos diversos. Sua gestão, enquanto instrumento compartilhado (grande parte dos projetos foram executados em parcerias ou diretamente pela sociedade civil, universidades e outros entes governamentais), gerou um razoável acúmulo de avaliações, não apenas sobre inventários específicos, mas também sobre o próprio INRC, sua estrutura, suas categorias, seus limites e potencialidades enquanto instrumento de identificação, mobilização e preservação do patrimônio cultural. E apesar de não terem ensejado, até aqui, modificações ou revisões estruturais do Inventário, mesmo que tenha havido alguns esforços nesse sentido, os processos avaliativos que ocorreram nos últimos anos ajudaram a aprimorar os trabalhos propositivos do GT-INRC e especificamente da Coordenação de Identificação do DPI para o processo de revisão que se iniciou neste ano de 2019. Também creio ser possível buscar aferir nesses processos avaliativos, que tipo de modificações podem ter ocorrido na compreensão do que se entende por Referência Cultural a partir da realização do INRC (novamente, mais a partir de um processo interpretativo, do que propriamente a partir de críticas e debates diretamente dedicados à tal noção, que praticamente inexistem nesse contexto, como veremos).

Desde que passou a ser gerido pelo DPI, três encontros de avaliação da política de identificação do patrimônio imaterial, com foco no INRC, foram realizados:

- o primeiro, realizado na cidade de Goiás, entre os dias 26 e 29 de setembro de 2005, intitulado I Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais, onde um

grupo ainda bastante reduzido de pessoas envolvidas com o início das políticas de identificação desde o antigo DID, e num Iphan que ainda não havia recebido novos servidores (que, como eu, começaram a ingressar na instituição apenas no ano seguinte[83]). Contando com a participação em tempo integral do próprio presidente do Iphan e criador do Manual de Aplicação do INRC, Antônio Augusto Arantes, além da diretora do DPI, Márcia Sant'Anna, e da gerente de identificação, Ana Gita de Oliveira, o evento reuniu também representantes de outros setores dentro do Iphan que haviam contribuído de alguma forma com a constituição do Inventário da forma como foi consolidado por Arantes e sua equipe. Dentre estes, alguns já citados nesta dissertação, como Márcia Chuva, à época, lotada na Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação - Copedoc (setor que havia sucedido a antiga Coordenadoria de Inventários do DID), a criadora da primeira versão do Inventário, Isolda Honnen, e a ex-coordenadora de Referências Culturais na época da Constituinte e então superintendente do Iphan no Espírito Santo, Tereza Carolina de Abreu. Há um documento com a síntese do que foi discutido no evento, sendo que tal documento foi retomado nos eventos de avaliação seguintes;

- realizado em outubro de 2007 em Brasília/DF, o II Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais também deixou um documento síntese como resultado dos trabalhos desenvolvidos, dessa vez a partir da participação de um número maior de participantes, já que os recém chegados servidores concursados já passavam a integrar as discussões, trazendo consigo novas perspectivas e pontos de vista diversos - e, mais importante, com pessoas provenientes de praticamente todas as unidades do Iphan no Brasil, que agora passavam a contar com pelo menos um técnico da área de patrimônio imaterial. A relatoria indicada no documento indica a divisão do evento em três subgrupos de discussões que debateram as questões atinentes ao tema a partir de três eixos temáticos: 1. Patrimônio imaterial, propriedade intelectual - política para cultura e o mercado; 2. Inventários e interdisciplinaridade - as parcerias e a construção da salvaguarda; 3. Critérios para contratação de equipes, aplicação da metodologia e apresentação de resultados;

[83] De forma a melhor contextualizar o momento, vale ressaltar que no mesmo ano de 2005, sob a presidência do antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, foi aprovado o primeiro concurso da história do Iphan, no qual cerca de 220 novos servidores foram contratados, a partir do ano seguinte (eu mesmo, dentre eles). Vale ressaltar que, em que pese uma maior quantidade de vagas destinadas a arquitetos (mais de 40), houve também uma diversificação de perfis, com a inclusão de 22 vagas destinadas a cientistas sociais, outras 16 para historiadores, além de museólogos, arqueólogos, arquivistas, bibliotecários, dentre outras.

- já o III Encontro de Avaliação da Política de Identificação do Patrimônio Imaterial, ocorreu entre os dias 26 e 30 de agosto de 2013, também na cidade de Brasília, marcando um maior hiato de tempo do que os encontros anteriores. Nesse período, houve um real esforço da Coordenação de Identificação - Coide para dar conta da principal demanda apontada nos encontros e que significaria a efetiva implementação do Inventário, que seria a criação dos suportes digitais para o INRC: o Sistema do Inventário Nacional de Referências Culturais - SINRC. Ainda que não tenha tido sucesso, o processo de criação do sistema gerou um grande e inédito trabalho da Coide no sentido da organização e sistematização de dados sobre o instrumento a partir das experiências de realização do Inventário em todo o país. Inventários realizados pelas Superintendências do Iphan cujos resultados jamais haviam sido remetidos ao DPI, projetos incompletos, informações e dados dispersos, enfim, todo tipo de situações a serem resolvidas e que demonstravam a necessidade de uma ação de gestão urgente.

Uma vez que o INRC se tornou o instrumento principal para a identificação do patrimônio imaterial (ainda que, como já vimos, não seja exclusivamente dedicado a ele), os debates nos três eventos concentraram-se bastante no Inventário, seus limites, potencialidades e propostas de melhoria. Além disso, entre os anos de 2012 e 2015, a Coordenação de Identificação do DPI, se valendo de projeto de cooperação internacional com a Unesco (chamado comumente PRODOC[84]), contratou alguns consultores especializados, a fim de que desenvolvessem análises e avaliações do INRC. Esses trabalhos partiram de demandas distintas e de diversos pressupostos, não necessariamente uma análise geral do instrumento. Suas avaliações também foram importantes para balizar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do III Encontro de Avaliação, do GT-INRC, e da minha pesquisa[85], no sentido de que me deram uma noção do conjunto dos INRCs realizados ao longo dos anos**.**

Os consultores que tiveram produtos relacionados ao INRC foram os seguintes:

- Luana Teixeira (historiadora), contratada em 2012 com a finalidade de realizar levantamento e cruzamentos de dados quantitativos e qualitativos produzidos através da

[84] Abreviatura para "Documento de Projeto" (*Project Document*, no original, em inglês), é um tipo de instrumento de cooperação entre Unesco e instituições públicas, como o Iphan. A partir desse instrumento, é possível contratar consultorias especializadas, como as aqui avaliadas. Segundo o Guia de Execução de Projetos no Brasil, da Unesco, trata-se de "instrumento utilizado para a fase de implementação plena do Projeto, que estabelece a concepção, as finalidades, os objetivos, os resultados e o plano básico das ações, previstos pelo instrumento legal que regula a parceria." (p. 09). Disponível em: https://www1.brasilia.unesco.org/manualexecucao/guia_execucao_ubo.pdf (acesso em dezembro de 2019).

[85] Além do que é avaliado aqui, a análise desse material também resultou no meu 3º Produto das Práticas Profissionais Supervisionadas do Mestrado Profissional, denominado *Sistematização da produção sobre o Inventário Nacional de Referências Culturais desenvolvida no âmbito das consultorias Prodoc na Coordenação de Identificação do DPI* (anexo ao Relatório Final do GT-INRC).

metodologia do INRC, tendo em vista a constituição de uma cartografia nacional das referências culturais - inventariadas e identificadas -, assim como a elaboração de avaliação sobre apropriação/utilização desta categoria no âmbito desses processos de produção de conhecimento. Naquele momento, o DPI buscava adequar os dados produzidos nos anos de realização de INRCs para inserção em uma plataforma baseada no SICG, que foi denominada inicialmente Mapa do Patrimônio Imaterial - MAPI.

- Francimário Vito dos Santos (antropólogo), contratado também em 2012 com o objetivo de apoiar o acompanhamento técnico e avaliação dos inventários de referências culturais com recortes territoriais realizados pelo DPI, no âmbito da política federal de Patrimônio Imaterial. A contratação do consultor também se inseriu num esforço feito pela Coide/CGIR-DPI, à época, para pensar uma modernização dos dados cartográficos e geográficos do INRC, a partir da avaliação de sua abordagem territorial.
- Damiana Bregalda Jaënisch (antropóloga), contratada entre os anos de 2012 e 2013, produziu relatórios técnicos com "levantamento, sistematização e análise de ações voltadas ao patrimônio cultural indígena no Brasil, com ênfase na política de Inventário Nacional de Referências Culturais do DPI/IPHAN". Como se vê, no caso da Damiana, a intenção não era diretamente de fazer uma avaliação do INRC, enquanto instrumento, mas uma avaliação de sua execução junto a populações indígenas. Dentre os produtos desenvolvidos estão a avaliação dos Inventários Nacionais de Referências Culturais realizados junto a povos indígenas e um mapeamento das referências culturais identificadas, de forma a criar propostas para novas ações de preservação do patrimônio imaterial junto a estes povos.
- Fernando Campos (cineasta e realizador audiovisual), contratado entre os anos de 2014 e 2016, com objetivo de "sugerir procedimentos para o acompanhamento das ações de Identificação dos Inventários, no que se refere a produção de audiovisuais". Ele analisou todos os INRCs e Mapeamentos Documentais arquivados nos servidores da Coide, catalogando, analisando e propondo melhorias na contratação, produção, organização e arquivamento dos materiais audiovisuais no contexto do INRC.
- Leon Araújo (historiador), contratado entre 2014 e 2015 com o objetivo de realizar uma revisão final dos dados produzidos nos INRCs para posterior inserção desses dados no MAPI, no ambiente do SICG. Assim, o produto desenvolvido pelo consultor é bastante semelhante àquele produzido, numa fase inicial desse esforço cartográfico, pela consultora Luana Teixeira, em 2012. Os dois produtos se complementam, representando momentos distintos do mesmo processo. Em seu produto final, mais especificamente

em um relatório a ele anexo, o consultor avalia de forma mais estrutural o INRC, sintetizando impressões, constatações e sugestões colhidas ao longo do trabalho de análise dos INRCs - inclusive levando em consideração os trabalhos desenvolvidos por seus antecessores.

Por fim, a partir desse acumulado de experiências debates e indicações de melhorias, entre os anos de 2015 e 2018, um processo efetivo de revisão iniciou-se a partir da criação do Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais - GT-INRC. O Relatório do grupo traz todos os resultados do processo de trabalhos que redundaram nas sugestões e propostas ali apresentadas e que estão no quadro de recomendações anexo a este trabalho (ANEXO VI). O Relatório organiza as discussões e produtos do GT da seguinte forma:

> Os temas e questões conforme debatidos no GT foram organizados em seis subitens. Inicialmente, tratou-se de buscar elucidar qual seria o objeto de um inventário de referências culturais na medida em que **essa noção ou conceito possui uma historicidade específica que a torna suscetível a diversas interpretações e apropriações** conforme se pode observar na avaliação dos inventários realizados e nos debates ocorridos no âmbito dos trabalhos do GT [item 1]. Da mesma forma, o grupo resolveu explicitar a ampliação dos objetivos atrelados à aplicação de INRCs e mesmo do desenvolvimento de processos de identificação de bens culturais de maneira mais ampla a partir do inventário revisado [item 2]. Os itens 3 e 4 tratam das ideias estruturantes e dos princípios que deverão fundamentar o INRC. Por fim, são apresentadas reflexões sobre a estrutura do INRC e sobre as demandas e possíveis estratégias para migrar para plataformas e processos digitais os procedimentos associados à sua aplicação. Cada uma dessas partes contém recomendações a serem consideradas na revisão do instrumento. (IPHAN, 2018. p. 6-7).

Será, portanto, a partir desse quase permanente trabalho de sistematização e avaliação crítica acerca da documentação acumulada pelo INRC nessas duas décadas de sua existência que proporei aqui uma avaliação acerca de como a noção de Referência Cultural foi objetivamente abordada, e como a continuidade dos trabalhos de identificação realizados a partir dela podem se desenvolver daqui por diante.

3.1 Apropriações criativas, usos irrefletidos e a busca por uma síntese

O que apreendi das conversas e da entrevista que realizei com Ivana Cavalcante e Mônia Silvestrin (ambas ex-coordenadoras de Identificação do DPI) é que o grande espaço de seis anos decorridos entre o II e o III Encontro foi de confluência de dois processos que ajudaram a amadurecer processos de sistematização e avaliação: por um lado, as consultorias contratadas, que possibilitavam que mais pessoas ficassem dedicadas diretamente aos trabalhos de levantamento e sistematização de dados sobre a política e suas ações; por outro lado, o esforço

concentrado da coordenação para a criação do Sistema do INRC que, por sua vez, também gerava impactos para a política de identificação:

> Ivana: Porque também antes disso [do III Encontro] a gente estava muito envolvido com o trabalho de criação do sistema [SINRC].
> Mônia: A gente viveu pra esse sistema.
> Ivana: Porque teve esses tempos… O sistema serviu pra muita coisa se a gente pensar. Ok que ele malogrou, mas acho que a gente construiu o entendimento do que era o processo de identificação no trabalho de criação do sistema, porque foi naquela época que a gente juntou a documentação do DPI - antes não tinha.
> Pedro: Isso! Eu fiquei muito com essa sensação, de que o sistema levou vocês a tentar fazer uma...
> Ivana: A juntar uma documentação. Foi quando a gente começou a dar um gás na análise dos inventários.
> (CAVALCANTE; SILVESTRIN, 2019)

Dessa maneira, posso considerar o III Encontro de Avaliação como um verdadeiro catalisador dos processos avaliativos ocorridos até então. O Sistema, como já descrito anteriormente, foi perdido, porém, em função de sua criação, materiais completos e nunca antes remetidos ao DPI foram enviados por parceiros e superintendências do Iphan, enquanto consultores produziam sínteses e propostas alternativas de cartografias a partir das fichas do Inventário e as próprias servidoras da Coide repensavam o instrumento em face do desenvolvimento de uma política mais ampla. No final das contas, quando da realização evento, segundo Ivana Cavalcante, a questão era muito num sentido de culminância desse processo avaliativo, "tanto que o objetivo do III Encontro era consensuar entendimentos" (CAVALCANTE; SILVESTRIN, 2018). Para o evento, foram feitas compilações dos dois encontros anteriores, bem como criada uma matriz organizada na forma de apresentação de slides (Power Points)[86], além de uma apresentação com uma espécie de diagnóstico realizado pela Coide, junto aos técnicos das superintendências a partir das experiências locais com o INRC e das demais ações decorrentes da política de identificação no âmbito do patrimônio imaterial. Segundo o que consta desse material:

> O olhar para o acervo produzido e a experiência acumulada no acompanhamento técnico dos inventários, permite identificar:
> - Heterogeneidade na apropriação dos instrumentos de identificação, por parte das equipes e das superintendências, o que indica - para além da especificidade inerente a cada inventário, dada por características irredutíveis de contexto e natureza do objeto -, a necessidade de construção de **entendimentos conceituais comuns** e padronização de procedimentos;
> - Atendimento bastante desigual das **três finalidades do INRC** (produção de conhecimento, documentação e mobilização);

[86] Na entrevista que fiz com Ivana e Mônia (CAVALCANTE; SILVESTRIN, 2019), há uma percepção de que faltou àquele momento institucional, fôlego para dar conta da sistematização e produção de materiais de avaliação, normativas e diagnóstico em textos institucionais e até artigos que pudessem ser publicados e desse fundamentação ao que vinha sendo discutido. Por isso, segundo elas confirmam, parte considerável das discussões e evoluções conceituais daquele tempo ficaram nas apresentações no formato de Power Points, que eram apresentados em eventos de avaliação ou formação de equipes e mobilização de agentes da política.

> - Variação muito grande em relação à qualidade das análises e do conhecimento produzidos;
> - Documentação audiovisual com problemas – impossibilidade de cumprimento de suas funções;
> - Sistematização e organização dos conhecimentos produzidos aquém do que seria o ideal, gerando problemas significativos na gestão e disponibilização dos resultados;
> - Processos de acompanhamento técnico muito variados, com pouca formalização e dificuldades consistentes na gestão da relação com as equipes de pesquisa. (IPHAN, 2013. slide 10, grifos meus).

Na apresentação fica patente a ampliação dos objetivos do INRC para além da intenção de produzir documentação sobre um determinado território a partir das Referências Culturais das comunidades ali residentes, e agora incluindo também a questão da mobilização social. Nas recomendações decorrentes do Encontro, temos um claro crescimento na atenção dada à questão da participação social em todas as etapas do INRC e a busca por melhoramentos nas condições para que isso pudesse ocorrer. Mesmo sem que haja uma associação direta com a noção de Referência Cultural, é possível perceber uma certa constatação de que um inventário que se proponha a apreender valores e sentidos das comunidades acerca de seus bens culturais não obterá sucesso caso não incorpore ferramentas de mobilização e participação dessas próprias comunidades de maneira mais intensa do que o originalmente pensado pelo Manual de Aplicação - que favorece bastante o trabalho especializado das equipes técnico-acadêmicas e seus coordenadores e pontua apenas que:

> Por essas razões, recomendo vivamente que as equipes de campo do inventário incluam, além de especialistas e técnicos, pessoas do lugar que possam futuramente ser os interlocutores do IPHAN no trabalho de manutenção e realimentação desses acervos de informação (IPHAN, 2000. p. 35).

A população local, da forma como incluída na proposta original do Manual do INRC, tem um papel de interlocução, de mediadora entre equipes técnicas e a cultura local. Essa visão é invertida com o tempo, de forma que se passa a considerar que o próprio Inventário tem como finalidade mobilizar as pessoas da comunidade, tendo os técnicos e pesquisadores como mediadores entre as comunidades e a política. Com isso, projetos participativos passam a ganhar terreno. Há uma compreensão cada vez maior de que não é possível partir do pressuposto de que haja um patrimônio pronto para ser apenas "coletado" por especialistas no campo. No caso do patrimônio imaterial, ou de qualquer outro patrimônio gerado a partir da noção de Referência Cultural, este surge como uma construção que deve ser necessariamente feita a partir da mediação entre uma série de condicionantes burocráticas/legais da política pública e a cultura em sua dinâmica nos diferentes contextos e territórios.

Curioso, porém, é perceber que diante desse largo material analítico e avaliativo, mais uma vez, pouco se produziu no sentido de críticas, sugestões ou desenvolvimentos teóricos e

conceituais acerca, especificamente, da noção de Referência Cultural. Nesse sentido, percebo que há uma diferença em relação ao entendimento difuso e irrefletido do termo, comum nos tempos do CNRC, analisado no primeiro capítulo desta dissertação. No período dos últimos anos, de execução do INRC, a noção foi, ao que se indica nas avaliações, naturalizada a partir da enunciação do termo pelo Manual do INRC, sobretudo pela forma como Cecília o informa em seu artigo presente na introdução do Manual e pela seção dedicada à explicação da relação entre referências e bens culturais (FONSECA in IPHAN, 2000. pg. 28 a 34). A constatação dessa naturalização é assim apresentada durante o III Encontro:

> é recorrente nos inventários a **pouca reflexão em torno da noção de referência cultural,** o que se explicita, entre outras situações, no seu uso como **sinônimo de qualquer prática cultural**, fazendo com que se **perca qualquer sentido patrimonial;**
> essa **naturalização dos conceitos** leva a situações bastante complicadas, nas quais **inventários chegam a explicitar, como referência cultural, práticas e expressões que sequer se configuram como patrimônio imaterial**, nos marcos da política brasileira e da própria Convenção. E isso é mais complicado ainda quando se trata da etapa de Identificação. (IPHAN, 2013, grifos meus)

Sendo assim, a equipe do III Encontro de Avaliação também propôs uma definição sucinta e a apresentação de alguns itens considerados fundamentais para o debate acerca da noção de Referência Cultural, que ficou registrada nos slides apresentados durante o evento. Tais itens dizem respeito, justamente, à necessidade da maior aproximação das comunidades e à necessidade de construção conjunta da seleção daquilo que é diferencial, no universo cultural de cada comunidade, para que possa apontar para uma narrativa patrimonial a ser construída:

> 1. REFERÊNCIA CULTURAL
> As referências culturais dizem respeito aos sentidos e valores atribuídos, por diferentes sujeitos, a seus bens culturais, objetos e práticas sociais. São sentidos e valores de **importância diferenciada** atribuídos aos diversos domínios da vida social e que, por isso, constituem **marcos de identidade e memória** para determinado grupo.
> - **Referência cultural para quem?**;
> - Construção a partir de várias **perspectivas** (detentores, saberes técnicos da equipe, produção já existente);
> - Processo complexo, **mediação**, construção de **consensos**;
> - **Conceito de patrimônio imaterial como referência para a definição**. (IPHAN, 2013, grifos meus).

Interessante notar que a naturalização dos conceitos, em especial atentando para o uso irrefletido da própria noção de Referência Cultural no âmbito dos inventários, termina por causar, na visão da equipe da Coide à época, um desvio daquilo que ela poderia representar nas políticas de patrimônio, especificamente as de patrimônio imaterial. O caráter seletivo do processo de patrimonialização, assim, torna-se naquele momento o debate central em torno da noção de Referência Cultural, instrumentalizada no INRC e gerida pelo Departamento de Patrimônio Imaterial.

Percebo que houve um reforço por parte dos técnicos da Coordenação de Identificação do DPI em utilizar o termo "referência" em seu aspecto de indicador, ou seja, de marco diferenciado num universo maior de aspectos culturais. Tal discurso da seletividade se dava num momento em que a utilização ampla, difusa e relativamente livre do INRC acontecia sem uma equivalente capacidade operacional de acompanhamento técnico em campo e sem um banco de dados ou sistema que induzisse uma sistematização e uma maior coerência aos dados produzidos pelas inúmeras equipes realizadoras. Esse quadro geral dava ensejo a essa diversidade de usos e adaptações do INRC, conforme constatação que pode ser encontrada nas avaliações do Inventário realizadas pelos consultores contratados pelo DPI naqueles anos.

A antropóloga Damiana Bregalda Jaënisch, que analisou as aplicações do INRC junto a povos indígenas, apresenta algumas das questões resultantes do uso "adaptado" do Inventário. Ela deparou-se, por exemplo, com situações em que as equipes apenas selecionavam alguma das etapas, categorias e fichas do INRC, sem o compromisso com a produção de um Inventário completo, ou mesmo de uma pesquisa com dados analíticos sobre os bens em questão. Um exemplo é o Levantamento Preliminar das Referências Culturais do Povo Indígena Tembé nas Terras Indígenas do Alto Rio Guamá e Alto Turiaçu, no estado do Pará, a consultora nota que as adaptações e reduções na realização do INRC é também causa para a ausência de reflexão acerca dos conceitos fundamentais para o Inventário - como o de Referência Cultural. Corroborando a avaliação da equipe da Coide, anteriormente apresentada, ela assevera:

> A política de patrimônio, os conceitos que alicerçam esta política, tais como o de referência cultural (...) são trazidos à tona para contextualizar o material apresentado no âmbito da política de patrimônio imaterial e ao final, num esforço de relacionar a categoria e a política de patrimônio aos Tembé. Entretanto, tanto a política quanto seus conceitos - patrimônio, referências culturais - ou as categorias associadas a eles não são problematizados pela equipe no Relatório Final, nem são evidenciadas de modo elaborado as formas **como no âmbito da pesquisa foram objetivados os bens ou referências culturais**, compreendendo-os tal como sugere Fonseca (IPHAN, 2000:14), não enquanto objetos em si mesmos, mas enquanto uma **construção ressemantizada de elementos** que relaciona estes últimos tanto a uma representação coletiva quanto de identificação de cada membro do grupo. (JAENISCH, 2013, grifos meus).

Interessante notar que a consultora fala em "objetivar" bens ou Referências Culturais, após ter citado a utilização desta noção para fazer a contextualização do material apresentado. Ao mesmo tempo, ela aponta a necessidade de um debate específico acerca dos bens e das Referências Culturais como um passo necessário e incentivado pela própria definição de Cecília presente no Manual (FONSECA, 2000), e que não parecia ocorrer nos trabalhos analisados.

Já na avaliação do consultor Francimário Vito dos Santos essa questão também aparece, quando ele sugere que seria importante induzir, na própria estrutura do INRC, as reflexões no

campo epistemológico, teórico. Ele percebe que as idiossincrasias apresentadas nos resultados dos Inventários ocorrem no momento em que as realidades do campo entram em contradições diversas com os enquadramentos das fichas do Inventário, momento que poderia oportunizar debates capazes de aprofundar e propor melhorias no próprio INRC. Francimário acredita que tal esforço poderia facilitar a coordenação dos inventários na realização do relatório analítico final:

> Cada vez mais se torna crucial a elaboração, paralelamente ao preenchimento de fichas e anexos, de um **texto crítico-reflexivo** que aborde as questões de cunhos técnico, metodológico, epistemológico e outras, percebidas a partir do processo de pesquisa. **Tal prática enriquece a produção de conhecimento, apontando novas estratégias, até mesmo para repensar a política**. Ou seja, os informes que não "se adequam" nos campos das fichas são perfeitamente trabalhados e problematizados em apêndices e relatórios. São conteúdos assim que permitem aos gestores, realizarem adequações, ou senão, reflexões sobre as suas práticas institucionais, e que talvez, **em outro momento possam adequar melhor a metodologia**, aproximando-a das especificidades percebidas na vida real. (SANTOS, 2013, pg. 13, grifos meus).

Essa questão é diagnosticada pelos demais consultores contratados à época, a partir da ausência de acompanhamento e integração das equipes técnicas do Iphan com os pesquisadores atuantes nos Inventários, já que se apresentam dificuldades na apropriação da política, suas categorias e do próprio INRC pelas equipes, sem que houvessem servidores nas Superintendências do Iphan em condições de acompanhar os trabalhos. Em casos como o do INRC da Festa da Moça Nova dos Tembé, aparece o caso (bastante comum) em que servidores que iniciaram os trabalhos se afastam, por razões distintas, deixando órfãs, por assim dizer, as equipes executoras dos Inventários.

Em um contexto em que poucas superintendências do Iphan possuíam técnicos com perfil para esse tipo de acompanhamento, e ao mesmo tempo, num caso como o da noção de Referência Cultural, cuja utilização era praticamente exclusiva de uma parte das políticas do Iphan, era difícil contornar a tendência ao seu uso irrefletido, parcial ou adaptado no âmbito do INRC.

Leon Araújo, último consultor a avaliar a documentação do INRC e que se debruçou sobre todo o conjunto de Inventários realizados até 2015, atentou para o fato de que:

> Mais de quinze anos se passaram e mais de uma centena de inventários foram realizados segundo as indicações do Manual de Aplicação do INRC, cada um à sua maneira, demonstrando, sobretudo, que as práticas de pesquisa construídas por cada equipe responsável por cada inventário divergiram uma das outras, e principalmente, **todas divergiram das proposições indicadas no Manual**. (ARAUJO, 2015, grifos meus).

Aí a questão das adaptações INRC toma uma dimensão dramática na medida em que se torna a regra. A posição é reforçada no documento produzido pelo colega antropólogo do Iphan-PB, Emanuel Braga, para o GT-INRC, no subgrupo de aspectos teóricos:

> Uma das principais dificuldades na aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC para o público de pesquisadores, professores, estudantes e público em geral que participou de experiências de trabalho com esse tipo de inventário é o preenchimento de fichas antes, durante e após a realização do levantamento de dados. Muitos reclamam do trabalho enfadonho, protocolar, acadêmico e/ou "engessado" de inserir sistematicamente as informações em um modelo que lembra o "formulário". Não é à toa que **a imensa maioria dos INRCs são adaptações criativas do seu Manual de Aplicação** (BRAGA, 2017 p. 01, grifos meus).

Não é difícil imaginar que essas "adaptações criativas" do INRC resultam em dados e informações que não são tão facilmente sistematizáveis quanto seria esperado por uma proposta original que era baseada na ideia de inserção de informações em um banco de dados e na geração de indicadores para as ações da política de patrimônio cultural.

Há uma constatação compartilhada pelos consultores Luana Teixeira e Leon Araújo, por exemplo, da utilização de fichas de identificação (nas quais deveriam estar bens culturais já selecionados para uma descrição mais densa) para acomodar grupos e detentores de um mesmo bem cultural, como num cadastro, dando a impressão de que indivíduos praticantes de uma forma de expressão ou ofício fossem, eles próprios, um bem ou Referência Cultural.

Luana percebe ainda que há uma sub-representação no conjunto dos INRCs da categoria de Edificações, levando a crer em uma tendência clara de afastamento do Inventário dos objetos da política de patrimônio material. Mesmo nos casos em que as equipes consideram esses bens imóveis, segundo o que Leon Araújo constata, a Ficha de Edificação acaba sendo utilizada para descrever apenas características arquitetônicas dos imóveis e não, conforme a intenção original que ensejou sua criação, para "explicitar os sentidos referenciais que vinculam um grupo ou uma comunidade a esses bens imóveis" (ARAUJO, 2016, p. 11). Nesse sentido, Leon sugere, de forma um tanto radical, que:

> Sub e mal utilizada a Ficha de Edificação precisa ser repensada. Ou o IPHAN se esforça em fazer um bom uso da mesma, ou "joga fora o bebê junto com a água da bacia", excluindo definitivamente a Ficha de Edificações do INRC. (idem).

O trabalho de consultoria realizado pelo cineasta Fernando Campos, por sua vez, foi responsável pela análise dos produtos audiovisuais do INRC, apontados como um importante aspecto da documentação a que o Inventário se propõe, ao tempo em que sempre se mostrou um aspecto desafiador, sobretudo no que tange às dificuldades de articulação e entendimento entre equipes de pesquisa de campo e equipes de produção dos audiovisuais, mas também na falta de expertise dos técnicos do Iphan no trato com as temáticas do universo do audiovisual. A questão abordada por Fernando e o resultado de seu trabalho junto à Coide foram de tal importância que descobrimos que boa parte dos produtos audiovisuais (incluindo fotografias)

resultantes dos Inventários sequer possuía autorização de uso para divulgação e utilização pelo Iphan, mesmo em processos de devolutivas para as comunidades.

Contudo, em que pesem as dificuldades de compreensão e utilização do Manual e dos conceitos e noções base do Inventário, como o de Referência Cultural, o INRC era, provavelmente o único instrumento manualizado do Iphan à disposição do público externo até bem pouco tempo. O INRC foi bastante utilizado pelo simples fato de que estava ali, disponível para o que parecia ser apenas uma simples aplicação da metodologia, muitas vezes tratado como se fosse uma receita pronta, cujos resultados fossem consequência automática do simples cumprimento de suas etapas e do preenchimento de suas fichas. Com isso, a parte analítica e conceitual - incluindo aí a reflexão acerca do que se compreende por Referência Cultural no âmbito dos projetos - passou a ficar prejudicada, gerando, como vimos, inúmeros Inventários que não possuem relatório crítico/analítico algum acerca dos trabalhos de identificação por eles realizados.

A partir desse ponto de vista, é mais fácil, portanto, compreender as razões para a adoção de um discurso mais voltado à seletividade por parte da gestão do INRC no DPI, naquele momento. O trabalho de avaliação dos resultados alcançados pelo INRC mostrou tal tendência à dispersão, que impôs um maior controle e uma certa tendência a restringir o entendimento e, consequentemente, os usos daquilo que seriam Referências Culturais, numa intenção de manter a coesão e a potência dessa noção para a política.

Era uma reação que buscava equilibrar, sem cercear completamente, o entendimento que se tinha do trabalho a partir das Referências Culturais. De fato, esses trabalhos (baseados no INRC e nos Mapeamentos Documentais dos Estados) eram entendidos pela gestão do DPI como sendo os mais abertos e amplos. Em diversas situações nas quais alguma demanda externa chegava ao Iphan sem que houvesse imediata aderência aos instrumentos do registro ou mesmo do tombamento, a recomendação pela realização de um INRC era bastante comum. Em debate com a ex-diretora do DPI, Márcia Sant'Anna, quando da apresentação dos resultados do GT-INRC[87] para os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que fazem parte da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, essa visão de que o INRC deveria ser mesmo a "base para a política" nos ficou clara. Segundo ela, o Inventário deveria ser o instrumento para

[87] Em 25 de Abril de 2019 realizou-se reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial que, dentre outros assuntos, debateu a perspectiva de revisão do INRC, por mim apresentada, na condição de Coordenador interino da Coide. As Câmaras Setoriais são instâncias específicas criadas no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que têm por objetivo o aprofundamento das discussões nas categorias do patrimônio cultural nacional para as quais foram instituídas. Para saber mais: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/220 (acesso em setembro de 2019).

direcionar a gestão, dar os primeiros passos e iniciar os trabalhos de aproximação da política de patrimônio cultural nos territórios e junto às comunidades. Um instrumento, por excelência, para o desbravar de novos universos nos quais se desejasse iniciar as ações do Iphan.

Como parte de um processo complexo e condicionado por uma série de procedimentos políticos, burocráticos, técnicos e rituais, o reconhecimento de um bem cultural como Patrimônio Cultural do Brasil, costuma ser um longo processo. Numa visão estratégica que veio se consolidando ao longo dos anos, há uma sucessão de três macroprocessos que comporiam, grosso modo, a patrimonialização de bens culturais: inicialmente os bens são identificados (fase em para a qual se direcionam a maior parte dos Inventários); depois, passariam pelo processo de reconhecimento, resultante da seleção de bens culturais anteriormente identificados e; por fim, após o reconhecimento, se daria o processo de proteção, ou apoio e fomento, completando o ciclo de salvaguarda ou preservação. Se faz necessário, portanto, compreender como a noção de Referência Cultural pode participar desse processo de patrimonialização, a partir do processo inicial de identificação dos bens culturais é meu objetivo para a próxima seção deste capítulo.

3.2 Bens Culturais e Referências Culturais - onde nasce o patrimônio?

Uma questão que surge a partir da instrumentalização da noção de Referência Cultural em um Inventário, é a relação entre essa noção e as de patrimônio cultural e a de bem cultural. Uma vez que nem sempre são claras as fronteiras entre o que torna bens culturais em patrimônios culturais, no caso do INRC, sendo este um instrumento de inventariação que trabalha também com uma qualificação superveniente, a de Referência Cultural, temos um ingrediente a mais para a questão. Qual a diferença entre um bem cultural e uma Referência Cultural, no âmbito de um Inventário? E sendo um bem cultural inventariado, ele passa a ser um patrimônio cultural? Para quem? Em que termos e com quais consequências?

Esse é um dilema que acompanhará os trabalhos de identificação do Iphan ao longo de todos esses anos, conforme vimos na seção anterior. Com o texto constitucional que nomeia os inventários como uma das formas de promoção e proteção do patrimônio cultural[88], iniciaram-se ações judiciais que passaram a cobrar do Iphan, sobretudo no âmbito do Licenciamento

[88] **§ 1º** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

Ambiental[89] (no qual o componente do patrimônio cultural é avaliado pelo Instituto), a inclusão de bens inventariados no rol de itens a serem considerados nos estudos de impacto ambiental. Tais dilemas levaram à edição da Portaria nº 160/2016, que privilegia os inventários como instrumentos de conhecimento, sendo exceção a situação em que inventariar enseja o acautelamento dos bens como patrimônio a serem protegidos:

> § 1º - Os inventários a serem produzidos em decorrência dessa portaria não se configuram, de *per se*, como instrumentos de proteção, mas integram iniciativas voltadas à produção de conhecimento que podem ou não redundar em medidas de proteção.
> § 2º - O inventário será considerado um instrumento de proteção e/ou acautelamento apenas quando expressamente definido em norma própria, que deverá estabelecer os efeitos sobre os bens inventariados (IPHAN, 2016).

Dessa forma, podemos dizer que há um dilema envolvendo os instrumentos de inventário, já que eles são parte de um processo de construção de conhecimentos e dados patrimoniais sem, contudo, possuir a potência para gerar o reconhecimento do poder público de que aqueles bens culturais mereçam o tratamento de patrimônios culturais a serem preservados. Esse entendimento vai de encontro com uma preocupação já candente, e que vimos mais acima, de buscar trazer o INRC para um discurso mais patrimonial.

Em sua análise dos INRCs que estivessem com documentação completa até o ano de 2012 nos acervos digitais do DPI, a consultora Luana Teixeira enuncia, pela primeira vez, um entendimento que escutei diversas vezes a partir do momento em que passei a trabalhar no DPI e que busca endereçar essa questão. Creio que trazer de forma pormenorizada essa primeira análise aprofundada acerca do conjunto de experiências realizadas a partir do Manual do INRC por um consultor externo pode ajudar a trazer para o campo do concreto, do empírico, o debate que cercava a noção de Referência Cultural instrumentalizada no INRC. Nesse sentido, já é bastante significativo o que consta como objetivo da consultoria de Luana:

> realizar levantamento e cruzamentos de dados quantitativos e qualitativos produzidos através da metodologia do INRC, tendo em vista a constituição de uma **cartografia nacional das referências culturais - inventariadas e identificadas** -, assim como a elaboração de avaliação sobre apropriação/utilização desta categoria no âmbito desses processos de produção de conhecimento. (TEIXEIRA, 2012. pág. 01, grifos meus)

[89] Segundo o que consta do Portal do Iphan: "O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais. Por meio do licenciamento, é exercido o controle necessário sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais. O objetivo é assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, bióticas, socioculturais e econômicas. Além disto, os impactos ao meio ambiente também envolvem os aspectos culturais e, desde a década de 1960, o Iphan está presente nos estudos de impacto dos grandes empreendimentos." (disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1754/ acesso em setembro de 2019).

No trecho acima, não apenas é citada a pretensão de criar uma cartografia nacional das Referências Culturais, como ainda se separa tais Referências em duas categorias que jamais haviam aparecido, nem nos antigos documentos do CNRC, nos artigos de Cecília nem no Manual de Aplicação do INRC: referências culturais **"**inventariadas e identificadas". Em seu Documento Técnico nº 1, Luana coloca, então, a pergunta fundamental para a compreensão de qual é o lugar dos inventários na política de patrimônio cultural, no sentido de como distinguir o processo de identificação daquele de "patrimonialização"? (CHOAY, 2008). A consultora enxerga um processo de patrimonialização gradual engendrado pelo INRC nos seguintes termos:

- na fase de Levantamento Preliminar do instrumento, o que deveria aparecer de forma mais livre, descritiva, sucinta e ampla seriam bens culturais "inventariados", ou seja, a lista de referenciais culturais (Anexo 3 - Ficha A3 - bens culturais inventariados).
- apenas a partir das decisões que se seguem na próxima fase do Inventário, a de Identificação, onde os bens "identificados" (Fichas de Identificação F30; F40; F50; F60) aparecem a partir de uma escolha consciente das equipes responsáveis pela realização da pesquisa acerca da necessidade de aprofundamento das informações a seu respeito; da necessidade de ir a campo de maneira mais efetiva, mobilizando as comunidades detentoras dos bens e já inserindo o bem num discurso capaz de torná-lo patrimônio (no sentido de destacá-lo do conjunto maior, de promover uma seleção).

O que me saltou aos olhos no trabalho realizado por Luana, foi o fato de a consultora ter acionado a noção de Referência Cultural para a articulação dessa hierarquização entre bens culturais no âmbito de uma proposta de cartografia digital para o INRC. Pela sua interpretação, uma Referência Cultural seria, pois, resultado do mapeamento mais livre e sem compromisso com o acautelamento daqueles bens e, por isso, seriam aqueles bens culturais listados na fase de Levantamento Preliminar do Inventário, em seu Anexo 3 - na qual sequer costuma haver trabalhos de campo e mobilização social. Os bens culturais listados e descritos de forma mais densa, na Fase de Identificação, seriam destacados e sobre eles seria realizado um primeiro processo de transformação em patrimônio cultural quando o "referencial inventariado" se torna, pela seleção e descrição intensivas dentro de um vocabulário e um ponto de vista eminentemente patrimonial, um "bem cultural identificado".

Estranhamente, tal interpretação parece contradizer, não apenas o que o Manual do INRC informa ao dizer que Referências Culturais são aqueles bens culturais "que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas" (IPHAN, 2000. p. 29), mas também a noção que a Coide

apresentava um ano depois, no III Encontro de Avaliação, no qual a Referência Cultural era acionada já como sendo capaz de gerar um processo seletivo. Na verdade, o que me parece mais interessante para pensar o lugar contraditório das Referências Culturais no campo do patrimônio na proposta apresentada pela consultora é a inserção hierarquicamente inferiorizada das Referências Culturais, em relação aos bens culturais classificados como patrimônios. Isso me remete ao lugar institucional que o antigo setor de Referência Cultural ocupou nas décadas de 1980 e 1990: ao tempo em que as ações não possuíam o mesmo patamar de importância institucional, seu leque de ação era mais livre e mais amplo que o dos setores que lidavam com patrimônios tombados.

De tal forma, essa é uma temática tão importante que o trabalho do GT-INRC se iniciou por tais questionamentos. O grupo, diante desse dilema, lançou para o debate a pergunta fundamental acerca do objeto do INRC: afinal, "o inventário identifica bens ou referências culturais?" (IPHAN, 2018, p. 8). Sobre isso, além das falas e dos debates colocados pelos criadores e primeiros gestores do Inventário - Antônio Augusto Arantes, Célia Corsino e Ana Gita de Oliveira -, o grupo se debruçou também sobre a produção teórica e conceitual sobre a noção de Referência Cultural como qualificador maior do INRC, revisitando os trabalhos iniciais do CNRC, os artigos de Cecília e a forma como o Manual incluiu o termo em suas orientações.

Segundo o que consta do Relatório Final do GT-INRC:

> De certa forma, há um entendimento concretizado na definição presente no Manual e replicada na Portaria nº 200/2016 que considera as referências culturais como equivalendo aos "sentidos e valores" atribuídos aos bens culturais, e não aos bens culturais propriamente ditos. De outra forma, está uma história que tratava as referências culturais como sendo aqueles bens culturais que se configuram como "índices" – ou indicadores – de uma certa cultura, de um certo tipo de grupo social, geralmente associados aos grupos diversos que compunham a sociedade brasileira (indígenas, afro-brasileiros, comunidades tradicionais, rurais, de periferias urbanas etc.) – afastando a utilização do termo daqueles bens associados aos bens historicamente preservados pelo Iphan, ligados a uma ideia abstrata de valor nacional, difusamente atribuído a toda a população nacional.
> (...)
> O GT, após levantamento de fontes e releitura dos textos referenciais para a implementação do PNPI, compreendeu que, assim como os demais inventários do Iphan, o INRC identifica **bens culturais**. A diferença, neste caso, é que o que determina o olhar e a seleção dos bens a serem identificados no Inventário é o fato de que estes são **referências culturais** para os mais diversos grupos sociais ou comunidades com as quais se propõe trabalhar. Essa compreensão em alguma medida pode estar em contradição com a definição apresentada no Manual e na portaria 200/2016 e, caso venha a ser adotada, implicará na necessidade de revisão destes instrumentos. (idem, p. 10. Grifos no original).

Ou seja, na definição proposta pelo GT, as Referências Culturais qualificam os bens culturais. Assim, as unidades concretas do INRC são os bens culturais, mas estes só podem ser

assim identificados a partir dos valores e do olhar dos diversos grupos com os quais se proponha trabalhar os processos de identificação. Ainda sem resolver ou finalizar a questão, o GT-INRC aponta um dilema que, ao que penso, pode ser mais bem compreendido se aprofundado o próprio conceito de bem cultural - tema da próxima seção deste capítulo.

3.2.1 Bem cultural: o balaio do patrimônio cultural

Se pensarmos que os inventários buscam, em suma, gerar conhecimento sobre um dado universo cultural a partir da descrição de certas características de elementos concretos daquela cultura, geralmente chamados **bens culturais**, podemos propor aqui que estes podem ser aproximados à ideia de "coisa". Esta é aqui acionada em sentido fenomenológico e heideggeriano, como equivalendo àqueles elementos da realidade que precisam ser definidos por um ponto de vista - não como existência, mas como percepção[90]. Heiddeger (1992) coloca a impossibilidade de acessarmos uma coisa, em si - em sua existência absoluta. Sempre há uma mediação entre as coisas e os sentidos por nós atribuídos a elas, de forma que sempre há uma separação entre o que as coisas são em si mesmas e nossa percepção. Na verdade, as coisas que existem, somente existem para nós como as percebemos:

> Não podemos ir diretamente às coisas. Não porque ficássemos detidos no caminho, mas porque as determinações a que chegamos e que atribuímos à própria coisa – espaço, tempo, o isto – se apresentam como determinações que não pertencem à própria coisa. (HEIDDEGER, 1992, p. 36)

Ou seja, as coisas, da forma como as percebemos, são sempre **isto** ou **esta** coisa (de meu ponto de vista, a partir do meu aqui e agora). As coisas necessariamente são a partir das relações, mediadas pela percepção e todas as circunstâncias que a condicionam - tempo, espaço, contextos socioculturais etc. Não é minha intenção aqui aprofundar uma complexa e intrincada discussão filosófica no âmbito da fenomenologia - para mim ainda território pouco conhecido e árido - mas apenas trazer algumas pinceladas conceituais para o quadro geral que apresento acerca da relação entre o bem cultural e as Referências Culturais. Ainda assim, essa conceituação serve para ajudar a pensar os bens culturais enquanto o tipo de coisas que podemos dizer que são o objeto das práticas e das políticas patrimoniais.

---

[90] Aceito aqui as provocações teóricas presentes na disciplina Patrimônio e Identidade, oferecida no Mestrado Profissional e ministrada pelo professor Rogério Proença, que se inicia sempre com a discussão heideggeriana sobre a "coisa" para, a partir daí, possibilitar o debate acerca da construção contemporânea do patrimônio cultural.

Sabe-se que a noção de patrimônio cultural foi criada a partir do vocabulário jurídico, mais especificamente do campo do Direito Civil quando trata do direito de herança ou dos direitos patrimoniais. Assim, da mesma forma que um patrimônio pessoal ou familiar é formado por um conjunto de bens, entendidos como aquelas coisas às quais se pode atribuir valor, também o "patrimônio histórico e artístico nacional", posteriormente denominado "patrimônio cultural", é compreendido como um certo conjunto de coisas pertencentes a toda sociedade e às quais se atribui valor: os **bens culturais**.

De toda forma, permito-me aqui ressaltar que, conforme apontado por Flávio Carsalade (2016) em seu artigo para o Dicionário do Patrimônio Cultural:

> Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14).

Sendo assim, já no resumo do artigo acima citado, temos como proposta do autor a definição de que:

> Bem (cultural patrimonial) é a **unidade** de preservação do Patrimônio Cultural. O bem, como indivíduo, é a substância concreta da **coisa dotada de significado patrimonial** e que integra o rol do patrimônio coletivo, herança selecionada por um povo para o **referenciar** e constituir o conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações. (idem. p. 1, grifos meus).

No caso do Brasil, inicialmente o que o Decreto-Lei 25/37 traz em seu Art.1º é a noção genérica de bens móveis e imóveis, espelhando o conceito jurídico tradicionalmente aplicado ao tema das heranças e patrimônios privados:

> Constitui o patrimônio artístico e histórico nacional o conjunto dos **bens móveis e imóveis** existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (SPHAN 1937, grifos meus).

Vemos que, apesar de se posicionar num campo cultural (ainda que específico), não era esse o foco à época. Antes, a ideia universalizante e homogeneizante de Nação e sua constituição identitária abstrata era mais importante. Assim, qualificar o patrimônio e os bens como históricos, artísticos e nacionais pode ser entendido como um recorte mais restrito num universo maior daquilo que hoje se compreende como cultura material (bens móveis e imóveis).

É no âmbito dos marcos internacionais que o termo "bem", qualificado como **bem cultural** (*cultural property*, em inglês), passa a ser, de fato, utilizado. Isso ocorre quando a Unesco, em 1954, edita a Convenção e Protocolo para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (ratificada pelo Brasil em 1958). Seu Artigo I apresenta uma definição sobre bens culturais:

> Artigo I – Definição de Bens Culturais
> Para os fins da presente Convenção são considerados bens culturais, seja qual for a sua origem e o seu proprietário:
> Os bens, **móveis ou imóveis** que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de história, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista de seu conjunto, apresentem um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, bem como as coleções científicas e as coleções importantes de livros, de arquivos, ou de reproduções dos bens acima definidos;
> Os edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos, bem como os abrigos destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a);
> Os centros que contenham um número considerável de bens culturais (definidos nas alíneas (a) e (b), os quais serão denominados "centros que contêm monumentos" (UNESCO, 1954, grifos meus).

Nota-se que tal definição se restringe também ao que seria considerado, hoje, patrimônio material, já que ainda se trata de bens móveis e imóveis. Essa perspectiva restrita da categoria bem cultural parece atravessar boa parte do século XX, presente também em documentos como a Convenção da Unesco de 1970 sobre o tráfico ilícito de bens culturais e na de 1972, sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Natural.

No Brasil, a mudança de paradigmas no trato com os bens culturais se inicia de forma pioneira nos anos 1970, a partir da ampliação do próprio conceito de cultura. Conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação, tal ampliação chega às políticas culturais a partir das contribuições de Aloísio Magalhães juntamente com sua equipe interdisciplinar de pesquisadores e agentes culturais no CNRC. Para esse esforço era preciso ir além dos bens móveis e imóveis. A questão da ampliação do conceito de bem cultural, por isso mesmo, se tornou o principal campo de batalha de Aloísio:

> o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro) quase sempre de aplicação elitista (...). Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens - procedentes sobretudo do fazer popular - que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação de políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. (MAGALHÃES, 1985, p 19).

A ampliação do alcance do conceito de bem cultural nas políticas patrimoniais, também conforme já apresentado nessa dissertação, se concretiza e se ancora no caput do Art. 216 da Constituição Federal, que considera como patrimônio cultural os "**bens** de natureza material e

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência** à identidade, à ação, à memória dos **diferentes grupos formadores** da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988).

A ideia presente na Constituição, de que o bem cultural seja "portador de referência" é interessante, se pensarmos, por fim, em como a noção de Referência Cultural pode ser associada ao conceito ampliado de bem cultural. Este, por sua vez, seria algo como um recipiente, um balaio, digamos, no qual os diferentes segmentos sociais colocam os valores que informam algo de sua cultura, sua memória e identidade. Em um paralelo com a "coisa" heideggeriana, o balaio não possui valor por si só, mas sim a partir das coisas que a sociedade carrega por meio dele. É uma forma de classificar o patrimônio cultural a partir da relativização dos valores atribuídos aos bens culturais que o compõem. Assim, um bem cultural só poderia ser considerado patrimônio se colocado em relação a um determinado grupo social.

Com isso, há o estabelecimento de uma unidade mínima a ser identificada e preservada: o bem cultural. Ao tempo em que este só pode ser assim classificado em função daqueles valores e significados que uma ou várias comunidades lhe aportam, de modo que temos, assim, um bem que é "portador de referência", ou um bem cultural identificado a partir das Referências Culturais.

Nos dias de hoje, isso poderia ser considerado quase que uma obviedade, já que é mais disseminada a ideia de que algo só é um **bem**, só possui valor, se compreendemos os mecanismos sociais específicos por meio do qual um determinado grupo valoriza certas coisas em detrimento de outras, ainda que para um grupo diferente as mesmas coisas possam não possuir valor algum, ou mesmo ter valor negativo. Um bom exemplo de como num mesmo suporte material podem coexistir dois distintos bens culturais é o que acontece com as Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo ou a Tava, em São Miguel das Missões (RS). Senão, vejamos o que consta do Portal do Iphan, a partir da documentação disponível no Arquivo Noronha Santos:

> A **igreja de São Miguel, em estilo barroco**, foi construída pelo arquiteto italiano Gian Batista Primoli, a partir de 1735. **Estruturada em pedra arenito, era pintada de branco e tinha seus espaços interiores ornamentados por pinturas e esculturas de madeira policromada**. Os remanescentes do antigo povo de São Miguel foram tombados pelo IPHAN em 1938. Em 1940 foi criado o Museu das Missões, sendo construída uma edificação projetada pelo arquiteto Lucio Costa, que utilizou como referência a arquitetura espanhola e as casas dos índios missioneiros. Hoje, o Museu reúne **importante coleção de imagens sacras e de fragmentos missioneiros**. Em 1983, a UNESCO declarou São Miguel Patrimônio Cultural da Humanidade. (IPHAN, s.d., grifos meus)

Em outra seção do mesmo Portal temos também que:

> O Iphan inscreveu, em dezembro de 2014, o bem imaterial Tava, **Lugar de Referência** para o Povo Guarani no Livro de Registro de Lugares. Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas

> em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades por conter os “corpos" dos ancestrais que se transformaram em imortais; onde são relembradas as 'belas palavras' do demiurgo *Nhanderu*. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar *Yvy Mara Ey* (a Terra sem Mal).
> A Tava também é considerada um lugar de referência por ser um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver, integra narrativas sobre a trajetória deste povo e é diariamente vivenciada como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os jovens. Seu valor patrimonial reside na sua **capacidade de comunicar temporalidades, espacialidades, identidades e elementos da cultura indígena cravada na história brasileira**.
> (...) A Tava, enquanto Patrimônio Cultural, **converge significados e sentidos atribuídos pelo povo indígena Guarani-Mbyá** ao sítio histórico que abriga os remanescentes da antiga Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.
> (...) Estar na Tava aciona dimensões estruturantes e afetivas na vida social e na memória dos Guarani-Mbyá, promovendo sentimentos de pertencimento e identidade, pois ali se encontra uma 'casa de pedra' que concretiza, de maneira paradigmática, a morada dos antigos, visível a todos, tanto aos grandes *karaí* (homens e mulheres especiais, sábios, que dominam e proferem as 'belas palavras' ensinadas pelos criadores) quanto aos *juruá* (não-indígenas), e que evoca os ensinamentos fundamentais para se viver de acordo com os princípios éticos Guarani-Mbyá.
> Enfim, a Tava é um lugar relacionado à sua memória e que, pela presença dos remanescentes daquilo que foi construído por mãos indígenas, apresenta uma **condição singular de visualidade de significados** que expressam a compreensão do mundo Guarani, no tempo presente. Além disso, por meio da Tava, os Mbyá interpretam o evento histórico - as Missões - incorporando-o as suas narrativas e reelaborando-o segundo a lógica de sua cosmologia. Tais sentidos dados à Tava permitem acionar sentimentos de pertencimento e identidade. (IPHAN, s.d., grifos meus).

É, significativo, portanto, para a política federal de patrimônio cultural, que um mesmo espaço, um mesmo fenômeno material, possa ter reconhecidos dois conjuntos distintos de significados e valores. De um lado, uma narrativa nos remete aos valores estéticos, estilísticos e históricos típicos dos primeiros tombamentos do Sphan - cujas referências culturais estão associadas às comunidades de intelectuais do modernismo brasileiro, arqueólogos, arquitetos e historiadores da arte que evidenciaram ali os estilos de época, remanescentes monumentais de um passado colonial que ajudava a explicar a Nação da forma como era percebida à época e que supunham que deveria ser partilhada por toda a população do país. Por outro lado, uma outra narrativa, agora orientada pelo olhar dos Guarani-Mbyá, que passaram a ocupar com suas esteiras e artesanatos as mesmas varandas do Museu que coleciona “imagens sacras e fragmentos missioneiros”, e que enxergam ali uma das mais importantes “casas de pedra” onde estão fragmentos e marcas de seus ancestrais mitológicos, os *Nhanderu-mirim*.

Na narrativa que vemos exposta no Museu das Missões, o protagonismo da história que gerou o bem cultural é dos padres jesuítas, do arquiteto italiano. Nas narrativas que fundamentam o Dossiê de Registro da Tava, o protagonismo é dos Guarani - seus antepassados, suas divindades e seus atuais descendentes. Os Guarani e o próprio Iphan, por certo, não

esperam convencer os não-indígenas de que a versão guarani da história seja compartilhada por todos, mas certamente espera-se que o Estado considere em pé de igualdade o direito a fruir e salvaguardar o bem cultural que é considerado um Lugar de Referência para eles.

Nesse sentido, entende-se que a ideia de bem cultural está ligada, para os grupos para os quais ele faz sentido, a algo de bom que dele se espera. Retomando a leitura que Carsalade (2016) traz de Comte-Sponville (2003), o bem cultural pode ser qualificado a partir da acepção daquilo que é bom - uma coisa à qual se atribui virtudes. Assim, para aquele que valoriza o bem cultural, este passa a ser:

> Tudo o que é bom absolutamente. Se todo valor é relativo, como creio, o bem não é mais do que uma ilusão: é o que resta de um juízo de valor positivo, quando se desconhecem as condições subjetivas que o tornam possível (p.77). Não é um ser, é um objetivo. Não é uma idéia, não obstante o que diz Platão, mas um ideal. Não é um absoluto, não obstante o que diz Kant. É o correlato hipostasiado de nossos desejos. (COMTE-SPONVILLE, 2003, *apud* CARSALADE 2016. p. 6).

Essa qualidade ou virtude pode ser entendida, nas políticas de patrimônio cultural, a partir, justamente do caráter seletivo do bem que é patrimonializado (conforme vimos anteriormente nas preocupações de gestão do INRC há alguns anos). Ou seja, no universo dinâmico de coisas produzidas pelas culturas, algumas são selecionadas a partir desses valores e significados que não existem diretamente nele, mas que, partindo do olhar das pessoas, torna-os portadores de virtudes e sentidos tidos contextualmente como bons.

Sendo um ideal, penso ser importante ressalvar que o bem cultural (ou patrimonial), para aquele que assim o classifica pode ter, de fato, valor positivo absoluto e intrínseco - ou assim lhe parece. Daí se compreende a razão pela qual, por exemplo, um Waiãpi vai tender a considerar o Kusiwarã[91] essencialmente e indiscutivelmente valoroso, da mesma forma que os arquitetos especialistas na arquitetura modernista, consideraram o Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, ou o Palácio do Itamaraty, em Brasília, essencialmente bons e virtuosos.

Para compreender, assim, esse caráter relativamente ou contextualmente virtuoso do bem cultural, cabe também, um mergulho no significado do termo Referência Cultural, como proporei a seguir.

[91] A Arte Kusiwa (ou Kusiwarã, nos termos nativos) é um sistema de representação gráfico próprio dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. Como patrimônio imaterial, a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2002. No ano seguinte, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

3.2.2 Referência Cultural: o patrimônio em contexto

O Dicionário Analógico da Língua Portuguesa de Francisco Ferreira Azevedo é um dicionário temático, que apresenta as palavras por temas e não como uma lista em ordem alfabética. Por isso mesmo, é considerado um *thesaurus*, ou seja, um dicionário de ideias afins e conceitos. Nele, o termo "referência" é vinculado aos conceitos de: 1) relação; 2) atribuição (determinação de causa); 3) evidência; 4) informação; 5) notícia; 6) indicação; e 7) conselho (recomendação).

Retomando, mais uma vez, Cecília (FONSECA, *in* IPHAN, 2000), em seu artigo introdutório ao Manual do INRC:

> O termo "referência" é de uso corrente na linguagem quotidiana, pelo menos em um registro culto. Etimologicamente, vem do verbo latino *referre*, que significa "levar", "transferir", "remeter". Pressupõe uma relação entre dois termos, um movimento em determinada direção.
> Na linguagem corrente, o termo "referências" é sinônimo de informações (pedir referências sobre um candidato); em uma biblioteca, "obras de referência" são obras de consulta, que esclarecem sobre uma linguagem, um determinado assunto, etc.; quando cientistas mencionam "centros de referência" em sua área, isso significa "modelo", padrão de qualidade, remissão obrigatória quando se estuda aquele assunto; quando dizemos que um determinado indivíduo ou grupo perdeu seus "pontos de referência", isso indica uma crise de identidade, um desenraizamento, em geral decorrente de uma mudança significativa: transferência para local desconhecido, alteração de situação social, em suma, uma perda importante.
> Em sentido conotativo, "referência" evoca a idéia de um ponto de apoio ou de encontro, base, e, por extensão, uma "verdade" consensualmente aceita por um determinado grupo, ou uma autoridade coletivamente reconhecida. Aponta, portanto, para uma convergência de pontos de vista. (idem, pg. 12-13).

Não é difícil fazer a aproximação dos trechos acima apresentados com a pista inicial apresentada por Aloísio Magalhães de que o termo "referência" no nome do CNRC estava ligado à ideia de "indicador", vinculada ao campo da Biblioteconomia e capaz de organizar e direcionar o olhar do sujeito que busca uma dada informação. Para além disso, também aparece no debate sobre a referência, a questão da linguagem e da comunicação. Novamente, conforme consta do Manual do INRC:

> Os termos "referência" e "referente" são elaborados como conceitos pela filosofia, basicamente pela Lógica e pela Filosofia da Linguagem, com Gottlob Frege, Bertrand Russell, etc.; pela Lingüística, por Saussure, Ogden e Richards, Jakobson, etc.; pela Psicologia e pelas Ciências Sociais. (Cf. MORA, 1994:623-628). Na base de todas essas elaborações está uma questão central para a epistemologia: é possível pensar em "referências" e sobretudo em "referentes" independentes da linguagem? (idem).

Na entrevista que fiz com Cecília - e aqui vale destacar que se trata de uma egressa do universo das Letras, professora de Teoria Literária -, me ficou claro o ponto de vista linguístico que a autora deu ao trato da Referência Cultural. Com direito até mesmo a uma pequena aula sobre a teoria das funções da linguagem, a partir da abordagem do linguista russo Roman

Jakobson (2005), Cecília (2019) falou sobre sua visão acerca da relação entre o que seria uma referência e como ela pode melhor informar o patrimônio cultural:

> Mas quando você fala em política de patrimônio cultural, eu acho que aí é muito fascinante isso, você pressupõe aí um conceito de patrimônio cultural que não se baseia propriamente numa prática *tout court*, mas **a prática se baseia num discurso**, um **discurso que é produzido como discurso**, quer dizer, como um conjunto de narrativas, de bens, ou do que você quiser, **que são selecionados**. Selecionados no sentido de reconhecidos como patrimônio. Então durante muito tempo, você não falava de qualquer obra barroca. A política de patrimônio cultural, bom - histórico e artístico nacional - passava por esse filtro. É patrimônio que é reconhecido como marcas identitárias da civilização brasileira, **e quem é que reconhece? Um grupo de especialistas**, a partir de diferentes disciplinas. Então você tem uma política que, pra mim, é um diferencial muito interessante, que é essa questão da **mediação de um discurso pra ela ser exercida**. No caso da Referência Cultural também. Se você pensar bem, você vai olhar a vida social e tudo a partir de um determinado viés, no imaterial também é a mesma coisa. (FONSECA, 2019, grifos meus).

Nesse sentido, a linguagem é essencial ao estabelecimento de referências comuns aos grupos, já que, antes de qualquer coisa, a ideia de referência estaria vinculada à comunicação entre interlocutores. Uma referência permite que sujeitos diferentes compreendam alguma coisa comum. No sentido dado por Jakobson (2005), referência evoca outro termo muito caro ao CNRC, **contexto**. Quando falamos na referência no universo da linguagem, pressupomos que haja, entre o emissor de uma mensagem qualquer e o seu destinatário, um contexto no qual ambos comungam de signos, códigos e padrões sociais e psicológicos que lhes permita compreender a mensagem.

CONTEXTO
MENSAGEM
REMETENTE----------DESTINATÁRIO
CONTATO
CÓDIGO

> O REMETENTE envia uma MENSAGEM, ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere [...], apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário [...]; e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e a permanecerem em comunicação (JAKOBSON, 2005. p. 123).

Assim, transportando o esquema apresentado para o patrimônio cultural, poderíamos pensar que as comunidades detentoras representariam o REMETENTE; o patrimônio cultural é a MENSAGEM que se quer enviar ao DESTINATÁRIO, que poderia ser considerado como o conjunto da sociedade; e a Referência Cultural seria o CONTEXTO que torna inteligível mutuamente aquela mensagem patrimonial. O CONTATO e o CÓDIGO dependeriam, pois, das especificidades (incluindo meios físicos e as linguagens próprias de cada bem) em que esses patrimônios culturais seriam produzidos e transmitidos. Desse modo, teríamos um esquema assim:

REFERÊNCIA CULTURAL
PATRIMÔNIO CULTURAL
DETENTORES ----------SOCIEDADE
CONTATO (meio físico)
CÓDIGO (linguagens)

O que pretendo a partir dessa argumentação, é trazer para o debate um caráter integrador da noção de Referência Cultural, na medida em que, se as Referências Culturais não são equivalentes aos bens culturais, elas também só se expressam a partir deles, como suportes. Há uma simbiose, uma relação necessária entre materialidade e imaterialidade, entre valores e bens e, em última instância, entre a ação de preservar e as comunidades para as quais a preservação importa.

Mais uma vez, na entrevista que me concedeu, Cecília (2019) também aponta para o problema que a noção de patrimônio imaterial causa nesse sentido:

> Se bem que eu implico muito com essa noção de "patrimônio imaterial". Eu não gosto, prefiro mil vezes o termo em inglês, que é "*intangible*". Porque intangível, tudo bem. E aí vou puxar pra minha sardinha, quer dizer, você não pode falar de comunicação, sem falar de um suporte físico. Não existe. Por que o que é a comunicação? A comunicação se baseia na linguagem. Pra você ter comunicação, você tem que ter uma linguagem, senão você se comunica como? Só um que fala? Então tem que ter uma linguagem que possa ser partilhada. Uma linguagem, entre humanos, pressupõe signos. O que são signos? Aí já estou entrando na linguística, mas paciência! Signos são exatamente a base da significação. E todo signo tem uma dupla dimensão, eu digo que são duas faces de uma moeda, que é o significante e o significado. Então o significante é o meio, a maneira, a expressão oral ou escrita, entendeu? E o outro é o contraponto, se é sonoro, é o canal, é o código - que são as línguas, que esses signos são organizados em línguas, em sintaxes. Então toda comunicação pressupõe signos. **Então bens culturais, pra mim, são signos**. Ele tem que ter, necessariamente, a dimensão material, a base do que viabiliza a comunicação, e a **dimensão imaterial ou simbólica, que é o significad**o (FONSECA, 2019, grifos meus).

A avaliação de Cecília (2019) enriquece a ideia de que um inventário, ou qualquer processo de identificação que parta das Referências Culturais, deve ser mais do que um instrumento que descreva tecnicamente objetos considerados importantes por si mesmos, mas um trabalho ativo de envolvimento das pessoas em seus contextos culturais, sejam essas pessoas técnicos e intelectuais a serviço da política de patrimônio ou membros dos grupos sociais, que passam aqui a encarar o desafio de, conjuntamente, comunicar uma narrativa acerca de seus bens culturais a partir da compreensão mútua de suas Referências Culturais:

> Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. (FONSECA, 2000, p. 14).

Assim, inventariar bens culturais a partir das Referências Culturais passa a ser quase um trabalho de tradução, no sentido em que buscará tornar inteligível para um grupo maior (a sociedade brasileira, no caso das políticas federais, no âmbito do Iphan), os significados e valores associados a bens culturais diversos destacados por uma dada comunidade ou grupo social.

No seu parágrafo 3º, o Art. 216 da Constituição Federal fala na criação de "incentivos para conhecimento de bens e valores culturais", dando a entender que a referência (aqui equiparada aos sentidos e valores) não se confunde com o bem cultural. No entanto, podemos inferir também que o bem só se torna acessível às pessoas (enquanto fenômeno social, qualificado como algo bom e virtuoso) a partir do momento em que passa a carregar aqueles valores e significados (Referências Culturais) que as culturas diversas, e de forma dinâmica, nele aportam.

A abordagem da noção de Referência Cultural aqui seria, portanto, caudatária da Linguística e aproxima a noção corrente de que o processo de patrimonialização é, sobretudo, a construção de narrativas de um certo tipo, no universo das culturas e das políticas a elas dedicadas. Sendo assim, percebo que o trabalho de Cecília em qualificar a noção de Referência Cultural a partir das teorias da linguagem é importante no sentido de que as ideias de referência e contexto aplicadas à cultura abrem caminho para:

1- a análise crítica das políticas patrimoniais que buscaram impor um discurso único, fundamentado num universo de valores e signos especializados e elitistas, mas que tentava se impor ao todo da sociedade como se o contexto em que era (e ainda é) produzido fosse o único ou o correto, inserindo a questão do patrimônio na perspectiva do poder, pois "são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos [no caso do Brasil, de índios e negros], ressemantizando-as na sua interpretação" (FONSECA, 2000, p. 15);

2- a valorização da diversidade cultural, ao reconhecer que os contextos culturais que podem dar origem a narrativas patrimoniais são diversos e dinâmicos, sobretudo num país de tamanho continental e multiétnico como o Brasil. Como aponta Cecília, "nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural" (idem. p. 14).

Enxergar um bem cultural a partir da noção de Referência Cultural é também, por consequência, trazer a questão do patrimônio cultural para o campo da política e da ética:

> Quando se fala em *referências culturais*, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens - que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza,

> por seu "peso" material e simbólico - para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor - seja valor histórico, artístico, nacional etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de *patrimônios culturais*, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder (FONSECA, 2000, pág. .11 e 12).

Assumir o caráter político das políticas de patrimônio cultural significa, em suma, que há sempre embates, debates e consensos a serem construídos. Conforme Cecília (2000) mesma nos traz no texto acima citado, até o momento em que há o tensionamento gerado pela inserção das ações calcadas na noção de Referência Cultural, há "a autoridade intelectual e moral dos modernistas que aderiram ao SPHAN e que se apresentavam como defensores do interesse da nação legitimava a escolha dos bens a serem protegidos nos termos do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937" (idem, p. 12). Naqueles termos, uma vez determinados os valores que justificavam a preservação, o foco dessa ação passou a ser dado na materialidade das coisas.

Ao contrário, vimos que o foco da ação institucional do "pessoal da Referência Cultural", assim como, posteriormente, no caso do patrimônio imaterial, é para com os processos dinâmicos e as pessoas e comunidades que, a partir da redemocratização, passam a reivindicar políticas públicas das quais estiveram longamente alijadas, inclusive no âmbito da cultura e do patrimônio cultural. Gonçalves (2012) atenta para a perda de hegemonia dos especialistas do Estado para estabelecer as políticas patrimoniais, colocando a questão nos seguintes termos:

> No plano institucional, constata-se que o Estado nacional, que durante décadas operou com certa exclusividade na elaboração e implementação das políticas de patrimônio, já não detém a mesma hegemonia. Organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas, grupos sociais e indivíduos assumem iniciativas no sentido de reivindicar, estabelecer e contestar "patrimônios culturais". Sem deixar de ser uma agência legitimadora e apoiadora fundamental, o Estado se vê obrigado a reconhecer e a lidar com uma série de outros atores sociais engajados na identificação e preservação de patrimônios (GONÇALVES, 2012, p. 219)

A criação dos instrumentos do Registro e do INRC pode ser vista como resposta, mesmo que tardia e certamente limitada, a essa inadequação das práticas institucionais ao problema que vivia no trato com tais segmentos sociais para os quais as respostas calcadas na autoridade moral e intelectual das elites modernistas já não faziam mais sentido.

Concordando com o tom da assertiva, dado o que foi até aqui apresentado nesta pesquisa, é apenas necessário acrescentar enquanto agentes de pressão pela quebra da hegemonia das práticas autoritárias no campo do patrimônio, aqueles novos agentes dentro do próprio Estado. Desde a fusão do CNRC com o Iphan e, posteriormente, com o estabelecimento

dos processos calcados na noção de Referência Cultural (no campo do patrimônio imaterial, mas também do material, em menor escala), há disputas dentro das instituições que também ajudaram (e ainda ajudam) a promover a ainda tímida abertura para a participação e a expressão dos valores e significados que partem dos diversos segmentos sociais.

O dilema no atual momento, inclusive, me parece ser menos o da possibilidade de abertura das políticas, mas a manutenção dos espaços ainda frágeis e pouco qualificados para que a participação social ocorra de fato e para que práticas autoritárias e descoladas das pessoas e grupos de interesse nas políticas de patrimônio sejam cada vez menos a regra e, cada vez mais, uma exceção. Assim, creio ser possível retomar também a noção de Referência Cultural no sentido de um instrumento conceitual que, estando no âmbito técnico e especializado das políticas de patrimônio cultural, pode ajudar esses mesmos agentes do estado responsáveis por tais políticas, a cumprir o mandato constitucional de preservar aquilo que a sociedade considera importante - questão que está no cerne da próxima seção deste capítulo.

3.3 Por uma "axiologia desde o ponto de vista da sociedade" - conciliando a razão técnica e o ponto de vista nativo

Ulpiano T. B. de Meneses, em sua fala no Seminário Patrimônio Cultural, Memória e Intervenções Urbanas, realizado pela FAU/USP em 2013,[92] faz um chamado para que busquemos "construir, aos poucos, uma axiologia do ponto de vista da sociedade, e não dos técnicos" (MENESES, 2013). A noção de Referência Cultural, nesse sentido, pode funcionar como conceito-base, já que ela se presta, justamente, à explicitação dos pontos de vista pelos quais se criam os discursos patrimoniais. Ulpiano (2013) também nos lembra que ao pensarmos as instituições como espaço de debate essencialmente político abrimos espaço para conciliar o saber técnico e o saber empírico. Seria uma ética dialógica: aquela que considera a voz do outro - lembrando que a Constituição Federal prevê a participação da sociedade na preservação do patrimônio, portanto, obrigando o agente da política a buscar esses espaços e a atuar a partir dessa ética. Nesse sentido, não se trataria de calar a voz dos especialistas, nem mesmo dos que atuam diretamente na política, mas pelo contrário, explicitar os valores e significados que estes trazem em suas atividades - "valores podem ser propostos, não impostos", afirma Ulpiano, salientando que a "razão técnica e razão social não são excludentes" (idem).

[92] Disponível em: https://vimeo.com/179044809 (acesso em julho de 2019).

Nesse sentido, me apoio também numa das poucas formulações advindas de outros países que encontrei ao longo de minha pesquisa e que, a meu ver, se aproximam da noção de Referência Cultural. Trata-se do trabalho da colega antropóloga Montserrat Patricia Rebollo Cruz[93] (2017):

> *existen diversas formas de generar procesos de patrimonialización en una cultura: por un lado, la valoración que viene y se sostiene desde sus creadores y practicantes, a la que denomino valoración autogénica; y por otro lado, los procesos de valoración heterogénica mismos que son generados o intervenidos por terceros — políticas culturales, gobiernos locales, académicos, empresarios, ONG —, es decir, aquellos procesos de patrimonialización en donde la valoración de los bienes culturales son compartidos y dispuestos para la canalización de otras vertientes de revaloración y reconocimiento que trasciendan lo local (aquí incorporo, incluso, algunos portadores y practicantes no creadores). Las categorías de valoración autogénica y valoración heterogénica son de carácter operativo, con la única finalidad de hacer la distinción y lograr trabajar estas dimensiones de valoración al interior de un proceso de patrimonialización, considerando que en la realidad estas valoraciones no están disociadas, al contrario, la patrimonialización conjuga estas valoraciones a partir de los actores que hacen posible la patrimonialización de un bien cultural.* (CRUZ, 2017, pg. 200)

Vejo que a noção de Referência Cultural pode dialogar, assim, com o que Cruz (2017) chama de Processos autogênicos e heterogênicos de patrimonialização, quando admitimos que, mesmo quando se leva em consideração as Referências Culturais dos detentores dos bens culturais com os quais trabalhamos nas políticas públicas de patrimônio, ainda assim, não há como escapar ao fato de que a política e seus agentes executores também possuem um arcabouço próprio de Referências Culturais - sentidos e valores nos quais as normas, as práticas e os instrumentos estão fundamentados.

Por esse ponto de vista, o trabalho de identificar bens culturais por meio de um inventário, por exemplo, poderia ser considerado uma forma dialogada e negociada de conjugar a heteroidentificação - considerada como a explicitação dos pontos de vista e das linguagens típicas dos instrumentos legais e metodológicos dos agentes da política patrimonial - com a autoidentificação - pensada como o trabalho mais importante, que é o da explicitação dos valores e significados atribuídos aos bens culturais por parte dos grupos sociais.

Naturalmente que um trabalho complexo de qualificação dos instrumentos da política se torna primordial para possibilitar uma efetiva autoidentificação - ou autoinventariamento. Esse tema foi extensamente debatido pelo GT-INRC e um artigo sobre a participação social

[93] Doutoranda do Programa de Antropologia Social da Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH) do México. Após assistir à sua apresentação no Congresso da International Union of Anthropology and Ethnology - IUAES, realizado em julho de 2018 em Florianópolis/SC, conversamos e a colega gentilmente me encaminhou materiais escritos de sua autoria que apresentam a discussão aqui retomada.

chegou a ser produzido pela colega Juliana Da Mata Cunha (2018) a partir dessas discussões. Alguns de seus pontos merecem ser aqui retomados:

> Para garantia de uma participação social mais efetiva, ou menos problemática, considera-se importante reconhecer e conhecer o outro. Para atuar junto a um grupo ou comunidade é importante saber previamente como este se organiza, como se define o seu território e suas territorialidades, quais as suas estruturas de poder, hierarquias e dinâmica de funcionamento e deliberação, que laços e/ou interesses ligam os indivíduos que a constituem, quais seus conflitos, dissensos e disputas internas. (CUNHA, 2018. p. 75).

Assim, esse ato de "conhecer o outro", a que se refere Juliana (2018) é, penso eu, fundamento para o trabalho com Referência Cultural, ao mesmo tempo em que é necessário para que possa acontecer, de fato, um nível de autoidentificação que produza patrimônios com alguma dimensão autogênica. Mais adiante, a colega acrescenta:

> Há que se destacar, porém, que a manutenção dos mecanismos e instâncias de participação social nos processos dependerá também da sua capacidade de resolução de problemas e questões, da alocação de recursos e dos resultados da pesquisa e condução de tais processos. Caso os representantes não percebam a efetividade de sua representação e importância na condução dos processos, é muito provável que percam o interesse e promovam o esvaziamento desses espaços de diálogo. (idem. p. 76).

Assim, há um papel essencial dos agentes públicos que se responsabilizam pelas políticas de reconhecimento, já que é a partir de sua ação que tais mecanismos de participação poderão se manter. Pensar soluções técnicas, criar instrumentos administrativos condizentes com as demandas sociais, angariar e executar de forma eficiente recursos públicos destinados a tais instrumentos de participação são atividades demandadas ao agente público. Até mesmo proporcionar formas de participação social nessas atividades que, por vezes, são de cunho profundamente burocrático, exigem uma postura política e ética específica do servidor público, do técnico especialista. Esses são valores que se somam aos valores e significados trazidos pelos detentores dos bens culturais.

Seria, quem sabe, uma busca por associar o trabalho de identificação e reconhecimento por meio de Referências Culturais a uma forma negociada de integração da heteroidentificação e a autoidentificação. Há uma obrigação de participação ativa das comunidades nos processos, contudo, há também premissas, conceitos e saberes técnicos que formatam as políticas públicas com as quais as categorias e valores locais necessariamente deverão dialogar:

> *La Convención de 2003 obliga a la participación de las comunidades en toda la cadena, que abarca desde la declaratoria hasta la implementación de políticas de salvaguardia, pues es inconcebible imaginar la salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial sin una relación productiva entre instituciones políticas y portadores* (BARQUÍN, 2014, p. 6, *apud* CRUZ, 2017, p. 204).

O equilíbrio de poder entre os saberes técnicos e os dos detentores dos bens culturais é uma questão determinante para que se determinem os mecanismos de participação. Mais do que

isso, também há um equilíbrio de poder, por vezes delicado, dentro dos próprios contextos onde os bens culturais são produzidos. Disputas, conflitos e dissensos são muito comuns na construção de processos de patrimonialização. Mais importante, tais processos geram, inevitavelmente, novos equilíbrios de poder nos campos culturais específicos em que os patrimônios acontecem. Nesse sentido, não apenas a instituição de patrimônio passa a desempenhar um papel no reconhecimento daqueles bens, mas também, muitas vezes, os necessários processos de mobilização de agentes antes dispersos e o destaque que a chancela institucional dá ao bem, geram processos de empoderamento de alguns grupos ou indivíduos ou o enfraquecimento do protagonismo de outros. Em outros termos, retomando a ideia de pensar discursos como ação, conforme debatido no subitem anterior (FONSECA, 2019), podemos tomar a ideia de Referência Cultural como estratégia de intervenção na realidade social a partir da mobilização dos discursos patrimoniais que emanam dos grupos sociais a respeito de seus próprios valores culturais.

Esses são dilemas para os quais não há respostas simples. Porém, para tentar fazer uma aproximação com a possibilidade de produzir processos de patrimonialização autogênicos, é possível imaginar que a participação será tanto mais efetiva, quanto mais se compreenda que as comunidades detentoras das Referências Culturais estão em constante interação com agentes diversos, dentro e fora de seus círculos mais imediatos de pertencimento. A intersetorialidade do patrimônio, no sentido do reconhecimento de que a salvaguarda dos bens culturais não é possível apenas a partir da ação institucional da política e, sobretudo, das instituições de patrimônio cultural, é também uma importante questão a ser levada em conta na definição de instrumentos calcados na noção de Referência Cultural.

3.3.1 Razões técnicas e demandas sociais: promovendo interações e criando relações

É patente que as políticas de patrimônio não serão jamais capazes de dar conta de todas as demandas sociais acerca do reconhecimento e da valorização do que as comunidades ou diferentes grupos sociais valorizam como patrimônio. Esse reconhecimento dos limites institucionais, de que os patrimônios em constante produção, transformação e reconfiguração na sociedade são necessariamente maiores do que a capacidade do Estado em dar conta deles, não pode, contudo, significar que nós, agentes da política de patrimônio cultural no Estado, não devamos buscar estar constantemente em busca de formas mais eficientes de captar e discernir as demandas sociais em relação ao patrimônio. Um modelo classificatório que ajuda a

compreender essa idiossincrasia existente no campo do patrimônio é colocada por Daniel R. Silva em sua tese sobre os discursos de patrimônio na cidade de Juiz de Fora/MG:

> Tais classificações compõem o que poderia ser chamado – numa analogia a James Clifford – de sistemas de patrimônio e cultura que envolvem a circulação de determinados bens em um conjunto de pelo menos três categorias classificatórias: 1) o patrimônio reconhecido pelos órgãos reguladores do patrimônio, mas que não alcança ressonância junto a população; 2) o patrimônio reconhecido pela população, mas que não alcança ressonância junto aos órgãos reguladores; 3) o patrimônio reconhecido por um dado grupo e que reverbera junto aos órgãos reguladores. Ao longo do tempo um mesmo bem pode circular de várias formas dentro dessas categorias, das quais podem se desdobrar ainda outras como o patrimônio reconhecido por um dado grupo e não reconhecido por outro; o reconhecido por mais de um grupo desencadeando um conflito pelo direito a sua "propriedade". O leque é amplo e carrega por trás uma série de disputas, tensões e intenções. (SILVA, 2012, p. 14)

O desafio, portanto, pode ser compreendido como uma permanente busca por mecanismos institucionais capazes de abrir espaços de ressonância dos valores culturais que emanam da sociedade, dando-lhes consequência a partir das políticas públicas.

Voltemos, portanto, ao exemplo da análise que a consultora Damiana Jaënisch (2013) fez do caso específico do Parque das Missões, em São Miguel Arcanjo/RS, já anteriormente citado neste capítulo. Ela salienta a importância dos Inventários em contextos urbanos, principalmente em sítios tombados, como o da cidade de São Miguel das Missões, em que há conflitos interétnicos, que demandam soluções de convivência entre comunidades diversas. No caso das ruínas de São Miguel Arcanjo, vale destacar que foi a partir da experiência do INRC Mbyá-Guarani, ali realizado, que se deu origem ao processo de reconhecimento da Tava, como Referência Cultural dos povos Guarani.

Sendo muitas as questões prementes que surgem durante a realização dos Inventários e que não estão no alcance das políticas do Iphan, a consultora faz uma ressalva sobre a necessidade da potencialização dos instrumentos de publicização e da geração de dados a partir das ações, que sejam mais facilmente apropriáveis por outros agentes públicos e pela sociedade civil, capazes de propor ações em seus respectivos campos, partindo das Referências Culturais já identificadas:

> Nesta direção, uma vez que instrumentos como o INRC preveem a sistematização de informações e diagnóstico que compreende aspectos como qualidade de vida, fonte de renda, acesso à educação etc além de avaliações, perspectivas e recomendações, indicando aspectos e dinâmicas culturais que precisam ser levados em conta na execução de políticas públicas junto a estes povos, **os resultados dos Inventários podem ser importantes ferramentas na proposição e execução de políticas públicas junto aos povos indígenas nas diferentes áreas.** Caberia, pois, um esforço da parte do IPHAN, da equipe executora dos Inventários e dos grupos indígenas viabilizarem o acesso desses resultados e demandas aos órgãos responsáveis, a partir de estratégias elaboradas conjuntamente. Para isso, **um diálogo mais próximo após a apresentação dos resultados precisaria ser mantido entre os diferentes atores sociais e governamentais com vistas a dar encaminhamento a ações e políticas cujas demandas foram mapeadas**. (JAENISCH, 2013, p. 78)

Um aspecto que também é exemplar no caso do INRC Mbyá Guarani, é a questão da pesquisa realizada pelos próprios indígenas e focado na formação de pesquisadores detentores - o que aponta, mais uma vez (e com especial ênfase no caso de populações indígenas), um caminho de aprofundamento da participação e do autoinventário. Esse foi o caso mais densamente acompanhado por Damiana e, a partir de 2014, por mim mesmo, de modo que pudemos constatar a ação dos pesquisadores locais realizada a partir do Centro de Trabalho Indigenista - CTI no INRC e as expectativas geradas pela realização do Inventário, sobretudo no sentido das articulações das políticas patrimoniais com outras, como as de educação indígena e de demarcação de terras, dentre outras, durante a execução dos projetos de identificação.

> Uma vez que o acesso a territórios é condição indispensável para salvaguardar os modos de vida, saberes e práticas destes grupos, os Inventários assim como projetos como o de Valorização do Mundo Cultural Guarani (que além dos Mbyá pretende envolver as parcialidades Guarani no Mato Grosso do Sul - Kaiowa e Nhandeva -, onde conflitos fundiários estão na ordem do dia), tem se constituído em espaços importantes para apresentação de demandas por políticas públicas diferenciadas e pela efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente aos povos indígenas. Nestes contextos, o IPHAN tem se constituído enquanto novo sujeito de diálogo com o Estado e sido acionado, pelos Guarani especialmente, para que reconheça a especificidade da ocupação de seus territórios e apóie suas demandas pelo acesso livre em seu território e a territórios com matas, imprescindíveis à manutenção de seus modos de vida. (JAENISCH, 2013, p. 75-76).

Esse é um debate que retoma a noção de devolução, tão cara às origens do trabalho com Referências Culturais e que, como vimos, vem se mostrando o grande desafio da política de salvaguarda do patrimônio cultural até os dias de hoje. Um sistema/plataforma de gestão dos dados produzidos no âmbito do INRC não é de suma importância apenas no sentido de dar publicidade e tornar interessantes os produtos das pesquisas para os próprios detentores dos bens culturais e para a população em geral, mas também, conforme aponta Damiana (2013), traz potencialidades para a construção de agendas políticas de interesse das comunidades e que extrapolam a agenda do Iphan, produzindo demandas sociais diversas, criadas a partir de indicadores culturais importantes para aquelas pessoas.

Para além de indicar processos de Tombamento e de Registro, é interessante pensar como, dessa forma, o INRC pode se tornar também um instrumento de proteção das Referências Culturais inventariadas - segundo o que consta do Relatório Final do GT-INRC. Isso pode se dar, como sempre se deu, pelo compromisso para com a guarda da documentação gerada e pela difusão de informações sobre os bens culturais por parte do Iphan. Contudo, o GT apontou ainda outras possibilidades de proteção, como a construção de protocolos comunitários ou do estabelecimento de pactos, planos de preservação ou termos de conduta envolvendo diversos atores e segmentos sociais. Tais documentos têm sido utilizados por comunidades tradicionais

diversas, sobretudo aquelas detentoras de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, já que esses saberes integram o patrimônio cultural brasileiro desde a promulgação da Lei 13.123/2015[94], e poderiam ser difundidos para diversas outras situações de interação das comunidades detentoras com poderes públicos e agentes privados, garantindo um certo tipo de proteção àqueles universos culturais que não estão no âmbito das políticas do Iphan.

Uma boa contribuição a tais debates de construção de estratégias de preservação que extrapolam os instrumentos de reconhecimento do Iphan, está naquilo que Damiana (2013) aponta quando aborda a questão da definição de sítios, localidades e territórios nos contextos de populações indígenas. São, quase sempre, situações em que as formas de apropriação do espaço e de sua classificação estão associadas às questões candentes e conflituosas de demarcação e direito ao acesso e à terra. Nesse sentido, a discussão que o INRC gera a partir das experiências realizadas até aqui, é que não apenas bens culturais precisam ser descritos e narrados a partir dos valores e significados das comunidades detentoras desses bens, mas a própria espacialidade deve ser gerada nos Inventários como uma Referência Cultural - um território (sítio ou localidade) como, também ele, "portador de referência à memória e identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988). Um espaço se torna um lugar a partir das referências que lhes são atribuídas por diferentes grupos. Assim, a própria construção do alcance territorial de um inventário de Referências Culturais, já deve ser definido conjuntamente com a população detentora dos bens culturais que se pretende identificar.

Com foco na avaliação dos INRCs de base territorial, o consultor Francimário Vito dos Santos (2013) se ocupou exatamente das interações entre saberes técnicos e os valores das comunidades sobre o território. Ele destacou oito Inventários para serem objeto de análise ao longo de sua consultoria, por terem fichas finalizadas e relatório analítico passível de avaliação (correspondendo, portanto, à fase de documentação do INRC)[95]. Francimário (2013) apresentou uma síntese de suas conclusões acerca do que pesquisou no IV Seminário Internacional – Setor

[94] A Lei 13.123/2015 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Segundo o que consta do Portal do Iphan: "Conhecimento Tradicional Associado (CTA) é a informação ou prática, individual ou coletiva, de povo indígena ou comunidade tradicional, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. Os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético estão relacionados à natureza, aos seres vivos e ao meio ambiente, e fazem parte da prática cotidiana de povos e comunidades. Este conhecimento integra o patrimônio cultural brasileiro e pertence aos povos indígenas e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal." Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/694

[95] Os INRC analisados são: MADE (BA), Natividade (TO), Alcântara (MA), Mucugê (BA), Xapuri (AC), São Luis do Paraitinga (SP), Região do Erval Sul-Matogrossense (MS) e Marajó (PA).

de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa, realizado de 16 a 18 de outubro de 2013, em um artigo que me permitiu melhor compreender sua experiência com a análise dos INRCs:

> O objetivo do estudo foi compreender como as equipes de pesquisa se apropriaram das noções de território, e a partir delas conduziram os inventários. Observou-se também a construção do processo de mobilização da base social, no envolvimento dos detentores, agentes públicos e sociedade civil no processo de produção de conhecimento (...) Em outras palavras, o referido estudo mostrará, com base nas análises das fichas de sítio e localidades, e também nos relatórios emitidos pelas equipes de pesquisas, como os conceitos de territórios foram sendo discutidos/recortados e como os bens inventariados se articulam às escolhas dos mesmos (...) A questão crucial que move tal processo está fundamentada na ampla mobilização da base social, o que **supõe efetiva participação dos detentores dos bens culturais**, dos poderes públicos e das organizações sociais (SANTOS, 2013, p.1 e 2, grifos meus)

A partir de seu ponto de vista de antropólogo, o autor propõe um diálogo com a Geografia e a Sociologia para pensar o que a territorialidade significa para o INRC. Ele destaca a contribuição de pensadores como Santos (2006), Haesbaest (2007), Cataia (2011), Raffestin (2013) e Duncan (2012) para afirmar a necessidade de fortalecimento das interseções entre as compreensões promovidas por tais ciências e as diversas formas com as quais os diversos grupos sociais se apropriam dos territórios - inclusive incluindo os conflitos e tensões existentes entre essas intrincadas "redes de relações sociais que se projetam no espaço" (RAFFESTIN, 2013, *apud* SANTOS, 2013. pg. 4). Além disso, também fica clara a plasticidade dos territórios no que tange às múltiplas formas que pode assumir, a depender de como se proponha a enxergá-lo.

Francimário (2013) também reitera que a territorialidade a ser abrangida pela ficha de Sítio deve ser aquela ligada aos bens culturais e aos conflitos/debates sobre identidades que a eles digam respeito. Segundo ele, o "diálogo permite que as tessituras do território possam ser delineadas a partir dos bens culturais encontrados" (idem, pg. 12). A ressalva é feita em função da tendência constatada em grande parte dos Inventários, que preenchem fichas de Sítio e de Localidade simplesmente reproduzindo os recortes político-administrativos presentes nas bases de dados oficiais, sem qualquer esforço de associação dos dados territoriais aos contextos específicos nos quais as comunidades estão inseridas.

Também as ações consideradas como "devolutivas" (para utilizar os termos caros à história das Referências Culturais) podem e devem ser fruto de constante participação e interação entre detentores e agentes técnicos/especialistas. Ainda tomando como base o exemplo do INRC Guarani-Mbyá e das questões territoriais, como desdobramento e estratégia de devolução dos resultados do Inventário, o processo de identificação diagnosticou que a

questão do território é essencial para a preservação daquele universo cultural. Assim, foi desenvolvida, em nova parceria com o CTI, o Mapa Guarani Digital[96], uma plataforma interativa e colaborativa que, além de trazer os dados produzidos pelos pesquisadores guaranis no âmbito do INRC, tem por objetivo sistematizar e disponibilizar informações sobre a situação territorial desses povos por meio de um sistema de dados georreferenciados projetados sobre imagens aéreas. Esse sistema pode ser alimentado de maneira descentralizada por uma rede de lideranças indígenas e parceiros articulados em torno do monitoramento da regularização das terras e das reivindicações fundiárias dos Guarani. Nesse caso específico, se o desenvolvimento da ferramenta se deve à parceria do CTI e do Iphan, sua motivação e seu objetivo principal são fundamentados nas demandas territoriais dos próprios Guarani, que deverão assumir cada vez mais a gestão dos dados, consolidando suas organizações e ampliando sua rede de parceiros, na medida em que se utilizem dos dados para gerar produtos diversos.

A partir de avaliações como as acima descritas é que o GT-INRC, em seu Relatório Final, reforça a importância do caráter do Inventário como instrumento de gestão, que deve melhorar a capacidade de gerar diagnósticos e avaliações das condições dos bens culturais e dos contextos em que se encontram. Para que tais diagnósticos façam jus às demandas das comunidades detentoras, ao mesmo tempo em que direcionem adequadamente a ação técnica institucional, o GT-INRC sugere que o INRC deve ter como objetivo, fundamentalmente, "promover interações e construir relações entre agentes executores das políticas e as comunidades detentoras das referências culturais" (IPHAN, 2018).

Nesse sentido, também é recomendado pelo GT-INRC que as novas ferramentas associadas ao INRC possibilitem de forma mais objetiva a autoinventariação por parte das comunidades. Para isso, o Inventário Participativo da área de Educação Patrimonial do Iphan, é apontado como instrumento a ser integrado ao INRC. Carregando no próprio título o epíteto de "participativo", a iniciativa foi desenvolvida pelo setor de Educação Patrimonial do Iphan a partir de 2012 (período em que eu ainda estava lotado nesta área), a partir de um grupo de trabalho interdepartamental que possuía o desafio de criar um instrumento apto a ser utilizado nas escolas que faziam parte do Programa Mais Educação (projeto de indução do ensino integral do Ministério da Educação realizado à época). O grupo acatou uma sugestão de Ivana Cavalcante, que representava ali o DPI, no sentido de criar um instrumento de autoidentificação das comunidades escolares, baseado também na noção de Referência Cultural e no próprio INRC:

[96] Disponível em: http://guarani.map.as (acesso em julho de 2019).

> Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo Programa [Mais Educação], seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural. Além disso, a partir do trabalho inicial de reconhecimento proposto pelo material, esperava-se incentivar a criatividade e inventividade em cada escola para desenvolver seus próprios produtos e ações.
> Em razão de solicitações de técnicos das unidades do Iphan e de outros setores do Ministério da Cultura, bem como por sugestões e demandas de determinadas organizações da sociedade civil, decidiu-se adaptar o material para aproveitamento em iniciativas e atividades para além do Programa Mais Educação. Assim, foram feitos ajustes textuais, redefinindo seus potenciais usos e objetivos. A partir dessa reformulação, o alvo primordial dos "inventários participativos" passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. (FLORÊNCIO et. al. 2016, p. 5 e 6)

Esse instrumento vem sendo bastante acionado nos últimos três anos, desde seu lançamento oficial em 2016, sendo um importante desdobramento das ações de identificação fundamentadas na noção de Referência Cultural. Ao contrário do INRC, ele não possui necessidade de autorização prévia do Iphan para utilização, por estar, conforme podemos perceber pelo trecho acima, focado numa intenção de sensibilização para o tema do patrimônio, por meio da mobilização de comunidades diversas.

Contudo, a partir do processo de avaliação e revisão do INRC, houve uma série de aproximações entre as finalidades dos dois instrumentos que possibilitaram que o GT-INRC indicasse sua integração. Por um lado, o INRC também será, a partir da revisão, pensado como um instrumento aberto. A recomendação do Grupo de Trabalho é inverter a lógica de cessão prévia da metodologia que até os dias de hoje guiou a gestão do INRC. A partir das adaptações sugeridas, qualquer comunidade ou instituição poderá acessar e utilizar o modelo de Inventário e produzi-lo de forma autônoma, exatamente como ocorre com o Inventário Participativo da Educação Patrimonial. Somente se quiserem e considerarem que há condições para tal, as comunidades poderão submeter os Inventários realizados ao Iphan para homologação ou validação dos dados para incorporação às bases da Instituição, em uma lógica semelhante a que acontece nas experiências de inventariação em outros países, como Portugal e Finlândia. Por sua vez, essa possibilidade de apresentação de resultados para homologação do Iphan e consequente guarda dos dados nos repositórios institucionais ajuda a solucionar uma das lacunas ainda enfrentadas pela gestão do Inventário Participativo, que é a dificuldade de acompanhar e receber resultados das experiências realizadas a partir do instrumento educativo.

De toda forma, potencializar as possibilidades de autoinventariamento, debaixo da noção de Referência Cultural, ao mesmo tempo em que se desenvolve um novo sistema e os repositórios digitais para o INRC, é um importante passo em direção à equação que pretende,

justamente, caminhar no sentido da integração do saber técnico especializado e dos saberes e valores culturais das comunidades para as quais as políticas de patrimônio se voltam atualmente.

3.4 Referência Cultural como antídoto para o Discurso Autorizado de Patrimônio

Retomo aqui o que Lia Motta (2018) aponta em sua pesquisa, no sentido de que em nenhum dos processos de tombamento realizados pelo Iphan até 2016 a noção de Referência Cultural foi acionada. Nesse ponto de meu argumento, me permito arriscar a motivação de tal ausência, indicando que há uma patente dificuldade dos agentes do patrimônio cultural responsáveis pelos processos de tombamento em perceber que os valores e significados atribuídos aos bens culturais tombados o são com base em discursos que buscam universalizar seus próprios valores. Essa primeira constatação também me leva a indicar uma razão para o fracasso da ideia original por trás da criação do INRC, que, como vimos anteriormente, era de gerar mudanças na gestão dos sítios urbanos tombados, aproximando-as dos valores atribuídos pelas pessoas que convivem com aqueles núcleos tombados em seu cotidiano. O caso é que os gestores do patrimônio tombado não possuíam, à época, abertura ou intenção de renunciar à autoridade sobre o discurso que determina a ação de preservação de patrimônios tombados nessas cidades.

Essa não é tanto uma acusação vazia ou que busque apenas recriar ou fortalecer uma cisão entre setores da instituição federal de preservação do patrimônio cultural. Até porque, atualmente, há uma série de ações em conjunto nos setores responsáveis pela identificação e reconhecimento dos bens materiais, bem como em áreas como a de conservação com a Coide/CGIR/DPI, bem como com a área de Educação Patrimonial que vêm demonstrando a abertura para uma atuação mais próxima aos valores sociais associados aos bens culturais tombados[97]. Da mesma forma, os setores responsáveis pelo patrimônio imaterial também não

[97] Apenas a título de exemplo, cito dois pilotos do novo INRC que deverão ser realizados em conjunto com o setor de identificação do Depam, um dedicado a um acervo de bens móveis tombado, conhecido como "Museu da Magia Negra", que também inclui o Iphan-RJ, bem como um trabalho que já vem sendo realizado no Sítio de Queimados (Serra/ES) e que aponta para a construção em conjunto com o Iphan/ES, de processo de tombamento participativo. Com o setor de conservação do mesmo Depam, em parceria com o Iphan-BA, um INRC será realizado na cidade de Igatu, na Chapada Diamantina, com intuito de mobilizar a população local e incluir suas Referências Culturais na definição dos critérios de conservação do sítio tombado. Além disso, no campo da educação patrimonial, Inventários Participativos vêm sendo utilizados para estabelecer vínculos e informar critérios de valoração e gestão do conjunto de fortalezas militares tombadas no Brasil (exemplo dessas ações realizadas em parceria com o Iphan-PE e com financiamento do governo holandês podem ser vistas no seguinte endereço eletrônico:

estão imunes ao uso da autoridade técnica/especializada para determinar direcionamentos das ações de salvaguarda do patrimônio. Apenas constata-se que os instrumentos e práticas deste último campo do patrimônio são mais adequados às demandas de participação, por serem mais recentes. Por esta razão, há uma constatação, sobretudo de fora do Iphan, de que haja uma prática renitentemente autocentrada pelos órgãos de preservação, conforme apontam Amaral e Oliveira (2015):

> Assim, mesmo com o avanço de conceitos que tentam compatibilizar as ações de patrimonialização, ainda parece ser grande a persistência de antigas práticas. Enquanto as ações voltadas ao patrimônio imaterial seguem buscando apreender da população suas demandas, as direcionadas ao patrimônio material permanecem limitadas à valoração de poucos agentes. Neste sentido, é preciso refletir sobre o objetivo e a metodologia adotada nos processos: **Para quem, de fato, são referências os objetos patrimonializados?** Que valores, para além dos tradicionalmente utilizados pelos técnicos, podem classificar os diversos tipos de bens? Que instrumentos devem ser utilizados para selecionar tais objetos, seguindo os preceitos constitucionais de protagonismo social? Ainda há muito a se evoluir na busca por respostas. Mas o primeiro passo é, talvez, saber responder à primeira pergunta (AMARAL e OLIVEIRA. 2015, p. 46).

As práticas de preservação dos patrimônios culturais foram, ao longo do tempo, marcadamente enviesadas pelo que Laurajane Smith (2015) classifica como "Discurso Autorizado de Patrimônio" (ou *Authorized Heritage Discourse* - AHD), a. Isso se dá na medida em que profissionais especializados, intelectuais e acadêmicos dedicados ao tema se tornaram, no âmbito dos Estados Nacionais, os agentes com autoridade para determinar o que é (e consequentemente o que não é) patrimônio, a partir de discursos que escamoteiam certos valores, vieses e significados que são, na verdade, típicos de seus grupos de interesse - sejam esses acadêmicos, artísticos, estéticos, políticos ou quaisquer outros:

> This mentality is overly concerned with expert judgments on the significance of the past and is based on technical and aesthetic forms of expert knowledge and the mobilization of their practitioners, such as archaeologists, art historians, architects and historians, whose "value free" knowledge can be used to arbitrate over and govern how the past should be understood. Ironically, these experts have a massive emotional investment in professing not to have an emotional, but rather a technical, "rational" and disinterested approach to heritage, museums and history. (SMITH, 2015a. p. 8)

A partir da disputa e eventual conquista de espaços de poder dentro dos Estados Nação, tais grupos de especialistas buscam, por vezes de forma visceral e apaixonada, impor seus valores como se fossem tecnicamente neutros e, por isso mesmo, universais. Como se não fossem seus, mas sim características intrínsecas dos elementos por eles classificados como bens culturais dignos de preservação, ou seja, como patrimônios da nação:

> O AHD define patrimônio como material, não-renovável e frágil. Ele privilegia objetos, sítios, lugares e/ou paisagens materiais esteticamente agradáveis. Sua

---

http://portal.iphan.gov.br/pe/noticias/detalhes/4564/holanda-financia-inventarios-participativos-de-fortes-de-pernambuco - acesso em setembro de 2019).

> fragilidade requer que as gerações presentes devem cuidar, proteger e venerar essas coisas de maneira que elas possam ser herdadas pelas futuras gerações. Nessa estrutura o patrimônio é algo que é "encontrado", ele tem valor inato, cuja autenticidade vai "falar" a um senso de identidade humana comum. Tal entendimento de patrimônio tornou-se enredado com discursos de nacionalidade, cidadania e nacionalismo." (SMITH, 2015b. p. 135)

O que a autora traz no trecho acima, acerca do Discurso Autorizado de Patrimônio está em sintonia, tanto com o que Aloísio Magalhães criticava na sua avaliação das políticas patrimoniais que considerava associadas a poucos setores das elites brasileiras, mas também, com o que Ulpiano T. B. de Meneses vem trazendo ao debate há cerca de uma década, desde palestra proferida a convite do Iphan em 2009, já aludida nesta dissertação, na qual afirmou que:

> consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização. Se fosse aceitável, bastaria um contador Geiger para bens culturais, cuja agulhinha girasse emocionada diante de um belo exemplar que ostentasse uma porcentagem determinada de sintomas, numa checklist capaz de identificar essências presentes na coisa/prática. (MENESES, 2009. pg. 34)

O artigo de Meneses (idem) tem um argumento introdutório que se repete em algumas de outras falas suas, em outros fóruns de debates acerca das temáticas de patrimônio nos últimos anos e que dá sustento a seus diversos argumentos ou temáticas, de acordo com o público e a situação em que as falas ou artigos estão inseridos. Retomo aqui três dessas falas do autor, no sentido de que nessas versões de seu argumento há pequenas diferenças que interessam para pensar o papel da noção de Referência Cultural a que me proponho aqui.

Além da versão mais conhecida do argumento de Meneses, acima citada (2009) e publicada nos anais do I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, evento realizado em Ouro Preto em 2009, está o básico do argumento já apresentado aqui, que trata da questão dos valores associados às práticas do patrimônio. O autor retoma a ideia em outro evento, ocorrido na cidade de São Paulo, no ano de 2013, promovido pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa: São Paulo - Cidade, Espaço, Memória, desta vez, aplicando a mesma lógica ao universo da valorização das cidades, inclusive da estética urbana, tão cara aos arquitetos do patrimônio cultural. Por fim, no ano de 2017, proferindo a conferência principal no segundo dia de atividades do II Seminário de Fortaleza - Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, Ulpiano refaz o caminho inicial de seu argumento, dessa vez, para pensar a questão da identidade no campo patrimonial.

Em comum, todas as versões têm a constatação de que a Constituição Federal de 1988 inova menos pela enunciação da dupla natureza do patrimônio cultural (material e imaterial) do que pelo "giro de 180 graus" no vetor de atribuição de valor aos bens culturais para que se tornem patrimônio cultural. A ilusão de que certos bens sejam valiosos para toda a Nação por força de características a eles inerentes, bastando apenas um técnico especialista capaz de identificar tais características para que a instituição possa enunciá-las por meio da inscrição dos bens em um dos livros do Tombo, não mais faria sentido.

De toda forma, há na argumentação de Ulpiano (2017) uma brecha para o paralelo com a questão das Referências Culturais:

> O patrimônio estava fantasmagoricamente povoado de coisas, sempre tratadas como autossuficientes. Ao transferir a matriz do valor cultural do Estado para as práticas sociais de identidade e memória, a Constituição introduziu na arena a figura do sujeito, porque somente sujeitos podem exercer identidade e memória. As coisas não têm consciência de si, de sua identidade, nem procuram inteligibilidade, sentidos e valores no seu existir. As coisas, apesar de contarem com trajetórias e biografia social, não têm consciência da ação do tempo sobre si e seu devir. Identidade e memória (que é o suporte insubstituível da identidade) são atributos de sujeitos, agora transformados (ao menos na letra da lei) em protagonistas; **as coisas são agora referências**. (MENESES, 2017 - pg. 2. Grifos no original)

Nesse trecho, a ideia de referências aplicadas às coisas leva à compreensão de que haja sempre um esforço em afirmar que o bem cultural é valor na medida em que seja referência para alguém (grupos ou segmentos sociais, comunidades, enfim, alguma coletividade para a qual façam sentido). É preciso admitir que sempre há uma comunidade para a qual as coisas possuem valor (ainda que possa haver disputas e dissensos acerca deles, dentro das comunidades). Parece óbvia tal assertiva, por princípio, porém, em geral, não vem sendo tal a prática da ação institucional, quando a proteção é feita de ofício, a partir de estudos técnicos, científicos e especializados, muitas vezes contando com grandes resistências por parte das comunidades que convivem com (ou vivenciam) tais bens em seus cotidianos.

O que defendo aqui é que a argumentação de Meneses (2009, 2013 e 2017) conjugada à de Laurajane Smith (2015b) nos leva à conclusão óbvia de que os valores preservados em nome de um abstrato e difuso valor nacional, ou mesmo universal, que dá por óbvios e intrínsecos os valores contidos (e não atribuídos) nos bens culturais preservados, apenas esconde que os valores ali descritos, partem dos segmentos responsáveis por sua escolha e preservação: os técnicos especialistas do patrimônio e setores da intelectualidade a eles associados. Nesse sentido, Ulpiano traz a reflexão essencial:

> Estaríamos diante de uma nova polaridade: valor técnico versus valor social? Não ainda, mas o risco está presente. Por isso, julgo premente começarmos a rever nossa postura a respeito do valor e da avaliação (reconhecimento do valor), sem excluir a

> perspectiva do especialista, obviamente, mas sempre privilegiando aquela do usuário, do fruidor (2009, p. 34).

É uma questão que merece especial atenção, sobretudo, quando partimos da necessária constatação de que os técnicos e agentes executores das políticas de patrimônio são, eles próprios, seres humanos que possuem suas próprias bagagens culturais, criam vocabulários, sociabilidades e afinidades específicas e típicas de indivíduos que agem como um grupo, sendo eles mesmos, enfim, inescapavelmente portadores de Referências Culturais.

Dessa forma, ao sugerir um aprofundamento conceitual da noção de Referência Cultural que seja, de preferência, um processo permanente e amparado nas ações realizadas em conjunto com setores diversos da sociedade, busco formas de induzir uma permanente busca por autoconsciência por parte de minha própria atuação. Sendo um técnico especialista de uma instituição de preservação, como o Iphan, não poderia me considerar imune ao discurso autorizado de patrimônio. De toda forma, ao fundamentar a construção de instrumentos e ações institucionais na ideia de que é sempre necessário referenciar os valores e significados que determinam escolhas, somos menos suscetíveis a tratar nossos próprios valores como se fossem os de todos. Ao mesmo tempo, na medida em que valores atribuídos a partir de valores e condicionantes eminentemente técnicos/especializados se façam presentes nas práticas institucionais, esses devem estar claramente referenciados às respectivas comunidades de especialistas a eles associadas. Esse tratamento me parece mais justo, ao dar possibilidade dos demais grupos de agentes que acessam as políticas, de se colocar e, inclusive, de se contrapor a tais conjuntos de valores.

Por fim, ao nos referirmos ao instrumento dos inventários, o INRC, sobretudo, vemos um espaço privilegiado de utilização da noção de Referência Cultural num ambiente muito mais aberto do que, por exemplo, nos processos de instrução técnica de Registro. Os Inventários vêm, de fato, desafiando os limites da política, sobretudo a de patrimônio imaterial, ao tratar em termos patrimoniais os bens culturais que, sendo relevantes de muitas formas nos contextos locais, não se enquadram nos critérios para o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil. A liberdade de um instrumento como esse, que se propõe a gerar e preservar documentação e conhecimentos sobre distintos universos culturais, tem imenso potencial para gerar também processos de salvaguarda que extrapolam a própria ação institucional do Iphan, ao proverem as comunidades com as quais trabalha de espaços de mobilização, reflexão sobre sua cultura e de um conjunto organizado de informações sobre aquilo que são suas próprias Referências Culturais.

O desafio para que essa potência se reflita em ações concretas está no aprimoramento das ferramentas abertas de autoreferenciamento e de mobilização e participação social. Os atuais avanços na comunicação, via redes sociais, internet e a crescente capacidade de armazenamento de informações em ambientes virtuais torna, mais de 40 anos depois, o sonho de um sistema organizado dessas informações, capaz de servir às propostas autônomas de desenvolvimento e às dinâmicas próprias dos diferentes grupos sociais, uma realidade. Esse me parece ser o conjunto de características que pode melhor dizer de uma nova configuração da Referência Cultural quando acionada para a ação institucional contemporaneamente.

Considerações finais - Referências Culturais para uma retórica da descoberta

O fato de a noção de Referência Cultural ter ficado em aberto por tantos anos pode ter sido uma solução estratégica para a política de patrimônio cultural, além de bastante condizente com o que Aloísio e os idealizadores do CNRC imaginaram de início para o tratamento dos bens culturais - fugindo das metodologias acadêmicas e teorias prontas, bem como, deixando o caminho aberto e flexível para experimentações e adaptações das ações, projetos e políticas a partir das necessidades de cada contexto cultural específico ao qual se quisesse debruçar.

Também é possível pensar essa ausência de desenvolvimentos conceituais como um reflexo daquilo que a colega Maria Vitória Dutra (2017), em seu trabalho acerca do Arquivo do CNRC já citado aqui, chamou do "desconhecido consagrado". Da mesma forma que os arquivos da época são tão lembrados quanto pouco estudados e apropriados institucionalmente, eu poderia dizer que a noção de Referência Cultural é tão consagrada quanto desconhecida do ponto de vista da reflexão crítica a seu respeito. O trabalho aqui apresentado foi, portanto, uma contribuição pessoal nesse sentido.

Pensar um desenvolvimento conceitual mais objetivo para o que seria, nos dias de hoje, Referência Cultural, me parece ser um desafio que encontra um momento propício, no qual uma nova proposta de Inventário será desenvolvida a partir do que o GT-INRC desenvolveu em seus trabalhos. Para tanto, me senti instado a revistar a história e as práticas institucionais empreendidas a partir dessa noção de fundamental importância para o desenvolvimento das políticas institucionais.

Compreender as raízes, o desenvolvimento e os potenciais da noção de Referência Cultural, seu lugar nas políticas que produzem e preservam patrimônios culturais no Brasil, me pareceu uma oportunidade para fortalecer e aprofundar uma perspectiva mais inclusiva, integradora e democrática de patrimônio cultural. As proposições originais, presentes na gênese dessa ideia no CNRC, posteriormente desenvolvidas e incorporadas ao complexo Sphan/próMemória e ao DID, no IBPC e no Iphan, estabeleceram um novo paradigma de como a instituição federal poderia lidar com as comunidades onde os fenômenos e as estruturas sociais que constituem os patrimônios culturais de fato acontecem. Essa compreensão é, para mim, fundamental para o atual processo de repensar o lugar do Inventário Nacional de Referências Culturais como principal instrumento da política federal de patrimônio imaterial, que incorpora esse longo caminho de transformação das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Busquei demonstrar, ao longo do texto e a partir dos usos dados ao termo ao longo de sua história no Iphan e no CNRC, que, enquanto discurso que é também uma ação no mundo, a Referência Cultural esteve e está em constante transformação, ainda que nem sempre (ou melhor dizendo, quase nunca) seus significados estivessem sendo diretamente debatidos, ou mesmo enunciados ou documentados. Tais processos de transformação constantes são condizentes com a própria trajetória de uma instituição de longa trajetória, como o Iphan e que, de tempos em tempos, termina por acionar instrumentos, conceitos e entendimentos consagrados com novas roupagens, com distintos entendimentos e até mesmo, com perspectivas contrárias ao que se praticou em tempos pretéritos.

Os capítulos 1 e 2 desta dissertação buscaram discernir a trajetória do termo "Referência Cultural" no âmbito do Iphan, associando a ele os personagens e estruturas institucionais nos quais se desenvolveu. E foi ao nascer apartado do Iphan, que as práticas amparadas por essa noção tiveram, como vimos, um processo complexo e gradual de integração à lógica das políticas de preservação dessa Instituição, até então fundamentadas num igualmente longo processo de cristalização originado por meio do instrumento do tombamento e amparadas pela grande influência e capital simbólico e político angariados pela instituição em seus primeiros 30 anos de existência, tendo Rodrigo M. F. de Andrade à frente dos trabalhos. Com o desembarque nas políticas de patrimônio cultural, a noção de Referência Cultural ganha tons de resistência aos discursos autoritários e reificantes presentes na gestão dos patrimônios nacionais como se estes fossem imantados de valor intrínseco.

Vimos que as tentativas de modernização das práticas institucionais, capitaneadas por Aloísio Magalhães e seus colaboradores mais próximos, foi tarefa árdua e que teve diversos percalços, tanto pelas dificuldades de estabelecimento de instrumentos específicos com potência equivalente ao tombamento, quanto pelas resistências e divergências que se estabeleceram internamente à instituição, tornando, inclusive, o termo Referência Cultural, um qualificativo de uma parte dos funcionários da antiga próMemória, opondo o "pessoal da Referência Cultural" ao "pessoal da pedra-e-cal".

Ao definir sociabilidades, alianças e oposições dentro da política, o termo Referência Cultural se qualificava a partir do que representava como motivador de transformações na relação com os grupos sociais, sobretudo aqueles pouco ou nada representados nos acervos de bens móveis e imóveis tombados pelo Iphan até aquele momento. A Referência Cultural passa, então, a ser associada com o universo dos trabalhos diversos com povos indígenas, movimentos negros, culturas populares e periferias urbanas, sendo empurrada para uma atuação quase que exclusiva junto a tais públicos.

Na medida em que migrou para o texto constitucional, no *caput* do Art. 216 e, posteriormente, instrumentalizou-se no INRC, o termo ganhou força para além daquele caráter de determinador do patrimônio não consagrado. Enquanto a divisão institucional entre patrimônio imaterial e material substitui a antiga dicotomia Referência Cultural *versus* pedra-e-cal, a Referência Cultural vai sendo um termo cada vez mais incorporado aos discursos institucionais, mesmo nos setores responsáveis pelo patrimônio material, gerando disputas pelo seu uso e tornando-se, pouco a pouco, um termo mais ou menos presente na designação de todo tipo de patrimônio quando se quer reforçar seus vínculos sociais. Quando então o patrimônio cultural passa a ser legalmente definido pelo seu caráter de referência, ele passa a impor ao agente público (ao menos em tese) um vínculo necessário dos bens culturais com os segmentos sociais que a ele atribuem valores e sentidos, exatamente como propõe o texto da Constituição Federal.

Por fim, a partir dessa constatação, no capítulo 3, pude apresentar propostas de caminhos para a construção do que poderia ser um conceito instrumental de Referência Cultural. Não como uma resposta objetiva e simplista, mas como um conjunto de caminhos de compreensão possíveis para esse desenvolvimento conceitual. Sem ter a pretensão de definir o conceito - que, de toda forma, imagino que não deva ser determinado de forma única - busquei apresentar algumas possibilidades de relacionamento entre o que a história do termo, o cabedal normativo existente no campo e as teorias e debates acadêmicos podem trazer no sentido de uma síntese útil para o campo da preservação do patrimônio cultural.

O debate passa pela ideia de que, em honra à história dessa noção e de todos os esforços atuais no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e também da Política Nacional de Patrimônio Material, é preciso buscar alternativas institucionais que nos afastem de velhas práticas das políticas patrimoniais associadas ao autoritarismo e ao distanciamento da instituição para com as comunidades, em prol de valores técnicos ou de especialistas. A Referência Cultural, apropriada conceitualmente desse ponto de vista, teria que ser um conceito aberto ao universo cultural dos diversos grupos sociais que convivem no país, sem hierarquizar culturas e nem impor valores e interpretações técnicas aos detentores dos bens e direitos culturais que produzem e reproduzem em seus cotidianos a diversidade cultural brasileira.

Nesse sentido, imagino que pode parecer incongruente pensar uma categoria nativa de dentro da própria instituição responsável pela gestão da política de patrimônio como fonte para o enfrentamento do discurso autorizado de patrimônio. Por isso é que a compreensão histórica e o adensamento teórico e conceitual da noção de Referência Cultural podem ajudar que esta seja, não uma nova forma de enquadramento da realidade social aos ideais de um certo grupo

dentro da política de patrimônio, mas sim um instrumento conceitual e político que possibilite criar pontes entre as políticas, a linguagem do Estado e as expectativas, significados e sentidos atribuídos pelos diferentes grupos sociais às suas próprias culturas.

Isso significa não tomar como categoria dada e autoexplicativa a noção de Referência Cultural. Antes, há que se compreender que o termo é uma construção histórica, um resultado de uma série de contextos e condicionantes, assim como de muitas escolhas - conscientes ou não. Por diversos caminhos, ele chegou a um campo da política de patrimônio em que se coloca como uma potencial ferramenta conceitual não apenas analítica, mas sobretudo, política, de afirmação de uma visão moderna e democrática de patrimônio, calcada na intenção primordial de servir como garantidora de acesso das comunidades detentoras dos patrimônios culturais aos instrumentos das políticas de patrimônio cultural brasileiras. Referência Cultural é uma noção que carrega, historicamente, uma visão mais ampla e integral de patrimônio e de cultura. Conforme aponta Chuva (2015), esta noção foi fundamental para a inclusão dos atores sociais e agentes produtores e reprodutores da cultura na definição do patrimônio cultural.

Isso ocorreu de forma gradual e não sem algumas transformações ao longo da história das diversas formas pelas quais o termo Referência Cultural foi acionado no âmbito do CNRC, próMemória e Iphan. Recapitulando o que busquei apresentar nesta dissertação temos:

1. um período inicial em que é criado o CNRC (1975 - 1979) e, juntamente com ele, o termo Referência Cultural, ligado, de forma mais objetiva, ao trabalho de indexação, documentação e interpretação dos fenômenos culturais brasileiros; ainda sem um foco na questão do patrimônio cultural, mas, sobretudo, pensando em como tais índices da cultura poderiam ajudar a trazer ao debate acerca do desenvolvimento de soluções socioeconômicas para o Brasil, a criatividade, a inventividade e a espontaneidade que se viam pulsantes nos diversos contextos que formavam a diversidade cultural brasileira - ainda que desconhecidos da sociedade de forma geral e ameaçados por projetos desenvolvimentistas alienígenas a tais realidades. Naquele momento, uma instituição dedicada à Referência Cultural, num regime autoritário, era também uma forma de chamar por um termo, aparentemente técnico, um tipo de trabalho que, se nomeado a partir de outros qualificativos, poderia soar subversivo ao regime militar e se inviabilizar politicamente;
2. um segundo momento, a partir da criação da Fundação Nacional pró-Memória e a fusão do Iphan e do CNRC, participando das políticas de patrimônio cultural, os trabalhos calcados na noção de Referência Cultural buscam fortalecer uma

ampliação da representatividade de bens culturais que representassem contextos sub-representados ou não existentes no acervo de patrimônios nacionais reconhecidos, e que eram ligados, sobretudo, às comunidades indígenas, afro-brasileiras, dos imigrantes europeus não-portugueses e da chamada cultura popular, além de contextos culturais urbanos em periferias das grandes cidades;

3. diante das dificuldades enfrentadas a partir da morte de Aloísio Magalhães e com o acirramento das disputas internas, o termo Referência Cultural passa, nos anos 80 e 90, a também designar um grupo de técnicos e colaboradores do setor de Referências Culturais na próMemória, IBPC e Iphan. Ele se torna um distintivo de um certo grupo, a partir de suas filiações ideológicas, políticas e seus embates internos com outro grupo, por eles denominado pelo epíteto da "pedra-e-cal" - determinando que, ao tempo em que o grupo que age a partir da Referência Cultural age a partir das pessoas e seus contextos sociais e processos culturais, o segundo grupo age a partir dos objetos e sua preservação física. Ele define, dessa forma, uma redução da realidade institucional para definir alianças e projetos entendidos como antagônicos à época;
4. a partir de finais dos anos 1990 até os dias de hoje, há uma apropriação institucional maior da noção de Referência Cultural no âmbito das políticas do Iphan, com a criação do Inventário Nacional de Referências Culturais que, contudo, é abarcado pelo campo das políticas voltadas ao patrimônio imaterial, sendo transformado num instrumento quase que exclusivo dessa política, ainda que retoricamente o termo seja, por vezes, apropriado também pelas ações advindas da política de patrimônio material. Ainda assim, e mesmo sem sua implantação plena (já que o banco de dados e o sistema digital ao qual deveria estar associado nunca foram efetivados), o INRC tornou-se o maior Inventário do Iphan, com cerca de 160 projetos executados por uma enorme diversidade de agentes, além do próprio Iphan, desde sua criação entre 1995 e 2000. A infinidade de bens culturais identificados a partir do INRC demonstra o potencial do trabalho, ao tempo em que impõe ao Iphan um desafio de tornar o Inventário um instrumento mais efetivo e moderno para dar suporte às políticas públicas realizadas pelo Iphan;
5. consolidando processos que, ao longo dos anos, vinham buscando avaliar e qualificar os trabalhos realizados a partir do INRC, a proposta de revisão do Inventário ganha corpo com o GT-INRC, que deixou, após mais de dois anos de

> trabalhos, análises profundas e recomendações acerca das maneiras pelas quais o INRC pode, a um só tempo, modernizar suas estruturas, finalmente migrando suas bases de dados para um sistema e um repositório digitais dignos de sua missão institucional, ao tempo em que poderá possibilitar um resgate de sua dimensão integradora do patrimônio cultural, deixando de ser um instrumento do patrimônio imaterial, para ser, de fato, um Inventário para todo o patrimônio cultural - conforme fora imaginado inicialmente.

De forma a acrescentar uma contribuição pessoal aos atuais esforços nesse sentido da atualização e fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos a partir da Referência Cultural é que busquei aqui trazer alguns caminhos possíveis. Primeiramente, retomando a ideia de bem cultural, como portador de referência, nos termos da Constituição Federal, buscando imaginar como poderia ser compreendido à luz da fenomenologia heideggeriana (1992) e dos debates históricos que ajudaram a desenvolver o conceito. Em seguida, buscando definir a Referência Cultural como contexto, retomo Cecília (FONSECA, 2000) e sua abordagem a partir da teoria da linguagem (JAKOBSON, 2005) para o fenômeno cultural. Nesse sentido, identificar Referências Culturais seria equivalente a buscar aqueles valores e significados socialmente atribuídos aos bens culturais e que permitem que estes sejam comunicados e compreendidos por uma coletividade - é o que permite que os bens culturais comuniquem ideias a partir de contextos específicos. Quase como uma tradução, propõe uma ideia de que a construção de patrimônios é, essencialmente, narrativa e não pode prescindir de um esforço de compreensão dos termos com os quais os valores culturais são comunicados de um grupo social específico para o conjunto da sociedade, nesse caso, priorizando as vozes dos diferentes grupos sociais, e não os conhecimentos, valores e significados técnicos dos especialistas em patrimônio e cultural.

Por fim, a noção de Referência Cultural, desde que não seja, ela mesma, reificada como termo nativo dos próprios técnicos e agentes estatais das políticas de patrimônio cultural, como autoexplicativa e de aplicação automática às diversas realidades sociais, pode ser um antídoto à disposição do Estado para o que Smith (2006 e 2015) chama de Discurso Autorizado de Patrimônio - no qual os agentes especialistas determinam o que deve ou não participar dos acervos patrimoniais de um país a partir de critérios aparentemente neutros e técnicos. Antes o contrário, como ferramenta conceitual à disposição dos agentes estatais, Referência Cultural pode ser uma ponte e um filtro entre o poder político e burocrático e o direito das pessoas à cultura, em seus diversos contextos culturais, servindo-se a ser instrumento daquilo que

Meneses (2013) instiga, no sentido de sermos capazes de "construir, aos poucos, uma axiologia do ponto de vista da sociedade, e não dos técnicos".

Acredito que o potencial do INRC, do Inventário Participativo da Educação Patrimonial, bem como de qualquer trabalho dedicado à identificação de Referências Culturais compreendidas como aqueles valores e significados atribuídos pelos diversos grupos sociais aos bens culturais, está no fato de que esse tipo de ação institucional tem sido marcada por uma abertura ao diverso. Um elogio à criatividade e à inventividade dos grupos sociais que, espalhados por periferias, centros históricos, florestas, quilombos, pequenas cidades e tantos outros lugares, expressam suas culturas formando a diversidade pulsante (e, por vezes, conflitante) que marca o que podemos compreender como cultura brasileira.

Ao exagero da seletividade, por vezes apresentada nas práticas institucionais de preservação, as ações calcadas na noção de Referência Cultural apresentam uma vontade de inclusão. Se na maior parte das vezes os bens tombados e registrados a partir das políticas de reconhecimento do Iphan possuem condicionantes temporais (expressas ou consuetudinárias), como a antiguidade ou, no caso do patrimônio imaterial, a continuidade histórica do bem , ou mesmo a ressonância nacional, dentre outros valores e filtros, ao contrário, no universo das Referências Culturais podemos encontrar desde brincadeiras contemporâneas de Carnaval marcadas por uma boa dose de despojamento e despretensão, que animam cidades históricas e interiores pelo país; estudos sobre o aproveitamento de materiais descartados para a criação de artesanatos e utensílios; e até mesmo itens e características capazes de destacar certos bens culturais, alçando-os à categoria de Patrimônio Cultural do Brasil, chancelados pelo Estado, como de fato aconteceu com maracatus, terreiros, entre outros.

A máxima de Lucio Costa (1948 *apud* MOTTA e SILVA s.d.), acerca do inventário patrimonial com fundamento no espírito do **caçador**, já referido anteriormente e que remete àquilo que Laurajane Smith alude como "algo que é 'encontrado'" (SMITH, 2015b. p. 135) a partir da constatação de valores inatos dos bens patrimoniais, me parece estar em oposição àquilo que significa identificar Referências Culturais. O ato de inventariar, nesse caso, deve ser um ato então fundamentado no espírito do **explorador,** que está aberto a conhecer aquilo que não conhece nem domina.

Uma vez que todo reconhecimento de um patrimônio cultural explicita valores e sentidos atribuídos aos bens culturais que se propõe reconhecer e preservar, associando-os a uma comunidade ou grupo social para os quais estes fazem sentido, podemos, enfim, pôr termo às práticas que escamoteiam valores e sentidos autoritariamente definidos por grupos com poder sobre a política, como se esses fossem abstratamente de toda a Nação. Antes, um acervo de

bens culturais que se queira preservar, quando associados claramente a sua comunidade de valores, permitem um trabalho cooperativo e engajado de salvaguarda, dividido entre sociedade e Estado. Permitem também uma verdadeira capacidade de avaliação de critérios de participação e representatividade dos diversos grupos sociais neste acervo, percebendo lacunas, sub e super-representações de certos grupos em detrimento de outros, bem como permite a atuação dos agentes do Estado no sentido de corrigir tais problemas.

Referência Cultural é, portanto, potência de integração - entre Estado e sociedade, entre gestão e participação; entre materialidade e imaterialidade dos bens; e, por fim, entre o passado e o futuro da própria história da preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Referências bibliográficas

AMARAL, João; OLIVEIRA, Fernanda Rocha. Referências Culturais e Patrimônio Cultural: precedentes, práticas e perspectivas para a diversidade. In: **Culturas populares e tradicionais. Revista Observatório da Diversidade Cultural,** Volume 2 Nº 1 (2015). Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/revista/wp-content/uploads/2015/09/Revista-ODC-002-2015_03.pdf (acesso em julho de 2019).

ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2007.

ARANTES NETO, Antonio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. In: **Anuário Antropológico/2007-2008**. Brasília, 2009: 173-222.

_____. African-Brazilian Cultural References in National Heritage: Questions of Cultural Politics. in: **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 5, n. 1.** January to June 2008. Brasília, ABA. Disponível em: http://www.vibrant.org.br/issues/v5n1/antonio-a-arantes-african-brazilian-cultural-references-in-national-heritage/ (acesso em julho de 2019).

_____. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 1, n.147, p. 129-139, 2001.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Dicionário analógico da língua portuguesa:** ideias afins / thesaurus. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BEZERRA, Juliana I. M; CLEROT, Pedro G. M.; FLORÊNCIO, Sônia R. R.; RAMASSOTE, Rodrigo M. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** 1. ed. Brasília - DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. v. 01. 67pgs.

BRASIL, **Medida Provisória nº 610**. Dispõe sobre alteração na Lei nº 8. 490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8. 876, de 2 maio de 1994, e dá outras providências. 08 de setembro de 1994(1). Brasília/DF: 1994.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf (acesso em junho de 2019).

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____**. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil.** *In:* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan 1937 - 2017), Brasília, n. 35, p. 33-44, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf (acesso em setembro de 2019).

CAMPOS, Yussef, D. S. **A Dimensão Política do Patrimônio Cultural na Constituinte, de 1987-1988**. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF. 2015

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org..). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave: Bem).: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf (acesso em maio de 2019).

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In **Revista do Patrimônio nº 34**. Rio de Janeiro: IPHAN (organização: Márcia Chuva), 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf (acesso em julho de 2019)

CHUVA, Márcia (Org.). **Rotas da Alforria: trajetória das populações afro-descendentes na região de Cachoeira, na Bahia**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_2_RotasDaAlforria_m.pdf (acesso em julho de 2019).

CRUZ, Monserrat P. Rebollo. Un acercamiento al patrimonio cultural inmaterial, su salvaguarda y patrimonialización. **Campos, Vol. 5**, n° 1 y 2. enero-diciembre de 2017. Bogotá, D. C. Universidad Santo Tomás, pp. 175-209.

CUNHA, Juliana. Participação social na política de patrimônio imaterial do Iphan. **Revista CPC**, 13(25), 60-85. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i25p60-85 (acesso em abril de 2019).

DUTRA, Maria Vitória. **Centro Nacional de Referências Culturais: o desconhecido acervo consagrado**. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional do Iphan - PEP-MP. 2017.

FLORÊNCIO, S. *et al*. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação**. Brasília: DAF/IPHAN, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

_____ Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. **Boletim de Políticas Setoriais**. Brasília: IPEA, n. 02, 2001.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org..). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p.59-79, 2009.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem Cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org..). Bem Cultural. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS**. vol. 11, n.º 23, jan-jun de 2005. (Disponível em arquivo eletrônico: http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf).

_____. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2ª Ed. 2002.

_____. O Mal-estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf (acesso em junho de 2019).

GUIMARÃES, Ana C. Rodrigues; ANTUNES, Camila S. Repensando uma metodologia: a experiência de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. **Revista Mosaico Social** nº 3 - Ano 3. Dezembro de 2006. Disponível em:
http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-132.pdf (acesso em junho de 2019).

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22 nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Que é uma coisa?** Carlos Morujão (trad.). Lisboa: Edições 70, 1992.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? **PROA Revista de Antropologia e Arte**, vol. 1, n.5. Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2336 (acesso em setembro de 2019).

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação. Brasília, 2000**. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf (acesso em setembro de 2019).

_____. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Brasília: IPHAN, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005.

LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)**. 2014. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Angelica Silva de. **O mapeamento de referências culturais como instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio cultural brasileiro**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA FILHO, M. F. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 605-632, 2009.

MARIANO, F. Métodos de arquivamento e guarda de documentos. **Acervo do IESDE BRASIL S.A**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/metodos-de-arquivamento-e-guarda-de-documentos.pdf (acesso em abril de 2019).

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGALHÃES, Aloísio; SOUZA LEITE, J. (Org.). **Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação**. 01ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. v. 01. 524p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais**, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN.

_____. Caminhos da Identidade Nas Políticas de Patrimônio (Imaterial) no Iphan. Conferência de abertura. II Seminário de Fortaleza - Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. **No prelo**. Iphan, 2017.

MOTTA, Lia. **Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré**, Tese de Doutorado, PROURB/UFRJ, 2017.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Org..). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

_____. Inventário. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org..). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (artigo). ISBN 978-85-7334-279-6.

MORAIS, S.; RAMASSOTE, R.; ARANTES NETO, A. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. **Revista CPC**, n. 20, p. 221-260, 29 dez. 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/104911 (acesso em setembro de 2018).

NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La République. pp. VII a XLII.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: _____. (Org..). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

_____. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). In: _____. (Org..). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Da cidade monumento à cidade documento: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990** (Dissertação de Mestrado), Salvador: UFBA, 1995.

SANTOS, Francimário Vito dos. Inventário Nacional De Referências Culturais – INRC: breve discussão sobre o processo de avaliação da política de salvaguarda do Iphan, a partir das ações de inventários de recorte territorial. *In*: **Anais,** IV Seminário Internacional – Políticas Culturais – 16 a 18 de outubro/2013, Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Francim%C3%A1rio-Vito-dos-Santos.pdf (acesso em setembro de 2019).

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **Cidade (i)material: retóricas do patrimônio cultural na política de preservação local de Juiz de Fora**. 2012. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11207 (acesso em setembro de 2019).

SMITH, Laurajane. **Intangible Heritage: a challenge to the authorised heritage discourse**. 2014. Revista d'Etnologia de Catalunya, vol. 39, pp. 12-22.

_____. **Uses of Heritage**. Routledge. New York, NY, 2006.

SPHAN/PRÓMEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/PróMemória, 1980a. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 31).

_____ **Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro: uma abordagem tecnológica**. Brasília: MEC/Secretaria de Cultura e SPHAN/próMemória, 1984. (Publicações da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 36).

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964**. Rio de Janeiro, 1997: Funarte/Fundação Getulio Vargas. 332 pp.

Documentos Pesquisados e Referenciados

ALVIN JR., Fausto. **Sugestões para estruturas de trabalho na PRÓMEMÓRIA**. Brasília: Fundação Nacional pró-Memória, 12 de setembro de 1980. 30 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

_____. **Relatório Segundo**. Produto de consultoria para presidência da próMemória. Brasília: Fundação Nacional pró-Memória, 23 de junho de 1979. 17 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

BARROSO, Sabino Machado. **Memorando nº 060/97 GAB/DEPROT-IPHAN**. Departamento de Proteção. Rio de Janeiro, 08 de maio de 1997. *Fundo CNRC/Pró-Memória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

BRAGA, Emanuel. **Inventários e participação**. Texto produzido no âmbito do subgrupo de aspectos teóricos do GT-INRC, presente no Anexo 5 do Relatório Final do GT (págs.. 30-32). 2018. Processo SEI nº 01450.000282/2018-47.

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL (Brasil). **Relatório Técnico 1: O Centro Nacional de Referência Cultural:** ideias básicas em sua instalação. Coordenação do Projeto, Brasília, 29 de julho de 1975. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

_____. **Quatro Anos de Trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural**. Brasília: Centro Nacional de Referência Cultural, 1979. 15 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL; FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS (Brasil). **Educação Tecnológica Apropriação Criativa de Recursos**. Brasília: Centro Nacional de Referência Cultural, 1978. 18 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

DUARTE, Paulo Sérgio. **Minha Colaboração**. 1º Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural. Fundação Nacional pró-Memória, 28 de outubro de 1986. 9 p. *Fundo CNRC/pró-Memória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

HAYS, David G. **Relatório Técnico 2: Observações e Recomendações Sobre o Projeto do CNRC**. Brasília: Centro Nacional de Referência Cultural, 1975. 10 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

FONSECA, M. Cecília Londres. **Carta em resposta à Isolda Honnen, com considerações acerca do Inventário de Referências Culturais**. Brasília, Coordenadoria de Referência Cultural/DID/Iphan, 1995. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

FREITAG, Bárbara. **Relatório Técnico 3: O Centro Nacional de Referência Cultural:** uma metodologia. Brasília: Centro Nacional de Referência Cultural, 1975. 7 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Definições e Diretrizes Para Operacionalização da Política Cultural.** Fundação Nacional próMemória, 1981. 11 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

_____. **Sugestões dos Grupos Para a Elaboração do Documento Final do I Seminário da Área da Referência Cultural**. 1º Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural. Fundação Nacional pró-Memória, 01 de novembro de 1986. 7 p. *Fundo CNRC/próMemória*. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL (Brasil). **Proposta de Ação Emergencial Para a Área da Referência Cultural - set-dez. 1990**. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília. Brasília, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Avaliação e Revisão do Inventário Nacional de Referências Culturais.** Arquivo da COIDE/CGIR/DPI. Brasília, 2019.

_____. **Documento Síntese. I Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais. Brasília 26 a 29/09/2005**. Arquivo da COIDE/CGIR/DPI. Brasília, 2013.

_____. **Documento Síntese. II Encontro de Avaliação de Inventários de Referências Culturais Realizado em Brasília - DF entre os dias 17, 18 e 19 de outubro de 2007**. Arquivo da COIDE/CGIR/DPI. Brasília, 2013.

_____. **Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel (São Miguel das Missões, RS)**. Arquivo Noronha Santos, 1938. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229>. Acesso em: outubro de 2019.

_____. **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais (GT-INRC)**. 2018. Processo SEI nº 01450.000282/2018-47.

_____. **Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani.** Portal do Iphan. s.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>. Acesso em: outubro de 2019.

MAUREAU, Xavier. **Por Uma Política de Inventários Tecnológicos**. Sphan/próMemória. Brasília, 1987. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

PAIVA, José M. B. de. **Relatório impreciso e informal das ações da Coordenadoria Geral do Centro Nacional de Referência Cultural, durante a administração do Professor José Maria Bezerra de Paiva, entre meados de fevereiro e quinze de agosto de 1988, isto é: seis meses**. Brasília: Sphan/próMemória, 1988. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

SERPA, Luiz Felippe Perret. **Contribuição de Luiz Felippe P. Serpa ao documento sobre avaliação a ser encaminhado ao Presidente da PróMemória**. Fundação Nacional pró-Memória, 1982. 2 p. Fundo CNRC/próMemória. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília.

Entrevistas realizadas e depoimentos em vídeo

ALVIM, Clara Andrade. Entrevista concedida presencialmente a Pedro Gustavo Morgado Clerot. Brasília: 18 de abril de 2019.

ARANTES NETO, A. Augusto. Depoimento para o Grupo de Trabalho para Avaliação e Revisão do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, dezembro de 2017.

CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco; SILVESTRIN, Mônia Luciana. Entrevista concedida presencialmente a Pedro Gustavo Morgado Clerot. Brasília: 22 de abril de 2019.

CORSINO, Célia. Depoimento para o Grupo de Trabalho para Avaliação e Revisão do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, 30 de junho de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jalFZjoVckY&t=6615s (acesso em setembro de 2019)

FONSECA, Maria Cecília Londres. Entrevista concedida presencialmente a Pedro Gustavo Morgado Clerot. Brasília: 23 de abril de 2019.

GONÇALVES, João Tadeu. Entrevista concedida presencialmente a Pedro Gustavo Morgado Clerot e Maria Vitória Dutra. Brasília: dezembro de 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio Cultural, Memória e Intervenções Urbanas - Mesa 03. Conferência Internacional. Agosto de 2013. disponível em: https://vimeo.com/179044809 (acesso em setembro de 2019).

MOTTA, Lia. Entrevista concedida por videoconferência a Pedro Gustavo Morgado Clerot. Brasília: 30 de julho de 2018.

Anexos

ANEXO I – Diretrizes para a operacionalização da Política Cultural (1981)

Identidade Cultural
Cultura e Desenvolvimento
Bem Cultural
Diretrizes para a operacionalização da Política Cultural

Aloísio Magalhães
Secretário da Cultura

Julho, 1981.

1. Identidade Cultural
1.1. Perda da Identidade Cultural
1.2. Continuidade do processo cultural

2. Cultura e Desenvolvimento
2.1. Preservação da identidade/resistência à descaracterização cultural
2.2. Desenvolvimento econômico/importação de tecnologia/perda da autonomia nacional/aferimento do processo de acordo com os valores próprios da Nação
2.3. Desenvolvimento autônomo/indicadores culturais na formulação das políticas econômica e tecnológica
2.4. Momento atual brasileiro: necessidade de redefinição de políticas
2.5. Desenvolvimento como busca de síntese harmoniosa de componentes diversificados/os dois níveis da ação político-econômica/o macro (metadesenvolvimento)/o micro (paradesenvolvimento)

3. Bem Cultural
3.1. Definição/Conceito/Abrangência
3.2. As duas vertentes do bem cultural: a patrimonial e a da produção cultural
3.3. Preservação/devolução/comunidade como responsável

4. Diretrizes para a operacionalização da Política Cultural
4.1. Relação entre produção e permanência do bem cultural
4.2. Visão coerente com o processo cultural brasileiro/estímulo às potencialidades do fazer comunitário, à criação individual, à proteção e difusão dos bens patrimoniais/apreensão de referenciais do contexto cultural brasileiro
4.3. Descentralização como estímulo ao processo cultural brasileiro
4.4. Formação de recursos humanos e metodológicos orientados pela conceituação delineada/articulação dos níveis federal, estadual e municipal/interdisciplinaridade e multi-institucionalidade na descentralização

"De tudo que dissemos até agora uma coisa parece evidente: a certeza de que a realidade brasileira contém riquezas que ainda permanecem desconhecidas e como que protegidas por um imenso tapete que as encobre e abafa. Para descobri-las e conhecê-las dispomos de um admirável potencial humano, rico de invenção e tolerância. Resta-nos trabalhar, mantendo-nos conscientes de nossa responsabilidade social."

"Acho que não é demais lembrar o quanto todos nós somos privilegiados. Somos privilegiados de termos nascido e não termos morrido na primeira infância, enquanto tantos ainda morrem; somos privilegiados porque atingimos o primeiro ciclo escolar e não nos evadimos da escola quando tantos ainda ou não chegam lá, ou ali não conseguem permanecer; somos privilegiados porque atingimos o segundo ciclo impulsionados pelos nossos pais e, na nossa casa, tivemos o ânimo e o estímulo de prosseguirmos, até atingirmos o maravilhoso campo do conhecimento que a universidade oferece, enquanto tantos ainda sequer podem sonhar com isso. Ainda mais, meus senhores, somos privilegiados porque saimos do país, fomos espiar o mundo, fomos aferir os nossos valores frente a outras culturas, podendo voltar, assim, com uma privilegiada visão de conjunto e de compreensão dos fenômenos. A tanto privilégio junto, só cabe uma atitude, a de devolução: cada um de nós, na medida de sua capacitação, do seu valor próprio, se posicionar e devolver à Nação os privilégios que recebeu".

Aloísio Magalhães
do discurso dirigido ao Presidente da
República, em comemoração à Data
Nacional da Cultura

1. Identidade Cultural

1.1. Perda da Identidade Cultural

Um dos graves problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda de identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas.

Essa perda de identidade, uma das faces negativas do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, se propaga através de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação massificada que atua por intermédio dos grandes complexos industriais, hoje eminentemente multinacionais, induzindo ao consumo de produtos padronizados, nem sempre assimiláveis pelas diversas culturas que os recebem. A segunda, que em seu modo de operar está intimamente associada à primeira, permite acompanhar, vendo-se e ouvindo-se, às vezes até instantaneamente, o que ocorre em qualquer ponto do mosaico internacional.

Na maioria das vezes o binômio comunicação massificada - produto massificado gera apenas uma falsa integração, observável em mudanças de comportamento provocada pelo aparecimento de necessidades injustificadas e expectativas inatingíveis.

O fenômeno da perda de identidade pode variar na intensidade com que se manifesta, mas ocorre universalmente. Faz-se sentir nos países importadores de tecnologia e também em países geradores dessa tecnologia. Assinala-se para os primeiros o risco suplementar dessa absorção se converter em dependência econômica.

Em ambos os casos o fenômeno comporta variações. Alguns países alcançaram rapidamente alto índice de desenvolvimento tecnológico em detrimento de uma antiga tradição de natureza artesanal. Por outro lado, há países marcados por civilizações antigas e complexas, e que mesmo dependentes de tecnologia estrangeira para acionar seu desenvolvimento, procuram evitar transformações que possam deformar sua identidade cultural. Existem também situações como as de alguns países que se tornaram independentes após longo período de dominação colonial, e agora se empenham dramaticamente na luta por compatibilizarem sua identidade cultural e nacional a partir de infra-estruturas tribais, com o necessário e inevitável desenvolvimento tecnológico.

E registram-se países que, como o Brasil, são detentores de cultura nova. Aqui, a assimilação das culturas de nossa formação original - a indígena, a portuguesa e a africana -, se bem que tenha atingido razoável grau de elaboração, é continuamente enriquecida por novos ingredientes.

1.2. Continuidade do processo cultural

De fato, a cultura de uma nação é avaliada no tempo e se insere no processo histórico, não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo pela sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, em uma constante realimentação que lhe assegure a sobrevivência. Porque uma cultura é composta de elementos do passado, vistos pelos homens do presente e que desenham o caminhar projetivo.

Para que o desenvolvimento cultural se faça de maneira harmoniosa, impõe-se tomar a consciência de um largo segmento do passado histórico.

Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade do conhecimento e da consciência deste passado histórico. De igual maneira, analogicamente, uma pedra vai mais longe na medida em que a borracha do bodoque (estilingue) for suficientemente forte e flexível para suportar uma grande tensão, exercida na direção oposta ao objetivo a ser atingido. É preciso que nessa busca de força, que nos leva a um recuo no tempo, não ocorra ruptura e que se conheça, num processo contínuo, os elementos que contribuem com energia para que a pedra possa ir mais longe. Aí, então, a Nação encontrará fôlego de enveredar por um tempo novo.

Pode-se também dizer que, no processo cultural, nada existe fundamentalmente de novo. O novo, em geral, é uma forma revelada a partir de um repertório latente. Apenas ocorre que nossa visão pode ser enriquecida; como diante de um cristal onde a luz incide em várias faces, segundo diferentes ângulos e condições.

2. Cultura e Desenvolvimento

2.1. Preservação da identidade / resistência à descaracterização cultural

Reconhecer a importância da continuidade do processo cultural a partir de nossas raízes não representa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas a certeza de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a preservação de nossa identidade cultural. E ainda mais, é neles que temos de buscar indicações para a solução dos nossos problemas, inclusive os econômicos.

Um grande problema é a confusão que o Ocidente hoje parece fazer entre o universal e o apenas igual. Uma suposta transferência de tecnologia, precipitada e acelerada, está criando no mundo - pelo menos no Ocidente - uma monotonia, um achatamento, uma igualdade, a que chamam de universalidade. Universal não significa igual. Universal é o diversificado, é a interligação, são as interfaces na heterogeneidade que compõe o caráter de uma nação. E a conscientização e o uso adequado de nossos valores é a única maneira de nos contrapor, oferecendo alternativas nossas, ao processo de esterilizante homogeneização.

Essas reflexões parecem oportunas ao se observar o alto índice de absorção de valores estranhos à nossa identidade cultural, atingindo de maneira avassaladora a produção dos meios de comunicação de massa e até mesmo, o que parece mais grave, outros setores da nossa intelectualidade. Às grandes interpretações da evolução do pensamento brasileiro, procura-se contrapor quadros de ruptura e descontinuidade, abandonando-se o sentido de processo e de trajetórias culturais, quando é deste que, sobretudo, carecemos.

No entanto, a continuidade do processo criador brasileiro é pouco conhecida. Isto se explica, em parte, pelo curto tempo de existência do nosso todo cultural; e o processo de busca e reflexão sobre os componentes da autenticidade da cultura brasileira também está muito no início e tem enfrentado a corrente contrária que defende a predominância dos componentes aleatórios, derivados da nossa forma peculiar de colonização. Hoje, sabemos que pensar com determinação e continuidade é a melhor maneira de nos descolonizarmos. Falta praticá-la. Só nessa prática se conseguirá controlar a tesoura maluca que nos vem picotando em mil pedacinhos e ter, finalmente, a indispensável consciência do todo.

2.2. Desenvolvimento econômico/importação de tecnologia/perda da autonomia nacional/ aferimento do processo de acordo com os valores próprios da Nação.

Se a perda de identidade cultural, e o empobrecimento que isto representa, se impõem à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, mais importante ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que não haverá desenvolvimento harmonioso se, na elaboração das políticas econômicas, não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura.

Assim, os programas de desenvolvimento baseados na criação de riquezas geradas principalmente pela importação de tecnologia, revelam-se quase sempre insatisfatórios, não somente pela demora do processo da redistribuição dos benefícios acumulados nos grandes complexos empresariais, pela gradativa perda de uma autonomia nacional geradora de uma inevitável dependência, mas, sobretudo, pela perda mais sutil e não menos insidiosa: a do caráter nacional.

A aceleração do nosso processo de desenvolvimento é inevitável como inevitável é a cópia e absorção de modelos; inevitável porque o mundo não pode parar e uma nação não pode isolar-se das outras.

Mas é imprescindível que ao lado desse desenvolvimento exista, sempre e constantemente, o aferimento dessas modificações, dessas alterações rápidas, tendo em conta os valores da Nação, os segmentos criados ao longo do processo histórico e que lhe devem servir de parâmetro. Desta forma inocula-se no processo de absorção de elementos exógenos - que inevitavelmente temos que enfrentar - algo como uma vacina, defendendo a adequação dessas alterações à verdade e autenticidade do perfil cultural da Nação.

É, portanto, preciso perceber que a preservação do bem cultural transcende sua simples permanência como valor histórico, e que é aferindo os valores do passado e do presente que poderemos encontrar indicadores de uma posição projetiva que são, em última análise, os elementos capazes de garantir ao desenvolvimento uma fisionomia autêntica e própria a uma cultura.

2.3. Desenvolvimento autônomo/indicadores culturais na formulação das políticas econômica e tecnológica.

Os bens culturais são os únicos valores estáveis com que a Nação pode contar. É preciso que se sinta, mais devidamente, que os modelos e fórmulas de desenvolvimento, concebidos em resposta aos grandes desafios econômicos, não terão sentido ou serão deficientes, capengas, se não forem elaborados com base no que foi recolhido, identificado, estudado e reiterado no nosso processo histórico, no nosso tempo pretérito, onde se forjaram as grandes definições da Nação. Ou incorporamos esses valores, fazendo-os permear o desenho projetivo, ou nos arriscamos a ser no futuro uma nação rica e sem caráter, uma nação poderosa e sem alma. Neste momento de tanta dificuldade e de recursos financeiros tão curtos, em que se advogam medidas em outras áreas redefinindo prioridades, é do setor da cultura que poderão vir indicadores mais precisos, e mais importantes do que se pode imaginar, para o desenho de um perfil projetivo, de uma identidade e de uma visão harmônica do nosso desenvolvimento.

Em outras palavras, parece evidente a necessidade de incorporarem-se aos modelos de desenvolvimento os indicadores culturais, sobretudo aqueles identificados no fazer popular - que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais, nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas. No

entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.

O mundo de hoje, o Ocidente, perplexo diante de uma série de fenômenos com os quais não contava e para os quais ainda não encontrou encaminhamento, e perplexo também com a necessidade de revisão profunda dos seus comportamentos, vê com muito interesse e com aguda percepção, os países não reconhecidos como modelo, como é o nosso, introduzirem o conceito de bem cultural como indicador fundamental no encontro de seu modelo de desenvolvimento.

2.4. Momento atual brasileiro: necessidade de redefinição de políticas

Nos últimos anos, o Brasil viveu um período de intensa centralização do poder, visando a realização dos grandes projetos ligados à organização da sua infra-estrutura, inadiáveis em face dos problemas internacionais e da nossa posição como nação emergente. É sabido que transitamos na órbita do mundo desenvolvido, mas somos, ainda, em grande parte, um país subdesenvolvido. Como tal, nesta transição do mundo subdesenvolvido para o desenvolvido, só através de uma infra-estrutura de apoio consolidada a partir de indicadores de nossa realidade cultural poderemos assegurar nossa soberania, estabelecendo o que desejamos ser e o que podemos vir a ser como nação autônoma. Isso implica, obviamente, no equacionamento de nossas disponibilidades energéticas, na expansão da infra-estrutura viária, e de serviços como correios e telecomunicações, na multiplicação dos recursos humanos através da ampliação das possibilidades de acesso ao saber, na transformação de instituições científicas e culturais distanciadas da realidade em organismos adequados às nossas necessidades, na dinamização de grandes agências nacionais e regionais, na correta avaliação do nosso potencial em riquezas naturais.

Uma análise crítica dos erros e acertos desse período de centralização e das mudanças culturais que acarreta irá levar-nos a uma posição singular dentre as nações subdesenvolvidas conferindo-nos oportunidade e responsabilidade para conduzir a nação de maneira independente e original.

Se é válida para a compreensão do processo brasileiro a tese das alternâncias entre as situações opostas, ao atual período deve suceder a tendência à descentralização do poder decisório e a procura de novos valores em nossas bases culturais, onde se exprimem os anseios e necessidades da comunidade.

Acreditamos que os bens culturais, sendo muito frágeis, correm o risco de ser atropelados pelo processo de desenvolvimento. No momento em que se pretente rever políticas, analisar com maior profundidade o Brasil, esses componentes culturais passam a ter grande importância no desenho de um modelo de desenvolvimento mais de acordo com nossos valores autênticos.

2.5. Desenvolvimento como busca de síntese harmoniosa de componentes diversificados/ os dois níveis da ação político-econômica/ o macro (metadesenvolvimento)/o micro (paradesenvolvimento).

Considerando o desenvolvimento como a busca de uma síntese harmoniosa produzida pelos componentes diversificados e mesmo paradoxais de nossa cultura, é de se supor que a ação político-econômica se processe em dois planos: ao nível macro, das infra-estruturas de apoio, que chamaríamos de metadesenvolvimento e ao nível micro, de identificação de necessidades ligadas ao comportamento e hábitos, usos e costumes da comunidade, explicitados ao longo do processo histórico, que chamaríamos de paradesenvolvimento.

Os dois níveis, embora opostos, não estão distanciados nem dissociados. Devem interagir em processo de histórica correção e equilíbrio. Enquanto o metadesenvolvimento atua quase sempre de cima para baixo e do centro para a periferia, o paradesenvolvimento emerge de baixo para cima e converge da periferia para o centro, apontando os indicadores regionais e locais necessários à atuação nacional. O metadesenvolvimento oferece condições para expansão e desempenho dos grandes complexos empresariais. O paradesenvolvimento cuida de incorporar, no desenvolvimento do país, pequenos índices de atividade criadora, identificar valores dispersos e desconhecidos na imensidão do espaço territorial, como etapa indispensável para que o metadesenvolvimento não se desvincule da realidade nacional, acarretando perda da identidade cultural e podendo mesmo vir a afetar nossa soberania como nação.

Se do metadesenvolvimento é cabível reclamar-se dos resultados e da demora da redistribuição das riquezas acumuladas, no âmbito do paradesenvolvimento não somente essa distorção se corrige, como a riqueza criada, embora relativamente pequena, tem a vantagem de nascer já distribuída.

3. Bem Cultural

3.1. Definição/Conceito/Abrangência

É muito difícil definir bem cultural numa nação que ainda não se estabilizou em sua formação. Vários contextos, vários momentos, vários hábitos, vários costumes poderão caracterizar e gerar um bem cultural. Ele não é estático, necessariamente fixo, mas depende de constantes que podem ser identificadas, algo que tenha sido reiterado na trajetória do país. Não tem que ser necessariamente original ou autoctone. O que caracteriza a autenticidade são alguns valores atribuídos aquele fenômeno, aquele objeto, aquele ato. É também importante não privilegiar as representações tidas como mais elaboradas, mais sintéticas, que são importantíssimas mas são apenas algumas, sobretudo num país em transformação.

O conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, com ou sem valor criativo próprio, impregnados de valor histórico, ou aos bens da criação artística individual espontânea, quase sempre de apreciação elitista. Permeando, entretanto, essas duas categorias existe vasta gama de bens, procedentes sobretudo do fazer popular, que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica.

Assim, definir o que seja bem cultural implica por princípio numa antidefinição, dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira.

Desta forma, poderíamos chegar a tantos conceitos de bem cultural quantas fossem as situações específicas geradoras de cultura. Cultura entendida aqui como o processo global que não separa as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, que não privilegia o produto - habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra - em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido. Dessa forma, cultura e educação evidenciam também a sua indissolubilidade, uma vez que a formação erudita do profissional que projeta a casa, a escola, a igreja, a cidade, tem o seu equivalente na aprendizagem só aparentemente informal do artífice popular, que desde a infância absorve dos mestres locais a elaborada tecnologia ligada à atividade da agricultura, da pesca, e à produção de olaria, de trançado, de tecelagem.

Na verdade, nós, do terceiro mundo, reivindicamos uma conceituação de bem cultural muito mais abrangente, muito mais ampla. Nós inserimos no conceito de bem cultural toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de

formas de percepção de uma realidade que, na verdade, não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que, justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela sua importância como indicadora de uma identidade cultural, deve ser preservada.

Num mundo em que os modelos e os feitios falharam ou se provaram insatisfatórios, uma nação emergente como a nossa, que tem tudo em espaço, em temperamento, em diversidade, rica para construir o nosso próprio modelo, devemos ver que, nos indicadores do nosso comportamento cultural, no fazer do homem brasileiro, na pequena dimensão muitas vezes frágil de uma atividade pré-industrial, há segmentos de grande importância para um desenvolvimento autêntico.

3.2. As duas vertentes do bem cultural: a patrimonial e a da produção cultural

No trato do bem cultural, na responsabilidade do Estado, é importante definir melhor o que sejam as duas grandes vertentes do bem cultural: a vertente patrimonial e a vertente da produção cultural. Parece nítida essa divisão que, na verdade, é mais para efeito metodológico, e não propriamente uma divisão de áreas. A vertente patrimonial lembra um círculo de diâmetro muito amplo e rotação lenta, enquanto a produção cultural, a criação do bem cultural, um círculo de diâmetro curto e de rotação muito rápida. Ambos esses círculos trabalham interagindo um com o outro, mas têm os seus tempos e a sua dinâmica própria e específica. Dessa interação das duas dinâmicas surge um tempo único no domínio do bem cultural. Se for possível identificar melhor as duas vertentes e estabelecer melhor os critérios de adequação entre elas - a quem compete o quê, como e quando, e onde essas vertentes se encontram, (e elas se encontram freqüentemente, na verdade) - talvez seja possível chegarmos a uma visão mais compreensiva do que seja o bem cultural, dentro do quadro geral da Nação brasileira.

Uma nação exprime suas necessidades e demonstra sua fermentação na vertente do círculo de rápida rotação e diâmetro curto: a vertente da produção, da circulação e do consumo do bem cultural. Neste ponto, tem-se que estar atento ao que ocorre na realidade, e , quando necessário, oferecer estímulos aos processos em curso. Eventualmente,o material obtido poderá ficar cristalizado e ir-se incorporando, então, ao acervo patrimonial.

Pode-se comparar a rotação do círculo desta vertente com o movimento da bateia de um garimpo, quando seria possível chegar ao diamante, ao permanente. O resto se gastaria com o tempo.

Por sua vez, a reflexão em torno dos bens permanentes, justamente o disco de rotação lenta e grande diâmetro, faz descobrir o que vivifica o presente, dá a chave do jogo entre acertos e erros. Por outro lado, tem-se também que saber guardar as coisas já cristalizadas, tem-se que saber como devolvê-las e torná-las acessíveis à comunidade, como recuperar as informações contidas no patrimônio cultural brasileiro.

3.3. Preservação/devolução/comunidade como responsável

No universo da cultura, deve-se levar em conta que preservação só tem sentido na medida em que indique uma forma de comunicação. Em outras palavras, a preservação existe em função do uso, da devolução, do consumo do bem considerado.

Como consequência disto desenvolve-se um conceito, que tem sido muito estimulado, o da revitalização do bem cultural. No caso do monumento de pedra e cal, não faz sentido restaurá-lo para que volte depois a ser abandonado . É preciso reinserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro, porque

assim é que ele vale, e, segundo, porque assim é que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida. O que nos parece claro, é que é preciso ver o conjunto de problemas, o conjunto de necessidades, o conjunto de aspirações desses núcleos de densidade histórica que devem ser preservados; o conjunto desses problemas deve ser visto e atacado de uma vez só. Só assim se poderá verdadeiramente criar uma estrutura harmônica, criar na comunidade uma consciente interligação com o valor desse bem cultural.

Dentro dessa linha, uma premissa parece clara, é a de que o melhor guardião do bem cultural é o seu dono, é aquele que está mais próximo a esse bem, aquele que convive com ele, que a ele está ligado para sua própria razão de ser.
Isso nos leva a que, além da necessidade de atacar os problemas, a comunidade conheça o valor desses bens que transcende os limites de sua realidade regional e seja conscientizada do fato de que esses bens lhe pertencem, para que ela mesma se ocupe do seu trato e conservação. Com isso então se garante a melhor preservação no sentido de que a comunidade passe a deter não só o uso, o benefício, como a capacidade de gerenciamento, de preservação, com a ajuda dos órgãos cuja competência se destina a esse trabalho.

Casos há em que se gastam recursos em obras de restauração em comunidades que lutam pela sobrevivência. É preciso, realmente, salvar o bem de pedra e cal, mantê-lo permanentemente vivo e presente - a necessidade espiritual é tão fundamental quanto a material. Mas é igualmente necessário que a comunidade tenha condições de interação harmoniosa com esses bens. Se isso não ocorre, devemos encontrar meios que encaminhem a solução das contradições.

4. Diretrizes para a operacionalização da Política Cultural

4.1. Relação entre produção e permanência do bem cultural.

Utilizando-nos da riqueza da língua, de sua ambiguidade em favor de um trabalho sobre a cultura brasileira adotamos, para a palavra memória, um significado que corresponde à símile da memória do ser vivo em seu estado mais potente, não em sua conotação de fragilidade.

Nesse sentido, compreenda-se que os componentes da memória estão armazenados, mas podem ser manipulados a qualquer momento, a cada instante para uma ação projetiva.

Como na símile da memória humana, é bom e saudável que a vertente patrimonial esteja interligada com a vertente da produção cultural, inclusive e sobretudo para que, depois de filtrados pelo tempo, os bens criados possam ter permanência.

É importante fortalecer os componentes da memória nacional - que devem ser protegidos e reintegrados à vida diária e cotidiana das comunidades, para que estas possam conhecê-los reiteradamente, mantendo-os presentes.

Na vertente da produção do bem cultural, as ocorrências da criação devem ser observadas, retidas e estimuladas. Aí o Estado não pode nem deve intervir, mas apenas ser um lúcido e cuidadoso observador, para oferecer os estímulos positivos quando for necessário e, sobretudo, para evitar os estímulos negativos.

Estímulos negativos são os que advêm da aceitação precipitada, sem adequação, de valores e de sistemas que não são nossos, de tecnologias que se tornam perigosas porque, absorvidas sem a devida crítica e reflexão, tornam-se propiciadoras do achatamento cultural, de uma homogeneização, em que ocorre a perda de identidade.

Evidencia-se assim que, para um trabalho conseguente sobre a trajetória da cultura brasileira, deve-se estabelecer ou reforçar uma relação entre a vertente patrimonial e a da produção do bem cultural.

4.2. Visão coerente com o processo cultural brasileiro/ estímulo às potencialidades do fazer comunitário, à criação individual, à proteção e difusão dos bens patrimoniais/apreensão de referenciais do contexto cultural brasileiro

Política cultural - e aí se entenda política na sua verdadeira acepção: o conceito de visão de conjunto, e aproximação dos fenômenos a partir de uma linha de apreciação coerente com o processo cultural brasileiro - existia no Brasil, de uma maneira fragmentada e compartimentada, dentro de divisões setoriais e com pouca aproximação dos fenômenos.

Para suprir esta carência, o relacionamento da área patrimonial com a área da produção dos bens, uma visão do conjunto, a partir de uma tentativa de compreensão mais abrangente dos fenômenos, deve estar na base de uma política cultural.

A visão do conjunto das duas áreas possibilitará uma política cultural que enfatize, como bem cultural, o fazer comunitário, propiciando que esse fazer, ou esse trabalho, venha a constituir-se em referencial a ser levado em conta para um desenvolvimento mais harmonioso.

Acreditamos que os bens procedentes do fazer comunitário devem ser utilizados como importantes referenciais na formulação das políticas econômica e tecnológica, porque é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.

Aos bens de criação individual, basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização.

Aos bens móveis e imóveis de valor patrimonial deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos, porque deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória, como cultura, e os indicadores para uma projeção no futuro.

A disseminada riqueza de componentes de cultura no espaço brasileiro de hoje tem a sua própria trajetória, que é preciso percorrer e conhecer, sob pena de não sabermos levar os nossos valores adiante.

Na medida em que formos capazes de conhecer a reiteração e a freqüência com que ocorrem certas verdades no espaço brasileiro, nos planos político, social, no da criatividade, no econômico é que poderemos pensar, com maior correção, o tempo novo.

4.3. Descentralização como estímulo ao processo cultural brasileiro

Através da Secretaria da Cultura será constituído um sistema para ações compreensivas e descentralizadas que beneficiem a produção do bem cultural e a vertente patrimonial. Mas é necessário não confundir descentralização com atomização ou fragmentação e, para isso, é preciso que essas ações sejam adequadas à orientação que as preside. Assim devem fluir de aproximações com a realidade e voltar para essa realidade, onde podem-se constituir foros de análise e de comando.

Quem está próximo do bem cultural patrimonial ou o produz é, verdadeiramente, quem deve cultivá-lo. É preciso, nesse sentido, promover não só a reinserção do objeto cultural na vida das diversas comunidades como, também, mobilizá-las para

que elas saibam e sintam que esses bens, inclusive aqueles que correspondem a seus trabalhos - as pequenas tecnologias - são valiosos, constituem ou podem vir a constituir bens a que, hoje, chamamos patrimoniais. Assim, cada vez mais, as comunidades irão capacitando-se para melhor gerir e defender o que lhes pertence.

A compreensão, a efetiva assimilação dessas premissas, constituindo o fundamento da descentralização, evitará, por um lado, a fragmentação e, por outro, deverá constituir o estímulo para uma ação mais articulada e coerente, capaz de atingir um efeito amplo e profundo sobreá trajetória da cultura brasileira.

Essa é a competência que precisamos adquirir e promover, diante da aceleração do processo brasileiro de desenvolvimento, que põe em risco a nossa autenticidade, a nossa verdade, o nosso perfil de identidade nacional. Devemos levar ao máximo desenvolvimento o encontro entre as experiências das instituições e as dos cidadãos que convivem com o bem cultural ou o produzem tendo, também, a consciência de que se não transferirmos mais e mais a decisão e a gerência das ações para a fonte de onde emergem e onde se situam os bens, não chegaremos a assegurar sua trajetória consequente.

Nesse sentido, estabelecer a descentralização é alimentar uma sistemática de comunicação entre os diferentes contextos culturais existentes no Brasil, em que haja especial atenção para os valores de qualidade, de difícil medida. Há que proteger-se e difundir-se não apenas o tido como monumental mas, também, o diverso, a grande quantidade que se expressa de maneira às vezes frágil, sutil, delicada.

Intrinsecamente importante, essa produção - relacionada ao contexto em que se origina - deve comunicar-se, influenciar a ação de conjunto que, assim, irá adquirir competência para

fortalecer as nossas especificidades regionais e para apreender referenciais que permitam o desenvolvimento com identidade cultural.

4.4. Formação de recursos humano se metodológicos orientados pela conceituação delineada/articulação dos níveis federal, estadual e municipal/interdisciplinaridade e multi-institucionalidade na descentralização.

Na descentralização, importância primordial deve ser atribuída à formação de recursos humanos e à utilização de recursos metodológicos orientados a partir da conceituação explicitada, dos quais decorram estruturas que possam ser agilizadoras.

A descentralização, como diretriz política, irá criando e aumentando a possibilidade de obtenção de recursos, que chegarão, inclusive, na medida em que se demonstre competência para geri-los.

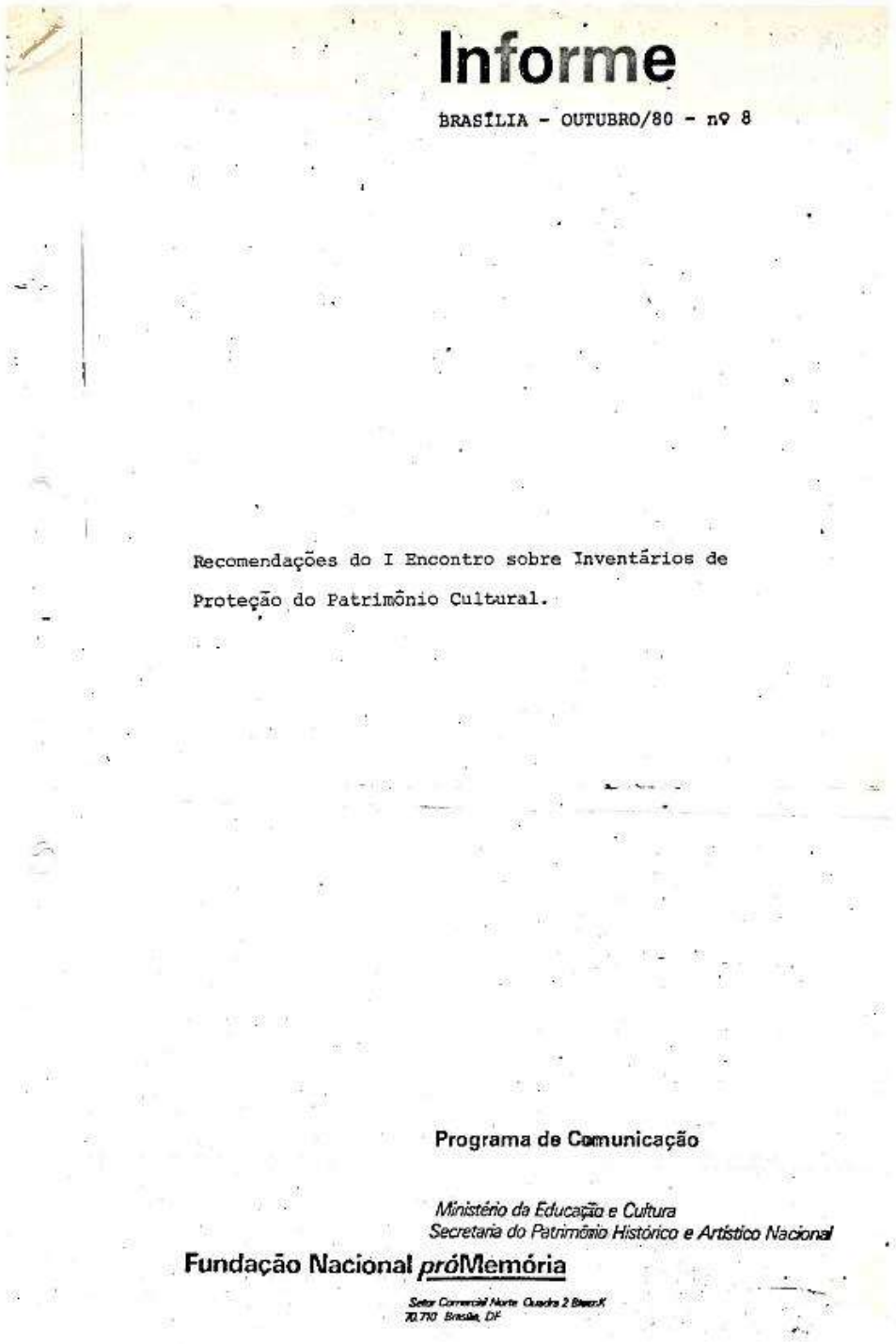
A articulação dos níveis municipal, estadual e federal, através da efetiva interação de instituições oficiais, entidades privadas e representantes do fazer e do pensamento das comunidades - os legítimos portadores do conhecimento de contextos específicos é o mecanismo fundamental dessa diretriz.

Nesse sentido, além de caracterizar-se pelos procedimentos mencionados, é preciso que tal ação busque se realizar interdisciplinarmente. O real conhecimento e ação valorizadora sobre a complexidade cultural brasileira não poderão ser obtidas se buscadas unicamente através do enfoque especializado ou de uma só instituição.

A concretização dessa diretriz de descentralização e da política de que decorre depende, em muito, do desempenho das instituições envolvidas, da convergência de forças, dos grupos, das equipes, do apoio que se obtenha. Entretanto, é talvez neste desafio que reside a grande força do processo democrático.

Na verdade, dentre os países que atingiram altos níveis de competência e desenvolvimento, nenhum os atingiu tão bem quanto os que desenvolveram o processo democrático.

ANEXO II – Recomendações do I Encontro Sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural (1980)



Informe

BRASÍLIA - OUTUBRO/80 - nº 8

Recomendações do I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural.

Programa de Comunicação

Ministério da Educação e Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional *pró*Memória

Setor Comercial Norte Quadra 2 Bloco K
70.710 Brasília, DF

EDITORIAL

Em agosto passado realizou-se na Bahia o I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural, numa promoção conjunta da SPHAN e do Governo do Estado da Bahia, com apoio da Fundação Roberto Marinho.

O tema, como se sabe, é da mais alta importância para os trabalhos de preservação do bem cultural e reveste-se de grande complexidade, pelo que, acreditamos que deva se ampliar o seu debate.

Por essa razão, neste número INFORME publica as recomendações e a proposta aprovadas pelos participantes do I Encontro, bem como o documento "Bens Móveis: Inventários e Contextos Culturais", ali apresentado por Clara de Andrade Alvim, da Fundação Nacional Pró-Memória.

Programa de Comunicação

RECOMENDAÇÕES DO I ENCONTRO SOBRE INVENTÁRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Os participantes do I Encontro Sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural, reunidos de 26 a 29 de agosto de 1980, na cidade de Salvador, após a análise das questões pertinentes.

1. Ao que tange à concepção dos inventários

1.1. Considerando:

1.1.1. que o inventário, entendido como instrumento de apoio à preservação, depende, para sua estruturação e metodologia, da definição de seus objetivos;

1.1.2. que a multiplicidade de objetivos possíveis dos inventários, entre os quais os de identificação do universo do patrimônio cultural, instrumentação dos órgãos / competentes na preservação dos bens culturais e o de trazer o patrimônio cultural ao conhecimento e pleno uso da comunidade;

1.1.3. que essa multiplicidade de objetivos é reflexo natural do pluralismo característico do país e pressupõe a adoção de critérios regionais diferenciados;

1.1.4. que é do interesse do conhecimento e da conservação do patrimônio cultural brasileiro que se integrem sistematicamente os vários sistemas de inventários.

1.2. Recomendam:

1.2.1. que os inventários sejam considerados como um dos instrumentos para a definição da política de preservação / dos bens culturais;

1.2.2. que, a nível nacional, os órgãos competentes:

1.2.2.1. ampliem o apoio aos inventários já em andamento, nos diversos Estados do país, respeitando as especificidades regionais, assim como estimulem a organização de novas frentes de inventário de bens culturais;

1.2.2.2. criem condições para o treinamento e formação de recursos humanos capacitados para os trabalhos de inventários;

1.2.3. que, a nível estadual e municipal, se reforce a implementação de políticas locais de catalogação e inventário do patrimônio cultural;

1.2.4. que se promovam mecanismos de participação das comunidades locais na identificação dos bens culturais;

1.2.5. que o acesso às informações recolhidas pelos inventários e catalogações seja garantido a todos os segmentos da sociedade, através de sua divulgação pelos meios adequados de comunicação;

1.2.6. que se procure evitar uma dicotomia entre os trabalhos dedicados aos bens móveis e aqueles voltados para os bens imóveis, dicotomia essa que pode prejudicar o entendimento dos bens culturais em sua totalidade;

1.2.7. que as instituições voltadas para a preservação dos bens culturais reconheçam a importância de iniciativas espontâneas de identificação de bens culturais, que equivaleriam a formas já institucionalizadas de inventariar;

1.2.8. que se realizem novos encontros sobre inventários de proteção do patrimônio cultural que reflitam, antes, uma preocupação com a postura frente à ação de inventariar, do que, propriamente, com a normalização dessa ação.

2. Ao que tange aos instrumentos de apoio para a execução dos inventários.

2.1. Considerando:

2.1.1. que existem hoje instrumentos de apoio flexíveis e abrangentes, especialmente de documentação visual, micro - filmagem e computação, que podem ser aplicados aos esforços de inventariar;

2.1.2. que para a aplicação desses recursos, entretanto, é necessário que haja:

2.1.2.1. definição clara dos propósitos iniciais, para a utilização dos registros correspondentes;

2.1.2.2. classificação dos registros de modo que se obtenham as correlações desejadas;

2.1.3. que a implementação de instrumentos de apoio exige uma justificação em termos dos propósitos visados, sendo por isso necessário buscar classificações que melhor sirvam às correlações pretendidas.

2.2. Recomendam:

2.2.1. que deve ser estimulado o exame de alternativas de modelos que simulem diferentes formas de inventariar, para diversos propósitos e com pretensões e correlações variadas;

2.2.2. que esse exame se reporte a trabalhos de inventário realizados no Brasil e no exterior, com a ressalva de que a experiência nacional é pequena e a estrangeira padece do perigo de introduzir componentes alheios à nossa cultura, com as consequentes deformações;

2.2.3. que, portanto, deve-se estimular a criação de projetos-pilotos para o teste dos recursos modernos aplicados ao inventário, tanto com base em levantamentos de campo experimentais a serem efetuados, quanto com base em possíveis simulacros;

2.2.4. que os projetos de inventário levem sempre em consideração a existência de tais recursos e a conveniência do desenvolvimento dos trabalhos de forma a facilitar um coerente cotejo entre os correspondentes métodos e resultados.

Salvador, 29 de agosto de 1980.

OS PARTICIPANTES DO I ENCONTRO SOBRE INVENTÁRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, REALIZADO EM SALVADOR, DE 26 A 30 DE AGOSTO DE 1980, APROVARAM, AINDA, A SEGUINTE PROPOSTA:

Que se constitua uma "Comissão Permanente do I Encontro" reunindo técnicos ligados, ou não, às entidades participantes, com o objetivo de:

a) preparar a publicação e distribuição dos Anais do I Encontro;

b) organizar e fazer circular uma "biblioteca técnica" sobre inventários de bens culturais, através da reunião, ordenação, catalogação e indexação das informações ligadas a projetos já executados, em andamento, ou propostos. Como "informações" entende-se: metodologias, formulários, fluxos e rotinas, manuais, códigos, tabelas, amostras da documentação preparada, resultados, relatórios, publicações, etc. Estudar a inclusão de documentos internacionais conexos;

c) preparar quadros comparativos das características de cada projeto, identificando semelhanças e diferenças. Como "características" entende-se: objetivos, conceitos, codificações, formulários, estratégias, níveis de aprofundamento, expressão de resultados, etc;

d) elaborar minuta de um documento preliminar que traduza uma análise da coerencia, com ênfase no que se refere às informações reunidas, sua conceituação, sintaxe e, quando for o caso, de códigos, tabelas e formatos;

e) encaminhar aos participantes do I Encontro e demais interessados a minuta do documento preliminar para exame, apreciação e sugestões;

f) receber, analisar e incorporar, quando for o caso, as sugestões apresentadas, convertendo o documento preliminar em termo de referência para discussão em um novo encontro, após o qual os elementos reunidos e consagrados serão encaminhados, a título de contribuição, aos órgãos competentes para estudo, apreciação e eventuais providências;

g) levar os resultados em caráter definitivo aos participantes, prestando os esclarecimentos necessários.

A Comissão Permanente do I Encontro será integrada por um técnico de cada região geográfica escolhido entre os representantes das entidades participantes, técnicos dos órgãos patrocinadores do I Encontro e outros técnicos ligados ao / assunto. Caberá aos organizadores do I Encontro formularem os convites para constituição da Comissão Permanente.

A coordenação dos trabalhos, a nível regional, será da competência do técnico titular da região.

A Comissão Permanente poderá contar com assessoramento técnico especializado, se necessário, e convidar outros técnicos, sempre que oportuno.

A Comissão Permanente do I Encontro poderá estimular discussões e encontros paralelos e exploratórios relativos aos instrumentos de apoio ao esforço de inventariar, em particular: processamento de dados, microfilmagem e documentação visual (foto, cine, vídeo).

A preparação, a publicação e a distribuição dos Anais deverão ser feitas no menor prazo possível, ficando os prazos para cumprimentos dos demais ítens para serem fixados pela Comissão Permanente.

ANEXO III – Paulo Sérgio Duarte: "Minha Colaboração" 1º Seminário do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural (1986)

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Nacional *pró*Memória

1º SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE
REFERÊNCIA DA DINÂMICA CULTURAL

MINHA COLABORAÇÃO

Paulo Sergio Duarte

Aos que ainda não nos conhece
e aos que nos desconhece.

- Meu filho, a pressa é a inimiga da perfeição!
- Mas a senhora não disse que só Deus era Perfeito?

Diálogos com Mamãe

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Nacional *pró*Memória

I

I - OBJETIVOS

A Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória reconhece a área programática Referência da Dinâmica Cultural como depositária de um acervo de idéias e experiências capazes de alimentarem de modo rico e original a formulação da política cultural da Fundação. No entanto, este acervo encontra-se disperso e suas experiências sendo conduzidas de modo inadequado à nova realidade política do país e ao novo quadro institucional da Pró-Memória, principalmente, a partir da criação do Ministério da Cultura. Estas as principais razões que conduziram Joaquim Falcão, ao me convidar para a Coordenação da área, apresentar a necessidade de sua reestruturação para que sua fertilidade virtual se transformasse num processo dinâmico e ativo nesse momento mais amplo e complexo que aquele onde teve origem o Programa.

Desde as primeiras reuniões com Coordenadores e técnicos me ficou claro que aquilo que Aloisio Magalhães esboçou como um Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) não mais existia enquanto um programa organicamente estruturado. Encontrei cinco programas dispersos - Dinâmica Culturale Desenvolvimento Econômico-Social, Sistemas de Acervos Culturais, Processos Tecnológicos Patrimoniais, Etnias e Contextos Culturais e Interação entre Educação e Cultura - sem nenhuma prática sistemática recente de mútua análise, avaliação e intercâmbio de experiências. Trabalhando em situação adversa, numa espécie de "cada um por sí e Deus por todos", mas mantendo, mesmo isoladamente, um poderoso elo comum: uma certa heterodoxia se comparada às políticas culturais vigentes,ao senso comum oficial.

Dessa situação deriva minha proposta do Seminário de Reestruturação do Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural, um processo, onde durante mais de dois meses, técnicos e elementos

de apoio de todas as coordenadorias tiveram ocasião de trocar idéias e fazer sugestões num encontro que há algum tempo não se realizava segundo diversos depoimentos. Para os trabalhos finais escolhí a cidade de Goiás - a Vila Boa. Não sem sentido.

II - UM SEMINÁRIO NA CIDADE DE CORA CORALINA

A escolha da cidade de Cora, Goiás - a Vila Boa - tem um sentido político, não é feita de modo aleatório, muito menos por razões pragmáticas. Por que nos deslocarmos 4 horas e meia de Brasília quando, no prédio ao lado, poderíamos solicitar ao Governo do Distrito Federal o bom auditório da Secretaria de Finanças, a poucos passos da Pró-Memória? Porque Goiás, colocada à margem do que se convencionou chamar de "desenvolvimento acelerado", resguardada do Brasil dos "Delfins" e das "Delfins", tem um grande ensinamento, não apenas cultural, para o momento da construção democrática do país. Goiás restitui algo essencial que o país perdeu: o sentido da escala, a escala humana. Goiás é uma cidade monumento sem ser monumental, a perfeição singela de seu conjunto assentado na vida cotidiana de seus habitantes tem na simplicidade e na beleza dos versos construídos na ordem direta, com a sintaxe simples e incisiva de Cora Coralina, seu paradigma. Qualquer um, sem distinção de raça, classe ou religião, pode passear nos poemas de Cora como ler as ruas de Goiás. Não há oposição entre vida e arquitetura em Goiás ou, se quisermos, usando nosso jargão, não há conflito entre "dinâmica cultural" e "patrimônio preservado". Nisso também a Vila Boa ensina.

Quando, mesmo numa conjuntura política nova, assistimos a resistência de um modelo econômico, o anúncio dos projetos das novas Itaipús, do Brasil das grandes empreiteiras, onde as

pequenas e médias empresas ficam sempre relegadas a um papel marginal, a lição de Goiás é indispensável porque pode colaborar na restauração do sentido das proporções, a restituir o sentido do equilíbrio, componente indispensável para o Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural. Condidero viável o convívio cultural, político e mesmo econômico, do modesto, criativo e inteligente tear artesanal com o mais moderno computador, como já demonstrou na prática o PNRDC através do trabalho Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro - uma abordagem tecnológica - edição SPHAN/Pró-Memória.

É certo que o PNRDC não guarda nenhum horror feudal ao progresso desde que este chegue tal como os novos meios de comunicação de massa chegam a Goiás e não conseguem seduzí-la com seus apelos ao consumismo da "cidade Grande". A força de caráter que resiste se apoia mais do numa estrutura econômica; se alicerça num quadro cultural. Por isso agradeço à Vila Boa, não apenas por nos receber, mas, sobretudo, por nos ensinar e ai daquele que não entender o sentido irradiador desta lição. Pobre o espírito que pensa que aqui existe apenas uma cidade a ser mantida e preservada por razões histórico-arquitetônicas.

III - NAS ORIGENS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFERÊNCIA DA DINÂMICA CULTURAL

Sobre os aspectos teóricos e factuais que deram origem ao Programa dezenas de pessoas que se encontram no Seminário possuem, provavelmente, versão bem mais apta do que aquela que eu aqui traçasse. Além disso, existe uma coleção de documentos que complementaria esses depoimentos e uma publicação resume o continente no qual esse território foi delimitado: Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória (edição MEC-SPHAN/Pró-Memória). O que se encontra nas origens do

*pró*Memória

I

PNRDC é um conceito de cultura para orientar as relações entre Estado e Sociedade nesse campo. Um conceito animava a idéia básica de Aloisio Magalhães ao propor ao Senador Severo Gomes, então Ministro da Indústria e Comércio, e ao Embaixador Wladimir Murtinho, na época Secretário de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal, a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural. Numa conjuntura política ainda bastante adversa a meta principal do CNRC seria "traçar um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira". Além de uma permanente insistência na adequação metodológica ao contexto pesquisado, buscando neste, sempre que possível, os elementos fundamentais para a construção do método, o CNRC compreendia quatro grandes linhas de atuação: "captação de vertentes no atual quadro sócio-econômico do Brasil; memorização do acervo de dados captados, a ser usado como fonte de aprendizado, de reflexão e referência; referenciamento adequado à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas e aos modos de documentação experimentados para um mais apropriado registro dos fatos e processos captados; e, finalmente, devolução dos trabalhos e reflexões ao público, em especial às comunidades envolvidas". Da descrição da meta principal às chamadas linhas de ação é impossível extrair uma ideologia preservacionista vulgar incompatível de se reconciliar com reais necessidades de melhorias de condições de vida através do desenvolvimento. Ao contrário, a maioria das idéias do CNRC encontra-se, hoje disseminada, algumas até diluídas, sob forma de discurso, mas dificilmente incorporadas numa prática.

A primeira pergunta que me ocorre e que, com frequência, me fazem é: "o que quer dizer referência da dinâmica cultural, traçar um referencial básico, a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira?". Arrisco uma resposta. Estas definições são basicamente o produto do encontro de três fatores,

sendo que dois deles são personagens e o terceiro um dado histórico. Essa linguagem é o resultado do encontro de um designer e de um matemático num momento histórico onde falar claramente não era apenas difícil, mas extremamente arriscado, sobretudo para quem quisesse começar um trabalho sério e consequente envolvendo o Estado. Não se trata de exigir simplificações populistas ou rebaixamento de idéias, ao contrário, delas estamos bem fartos, mas compreender que certas formas de abstração nem sempre estão exclusivamente ditadas por exigências teóricas, mas também codicionadas por conjunturas históricas, sobretudo em ações com espírito democrático relacionadas com um Estado autoritário.

Mas essa resposta que arrisquei é por demais prosaica e insuficiente. Havia na origem do CNRC a intenção de criar uma base de dados culturais que viesse fornecer indicadores para uma ação mais sólida das políticas a serem perseguidas. E, sem dúvida, esse precoce e pioneiro interesse pela aplicação da informática à cultura, mais ainda, a própria compreensão da informatização como fenômeno cultural, determinam, também, de certa forma, o uso de uma terminologia. Tampouco é um acaso a permanente presença do sintagma "dinâmica cultural". Queria e quer acentuar o interesse pelas manifestações e formas não cristalizadas da cultura e que formam o tecido fino e frágil do cotidiano de grupos, comunidades, e que, mesmo sem a fôrça de formas mais evidentes, dão sentido à vida, traçam o perfil de uma identidade local. São nesses processos dinâmicos chamados, também, de "bens não consagrados" que o CNRC concentrará sua atenção. Reduzo e simplifico, mas o que interessa afirmar é que aí, nesse último aspecto, residiu, sem dúvida, o efeito diferenciador da política do CNRC. Mesmo se reportando às postulações de Mário de Andrade da década de 30, utilizando-as mesmo, como se quisesse dizer que nisso aí não havia nenhuma novidade, o CNRC inovava. A predominância de um esforço por por uma visão antropológica na abordagem de manifestações

populares tradicionais, sublinhando sua importância na dinâmica da vida cotidiana se diferenciava da política oficial de defesa do folclore. Mas foi sobretudo não identificação de fenômenos e processos antes não repertoriados como manifestações culturais pelas políticas institucionais que residia sua originalidade. Se hoje seus principais produtos não são tantos e estão dispersos, sua visão básica está disseminada de modo irreversível no atual momento histórico. Mesmo aqueles que com frequência entre nós, insistem em sublinhar as falhas e os erros de uma experiência trabalham no espaço aberto pela cunha inovadora de Aloisio Magalhães e seus companheiros nos anos difíceis. Há a crítica de que seus produtos não são palpáveis. Não é de assustar. Numa época em que o sucesso é medido pelos índices de IBOPE e pelos espaços nos midia, o CNRC não pode ser palpável. Essa ânsia por apalpar me lembra Freud - talvez por desvio de formação - e, também, Platão que dizia que "há certos filósofos que amam tanto a matéria que quando vêem uma árvore correm a abraçá-la". Hoje abraçam seus recortes de jornais, seus aparelhos de televisão, as notícias de suas obras, essa paisagem moderna.

O conceito que alimentava o CNRC e alimenta os programas da área de Referência da Dinâmica Cultural diverge, ainda, da visão de cultura que orienta as políticas culturais de nosso tempo. Estas, que chamarei de tradicionais, vêem a cultura como um epifenômeno da vida sócio-econômica, a cultura seria o efeito de uma causa ou como os marxistas preferem, uma superestrutura. Nisso o capitalismo conservador e o marxismo revolucionário estão juntos: a vida simbólica é produto da vida material, não existiria uma materialidade símbolica determinante. Essa visão tradicional da cultura comunga da visão instrumental da técnica, ambas herdeiras do século XIX e de uma certa visão do progresso. Para eles uma hidroelétrica de dimensões monstruosas é o mesmo que centenas de pequenas usinas porque o que conta é o somatório dos kilowatts e os custos imediatos de construção e transmissão. Uma usina nuclear

pode até ser considerada nefasta pela visão tradicional pelos problemas de perigo de irradiação. Não concebem que a técnica nuclear como as demais técnicas a partir de uma determinada escala "participam ativamente da estrutura" (uma idéia de Heidegger). Uma usina nuclear engendra necessariamente formas policiais e militares de controle do trabalho e da sociedade no seu entorno sob pena de colocar em risco a própria vida. Uma grande hidroelétrica tem que estar subordinada a formas de controle de segurança militar porque seu potencial de destruição em caso de acidente ou sabotagem no controle de suas comportas tem o potencial de destruição de algumas bombas atômicas. A partir de uma certa escala, repito, a técnica não é neutra, pouco importa se empregada por socialistas ou capitalistas. Determina organizações sociais específicas, comportamentos, culturas.

Quando no documento CNRC: A DINÂMICA CULTURAL encontramos a passagem "(...) nunca deixou de considerar o contexto sócio-econômico brasileiro e o papel que, dentro dele, ocupa a infra-estrutura cultural (sic.), especialmente no que tange aos papéis desempenhados por ciência e tecnologia." A visão descrita acima já estava embutida nos pressupostos do CNRC. A cultura não é uma superestrutura, epifenômeno da vida sócio-econômica, mas uma infra-estrutura jogando papel determinante. Dessa visão depreende-se que para o Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural as culturas de nosso povo, sua única real riqueza, deve ser posta a serviço das políticas e processos de desenvolvimento. O componente cultural como participante ativo da elaboração de uma política de desenvolvimento representa, para mim e para muitos técnicos do Programa, a condição de uma real mudança no modelo econômico. Equacionando-se o problema cultural equaciona-se necessariamente o econômico-social para a maior parte da população brasileira, o inverso não é verdadeiro. Embora satisfeitos, em casas novas e de barrigas cheias, podem ter sido transformados em mutantes dos planejadores e conomistas. Zumbis, sem rosto próprio, de uma

suposta sociedade de consumo (?).

Mas como, numa sociedade inudstrial que conta com poderosos instrumentos de sedução, como os modernos meios de comunicação, como agir, numa ação complementar às grandes ações interministeriais?
São estas respostas que o Programa Nacional de Referência da Dinâmica Cultural não pode dar, mas pode colaborar na luta pela sua procura, através da reunião de sua experiência e se redimensionando para uma nova etapa de sua vida.

Brasília, 28 de outubro de 1986

ANEXO IV – Sugestões dos grupos para elaboração do documento final do I Seminário da Área da Referência Cultural (1986)

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Nacional *pró*Memória

MINUTA PARA DISCUSSÃO

SUGESTÕES DOS GRUPOS PARA ELABORAÇÃO DO

DOCUMENTO FINAL DO I SEMINÁRIO DA ÁREA DA REFERÊNCIA CULTURAL.

CIDADE DE VILA BOA DE GOIÁS

out./nov. 1986.

Comissão de Redação

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Nacional *pró*Memória

1. Convencidos de que não são as estruturas as que podem "renovar" a Área de Referência Cultural, mas sobretudo a redefinição das práticas de trabalho, o que supõe também colocar sobre a mesa a questão do poder, interessa-nos apontar de início alguns problemas que vêem afetando esta Área:

a) se por um lado se verifica uma unidade em torno do conceito de cultura, com o qual a área trabalhou até agora, a nível operacional ela ficou dispersa e fragmentada.

b) o discurso da área não mudou durante os 10 anos e, a prática não conseguiu realimentar esse discurso e inscrever nele sua história.

c) apesar de um conceito de cultura tão abrangente, os diversos projetos trabalharam a nível restrito e pontual.

Acreditamos que a articulação e a renovação da Área passa pela revisão dessa prática e pelas mudanças que nela se operem, e que aí se encontra uma ponte capaz de diminuir o hiato entre o discurso e sua concretude.

2. da especificidade da Área Referencia da Dinâmica Cultural:

- A Área se volta para a identificação e tratamento de referenciais culturais diferenciados, historicamente legitimados e recriados cotidianamente, tendo em vista seu fortalecimento e sua preservação; Esse tratamento resulta num trabalho de referenciamento, construído a partir da formulação de metodologias de abordagem da questão cultural, que permitam identificar as consequências sociais e culturais das políticas governamentais sobre as populações; nesse sentido, objetiva-se que o conhecimento produzido na Área seja utilizado tanto como subsídio para formulação das políticas setoriais de desenvolvimento, quanto para a instrumentalização da sociedade na defesa de seus interesses.
- Essas metodologias se fundamentam no compromisso ético de solidariedade com essas populações - enquanto sujeito de sua História - no fortalecimento dos seus caminhos próprios na busca da melhoria de sua qualidade de vida.
- Tendo como pressuposto da Área o reconhecimento da heterogeneidade e diversidade de interesses-por parte dos vários setores e segmentos

da sociedade e do Estado - ha identificação e tratamento dos bens culturais e seus significados, cabe à Área propor e desenvolver metodologias de trabalho que permitam a explicitação das relações (que frequentemente implicam em conflitos e rupturas) em que se produzem os repertórios de significados desses bens culturais.

3. Se a finalidade da Fundação Nacional Pró-Memória se fundamenta, como diz o artigo 1º do Regimento Interno, "no estudo e apreensão de referências básicas da cultura brasileira orientando-se pelas aspirações e peculiaridades dos contextos sociais, econômicos e políticos do país, tendo-se em vista o interesse público" acreditamos que se deva investir num leque de atividades que, trabalhando junto com as outras três áreas programáticas - Acervos Museológicos, Acervos Bibliográficos e Arquivísticos, Preservação do Patrimônio Cultural e Natural - consiga repassar-lhes e apreender com elas as referencias básicas de seus objetos de interesse.

Assim privilegia-se uma atuação voltada para interação entre as áreas onde a Memória do Patrimônio, do Acervo Museológico ou Bibliográfico além de inventariar o passado, contribua para a compreensão do modo pelo qual esse passado se inscreve no presente e se projeta no futuro. Memória como história, como síntese presente do passado, onde referenciar implica considerar as forças sociais, as relações de poder e os valores em jogo no processo de produção e reprodução da ordem social.

Por outro lado, reestruturar a Área de Referencia Cultural dentro da pró-Memória e do minC colocando-a em consonância com o momento político do País hoje, implica aprofundar a abordagem das grandes questões nacionais, assumindo sua função de órgão federal e influindo no traçado das Políticas Públicas.

Isto supõe uma tarefa de articulação junto a outros setores da administração pública de modo que o plano de atuação/elenco de projetos da Área trate - do ângulo da política cultural - de questões tais como:
Terra , Saúde, Educação, Habitação, Trabalho, Urbanização, Meio Ambiente, Informática, Ciência e Tecnologia, entre outros.

Para operacionalizar esta proposta, o Grupo "Abrigado à Sombra" recomenda a criação de duas Coordenadorias:

1 - de articulação e interação com as demais áreas programáticas, unidades descentralizadas e regionais da prόMemória; e órgãos do minC. Os demais grupos concordam com esta proposta

2 - de articulação externa com outros Ministérios e organismos da administração, federal, estadual e municipal, entidades da sociedade civil e instituições internacionais.

O Grupo "Na Sinuca" considera que a articulação externa é competência da Coordenação da área.

Os três grupos concordam com a criação das Coordenadorias de Levantamentos, Estudos e Projetos e de Difusão. Quanto à esta coordenadoria, o grupo "À Sombra" prioriza a difusão dentro da PróMemória.

O Grupo"Na Sinuca" propõe uma Coordenadoria de Informações Culturais cujo objetivo é prioritariamente organizar a Memória da própria área que se encontra dispersa e servindo de apoio ao trabalho das outras Coordenadorias.

Quando à Coordenadoria de Administração,há divergências:o grupo Na SINUCA não menciona porque considera desnecessário,o grupo REVOADA aprovou na íntegra a proposta da Coordenação Geral e o Grupo Sombra propõe um serviço de apoio.O Grupo Sombra propoẽ, ainda,a introdução na área de uma Política Sistemática de formação de Recursos Humanos..

O Grupo Revoada propõe a instalação de grupos técnicos de trabalho que viabilizem,entre outros: captação de recursos,legislação, capacitação de pessoal,recursos audio visuais.Estes Grupos Técnicos deveriam atender às necessidades de todas as Coordenadorias e Projetos.

Todos os grupos aceitaram a constituição de um Colegiado,com caráter deliberativo,com a função de aprovar,avaliar,acompanhar os projetos da área.

Composição do Colegiado: os três grupos concordam na composição do Colegiado com a participação dos coordenadores e número equivalente de técnicos.O grupo À Sombra faz a ressalva de que entre esses técnicos haja representação das RR.O Grupo Na SINUCA propõe que a indicação dos técnicos para participar das reuniões do Colegiado considere os seguintes critérios: o envolvimento direto nas questões relativas aos assuntos da pauta e a alternância(ou rodízio) de técnicos para garantir uma participação mais ampla dos projetos.

O Grupo Na SINUCA propõe que o processo de escolha(ou indicação) dos técnicos para o Colegiado,seja discutida em reunião da Coordenação da area com o corpo técnico,antes da primeira reunião do Colegiado.

*pró*Memória

O Grupo Revoada entende que a proposta de estrutura apresentada pela coordenação do PNRC e aprovada pelo Grupo atende às questões discutidas,desde que mecanismos sejam garantidos para viabilizar:

. comunicação interna;
. interdisciplinaridade;
. relações interinstitucionais;
. difusão, divulgação, devolução;
. informatização;
. legislação (no caso de interferência em outras áreas programáticas);
. condições profissionais de trabalho.

O Grupo Na Sinuca entende que o objetivo essencial da reestruturação da área é o fortalecimento de sua específica substância de trabalho e política de atuação,recomendamos que as Coordenações Operacionais não devem se sobrepor hierarguicamente,nessas matérias,às Coordenações ou Gerências de Projetos,e que deve caber ao Colegiado decidir sobre o apoio das Coordenações Operacionais aos Projetos e aos interesses da área como um todo.

O Grupo"A Sombra" propõe a constituição de um PLENÁRIO TÉCNICO CONSULTIVO que será constituido por todos os técnicos da área de Referência da Dinâmica Cultural , com participantes das RRs e demais áreas programáticas.O Plenário Técnico Consultivo terá por competência:

. proceder a uma avaliação do trabalho desenvolvido no ano;
. apresentar sugestões para o plano de trabalho para o exercício seguinte;
. propor eventuais modificações de estruturação da área;
. sugerir planos de aperfeiçoamento técnico.

Presidido pelo Coordenador do PRDC o Plenário Técnico Consultivo reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente por convocação do Coordenador do PRDC ou solicitação da maioria de seus membros.

O Grupo Revoada revindica a necessidade imperiosa da realização de reuniões mensais do corpo técnico de funcionários para a discursão dos problemas e encaminhamentos de propostas,com vistas a subsidiar

o Colegiado. Acrescente-se a importância da criação de outros canais de comunicação entre o corpo de funcionários e o colegiado do PNRC. Reinvidica também que os técnicos do Programa já lotado nas RRs, dêem início ao processo de interação entre as ações das mesmas e as propostas do PNRC. E, ainda, considerando a função do Paço Imperial como caixa de ressonância do PNRC, o grupo recomenda a criação de outros espaços de difusão nas demais Unidades da Federação. Registre-se a importância da relação cultura e desenvolvimento, particularmente no que se refere às etnias.

Reivindica-se a contratação de todos os estagiários que até a presente data prestaram serviços à Referência Cultural, em Brasília.

O Grupo "A Sombra" recomenda que se regularize a situação dos estagiários e que se garanta a sua participação no "Plano de Cargos e Salários".

O Grupo "A Sombra" recomenda, ainda, que se estabeleça um processo de trabalho conjunto com as DRs interessadas, feito através da discussão dos programas de trabalho e de propostas de atuação. Que se encontrem mecanismos efetivos para que a área tenha uma instância legítima de participação e influência no planejamento e execução das ações das outras áreas Programáticas. Que próMemória, urgentemente, busque mecanismos para discutir com os diferentes grupos sociais brasileiros, as questões da cultura na nova constituição.

ANEXO V - Projetos de Identificação De Referências Culturais Realizados (1999-2018)

NORTE	
AC	INRC Município de Xapuri
	INRC da Ayahuasca - Mapeamento documental
	INRC do Município de Porto Acre
AM	INRC Complexo Cultural dos Bois Bumbás no Médio Amazonas Parintins
AP	INRC da Cidade de Mazagão Velho
	INRC da Festividade de São Tiago no Distrito de Mazagão Velho
	INRC do Marabaixo
PA	INRC na Ilha de Marajó
	INRC do Círio de Nazaré
	INRC da Farinha de Mandioca
	INRC das Cuias do Baixo Amazonas - Padrões Gráficos de Ornamentação das Cuias de Monte Alegre e Santarém
	Ofício das Tacacazeiras no Norte do Brasil
	INRC dos Ofícios Tradicionais do Centro Histórico de Belém
	INRC do Carimbó na Mesorregião Metropolitana de Belém
	INRC do Carimbó na Microrregião Cametá e Entorno
	INRC do Carimbó na Microrregião do Salgado Paraense

	INRC das Referências Culturais da Festividade de São Sebastião
	NRC das Referências Culturais do Quilombo de Oriximiná
	INRC do Sairé em Santarém
	INRC do Mercado do Ver-o-peso
	NRC do Povo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá
TO	INRC do Município de Porto Nacional
	INRC da cultura do Babaçu na Região do Bico do Papagaio
	INRC da Ourivesaria de Natividade
	INRC do município de Natividade
	Mapeamento das Casas de Matriz Africana em Palmas
NORDESTE	
AL	Inventário de Referências Culturais de Penedo
	Documentação Audiovisual das Referências Culturais da Mandioca e Taipa
	INRC do município de Marechal Deodoro
	INRC das sete regiões do estado de Alagoas
BA	INRC do Museu Aberto do Descobrimento
	INRC do Município de Mucugê
	INRC da Cerâmica do Rio Real
	INRC do Tabuleiro das Baianas em Salvador
	INRC do Ofício das Baianas de Acarajé

	INRC do Acarajé em Salvador
	INRC da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
	INRC no Município de Rio de Contas
	INRC do Sertão baiano – Municípios de Euclides da Cunha, Monte Santo e Canudos
	INRC dos Mestres Artífices na Chapada Diamantina
MA	INRC do Complexo do Bumba - Meu - Boi no Maranhão
	INRC do Tambor de Crioula
	INRC do Município de Alcântara
	INRC do Centro Histórico de São Luís
	INRC dos Blocos Tradicionais do Maranhão
	INRC – Rosário, Santa, Bacabeira
PE	Inventário do Frevo em Recife e Olinda
	INRC do Ilê Obá Ogunté (Terreiro de Pai Adão)
	INRC Ofício Tradicional das Parteiras de Pernambuco
	INRC Ofício Tradicional das Parteiras Indígenas de Pernambuco
	INRC da Feira de Caruaru
	INRC Capoeira
	INRC dos Mestres Artífices da construção civil tradicional
	INRC do Cavalo Marinho

	INRC do Caboclinho
	INRC do Maracatu Nação
	INRC do Maracatu Rural
	INRC da Ciranda em Pernambuco
	INRC do Reisado em Pernambuco
PI	INRC das Comunidades Quilombolas do Piauí
	INRC da Arte Santeira do Piauí
	INRC do Tambor de Crioula do Piauí
CE	INRC da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha
RN	Mapeamento das Referências Culturais da Região Seridó
	INRC do Ofício da Pesca Artesanal no litoral do Rio Grande do Norte
PB	INRC da Feira Central de Campina Grande
SE	Inventário Nacional das Referências Culturais do Município de Laranjeiras
	INRC do Baixo São Francisco Sergipano
CENTRO-OESTE	
MS	Inventário do Modo de Fazer Viola de Cocho
	INRC Região Fronteira Erval Sul Mato-Grossense
	Centro de Referência Virtual da Memória e do Patrimônio Cultural Guarani-Kaiowá
	INRC Região do Bolsão Sul Mato-Grossense

MT	Inventário documental do Patrimônio Imaterial Mato-Grossense
	INRC de Vila Bela de Santíssima Trindade
DF	INRC do Vale do Amanhecer no Distrito Federal
	INRC das Feiras do Distrito Federal
	Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial do Distrito Federal
	Inventário da Plataforma Rodoviária e Touring Club
	INRC Lugares de Culto de Matrizes Africanas e Afro-Brasileiras no DF e Entorno
GO	INRC da Festa do Divino de Pirenópolis
	INRC das Festas do Rosário e Congadas no Estado de Goiás
	INRC da Festa da Caçada da Rainha em Colinas do Sul
	INRC Roteiro das Devoções em Goiás- GO
	INRC da Cidade de Goiás
	INRC Interrelações semânticas e contextualização simbólica da cidade de Goiás e entorno - Semana Santa e Festa do Divino.
SUDESTE	
ES	INRC do Ofício das Paneleira de Goiabeiras
	INRC Município de Muqui e Mimoso do Sul
	INRC das comunidades Pomeranas do Espírito Santo
	Inventário das Referências Culturais das Comunidades Quilombolas do Norte do ES
	NRC do Jongo no Espírito Santo

	INRC da Capoeira no Espírito Santo
	INRC das Bandas de Congo e Ticumbi
MG	Inventário do Assentamento São Francisco no Parque Nacional Grande Sertão Veredas
	INRC da Cerâmica do Candeal
	INRC do Modo de Fazer Viola de 10 cordas no Alto-médio São Francisco
	INRC do Modo Artesanal de Fazer Queijo Minas
	INRC da Serra do Cipó
	INRC da Linguagem dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras
	INRC do Ofício do fotógrafo lambe-lambe
	INRC do Mercado Central de Belo Horizonte
	INRC dos Mestres Artífices da construção civil tradicional
	INRC da Serra do Cipó
	INRC das Congadas de Minas Gerais/ MG
	INRC Memórias e Cantos de Moçambique do Tonho Pretinho
	INRC Saberes do Sagrado Irmandade do Rosário e o Registro Patrimonial
	Inventário dos Quilombos da Serra do Cipó
RJ	Festa do Divino Espírito Santo em Paraty
	Festas do Divino Maranhense no Rio de Janeiro
	INRC Festa de Nossa Senhora da Conceição

	INRC da Região Comercial do Saara
	INRC dos Terreiros Tradicionais de Candomblé e Umbanda no RJ
	INRC Folia de Reis no estado do Rio de Janeiro
	INRC da Feira de São Cristóvão
	INRC da Rede Fitovida
	Identificação da Venerável Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis
SP	INRC da Celebração Tooro Nagashi
	Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira
	INRC São Luiz do Paraitinga/SP
	INRC do Bairro do Bom Retiro
	Inventário do Vale do Ribeira
	INRC Comunidades Afrodescentes em Mogi das Cruzes – SP
	Pesquisadores Guarani no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani – identificação do *Xondaro*
	INRC das Congadas em São Paulo
SUL	
PR	INRC do Município da Lapa
	Inventário das Referências Cultural, Natural e Imaterial de Paranaguá/PR
	INRC da Pesca da tainha na Ilha do Mel
RS	INRC da População Guarani do Sítio São Miguel Arcanjo

	INRC Massacre de Porongos
	INRC das lidas campeiras do município de Bagé
	INRC da Produção dos doces tradicionais pelotenses
SC	INRC de Base Luso-Açoreana no Litoral Catarinense
	INRC no Sertão dos Valongos
	Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina
	INRC das Comunidades Negras de Santa Catarina
	INRC dos Mestres Artífices da construção civil tradicional
	Inventário do Queijo Kochkase
	Mapeamento das casas de religião de Matriz Africana na Grande Florianópolis
Projetos regionais de identificação de bens culturais	
PE, PB	INRC Cocos do Nordeste
PR, SP	INRC do Fandango Caiçara
RJ, SP	INRC do Jongo no Sudeste
RS, PR SC, RJ, SP, ES	INRC dos Guarani M´byá
RS, RJ, RS, SC, PR, BA, MG, SP	Mapeamento dos Clubes Sociais Negros

PROJETOS DE MAPEAMENTOS DOCUMENTAIS REALIZADOS

NORTE	
AC	Mapeamento Documental das Referências Culturais do Estado do Acre
AP	Mapeamento Documental das Referências Culturais do Estado do Amapá
NORDESTE	
AL	Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas
CE	Mapeamento do Acervo Documental do Patrimônio Imaterial do Estado do Ceará
PB	Projeto Patrimônio Imaterial da Paraíba
PE	Formas de Expressão da Cultura Imaterial em Pernambuco
PI	Pesquisa Documental do Patrimônio Imaterial Piauiense
CENTRO-OESTE	
DF	Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial do Distrito Federal
GO	Sistematização do Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás
MG	Inventário documental do Patrimônio Imaterial Mato-Grossense
MS	Projeto Patrimônio Cultural Imaterial de Mato Grosso do Sul: levantamento documental
SUDESTE	
MG	Mapeamento das Manifestações e Expressões Culturas de Natureza Imaterial do Estado de Minas Gerais
SUL	
SC	Diagnóstico Documental do Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina

PROJETOS DO INDL REALIZADOS	
PA, MG	Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará
AM	Inventário da Língua Ayuru. Centro de Documentação Permanente de Línguas e Culturas Indígenas da Amazônia no Museu Goeldi
MT	Levantamento sócio-linguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades indígenas Nahukwa e Matipu do Alto Xingu
TO	A Língua Asuriní do Tocantins: projeto-piloto para a metodologia geral do INDL
PE, PB	Libras no Nordeste: um levantamento linguístico das variantes usadas nas comunidades de surdos de João Pessoa - PB e Recife – PE
MT	Para um inventário da Língua Juruna
SC	Inventário da língua Mbyá-Guarani
SC	Inventário do Talian

ANEXO VI - Quadro de Recomendações do GT-INRC

TEMAS DISCUTIDOS	RECOMENDAÇÕES
1. Objeto do INRC	
1.1. O inventário identifica bens ou referências culturais?	**O INRC deverá ser aplicável em processos de identificação de bens culturais de qualquer natureza, privilegiando a perspectiva das comunidades para as quais os bens culturais possuem valor de referência cultural.**
	Aprofundar interface do INRC com processos educativos explorando a potencialidade do instrumento para acessar e provocar a expressão dos valores afetivos das comunidades com relação aos seus bens culturais.
	No novo manual do INRC deverá constar clara definição daquilo que a instituição entende como identificação de bens culturais (materiais e imateriais) e do que significa identificar esses bens por meio da noção de referências culturais.
1.2. Hierarquização entre bens identificados	**Eliminar do INRC a categoria "bens associados" e repensar o lugar desses bens em relação também aos bens registrados e no que se refere ao apoio e fomento previsto para esses bens no caso do PNPI.**
	Eliminar fases do INRC, compreendendo que a pesquisa de identificação de bens a partir dos valores de referência cultural deve ocorrer de forma orgânica. Todo bem inventariado estará identificado, independentemente do nível de aprofundamento da pesquisa e do material produzido pelos inventários.
1.3. Fragilidade da identificação do aspecto histórico dos bens culturais no INRC	**A pesquisa histórica no INRC deverá privilegiar a multiplicidade de narrativas possíveis sobre a trajetória dos bens culturais sem hierarquização de narrativas.**
	O INRC deverá possuir mecanismos para incorporação das narrativas locais no processo de identificação de bens culturais.

2. Objetivos do INRC	
2.1. Incorporação e fortalecimento de novas funções institucionais para o INRC	A função primordial do INRC deve ser a de promover interações e construir relações com as comunidades beneficiárias das ações de identificação de forma a promover uma participação efetiva dos grupos sociais nas tomadas de decisão relativas às ações da política patrimonial, em especial aquelas promovidas pelo Iphan.
	O INRC deve estabelecer como condicionante a participação social desde o início do processo de identificação, qualificando-a ao longo da realização dos inventários.
	Na documentação final gerada pelos inventários deverão estar explícitas: as finalidades do processo conforme pactuação inicial construída junto às comunidades; as escolhas metodológicas diante dos contextos e situações vivenciadas ao longo do processo de inventariação, assim como; a autoria compartilhada de eventuais produtos finais resultantes.
2.2. Orientação, formação e acompanhamento das equipes responsáveis pelos inventários	Os processos de identificação ensejados pelo novo INRC deverão prever um acompanhamento permanente do Iphan, por meio de seus técnicos localmente e da Sede do Iphan, prevendo uma formação e capacitação permanentes dos pesquisadores.
2.3. Adequação do inventário a diferentes propósitos, como ferramenta do Iphan para além da política de patrimônio imaterial	O INRC deve ser instrumento capaz de gerar avaliações de vitalidade e conservação de bens culturais assim como dos contextos socioculturais nos quais se dão as ações de preservação e salvaguarda de forma a subsidiar a gestão da preservação dos patrimônios culturais.
	O INRC deverá ser organizar de maneira modular de forma a propiciar a sua alimentação por atores interessados que não necessariamente sejam especialistas no campo do patrimônio.
2.4. INRC como ferramenta para acautelamento	Que os bens identificados por meio do INRC passem a prever algum nível de acautelamento, no mínimo, no sentido do compromisso para com a documentação gerada e da difusão de informações sobre os bens culturais por parte do IPHAN.

	O INRC deverá dispor de ferramentas que permitam a construção de protocolos comunitários associados aos processos de identificação, ou do estabelecimento de pactos, planos de preservação ou termos de conduta envolvendo diversos atores e segmentos sociais com o intuito de conectar políticas estatais convergentes.
	O novo manual deverá prever a possibilidade de autoinventariação em relação aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético já que esses saberes integram o patrimônio cultural brasileiro.
2.5. INRC no âmbito de processos de licenciamento	**O novo INRC deverá prever que os dados produzidos nos processos de licenciamento e mesmo em outros processos externos às ações do próprio INRC, sejam incorporados nos bancos de dados e nos sistemas de gestão dos bens culturais como forma de enriquecer e atualizar os dados dos inventários constantemente.**

3. Ideias estruturantes	
3.1. Sobre a definição de comunidade no INRC	**Com relação ao conceito de "comunidade" não será necessária uma definição *a priori* do termo. No entanto, para aplicação do INRC devem ser consideradas 1) as definições da portaria 200 do Iphan, a qual regulamenta o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, especialmente no que se refere ao termo "detentores"; 2) a conceituação postulada em marcos legais existentes no Brasil relativos aos direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais, especialmente o decreto 6040/2007 e a lei 13123/2015. O novo manual deverá, portanto, explicitar melhor o que pode ser considerado como grupos de interesse, segmentos, grupos sociais, dentre outros termos comumente adotados para designar indivíduos ou coletividades relacionados aos bens culturais e/ou que venham a ser envolvidos no processo de inventário.**
3.2. Definição de território no INRC	**Manter e aprofundar a perspectiva presente no atual Manual de Aplicação do INRC de "inclusão da perspectiva do grupo social considerado na delimitação da área inventariada, quanto o uso de critérios de natureza interpretativa".**
3.3. Cartografia e geoprocessamento no INRC	**Estruturação do INRC de forma que seja possível a produção de narrativas cartográficas socioespaciais a partir de dados coletados em campo e interpretações produzidas pelo inventário.**

4. Princípios	
4.1. Participação Social no INRC	**Estruturação do INRC de forma que seja possível a produção de narrativas cartográficas socioespaciais a partir de dados coletados em campo e interpretações produzidas pelo inventário.**
	O manual deve conter a orientação de que a participação social deverá ser definida de acordo com os objetivos dos projetos pactuados em cada etapa dos inventários.
4.2. Aspectos relativos ao tratamento da questão da participação social, que devem ser aprimorados para a revisão do inventário	**O INRC deverá promover a adoção de mecanismos de participação social em todas as suas etapas – desde o planejamento dos inventários, passando pela execução até as avaliações parciais e finais, por meio de mecanismos que se julgarem pertinentes para cada situação, como: anuências; validação de dados; devolutivas dos resultados e produtos finais - sempre em concordância com as diretrizes do PNPI e com os objetivos da política nacional de participação social - PNPS (decreto 8.243/2014).**
	Na definição das estratégias para que seja assegurada a participação social nos inventários deverão ser considerados os ambientes de participação social já existentes e dos quais o público-alvo das ações já participa ou participou, especialmente aqueles vinculados às políticas culturais e/ou à defesa de direitos culturais (conselhos, comissões, fóruns etc.).
	O INRC deve possuir ferramentas e soluções tecnológicas que possibilitem a participação ativa das comunidades no processo de inventariação.
	Os inventários devem ser realizados a partir de pactuações prévias quanto à finalidade e escopo das ações a serem desenvolvidas, respeitando as formas tradicionais de organização social e suas instâncias deliberativas.
	Todas as decisões coletivas acerca dos inventários deverão ser documentadas, para que toda a evolução do processo participativo, como a inclusão de novos atores, tomadas de decisão e redefinições da ação sejam registradas e possam ser recuperadas.

	O INRC deve observar o direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas e deverão fazer o uso de linguagem simples e objetiva tanto em seus contatos em campo quanto na sistematização das pesquisas. E sempre considerando as características, o idioma e as formas de comunicação da população a que se dirige.
4.3. Autorreferenciamento e formação de pesquisadores detentores	**O instrumento para autorreferenciamento deverá fundamentar-se no Inventário Participativo, o qual poderá alimentar o INRC com os dados produzidos em suas ações. Para tanto, o Inventário Participativo necessita ser adaptado para incorporar procedimentos de legitimação e incorporação dos dados gerados pelo autoreferenciamento nos bancos de dados do INRC.**
4.4. Articulações interinstitucionais	**Inversão da lógica da cessão metodológica: qualquer comunidade ou instituição pode acessar os conceitos e instrumentos do inventário, produzi-lo de forma autônoma e, se for de interesse da comunidade, submetê-lo ao órgão oficial de patrimônio para homologação ou validação dos dados. A partir daí, os dados poderiam ser incorporados às bases do Iphan.**

5. Estrutura do INRC	
5.1. Confusão entre o que é procedimento de pesquisa e o que é forma de organização da informação - fichas e seu papel no inventário	**O novo Manual deverá explicitar que a pesquisa deve ser estruturada por procedimentos próprios e apropriados ao campo e aos contextos específicos em que cada projeto estiver inserido. Deverá também estabelecer uma estrutura geral para os estudos, prevendo uma organização que permita a descrição dos bens, do processo de pesquisa e do processo de valoração (que assinala porque o bem é referência para uma comunidade).**
	Novo formato do inventário deverá substituir as fichas por um roteiro adaptável para cada projeto, bem como deve avaliar a possibilidade de que não existam fichas específicas para cada categoria de bem, de forma a evitar a categorização excessiva e a repetição de informações apenas em função das categorias nas quais os bens são enquadrados.
	O documento de orientação, ao qual o grupo vem se referindo como "Manual", poderá ter a forma de guia, termo de referência, manual revisado, ou outra que se julgar mais adequada.

5.2. Separação das informações descritivas e analíticas do processo de trabalho, nas fichas e relatórios, respectivamente	**Agregar os dados analíticos do processo, aos dados de campo, de forma a explicitar as escolhas e recortes da pesquisa e evitando ao máximo tratar de forma apartada fichas/roteiros e relatórios, por exemplo.**
5.3. Divisão em fases	**O escalonamento da informação deve estar de acordo com o objetivo de cada inventário e não pré-estabelecido na metodologia do INRC. Para isso, dever-se-á pensar em módulos diferenciados para organizar a informação, a partir da definição inicial do tipo de informação que se queira produzir e com que nível de aprofundamento.**
5.4. Categorias do INRC	**O INRC não deve promover a categorização do bem previamente à produção de dados em campo. Pelo contrário, a partir de metodologias etnográficas e dialógicas, o processo de mobilização e engajamento das equipes e das comunidades no campo é que deverá, ao final dos projetos, sugerir as categorias da política em que os bens inventariados se enquadram.**
	O Iphan pode avaliar a possibilidade de indicação de outras categorias classificatórias, desde que haja justificativas acerca de como se deu a construção de tais categorias específicas e como elas se integram aos conceitos e princípios da política.
5.5. Definição do sítio no INRC	**O novo INRC deve qualificar as informações acerca dos sítios onde ocorrerão as pesquisas ao:** **- Prever formas participativas de construção da territorialidade em cada projeto;** **- Explicitar no manual como se dá a construção do território de referência dos bens;** **- Explicitar o território específico onde se deu a pesquisa.** **- Desenvolver formas novas que possibilitem recolher dados socioeconômicos a partir do bem cultural a ser pesquisado e definir informações do contexto social que podem ser importantes para desenvolver um diagnóstico do bem.** **- Indicar questões que são problemáticas no nível territorial e também políticas convergentes nesse campo e que podem ajudar na identificação e gestão dos bens culturais.** **- Considerar dados cartográficos ou territoriais que possibilitem a avaliação de impacto das políticas públicas nos bens culturais ao longo do tempo.**

5.6. Confusão entre sítio e localidade	**Incluir no novo INRC módulo ou campo único em que se descreva a territorialidade da pesquisa e do bem com indicativo da área de possível ocorrência do bem em diferentes regiões ou "manchas" de um território, com a necessidade de abertura do sistema para constante atualização das informações, pelos próprios grupos, pelos pesquisadores, e por outros agentes a partir de fontes de informação diversas, como as fornecidas pelos processos de licenciamento ambiental.**

6. Digitização do processo	
6.1. Ausência de um sistema com bases digitais	**O trabalho de criação do sistema não seja discutido a partir do SICG. A integração e interoperabilidade entre sistemas só será possível depois de definidas as "qualidades" e parâmetros do sistema, ou seja, após se ter definido o que se quer da informação a ser produzida e armazenada como: quais são os dados que se pretende inserir tendo em vista o que se quer extrair em termos de informações de gestão, divulgação etc.; se o sistema organizará a informação a partir dos bens ou dos processos de inventário e; quais as tipologias e as possibilidades que caberão ao INRC e, a partir dessa definição, qual o lugar das informações, o que pode ser vinculado ao SICG e a outras bases digitais.**
	Pautar a versão nova do INRC como uma "matriz de referenciamento". Nesse sentido, teria, além do papel de produzir dados próprios, como vem produzindo nas duas últimas décadas, também o de organizar e correlacionar dados de outras fontes, de forma a cumprir a tarefa de contextualizar os bens culturais correlacionando-os com as realidades e indicadores sociais e políticos sistematizados em outras fontes, governamentais ou não. Sugere o grupo que se priorize ferramentas de integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes (webservice), de forma que as aplicações criadas para o INRC possam interagir com outras, porventura existentes, bem como permita que um sistema desenvolvido para o Inventário em plataforma própria seja compatível com outras de interesse do Iphan.
	Prever ferramentas para que os dados pudessem ser acrescidos e atualizados pelas comunidades inventariadas, com informações próprias ou advindas dos processos de salvaguarda porventura realizados no âmbito das políticas de patrimônio cultural.

6.2. Segmentação de informações nas fichas	**Definir no novo Manual, um marco operacional, explicitando as orientações para a realização de entrevistas, formulação de questionários, noções de história oral ou etnografia, realização de documentação audiovisual e fotográfica, informações cartográficas e mapeamentos, dentre outras que se façam necessárias, a partir das discussões e indicações já apontadas neste relatório.**
6.3. Informações fragmentadas e repetidas no Inventário	**Prever, em cada projeto, a existência de um "extrato público" do inventário a ser difundido amplamente; disponibilizar publicamente apenas textos editados (como relatórios), excertos, imagens e vídeos previamente definidos para tal fim, como o Mapa Audiovisual del Patrimonio Cultural Inmaterial Peruano; criação de websites próprios para cada inventário, ou páginas web integradas a uma plataforma já existente, como o SICG, com informações com padrão adequado para um público mais geral.**
	Definir os padrões de qualidade dos materiais que comporão o sistema, de forma a garantir certa homogeneidade e compatibilidade de formatos e resultados.
6.4. Inflexibilidade do INRC	**O sistema a ser implantado deverá prever ciclos de informação que corresponderiam a fases ou finalidades do processo de inventário, de forma que o cumprimento da finalidade estaria atrelado ao preenchimento de um ciclo de informação completa num formato de preenchimento modular, tendo como requisitos mínimos:** **- as camadas de informação criadas a partir do que se pretende de cada inventário devem ter relação com o público alvo participante.** **- Informações mínimas, definidas pelo Iphan, conforme a finalidade do inventário, a partir das recomendações apresentadas anteriormente.**
6.5. Divulgação, publicidade e restrição de acessos	**Criar dispositivo jurídico próprio que possibilite a restrição de divulgação da informação, quando for de interesse das comunidades documentar aspectos com a finalidade de guarda, mas que não possam ser disponibilizados ao público. Os campos ou módulos específicos para suportar informações sensíveis às comunidades deverão conter a opção de restrição de acesso.**

6.6. Como "certificar" a informação produzida	**Definição de regras para a modificação das informações, homologação de novas inserções, com mecanismos de registro de autoria da produção da informação e suas atualizações, criando um histórico de modificações, tornando rastreável todo o ciclo de produção dos dados.**
6.7. Atualização dos inventários	**As ações de atualização deverão ser encaradas como processos a serem levados a cabo apenas sob demanda, a partir das necessidades e das condições dos diversos agentes que porventura participam da política de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural.**
6.8. Banco de Dados	**Banco de dados a ser desenvolvido para o novo INRC deverá considerar, não apenas o acondicionamento das novas informações geradas a partir das ações futuras de inventário, mas também o que já foi produzido nos últimos anos pelo INRC, nem que de forma sucinta - com informações, no mínimo, sobre data e contexto no qual a informação foi produzida.**